



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE

VANDERLEI JOSÉ DOS SANTOS

**A LITERATURA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
(2002-2017): a produção, a circulação e a promoção da leitura.**

CAMPO GRANDE/MS
2020

VANDERLEI JOSÉ DOS SANTOS

**A LITERATURA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
(2002-2017): a produção, a circulação e a promoção da leitura.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Abrão.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura.
Linha de pesquisa: Literatura, Sociedade e História.

CAMPO GRANDE

2020

S239L Santos, Vanderlei José dos. A literatura nas políticas públicas de estado de Mato Grosso do Sul (2002-2017): a produção, a circulação e a promoção da leitura/Vanderlei José dos Santos.– Campo Grande, MS: UEMS, 2020.
226p.; 30cm

Dissertação (Mestrado) –Letras –Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2020. Orientadora: Prof. Dr. Daniel Abrão.

1. Política cultural2. Literatura3. Sociedade I. Abrão, Daniel II. Título

CDD 23. ed. -869

VANDERLEI JOSÉ DOS SANTOS

A LITERATURA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (2002-2017): A PRODUÇÃO, A CIRCULAÇÃO E A PROMOÇÃO DA LEITURA

Defesa de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Literatura, Sociedade e História.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Abrão.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel Abrão (Presidente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

Profa. Dr^a Gabriela Di Donato Salvador Santinho (Titular)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

Prof. Dr. Marcus Vinícius Teixeira (Titular)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

Prof. Dr^a Keila Andrea Santiago (suplente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

Prof. Dr. Altamir Botoso (suplente)
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS

Campo Grande/MS, 13 de Março de 2020.

A minha mãe Maria de Lourdes Conceição Ramos com infinito amor de todo o sempre.

Aos meus sete irmãos com amor.

Ao meu companheiro da vida Douglas de Moraes Lara com amor.

A todos os meus mais de quatrocentos familiares com carinho.

A Melly Fátima de Goes Sena com gratidão e carinho.

A Rosa Guerra Peixe Müller com carinho.

A Cristina Mato Grosso, Daniel Abrão e Enilda Fernandes com gratidão.

A todos os meus quatorze professores no Ensino Fundamental com gratidão.

Aos meus dezesseis professores no Ensino Médio.

Aos meus dezessete professores no curso de graduação com carinho e gratidão.

A todos os meus doze professores no curso de especialização.

Aos meus seis professores no curso de mestrado.

A Maria de Lourdes Pinheiro com amizade.

Aos meus amigos do curso de Artes Cênicas (UEMS)

Aos já dois mil alunos com os quais dividi experiências que me movem, em especial aos meus queridos alunos da Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio em Jaraguari, MS.

A meu querido amado avô e padrinho José Augusto Ramos Neto (in memoriam)..

Aos meus três irmãos (in memoriam).

Ao meu pai (in memoriam)

A Maira Panas (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Ao grande EU SOU, seu filho Jesus Cristo e seus anjos e Arcanjos de luz.

A meu pai Ogum, minha mãe Maria Nagô, minha vovó Catarina, Erê, Dalila, Frida e demais seres luz que operam com proteção e em nome do grande EU SOU.

A meu avô José Augusto Ramos Neto (*in memoriam*), pela frase que mudou a minha vida lá no Sítio Santa Rosa em Juína – MT: “esse menino né! Não vai se sustentar pelo cabo da enxada, vai ser pela caneta né! Ôceis vão vê né! ”

Aos familiares, amigos e colegas pela presteza e amor de sempre.

A Zabelê (zififia), Pipoca (Zipipoca) e Ton (nano) que com amor de não humano e singeleza me proporcionam paz em dias de frenesis.

RESUMO: Pensar sobre o Livro, Leitura e Literatura a partir das políticas públicas de Estado de Mato Grosso do Sul, nos leva a compreender que sua materialização no seio social sul-mato-grossense se estabelece em certa medida, em face da ação do Estado enquanto responsável por garantir os subsídios necessários à sua produção, circulação, assim como também, na promoção para que ela seja acessada, lida, interpretada e mais que isso, desencadeie processos reflexivos junto à sociedade de modo a contribuir com a construção da cultura local, sintonizada a um contexto nacional, que por sua vez possui uma conexão com o mundo de maneira global, especialmente no contexto contemporâneo. Desse modo, nosso objetivo mais amplo neste trabalho foi o de analisar a literatura no âmbito das políticas públicas do livro e da leitura no Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 2002 a 2017, com vistas a perceber as relações de produção, circulação e promoção da leitura no Estado. Neste sentido, nos fundamentamos, principalmente, na perspectiva histórica, pois entendemos que a literatura como elemento da arte e da cultura é, *a priori*, um produto humano, e, como tal, suas produções se determinam pelas condições materiais em que se encontra a sociedade em um momento histórico específico. Assim, nosso trabalho centrou-se no balanço da bibliografia produzida pela historiografia no âmbito das políticas concernentes as políticas públicas para o setor literário em nível nacional e local e no levantamento de documentos (fontes primárias) nos órgãos públicos de Mato Grosso do Sul. Além disso, nos valem de informações oficiais disponíveis na rede mundial de internet por ser esta na contemporaneidade uma das maiores fontes de informações sobre a atuação do Estado no que tange às políticas públicas para a Cultura/literatura. Neste sentido, o Estado local e nacional tem, historicamente, atuado de maneira bastante deficiente, tendo em vista a relação sempre tensiva entre o Estado e a Cultura/Literatura quase sempre caracterizada por obscurantismos e ausências, elitismos e alta exclusão social, ambiguidades, autoritarismos, instabilidades, democracia e rebaixamentos.

Palavras-chave: Política Pública e Literatura. Política Cultural de Estado e Literatura/MS. Livro Leitura e Literatura/MS. Produção/circulação e promoção da Leitura/MS.

ABSTRACT: Thinking about the Book, Reading and Literature from the public policies of the State of Mato Grosso do Sul leads us to understand that its materialization within the social context of Mato Grosso do Sul is established to some extent, because the State action is responsible for guaranteeing the necessary subsidies for its production, circulation, as well as its promotion so that it might be accessed, read, interpreted and more than that, it might trigger reflective processes with the society in order to contribute with the construction of the local culture tuned to a national context, which in turn has a global connection to the world especially in the contemporary context. Thus, our broader objective in this work was to analyze the literature within the scope of public policies for books and reading in the State of Mato Grosso do Sul from 2002 to 2017 in order to understand the relations of production, circulation and promoting reading in the state. In this sense, we are mainly based on the historical perspective, as we understand that literature as an element of art and culture is a priori a human product, and as such its productions are determined by the material conditions in which the society is found at a specific historical moment. Thus, our work focused on the balance of the bibliography produced by historiography within the scope of policies concerning public policies for the literary sector at national and local levels and in the survey of documents (primary sources) in government agencies in Mato Grosso do Sul. In addition, we used official information available on the world wide web as it is one of the biggest sources of information on the State's performance in terms of public policies for Culture/literature nowadays. In this sense, the local and national State has historically acted in a very deficient manner in view of the continuous tense relationship between the State and Culture/Literature, almost always characterized by obscurantism and absence, elitism and high social exclusion, ambiguities, authoritarianism, instabilities, democracy and demotion.

Keywords: Public Policy and Literature. Cultural Policy of State and Literature/MS. Book Reading and Literature/MS. Production/circulation and promotion of Reading/MS.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABPMS- Associação Profissional de Bibliotecários de Mato Grosso do Sul
ANCINE – Agência Nacional do Cinema
APE- Arquivo Público Estadual
BNDS – Banco Nacional do Desenvolvimento Social
CBL – Câmara Brasileira do Livro
CCJOG- Centro Cultural José Octávio Guizzo
CDOP - Centro de Documentação e Pesquisa
CECAMP - Centro de Ensino Campo-grandense
CECIERJ - Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro
CEIF - Certificado Estadual de Incentivo Fiscal
CEPC/MS - Conselho Estadual de Políticas Culturais de Mato Grosso do Sul
CERLAC – Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe
CF – Constituição Federal
CFC - Conselho Federal de Cultura
CIB/MS - Comissão Intergestora Bipartite de Mato Grosso do Sul
CNC - Conselho Nacional de Cultura
CNDA - Conselho Nacional de Direito Autoral
CNPC - Conselho Nacional de Política Cultural
CNPq - Centro Nacional de Pesquisa
COLETED - Comissão do Livro Técnico e Didático
CONCINE - Conselho Nacional de Cinema
CONEC- Conferência Estadual de Cultura
COOPERIFA - Cooperativa Cultural da Periferia
CORECs- Conferências Regionais de Cultura
CPC - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural
CRB- 1 - Conselho Regional de Biblioteconomia – 1ª Região
DAC - Departamento de Assuntos Culturais
DBD - Biblioteca Demonstrativa de Brasília
DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda
DLLL- Diretoria do Livro, Leitura e Literatura
DLLLLB- Diretoria do Livro, Leitura e Literatura e Bibliotecas
DO-MS – Diário Oficial de Mato Grosso do Sul
EMBRAFILME - Empresa Brasileira de Filmes
ERPE – Edifício das Repartições Públicas estaduais
ESTADIC – Pesquisa de Informações Básicas Estaduais
FAETEC - Fundação de Apoio à Escola Técnica
FBN – Fundação Biblioteca Nacional
FCB - Fundação do Cinema Brasileiro
FCMS - Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul
FEBAB - Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIC/MS - Fundo de Investimento Culturais de Mato Grosso do Sul
FICART - Fundo de investimento Cultural e Artístico
FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FNC - Fundo Nacional de Cultura
FNLIJ - Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil
FPC – Fundação Cultural Palmares

FPC - Fundo de Promoção Cultural
FUNARTE - Fundação Nacional das Artes
FUNDAC - Fundação Municipal de Cultura de Campo Grande
FUNDACEN - Fundação Nacional de Artes Cênicas
FUNEP - Financiadora Nacional de Estudos e Projetos
FUNLEC - Fundação Lowntons de Educação e Cultura
FVG - Fundação Getúlio Vargas
GPHC - Gerência de Patrimônio Histórico e Cultural
IBGE- Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IESF – Instituto Superior da FUNLEC
IFMS - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul
INC - o Instituto Nacional de Cultura
INCE - Instituto Nacional do Cinema Educativo
INL - Instituto Nacional do Livro
IPC - Instituto de Promoção Cultural
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IR – Imposto de Renda
ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LOA - Lei Orçamentária Anual
MARCO – Museu de Arte Contemporânea
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MERCOSUL- Mercado Comum do Sul
MES - Ministério da Educação e Saúde
MINC – Ministério da Cultura
MIS- Museu da Imagem e do Som
MJ - Ministério da Justiça
MS – Mato Grosso do Sul
MuArq/UFMS- Museu de Arqueologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais
OEI- Organização dos Estados Ibero-americanos
ONGs - organizações não governamentais
ONU - Organização da Nações Unidas
PAC - Programa de Ação Cultural
PADEC - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Cultural dos Municípios
PCH - Programa Cidades Histórica
PCT - Programa de Cultura do Trabalhador
PEC – Proposta de Emenda Constitucional
PEC/MS - Plano Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul
PELL/MS - Plano Estadual de livro e Leitura de Mato Grosso do Sul
PF – Polícia Federal
PMBE - Programa Nacional da Biblioteca Escolar
PMBE- Programa Nacional da Biblioteca Escolar
PMLEM - Programa Nacional do Livro do Ensino Médio
PNBE - Programa Nacional Biblioteca da Escola
PNC - Plano Nacional de Cultura
PNC – Plano Nacional de Cultura
PNC –Plano Nacional de Cultura
PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PNLL – Plano Nacional do Livro e Leitura
PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Economia Criativa
ProExt - Programa de Apoio à Extensão Universitária
PRÓ-LEITURA - Fundação Nacional Pró-leitura
PROLER - Programa Nacional de Incentivo à Leitura
PROLER/CG - Programa de Incentivo à Leitura em Campo Grande
PUC- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PVC- Programa Cultura Viva
SADI – Secretaria Articulação e Desenvolvimento Institucional
SAI- Secretaria de Articulação Institucional
SAV – Secretaria do Audiovisual
SCDC- Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural
SEAC - Secretaria de Assuntos culturais
SEBP - Sistema Estadual de Bibliotecas
SEBP/MS- Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Mato Grosso do Sul
SEC - Secretaria de Cultura
SEC- Secretaria da Economia da Cultura
SECTI - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
SED - Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul
SEFIC- Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura
SEIIC- Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais
SEINFRA- Secretaria de Infraestrutura Cultural
SEMED - Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande
SGE- Subsecretaria de Gestão Estratégica da Secretaria Executiva
SIC – Sistema de Informação Cultural
SIEC/MS - Sistema Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul
SLL - Secretaria de Livro e da Leitura
SLL – Secretaria Nacional do Livro e Leitura
SNBP - Serviço Nacional de Bibliotecas Públicas
SNC – Sistema Nacional de Cultura
SNEL - Sindicato Nacional dos Editores de Livros
SNIIC- Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
SNT - Serviço Nacional de Teatro
SPHAN - Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UBE - União Brasileira de Escritores
UCDB - Universidade Católica Dom Bosco
UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
VC - Vale-Cultura

LISTA DE FIGURAS

Figura1: Ciclo da Política Pública.....	28
Figura 2: Plano Nacional de Cultura: principais momentos de uma construção democrática.....	80
Figura 3: Fases de integração ao SNC.....	84
Figura 4 – Agente individual	93
Figura 5: Cartograma- Municípios com programa ou ação para promover o livro, a leitura e/ a literatura – Brasil – 2014.....	94
Figura 6: Estrutura da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS).	144

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Mecenato: valores captados em todas as áreas por região do país entre 2002 e 2020.....	99
Gráfico 2: Mecenato: valores captados em humanidades por UF entre 2002 e 2020.....	100
Gráfico 3: Mecenato: valores captados em humanidades em MS entre 2002 e 2020.....	101
Gráfico 4: Vale Cultura - quantitativo de beneficiários e consumo de produtos culturais 2013 a 2017.....	107
Gráfico 5: Vale Cultura – Consumo de Bens Culturais 2023 a 2017.....	108
Gráfico 6: Editais de seleção pública da União para projetos entre 2003e 2009.....	113
Gráfico 7: Editais de seleção pública da União para a área de Humanidades entre 2003 e 2009.....	114
Gráfico 8: Orçamento do MINC: série evolutiva dos montantes autorizado e liquidados entre 2001 e 2020 (R\$ milhões).....	116
Gráfico 9: Investimento do programa Livro Aberto em Livro, Leitura e Literatura: série dos montantes liquidados entre 2001 e 2011 e Restos pagos em 2012 e 2013 (R\$).....	118
Gráfico 10: Investimento do programa Livro Aberto em projetos culturais, prêmios, bolsas e outras: série dos montantes liquidados entre 2001 e 2011 e Restos pagos em 2012 e 2013 (R\$).....	119
Gráfico 11: Investimento do programa Livro Aberto em projetos culturais, prêmios, bolsas e outras: série dos montantes liquidados entre 2001 e 2011 e Restos pagos em 2012 e 2013 (R\$).....	121
Gráfico 12 – FIC/MS – quantitativo de projetos aprovados e investimento 2002 a 2019.....	140
Gráfico 13 – FIC/MS: Investimentos por setor cultural - 2003, 2014 (Edital 1), 2011e 2015).....	141
Gráfico 14: Investimentos/financiamentos culturais em MS considerando valores empenhados e liquidados entre 2012 e 2018.....	164
Gráfico 15: Valores empenhados e liquidados pelo FICMS entre 2012 e 2018.....	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Acordo de cooperação federativa SNC.....	85
Tabela 2: Projetos finalizados em/de MS entre 2002 e 2020 na área de humanidades pelo mecanismo de mecenato (Lei Rouanet)	102
Tabela 3: Composição dos kits de implantação/instalação de bibliotecas	124
Tabela 4: Distribuição de bibliotecas apoiadas nas 2 modalidades por Região.....	125
Tabela 5: Programa Cultura: Preservação, Promoção e Acesso- Investimentos em Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (2012 e 2013)	127
Tabela 6: Oficinas PROLER/CG 2016.....	155

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	18
1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS CULTURAIS: CONCEITUAÇÕES	24
1.1 A Política Pública: definições	24
1.2 Políticas culturais: pensando o percurso e o conceito	29
2 POLÍTICAS CULTURAIS PARA A LITERATURA NO BRASIL (1500-2002): A PRODUÇÃO, A CIRCULAÇÃO E A PROMOÇÃO DA LEITURA	35
2.1 Obscurantismo, ausência, elitismo e exclusão social: da colônia à primeira república	36
2.2 A era Vargas (1930-1945): inauguração da política pública para cultura e literatura no Brasil.....	43
2.3 O Departamento de Cultura São Paulo: um registro importante	46
2.4 Interregno democrático e silêncio estatal: 1945 a 1964	48
2.5 Autoritarismo e política cultural (1964 -1985): repressão, censura e disciplina.....	50
2.6 Tempos democráticos (1986 - 2002): ambiguidades; minimização do Estado e a lógica neoliberal	58
3 POLÍTICAS PARA CULTURA/LITRATURA EM TEMPOS DEMOCRÁTICOS -?- (2003 - 2020): (RE) ESTRUTURAÇÕES, PARTICIPAÇÃO SOCIAL, POLÍTICAS DE ESTADO, REBAIXAMENTO E INCERTEZAS	73
3.1 Medidas do Estado para as políticas culturais (2003-220): (re) estruturação, participação social, rebaixamento e incertezas	74
3.2 Cultura e Mecenato: os investimentos em projetos culturais pela Lei de incentivo.....	98
3.3 Cultura, economia e literatura: os resultados do Vale-cultura para o setor literário	105
3.4 Investimentos culturais para o Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas: o orçamento próprio e a política de Editais	109
4 MATO GROSSO DO SUL E SUA POLÍTICA DE ESTADO PARA A LITERATURA, LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS.....	130
4.1 Nasce o Estado de Mato Grosso do Sul.....	130

4.2 Primeiros passos rumo à Política Pública para a Cultura e Literatura no/do Estado sul-mato-grossense	136
4.3 Política Cultural de Estado em Mato Grosso do Sul a partir dos documentos oficiais: o Incentivo Fiscal e o Fundo de Investimento Culturais (FIC/MS)	138
4.4 A Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS): interface Educação e Cultura via ações de iniciativa do Estado.....	142
4.5 Literatura e sociedade sul-mato-grossense: as políticas públicas de promoção da leitura a partir da interface Educação e Cultura	152
4.6 O Sistema Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul (SIEC/MS), o Plano Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul (PEC/MS) e Plano Estadual de livro e Leitura de Mato Grosso do Sul (PELL/MS) : reflexões e sugestões para as políticas culturais de Estado.....	157
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
REFERÊNCIAS	174
ANEXO I.....	186
ANEXO II.....	193

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Pensar sobre o Livro, Leitura e Literatura a partir das políticas públicas de Estado de Mato Grosso do Sul, requer inicialmente um entendimento do que seja a própria literatura em si. Neste sentido, comungamos com o pensamento de Candido (1995) que afirma ser ela,

[...] todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos de folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis de produção escrita das grandes civilizações (CANDIDO, 1995, p. 242).

A partir desta perspectiva, acreditamos que sua materialização no seio social sul-mato-grossense se estabelece em certa medida, em face da ação do Estado enquanto responsável por garantir os subsídios necessários à sua produção, circulação, comercialização, assim como também, na promoção para que ela seja acessada, lida, interpretada e mais que isso, desencadeie processos reflexivos junto à sociedade de modo a contribuir com a construção da cultura local, sintonizada a um contexto nacional, que por sua vez possui uma conexão com o mundo de maneira global, especialmente no contexto contemporâneo.

Neste sentido o Estado local e nacional tem, historicamente, atuado de maneira bastante deficiente, tendo em vista a relação sempre tensiva entre o Estado e a cultura que se caracteriza por obscurantismos e ausências, elitismos e alta exclusão social, ambiguidades, autoritarismos e instabilidades, democracia e rebaixamentos, (RUBIM, 2007, 2010, 2015).

Nesse contexto, realizamos uma Pesquisa de Iniciação Científica (PIBIC) que rendeu também um Termo de Conclusão de Curso (TCC)¹, em que traçamos o percurso histórico da construção das políticas públicas para os segmentos artístico-culturais em Mato Grosso do Sul de 1979 a 2017.

A partir destas investigações é que fomos movidos a pensar a Literatura e as políticas públicas culturais de Estado no contexto sul-mato-grossense e propor esta investigação que tem como título *A Literatura nas Políticas Públicas de Estado de Mato Grosso do Sul (2002-2017): a produção, a circulação e a promoção da leitura*.

Em face do que já havíamos desvelado anteriormente, elegemos o período de 2002 a 2017 por ser este o que oferece maiores subsídios para reflexões e análises em relação ao nosso

¹ Esta pesquisa iniciou-se em setembro de 2016 com o término em outubro de 2017, tendo abordado sobre a Política Pública de Investimento no Estado de Mato Grosso do Sul para as Artes nas diferentes áreas cujo objetivo principal foi o levantamento sobre o financiamento para as Artes no Estado, a partir de sua efetiva instalação em 1979, até o ano de 2017. Foi realizada no curso de Licenciatura em Artes Cênicas e Dança, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, (UEMS), Unidade Universitária de Campo Grande/MS, sob a orientação da Profa. Dra. Enilda Fernandes. A pesquisa de TCC foi um recorte da primeira, tendo sido intitulado de *Política Pública no Estado de Mato Grosso do Sul para Cultura e Arte: os financiamentos/investimentos nas diferentes linguagens* (2017).

objeto, uma vez que este é o espaço temporal em que o Governo do Estado atuou com uma política pública mais objetiva para a literatura, além disso, a demanda do setor de livro, leitura e literatura cresceu significativamente e, portanto, a necessidade de se refletir e analisar esta política pública no âmbito do debate acadêmico nos pareceu importante de ser feito.

Desse modo, nosso objetivo mais amplo foi o de analisar a literatura no âmbito das políticas públicas do livro e da leitura no Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 2002 a 2017, com vistas a perceber as relações de produção, circulação e promoção da leitura no estado.

Neste sentido, nos fundamentamos, principalmente, na perspectiva histórica, pois entendemos que a literatura como elemento da arte e da cultura é, *a priori*, um produto humano, e, como tal, suas produções se determinam pelas condições materiais em que se encontra a sociedade em um momento histórico específico.

Assim, nosso trabalho centrou-se no balanço da bibliografia produzida pela historiografia no âmbito das políticas públicas para o setor literário e no levantamento de documentos (fontes primárias) nos órgãos públicos de Mato Grosso do Sul. Além disso, nos valem de informações oficiais disponíveis na rede mundial de internet por ser esta na contemporaneidade uma das maiores fontes de informações sobre a atuação do Estado no que tange às políticas públicas para a Cultura/literatura.

Como forma de organização deste trabalho adotamos uma sistematização que conta com quatro capítulos em que abordaremos os conceitos de política pública, as definições de política para cultura/literatura, as políticas culturais em âmbito nacional desde a chegada dos portugueses em terras tupiniquins em 1500 aos momentos iniciais de pós-redemocratização do país ocorridos entre 1986 e 2002, bem como, as experiências exitosas das políticas públicas para cultura/literatura instauradas entre 2003 e 2016 sem esquecer das incertezas do momento presente, para depois, abordarmos as políticas para cultura/literatura no contexto de sul-mato-grossense.

Neste sentido o capítulo primeiro - **AS POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS CULTURAIS: CONCEITUAÇÕES** - faz uma abordagem sobre a indissociabilidade entre política pública para Cultura e Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas bem como apresenta as conceituações acerca das políticas públicas e culturais, fazendo uma breve exposição do que compreendemos por política pública e de como ela se constitui junto à sociedade, além de delinear os contornos do que trata a política pública cultural. Para tanto, nos amparamos em UNESCO (1969), Canclini (1987), Castanho (1987), Coelho (1997), Barbalho (2005), Souza (2006; 2007;2018), Saraiva (2006), Simis (2007), Calabre (2007;2009;2013), Lukács (2010),

Rubim (2012;), Rocha (2016), Pinheiro (2016) e Secchi (2017), como referências teóricas respectivamente.

O capítulo segundo - **POLÍTICAS CULTURAIS PARA A LITERATURA NO BRASIL (1500-2002): A PRODUÇÃO, A CIRCULAÇÃO E A PROMOÇÃO DA LEITURA**- aponta que políticas culturais no Brasil são uma preocupação recente, apesar de o livro, a leitura e a literatura já se fazerem presentes em nossa sociedade desde a chegada dos portugueses em 1500. Nesse sentido, no período colonial (1530 – 1808) o que se identifica é o obscurantismo e a ausência total do Estado que se preocupava somente com a exploração dos recursos naturais, não havendo nenhuma preocupação com o desenvolvimento humano, social e cultural do território ocupado, sendo que as ordens religiosas no intuito de propagar a fé cristã católica desenvolviam em precárias condições, atividades educacionais e detinham o controle da circulação de impressos em “terras Tupiniquins” que somente podiam serem produzidos em Portugal.

A mudança da condição de colônia para sede do reino em 1808 trouxe relativas alterações no setor educacional e livreiro do país, havendo uma abertura para a produção e circulação do livro, no entanto, o elitismo e a alta exclusão social da época somada a inercia do Estado não favoreceram o crescimento do setor, situação que também se aplica ao período do primeiro e do segundo império (1822-1889), estendendo-se até a primeira república entre 1889 e 1930.

Uma política cultural que de fato contemplou os diversos setores culturais inclusive o literário, é iniciada no governo Vargas, sendo a primeira vez que o Estado brasileiro assumiu para si, sob forte autoritarismo, a responsabilidade de financiar ações sistematizadas para o setor cultural, contudo, ainda cabe registrar as experiências do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, na segunda metade dos anos de 1930 e em nossa primeira experiência democrática entre 1945 e 1964. Ainda assim, até o período, pouco se avançou na construção das políticas culturais e o setor literário apenas se viu contemplado com a continuidade de algumas das ações do período anterior.

Com a volta do autoritarismo via ditadura militar (1964-1985), o que se percebe é um desenvolvimento das políticas culturais, no entanto, o Estado agiu com o objetivo de propagação da ideologia do regime, e combater as posições contrárias a ele como estratégia de dominação e poder via repressão e censura da atividade intelectual e disciplinamento das publicações literárias com os recursos do Estado.

No primeiro momento dos novos tempos democráticos (1986-2002), as políticas culturais se tornaram ambíguas, muitas foram desmontadas sob a ótica do Estado mínimo e

depois reestabelecidas como o início dos novos rumos que seguíamos ante o neoliberalismo crescente na política governamental, cujo resultado foi uma amálgama entre as políticas culturais praticadas pelo Estado e a lógica do mercado que, no final das contas, acabou ditando as regras para o setor.

Dentre as principais referências teóricas que subsidiaram o capítulo em questão, destacamos: Duarte (1977), Goldman (1991), Zilberman (1988), Holanda (1991), Lajolo e Zilberman (2001) , Souza (2000), Otero (2003) ,Castro (2005), Lima (2007), Barbalho (2007;2008;2009), Rubim (2007), Calabre (2005;2009), Pellegrini (2010), Machado (2010) e Weirs (2011).

As políticas culturais instituídas pelo Estado em âmbito Nacional entre 2003 e meados de 2016 foi nossa primeira experiência mais consistente da Cultura pensada como política de Estado. De modo que este momento requereu se constituir em nosso capítulo 3 - **POLÍTICAS PARA CULTURA/LITRATURA EM TEMPOS DEMOCRÁTICOS -?2- (2003 - 2020): (RE) ESTRUTURAÇÕES, PARTICIPAÇÃO SOCIAL, POLÍTICAS DE ESTADO, REBAIXAMENTO E INCERTEZAS -**, pois, no segundo momento dos ares democráticos (2003-2016), vivemos um período de grande institucionalização das políticas culturais pensadas também para os marginalizados historicamente e, pela primeira vez, a participação da sociedade nos processos decisórios foi de fato possível.

A eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 trouxe mudanças e avanços nunca antes vistos no que tange a política públicas para o setor cultural do Estado brasileiro, suas duas gestões (2003 – 2010) sob o comando de Gilberto Gil e Juca Ferreira a frente do Ministério da Cultura (MINC) foram marcadas pelo enfrentamento dos grandes e históricos desafios no que tange a relação entre política e cultura no País, sendo que os mesmos foram enfrentadas pela gestão Lula com (re) estruturas sistemáticas e objetivas a partir de uma conexão com a sociedade admitindo a noção antropológica de cultura, além de considerar a tridimensionalidade cultural brasileira ancorada em dimensões: a simbólica, a cidadão e a econômica.

Os grandes avanços do governo Lula sofreram um rebaixamento na gestão seguinte da presidente Dilma Roussef, dadas às restrições que espaço que a cultura cultural ocupava nas políticas culturais do Estado brasileiro, causando uma visível debilitação da interação entre governo e sociedade entre 2011 a 2016 (E MEIO). A partir de 2016, o que verificamos mais

² Não poderíamos nos omitir em lançar este questionamento dada a conjuntura nacional que se apresenta a partir do recente *impeachment* ocorrido no país. Suas verdades e mentiras? Seus desdobramentos? Ainda é cedo para sabe-los com profundidade, a História os desvelará.

fortemente é o início de uma paralização de todas as políticas culturais que começavam a surtir efeitos positivos, tendo se agravado a partir de 2018 com ações de desmontes do setor cultural, indicando que estamos iniciando uma nova fase de obscurantismos em termos de políticas culturais no País.

As exposições e reflexões que fizemos nesse capítulo, também consideraram o alcance da atuação do Governo Federal no setor Cultural e Literário de Mato Grosso do Sul, embasando-se em: UNESCO (2005), Rubim (2007; 2008; 2009; 2010; 2015), Barbalho (2007;2017), Calabre (2009), Caldas, Pedra e Salgado (2010), Moraes Júnior (2011), Mello (2012), Amizo, Banducci Jr (2013), Neto (2015), Rey (2015), Alves e Souza (2015), Botelho (2019), Canclini (2019), Lück, Machado e Siqueira (2019). Além disso, diversos documentos oficiais do Governo Federal, bem como, as páginas oficiais da União e do Senado também foram usadas respectivamente.

A partir do que abordamos em termos da política pública para Cultura/Literatura em âmbito nacional, passamos a tratar da questão no contexto do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo este o nosso capítulo de número quatro - **MATO GROSSO DO SUL E SUA POLÍTICA DE ESTADO PARA A LITERATURA, LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS-**, de modo que, reside aqui o cerne de nossa investigação: a política pública de Estado de MS, para o Livro, Leitura, Literatura, promoção da leitura e ainda, agregamos o termo Bibliotecas.

Neste sentido, há um horizonte completamente aberto e inexplorado de possibilidades, no que tange as investigações voltadas para a área das relações, entre o Estado e a literatura em Mato Grosso do Sul. Assim, consideramos necessária uma abordagem sucinta do contexto histórico da constituição do próprio Estado, desde a chegada dos bandeirantes paulistas até a sua criação e efetiva instalação em 1977/79.

No momento seguinte, a partir dos documentos oficiais, tratamos do percurso inicial (1979 a 1998) das ações do Estado em relação a política cultural quando a atuação deste ainda era não muito objetiva, ou seja, não havia investimentos efetivos e sistemáticos por parte do Estado no setor cultural naquele período. No passo seguinte, discorreremos sobre a atuação objetiva do Estado, entre 1998 e 2020, no campo das políticas culturais para a Cultura/Literatura, apresentando os investimentos e os financiamentos, transferidos a projetos culturais de iniciativa da sociedade civil e do próprio Estado.

Abordamos também, a partir dos relatórios anuais de atividades culturais da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS), as ações que proporcionaram a relação da interface entre a educação e cultura em MS, a partir dos anos 2000. Ainda fizemos uma incursão nas

questões da atuação do Estado no que diz respeito a promoção da Leitura, especialmente, aquela realizada no âmbito do PROLER/MS que passou a ser realizada a partir de 1996 e, pode ser considerada uma ação positiva do Estado.

Por último, como forma de possível contribuição deste trabalho para as questões que envolvem a Política Cultural em MS, tratamos de algumas proposições para o setor literário, a partir das políticas de Estado instituídas recentemente.

E, assim, amparados em Bittar (1999), Golasso e Inbañes (2005), Prado (2013), Correa (2014), Furlaneto (2014), Neto (2015), Rubim (2015), Leite (2017) e nos documentos oficiais do Estado, esperamos contribuir para com o setor cultural de MS, especialmente na questão do Livro, Leitura, Literatura, promoção da leitura e Bibliotecas.

1 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS CULTURAIS: CONCEITUAÇÕES

Pensar sobre a política pública de Estado para o livro, leitura e literatura, significa entender em primeira instância a sua não indissociabilidade das políticas públicas culturais. Isto porque a afirmação do direito à escrita e à leitura como essenciais, presume impactos significativos nas manifestações culturais e artísticas no que se refere a concepção e fruição de obras e nos processos de formação em relação a leitura e compreensão de mundo. “Visto que a leitura e o acesso democrático à informação estão entre os quesitos básicos para o domínio e compreensão dos símbolos culturais e das diversas expressões artísticas, assim se consolidam como direito básico do ser humano” (PINHEIRO, 2016, p.21).

Além disso, como veremos adiante, historicamente o Estado tem tratado objetivamente a política pública para setor literário a partir do setor cultural, ainda que administrativamente esta tenha sido abrigado em outros ministérios, secretarias, departamentos ou fundações e, em alguns casos específicos por meio da mútua cooperação entre esferas administrativas distintas.

Assim, entendemos que se faz necessário uma breve exposição do que compreendemos por política pública, de como ela se constitui e ainda delinear os contornos do que trata a política pública cultural, para em seguida adentrarmos no processo histórico da política pública para a literatura no Brasil.

1.1 A Política Pública: definições

É do final do século XVIII a luta pela liberdade por meio de várias revoluções, neste contexto se admitiu pela primeira vez a necessidade de políticas públicas tal como a percebemos hoje. Segundo Celina Souza em *Coordenação de Políticas Públicas* (2018), inicialmente a premissa era a de que pelo fato da sociedade ser capaz de se autorregular com base na livre expressão, haveria a necessidade de poucas políticas públicas.

Com o passar do tempo esse entendimento foi contestado pois, percebeu-se que o caráter abstrato da liberdade não seria suficiente para a concretização da própria premissa o que levou a defesas de novas intervenções públicas. Na investigação das várias intervenções que foram surgindo é que é possível “[...] entender os primórdios das políticas públicas nas ciências humanas e por que seus processos foram se tornando mais complexos ao longo do tempo” (SOUZA, 2018, p.11).

Os opositores à escassez da intervenção do Estado, seguiram por dois caminhos: o primeiro buscou o desenvolvimento de pesquisas empíricas que pudessem indagar e entender a vontade do indivíduo e o segundo voltou-se para indagações sobre a criação de teorias que pudessem compreender a ‘natureza humana e suas formas de socialização’.

Essas indagações constituíram a base intelectual para a formação das principais disciplinas que compõem as ciências humanas e que hoje incorporam as políticas públicas nas suas agendas de pesquisa – Antropologia, Sociologia, Economia, Estatística, Ciência Política, Direito, Administração Pública. Essas disciplinas foram abrigadas primeiramente nas universidades, que se transformaram em centros de pesquisa acadêmica. Elas constituem as diferentes visões disciplinares sobre como, por que e para quem a intervenção estatal, através de políticas públicas, existe. (SOUZA, 2018, p. 12).

Enquanto disciplina e área de conhecimento, a Política Pública, advém do campo das Ciências Políticas e conforme Souza no texto *Políticas Públicas: uma revisão da literatura* (2006) e no texto *Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas* (2007), a mesma emergiu nos EUA ao romper com a tradição europeia que centrava as análises no papel do Estado e de suas instituições como produtores de políticas públicas.

Assim, na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado – o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos Estados Unidos, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. (SOUZA, 2007, p.67).

Para a pesquisadora, Laswell (1936), Simon (1957), Lindblom (1959; 1979) e Easton (1965) são considerados os fundadores da área. Segundo ela:

Laswell introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo. Simon introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. [...] Lindblom questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Daí por que as políticas públicas precisariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse. Easton contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos. (SOUZA, 2006, p.23;24).

No que diz respeito a formulação de um conceito sobre política pública é recorrente a afirmação dos estudiosos de que não há uma única e nem melhor definição. “Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar

o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (SOUZA, 2006, p.26).

Para Enrique Saraiva no texto *Introdução à teoria da política pública* (2006),

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. (SARAIVA, 2006, p.28).

Neste contexto, podemos considerá-la ainda como uma estratégia para fins diversos, sendo que todos eles de alguma maneira foram desejados pelos grupos participantes do processo decisório quando de sua instituição. “A finalidade última de tal dinâmica – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política” (SARAIVA, 2006, p. 29).

Se a pensarmos do ponto de vista operacional, poderíamos entender que ela

[...] é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. (SARAIVA, 2006, p.30).

Ainda salienta Saraiva que o processo da política pública não possui uma realidade manifesta e sua ordenação não transcorre com tranquilidade, ao contrário, há uma sensação de desordem que causa perplexidade e a sensação de não-governabilidade junto aos atores envolvidos.

Neste contexto, o cidadão não se sente plenamente assistido e os administradores públicos constatarem ‘as aparentes debilidades do Estado para cumpri-las’. Para Saraiva, “[...] são características das instituições do Executivo as preferências problemáticas, as tecnologias não claramente especificadas e a participação fluida. Daí a dificuldade de racionalizar os processos de política pública” (SARAIVA, 2006, p.30).

No entanto, a partir de Saraiva (2006) é possível se estabelecer uma sequência como um exercício de compreensão do ciclo da política pública: agenda, elaboração, formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação.

1) O primeiro momento é o da **agenda** ou da inclusão de determinado pleito ou necessidade social na agenda, na lista de prioridades, do poder público. [...] 2) O segundo momento é a **elaboração**, que consiste na identificação e delimitação de um problema atual ou potencial da comunidade, a determinação das possíveis alternativas para sua solução ou satisfação, a avaliação dos custos e efeitos de cada uma delas e o estabelecimento de prioridades. 3) A **formulação**, que inclui a seleção e especificação da alternativa considerada mais conveniente, seguida de declaração que explicita a

decisão adotada, definindo seus objetivos e seu marco jurídico, administrativo e financeiro. 4) A **implementação**, constituída pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos necessários para executar uma política. Trata-se da preparação para pôr em prática a política pública, a elaboração de todos os planos, programas e projetos que permitirão executá-la. 5) A **execução**, que é o conjunto de ações destinado a atingir os objetivos estabelecidos pela política. É pôr em prática efetiva a política, é a sua realização. Essa etapa inclui o estudo dos obstáculos, que normalmente se opõem à transformação de enunciados em resultados, e especialmente, a análise da burocracia. 6) O **acompanhamento**, que é o processo sistemático de supervisão da execução de uma atividade (e de seus diversos componentes), que tem como objetivo fornecer a informação necessária para introduzir eventuais correções a fim de assegurar a consecução dos objetivos estabelecidos. 7) A **avaliação**, que consiste na mensuração e análise, a posteriori, dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que diz respeito às realizações obtidas e às consequências previstas e não previstas. (SARAIVA, 2006, p. 33;34, grifos do autor)

Cabe ressaltar que o ciclo acima não é a única versão apresentada pelos estudiosos da área, pois, verifica-se outros esquemas que embora similares no escopo geral apontam algumas variantes. Para exemplificar esta situação recorreremos ao modelo de Leonardo Secchi a partir da obra *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos* (2017), que apresenta a etapa de ‘identificação do problema’ como o momento primeiro do ciclo e acrescenta a etapa de ‘extinção’ como sendo a etapa última do ciclo.

Neste sentido, a identificação de um problema envolve a percepção, a delimitação e a avaliação de determinada situação pública insatisfatória. Neste momento “[...] também são criados os norteadores para as definições de conjunto de causas, soluções, culpados, obstáculos e avaliações” (SECCHI, 2017, p.45) que serão cruciais quando da elaboração da política pública.

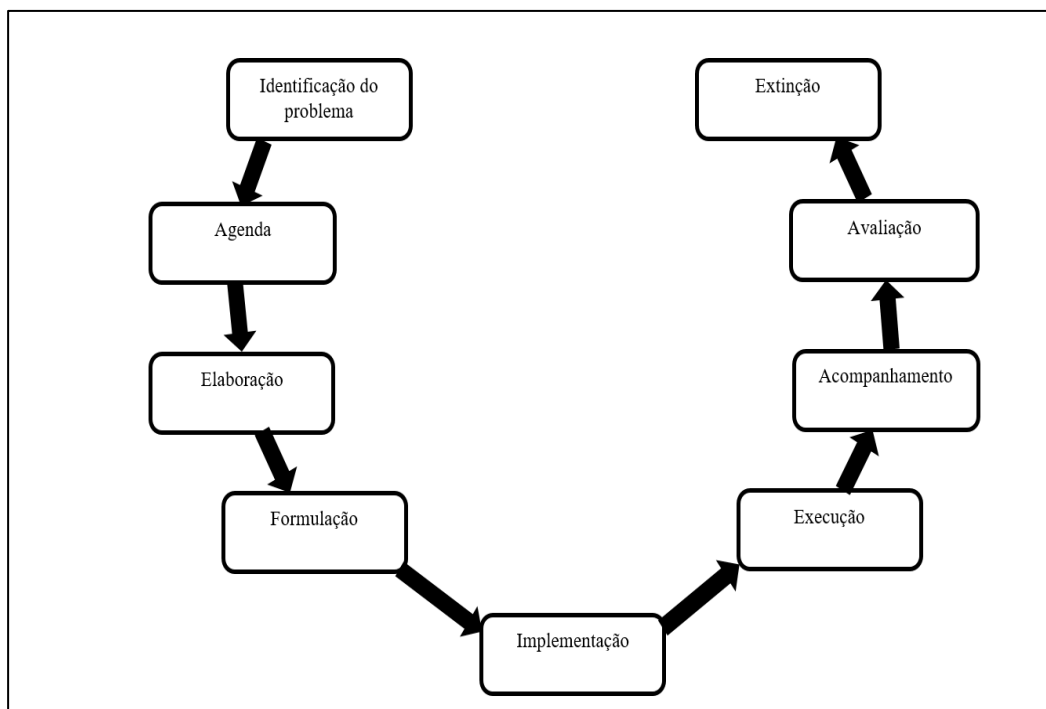
No que diz respeito extinção da política pública, Secchi (2017) a partir de Giuliani (2005) aponta três causas básicas:

1. O problema que originou a política pública é percebido como resolvido; 2. Os programas, as leis ou as ações que ativaram a política pública são percebidos como ineficazes; 3. O problema, embora não resolvido, perdeu progressivamente a importância e saiu das agendas políticas e formais. (SECCHI, 2017, p.67).

Dentre as causas acima, a terceira é percebida como a causa mais comum de extinção de determinada política pública, havendo ainda aquela que se extingue por ter sido criada para resolver um problema específico e com prazo de validade determinado em lei.

Assim, poderíamos a partir de Saravia (2006) e Secchi (2017), apresentar o seguinte modelo do ciclo da política pública:

Figura 1: Ciclo da Política Pública



Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Saraiva (2006) e Secchi (2017)

O ciclo de políticas públicas nem sempre traduz a realidade da dinâmica ou da vida de uma política pública, pois,

As fases geralmente se apresentam misturadas, as sequências se alternam. [...] em alguns contextos a identificação do problema está mais relacionado ao fim do processo do que ao início, e as fases de avaliação geralmente acontecem antes do escrutínio do problema. [...]. Alguns acadêmicos afirmam que não há um ponto de início e um ponto de finalização de uma política pública, e que o processo de política pública é incerto, e as fronteiras entre as fases não são nítidas. (SECCHI, 2017, p.43;44).

Apesar de todas as ponderações necessárias ao ciclo de políticas públicas, ele tem uma grande utilidade no sentido de auxiliar políticos, administradores e pesquisadores na organização de ideias e criação de referenciais comparativos face a complexidade que envolve toda política pública.

Uma outra questão importante de se enfatizar é que geralmente se tem o entendimento de que a política pública é aquela instituída pelos governos, ou seja, a política governamental que emana dos diversos poderes constituídos: Legislativo, Executivo e Judiciário. Conforme explica Francisco G. Heidemann no texto *Do sonho do progresso às políticas de Desenvolvimento* (2009), as políticas públicas abarcam circunstâncias que excedem a esfera governamental.

A perspectiva da política pública vai além da perspectiva de políticas governamentais, na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política, isto é, a 'promover as políticas públicas'.

Uma associação de moradores, por exemplo, pode perfeitamente realizar um serviço público local, movida por seu senso de bem comum e sem contar com o auxílio de uma instância governamental superior ou distante. Outras entidades, como as organizações não governamentais (ONGs), as empresas concessionárias e as associações diversas da sociedade também se incluem entre os agentes de políticas públicas, em toda parte. Terceiro setor é o nome dado hoje ao esforço de produção do bem público por agentes não governamentais, mas ao mesmo tempo distinto do setor empresarial de mercado. (HEIDEMANN, 2009, p.31).

Ainda para Heidemann, a própria ideia de função social do capital, a chamada responsabilidade social das empresas, tornam-nas agentes da política pública, ainda que as políticas adotadas por elas atenda aos interesses mercadológicos ou a manutenção de sua base de sustentação: o trabalhador e o consumidor.

Cabe registrar que nesta pesquisa estamos trabalhando com a perspectiva da Política Pública governamental, que por sua vez se caracteriza pela política de governo e pela política de Estado – delimitando um pouco mais, elegemos a Política Pública de Estado como objeto de investigação - sendo que ambas se distinguem, a primeira “[...] recebendo a conotação de política de um grupo político em mandato eletivo, e a segunda significando aquela política de longo prazo, voltada ao interesse geral da população e independente dos ciclos eleitorais” (SECCHI, 2017, p.05).

A política pública de Estado está presente nos diversos setores da esfera governamental (saúde, educação, economia, proteção social, etc.) dentre os quais encontram-se o das Políticas culturais

1.2 Políticas culturais: pensando o percurso e o conceito

As políticas culturais é uma preocupação recente. Segundo Lia Calabre no texto *Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas* (2007), “[...] a elaboração de políticas para o setor, ou seja, a preocupação na preparação e realização de ações de maior alcance, com um caráter perene, datam do século XX” (CALABRE. 2007, p.87).

As primeiras formas de organização para o setor segundo Antônio Albino Canelas Rubim no texto *Panorama das políticas culturais no mundo* (2012), foram “[...] as iniciativas político-culturais da Segunda República Espanhola nos anos trinta do século passado; a instituição do *Arts Council* na Inglaterra na década de quarenta e a criação do Ministério dos Assuntos Culturais na França, em 1959” (RUBIM, 2012, p.14).

De fato, o momento inaugural da política cultural se dá com a iniciativa francesa, pois, “até então, o que se verificava eram relações, de tensão ou não, entre o campo do político e o

da cultura e da arte em geral, gerando atos isolados. A institucionalização da política cultural é uma característica dos tempos atuais” (CALABRE, 2007, p.88).

Cabe também registrar no processo de surgimento das políticas culturais, o papel da Organização da Nações Unidas (ONU) que em 1948 quando da Declaração Universal dos Direitos Humanos reconheceu a cultura como um direito. Para Renata Rocha no texto *Políticas culturais na América Latina uma abordagem teórico-conceitual* (2016),

Reconhecer a cultura como necessidade social e individual – de participar da vida cultural da comunidade, gozar das artes, disfrutar dos benefícios do progresso científico, bem como da proteção jurídica à criação – constitui um relevante passo, ainda que inconcluso, para superar a ideia de superficialidade da dimensão cultural. (ROCHA, 2016, p.679).

Ainda é pertinente destacar a atuação³ da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) que para Rubim (2012) foi a instituição que promoveu a internacionalização das políticas culturais a partir da iniciativa francesa.

Neste sentido, o autor afirma que:

A invenção francesa das políticas culturais na contemporaneidade e a amplificação de sua vigência internacional, patrocinada pela UNESCO, possibilitam que o período compreendido entre os anos 1970 e os inícios dos 1980 seja perpassado pela primeira emergência do tema na cena pública mundial, com significativas repercussões em inúmeros países. (RUBIM, 2012, p.21).

No Brasil, é praticamente consensual entre os estudiosos que uma intervenção do Estado enquanto promotor de políticas para o setor cultural ocorre no período getulista, tendo como marco inicial, um experimento em nível municipal e outro em nível federal que datam da década de 1930.

Tais experimentos foram: a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo (1935–1938) e a implantação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, e mais especificamente a presença de Gustavo Capanema, à frente deste ministério de 1934 até 1945. (RUBIM, 2007, p. 15).

São intervenções experimentais, pois, conforme Calabre na obra *Políticas culturais no Brasil: dos anos de 1930 ao século XXI* (2009), “[...] no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) houve um grupo de ações articuladas no campo da cultura que tomaram forma de políticas culturais” (CALABRE, 2009, p.11). Uma visada mais ampliada do processo da política cultural brasileira será apresentada nos próximos tópicos sob a perspectiva de nosso objeto: a literatura, o livro e promoção da leitura.

³ Um estudo mais detalhado sobre a atuação da UNESCO em relação a internacionalização da política cultural pode ser feito a partir de duas publicações de Rubim: *Cultura e Políticas culturais* (2011) e *Panorama das políticas culturais no mundo* (2012).

Se enquanto materialização a política cultural é um fenômeno novo, enquanto área de estudos (de modo especial no Brasil) ela passa a ser objeto de investigação muito recentemente, ou seja, é um campo em plena fase de construção. Esta constatação é recorrente entre os estudiosos do assunto e pode ser sintetizada conforme aponta Calabre (2009) quando a pesquisadora afirma que:

No Brasil, os estudos na área de políticas culturais são muito recentes, produzidos de maneira dispersa, em diversas áreas do conhecimento, tais como Comunicação, Sociologia, Direito, Economia, Ciência Política, História, entre outras, e ainda conta com um volume muito pequeno de publicações. (CALABRE, 2009, p.10).

Sobre esta questão a autora reforça que os estudos começaram a se multiplicar na segunda metade dos anos de 1980 quando “[...] começaram a surgir cursos de extensão, graduação e pós-graduação em universidades públicas e privadas no campo da gestão e da produção cultural – áreas em que a disciplina de Políticas Culturais passou a fazer parte dos currículos básicos” (CALABRE, 2009, p. 11). Daí um dos maiores desafios de nossa investigação, reunir uma bibliografia que nos permita realizar um trabalho que em certa medida abra caminho para pensar a política cultural no ambiente acadêmico sul-mato-grossense.

Face a este panorama, conceituar ou definir o que se entende por política cultural não é uma tarefa muito simples, assim apresentamos abaixo algumas concepções colhidas – sem esgotar todas as possibilidades conceituais já defendidas nas mais diversas disciplinas em que a política cultural é estudada - na bibliografia que acessamos.

Uma primeira definição encontramos no trabalho *Política cultural: reflexão sobre a separação entre educação e a cultura no Brasil (1987)* de Sérgio Castanho que entende a política cultural como uma intervenção do Estado sobre sociedade e possui um caráter de política social, conforme o autor,

A finalidade da intervenção do Estado na área da cultura é sempre de manter, consolidar e ampliar seu controle sobre as relações sociais suscetíveis de alteração sob o impacto de ações culturais autônomas. Embora, a nível de proclamação, o Estado intervenha em nome da distribuição cultural. Nasce nesse momento a política cultural, que é, tecnicamente, uma “política social”, já que se apresenta como um mecanismo distributivista (social) de bens culturais. (CASTANHO, 1987, p.15).

Vista desta forma, como um mecanismo distributivista, a política cultural se aproxima da política Social e em nome da distribuição e democratização de acesso aos bens culturais, permite ao Estado lançar sua estratégia de poder que visa controlar as relações sociais e, conseqüentemente, influencia e modifica as produções culturais independentes.

Anita Simis no texto *A política cultural como política pública (2007)* entende que política cultural,

[...] trata da escolha de diretrizes gerais, que tem uma ação, e estão direcionadas para o futuro, cuja responsabilidade é predominantemente de órgãos governamentais, os quais agem almejando o alcance do interesse público pelos melhores meios possíveis, que no nosso campo é a difusão e o acesso à cultura pelo cidadão (SIMIS, 2007, p.133).

Afirma a autora que, para que tais direitos se concretizem é necessário que haja a intervenção do Estado no sentido de assegurar os mecanismos necessários para a sua efetiva implementação aos cidadãos, ou seja, “[...] sendo direitos do cidadão são também um dever do Estado que, por sua vez, deve promover o acesso a todos gratuitamente” (SIMIS, 2007, p.134).

Coelho Teixeira em seu *Dicionário Crítico de Política Cultural* (1997) é quem apresenta um esforço único (no Brasil) sobre uma conceituação de política cultural sendo que esta afirmativa se verifica em Barbalho (2005), Rubim (2009) e Rocha (2016). No verbete apresentado por Coelho Teixeira, Política Cultural se constitui como

[...] uma ciência da organização das estruturas culturais, a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. Essas intervenções assumem a forma de: 1. normas jurídicas, no caso do Estado, ou procedimentos tipificados, em relação aos demais agentes, que regem as relações entre os diversos sujeitos e objetos culturais; e 2. Intervenções diretas de ação cultural no processo cultural propriamente dito (construção de centros de cultura, apoio a manifestações culturais específicas, etc.). (COELHO, 1997, p.192).⁴

O conceito apresentado por Coelho Teixeira, tem inicialmente uma problemática: a questão da política cultural como uma ciência. Neste sentido, Alexandre Barbalho no texto *Política cultural* (2005), indaga:

Será que seu objeto é tão singular que requer a elaboração de uma nova área? Creio que não. [...] a política cultural é o conjunto de intervenções práticas e discursivas no campo da cultura, e essas intervenções não são científicas na medida em que política e cultura não são sinônimos e nem se confundem com ciência. (BARBALHO, 2005, p.35).

Outro ponto defendido por Barbalho é o de que determinada política cultural pode e deve ser objeto de investigação a partir do lugar de onde se observa, ou seja, as reflexões científicas podem emergir com um olhar histórico, antropológico ou sociológico. “Ou na confluência de áreas que, diga-se de passagem, é o olhar privilegiado, para não dizer mais

⁴ Registramos aqui que a referida citação nos trabalhos de Barbalho (2005), Barbalho (2009) e Rocha (2016) indicam o verbete como estando na página 293 do dicionário de Coelho Teixeira (1997), no entanto, na versão a que tivemos acesso disposta em: <http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Coelho-Dicionario_critico_de_politica_cultural.pdf> o mesmo encontra-se na página 292.

adequado, para esse tipo de estudo, já que o objeto transcende a delimitações acadêmicas tradicionais” (BARBALHO, 2005, p.36).

A política cultural posta por Coelho Teixeira como ‘organização das estruturas culturais’ faz uma proposição, segundo Barbalho, que a relaciona com a gestão cultural, eis aí mais uma dificuldade, pois, a gestão cultural está imbricada no processo da política cultural.

Segundo o pesquisador, a política cultural trata ‘dos princípios, meios e dos fins norteadores da ação’ enquanto que a gestão cultural (organização das estruturas culturais) trata de ‘organizar e gerir os meios disponíveis’ para a execução dos princípios e fins propostos pela política cultural.

Outra importante definição conceitual encontramos no trabalho de Rocha (2009), trata-se de uma conceituação apresentada pela UNESCO a partir da coleção *Studies and documents on cultural policies*, especialmente no primeiro documento da série intitulado de *Cultural Policy a preliminary study (1969)*. Segundo o documento,

[...] entende-se por ‘política cultural’ um conjunto de princípios operacionais, práticas administrativas e orçamentárias e procedimentos que fornecem uma base para a ação cultural do Estado. Obviamente, não pode haver uma política cultural adequada para todos os países; cada Estado-Membro determina sua política cultural de acordo com os próprios valores culturais, metas e escolhas. (UNESCO, 1969, p. 4, *apud*, ROCHA, 2016, p.680, tradução da autora).⁵

Como pudemos observar o conceito de política cultural é uma questão em aberto, havendo a contribuição de diversos autores e instituições sobre a questão. Neste sentido, corroboramos com o pensamento de García Canclini que a partir do texto *Políticas Culturales y crisis de desarrollo: un balance latino-americano* (1987), entende por políticas culturais

[...] o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, pelas instituições civis e pelos grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social. (GARCÍA CANCLINI, 1987, p.26).⁶

Sendo assim, estamos tratando de uma área singular e multidisciplinar de estudos em que as definições até agora apresentadas tem, como assinala Calabre no texto *Políticas culturais no Brasil do século XXI: cenários e desafios* (2013), muitas similitudes das quais podemos extrair um ponto de confluência:

⁵ “[...] ‘cultural policy’ is taken to mean a body of operational principles, administrative and budgetary practices and procedures which provide a basis for cultural action by the State. Obviously, there cannot be one cultural policy suited to all countries; each Member State determines its own cultural policy according to the cultural values, aims and choices it sets for itself.”

⁶ “[...] el conjunto de intervenciones realizadas por el Estado, las instituciones civiles y los grupos comunitários organizados a fim de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para um tipo de ordem o de transformación social.”

[...] a ideia de que política cultural se refere a um conjunto de decisões (ações e intervenções) realizadas pelo Estado e pela sociedade civil através de diversos de seus segmentos. Esse é um ponto chave para começar as discussões sobre políticas culturais no Brasil de hoje. Estamos nos referindo ao processo de construção de políticas públicas que deve obrigatoriamente criar instâncias de participação social, sem as quais o ciclo de elaboração de tais políticas não estará completo. (CALABRE, 2013, p.36).

A intervenção, as ações e decisões do Estado de que fala Calabre, pode adquirir diferentes aspectos históricos e institucionais nos diversos setores que a política cultural abarca – dentre eles, podemos citar: cinema, teatro, dança, música, cultura popular, cultura indígena, artes visuais, etc.-, ou seja, estamos entendendo que há um *rol* de políticas culturais composto por diversos segmentos que chamamos de políticas setoriais, dentre elas, a política cultural para o setor da literatura, livro, leitura e bibliotecas.

Levando em consideração o exposto sobre Política Pública e Política Cultural, percebemos que a característica dos estudos acadêmicos neste campo é o da dispersão em distintas áreas do conhecimento, versam sobre determinados setores da política cultural, alcançam as esferas do governo federal, dos governos estaduais, distritais e municipais a partir de cortes múltiplos. Em suma possui uma complexidade tal qual a própria dinâmica dos bens e serviços culturais em nossa sociedade.

Neste sentido, nosso trabalho se centra na Política pública de Estado para o livro, literatura e promoção da leitura em Mato Grosso do Sul e poderá ser melhor entendido se olharmos primeiramente para o processo histórico de sua materialização no Brasil. Já afirmava Györg Lukács na *Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels* “[...] a existência e a essência, a gênese e a eficácia da literatura só podem ser compreendidas e explicitadas no quadro histórico geral de todo o sistema [...] são parte do processo histórico da sociedade” (LUKÁCS, 2010, p.12-13).

Sendo assim, trataremos de forma sintética a singularidade do processo histórico de nosso objeto na sociedade brasileira nos seguintes períodos: Colonial, imperial e republicano.

2 POLÍTICAS CULTURAIS PARA A LITERATURA NO BRASIL (1500-2002): A PRODUÇÃO, A CIRCULAÇÃO E A PROMOÇÃO DA LEITURA

As políticas culturais no Brasil são uma preocupação recente apesar de o livro, a leitura e a literatura já se fazerem presentes em nossa sociedade desde a chegada dos portugueses em 1500, a questão só foi ser percebida pelo Estado como sua responsabilidade de fato a partir da segunda república com o governo autoritário de Getúlio Vargas.

No período colonial (1530 – 1808) o que se identifica é o obscurantismo e ausência quase total do Estado, que se preocupava somente com a exploração dos recursos naturais, não havendo uma preocupação com o desenvolvimento humano, social e cultural do território ocupado. As pouquíssimas iniciativas ficaram a cargo das ordens religiosas que no intuito de propagar a fé cristã católica desenvolviam em precárias condições, atividades educacionais e detinham o controle da circulação de impressos em “terras Tupiniquins” que somente podiam serem produzidos em Portugal.

A mudança da condição de colônia para sede do reino em 1808 trouxe relativas alterações no setor educacional e livreiro do país, houve uma abertura para a produção e circulação do livro, no entanto, o elitismo e a alta exclusão social da época somada a inércia do Estado não favoreceram o crescimento do setor. Neste sentido, a mesma situação se aplica ao período do primeiro e do segundo império (1822-1889), estendendo-se até a primeira república entre 1889 e 1930.

Uma política cultural que de fato contemplou os diversos setores culturais inclusive o literário, é iniciada no governo Vargas. Foi a primeira vez que o Estado brasileiro assumiu para si a responsabilidade de financiar ações sistematizadas para o setor e, neste momento, vale registrar inclusive uma experiência a nível municipal, trata-se das ações do Departamento Municipal de Cultura de São Paulo na segunda metade dos anos de 1930.

Em nossa primeira experiência democrática entre 1945 e 1964, pouco se avançou na construção das políticas culturais e o setor literário apenas se viu contemplado com a continuidade de algumas das ações do período anterior.

Com a volta do autoritarismo via ditadura militar (1964-1985), observamos um momento em que as políticas culturais mais se desenvolveram, no entanto, o Estado agiu com o objetivo de propagação da ideologia do regime, do combate aos pensamentos contrários como estratégia de dominação e poder. Neste sentido, a repressão por meio da censura da atividade intelectual e o disciplinamento das publicações com os recursos do Estado foram levadas às últimas consequências.

No primeiro momento dos novos tempos democráticos (1986-2002), as políticas culturais se tornaram ambíguas, muitas foram desmontadas sob a ótica do Estado mínimo e depois reestabelecidas como o início dos novos rumos que seguíamos ante o neoliberalismo crescente na política governamental. O resultado foi uma amálgama entre as políticas culturais praticadas pelo Estado e a lógica do mercado a quem no final das contas foi dado o direito de dar as cartas do jogo.

2.1 Obscurantismo, ausência, elitismo e exclusão social: da colônia à primeira república

Entre os estudiosos é consonante o entendimento de que do período colonial à primeira república o Brasil viveu marcado pelo obscurantismo, pela ausência do Estado, pelo elitismo e alta exclusão social em relação a ações que pudessem caracterizar a implementação de alguma política voltada para o setor cultural, uma vez que o interesse da coroa portuguesa era o de explorar economicamente a colônia e não o de desenvolvimento econômico, social ou cultural.

Para Barbalho (2009) no texto no texto *Políticas Culturais no Brasil: primórdios (1500-1930)*,

[...]a metrópole adotou uma política de fechamento intelectual na colônia, para evitar a propagação de quaisquer idéias inconvenientes aos interesses metropolitanos. A essa (falta de) opção político-cultural da Coroa, se somava o próprio formato da empresa colonizadora em terras brasileiras, que foi delegada aos particulares, estando ausente o poder imperial. Empresa particular e familiar [...] instituição patriarcal que congregava funções econômicas, políticas, sociais, religiosas e culturais, imprimindo sua forte marca patrimonialista que perdura, adaptada, até hoje. (BARBALHO, 2009, p.02).

Ou seja, não havia por parte do Estado ações sistematizadas que visassem atores coletivos (sociedade) e metas a serem atingidas no que tange ao campo da cultura e da arte e tais requisitos são condicionantes indispensáveis para que a atuação estatal possa adquirir contornos de uma política cultural.

Conforme Rubim no texto *Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios* (2007), a forma de atuar da coroa portuguesa face às exigências acima mencionadas

[...] interdita que o nascimento das políticas culturais no Brasil esteja situado no tempo colonial, caracterizado sempre pelo obscurantismo da monarquia portuguesa que negava as culturas indígena e africana e bloqueava a ocidental, pois a colônia sempre esteve submetida a controles muito rigorosos como: **proibição da instalação de imprensas; censura a livros e jornais vindos de fora;** interdição ao desenvolvimento da educação, em especial das universidades [...]. (RUBIM, 2007, p.13;14, grifos nossos).

Se o Estado era ausente em relação a política cultural, conseqüentemente está clara que a situação do livro, literatura e a questão da promoção da leitura também se inseria neste contexto, prova disso é a política de proibições acima mencionadas que se comparada a política adotada pela coroa espanhola em suas colônias no mesmo período, perceberemos uma grande diferença. Enquanto os colonizadores portugueses viam a colônia apenas como um território a ser explorado comercialmente, os espanhóis entendiam suas colônias como uma extensão do reino. Conforme Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1991),

Comparado aos castelhanos em suas conquistas, o esforço dos portugueses distingue-se principalmente pela predominância de seu caráter de exploração comercial, repetindo assim o exemplo da colonização na Antiguidade, sobretudo da fénícia e da grega; os castelhanos, ao contrário, querem fazer do país ocupado um prolongamento orgânico do seu. Se não é verdadeiro dizer que Castela seguiu até ao fim semelhante rota, o indiscutível é que ao menos a intenção e a direção inicial foram essas. [...] Já em 1538 cria-se a Universidade de São Domingos. A de São Marcos, em Lima, com privilégios, isenções e limitações da de Salamanca, é fundada em 1551, vinte anos apenas depois de iniciada a conquista do Peru por Francisco Pizarro. Também de 1551 é da Cidade do México, que em 1553 inaugura seus cursos. (HOLANDA, 1991, p.98).

Neste sentido, afirma Barbalho (2009) a partir de Holanda (1991) que ao final do período colonial espanhol,

[...] tinham sido criadas vinte e cinco instituições de ensino superior na América hispânica. Em 1535 já se imprimiam livros na Cidade do México. Em 1747 quando, no Rio de Janeiro, Antonio Isidoro da Fonseca fechou sua recém-aberta oficina gráfica por ordem de Portugal, já existiam estabelecimentos deste tipo em todas as grandes cidades da América hispânica. Também na Cidade do México se iniciou a imprensa periódica americana com a publicação em 1671 da *Gaceta*. (BARBALHO, 2009, p.02).

Assim, “os entraves que ao desenvolvimento da cultura intelectual no Brasil opunha a administração lusitana faziam parte do firme propósito de impedir a circulação de ideias novas que pudessem pôr em risco a estabilidade de seu domínio” (HOLANDA, 1991, p.121).

Se na América espanhola nota-se a criação de universidades, a oficina gráfica e o surgimento da imprensa, no Brasil, segundo Regina Zilberman no livro *A leitura e o ensino da literatura* (1988), a população não contou com a atuação da administração portuguesa na área da educação e da leitura.

As poucas iniciativas ficaram a cargo de grupos religiosos que aqui se instalaram, com destaque para ordem dos jesuítas que tinha como objetivo principal a catequese dos indígenas, oferecendo em suas escolas uma educação religiosa.

Fora disso, inexistiram outras oportunidades de escolarização no território colonial, de modo que ao candidato a uma formação mais completa e credenciada pelo Estado restava apenas a alternativa de viajar para a Metrópole, deslocamento dispendioso, possível, portanto, somente a uns poucos privilegiados. (ZILBERMAN, 1988, p.38)

Neste contexto, segundo César Augusto Castro (2005) ao estudar a *Produção e circulação de livros no Brasil: dos Jesuítas (1550) aos militares (1970)*, afirma que:

[...] desde os jesuítas que instituíram os primeiros sistemas de ensino, têm-se notícias de bibliotecas que serviam de suporte às atividades docentes e catequéticas. [...] Os livros que entravam no Brasil através das ordens religiosas eram enviados da Europa pelos padres da Companhia ou pelo rei, diante das constantes reivindicações dos jesuítas (CASTRO, 2005, p. 93)

Assim, toda a circulação de livros e a instrução ficou a cargo da igreja via ordem dos Jesuítas não sendo “[...] possível perceber nos duzentos anos iniciais da história brasileira algo que se aproximasse minimamente de uma atuação, mesmo que pontual e não sistêmica, da Coroa no campo da produção simbólica”. (BARBALHO, 2009, p.03).

Ela só ocorria de forma indireta quando se mantinham os intelectuais e artistas a serviço da igreja ou do Estado, como foi o caso de Gregório de Matos que foi ‘tesoureiro-mor da Sé na Bahia em 1681’, e acabou sendo demitido pela sua autonomia intelectual face ao sistema dominante.

Uma atuação mínima do Estado só vai ocorrer a partir do terceiro século de colonização portuguesa, quando o Marquês de Pombal – versão lusitana do déspota esclarecido (BARALHO, 2009) - empreende a partir de ideias iluministas uma ampla reforma nos diversos aspectos do reino português, inclusive nas colônias. Esta reforma significou um rompimento com a primazia apostólica e do aristotelismo medieval, que ainda dominavam o pensamento português na época. No Brasil a principal medida foi a expulsão dos Jesuítas se fazendo necessário o surgimento de um outro sistema de instrução

O que acarretou a realização de concursos para a contratação de professores régios de latim, grego, filosofia e retórica para os novos estabelecimentos de ensino espalhados por diversas vilas. Para a manutenção dos professores e dos colégios foi criado um novo imposto denominado “subsídio literário”, apesar de a historiografia apontar que nem sempre se empregou os recursos coletados para esses fins. (BARBALHO, 2009, p.03).

Nota-se que da reforma pombalina colhe-se uma leva de intelectuais formados em Coimbra eram: “[...] cientistas, publicistas e doutrinadores; sacerdotes liberais; e literatos, majoritariamente poetas” (BARBALHO, 2009, p.04) que acabavam sendo os fruidores dos bens simbólicos produzidos na época, pois, produção, circulação e consumo eram restritos a um circuito fechado da elite letrada.

Assim, é que podemos entender o período colonial caracterizado pela ausência do Estado e obscurantismo como bem indaga e resume Rubim no texto *Políticas Públicas de cultura no Brasil e na Bahia* (2007):

Quais as políticas para o desenvolvimento da cultura que podiam conviver com o obscurantismo do colonialismo português? O menosprezo e a perseguição das culturas indígenas e africanas; a proibição de instalação de imprensas; o controle da circulação de livros; as limitações da educação; a inexistência de ensino superior e universidades são apenas algumas das faces deste obscurantismo. (RUBIM, 2007, p.02)

Tais faces obscuras e de ausência estatal no que diz respeito especificamente ao livro, leitura e literatura podem ser sintetizadas no que diz Pinheiro (2016) quando o mesmo afirma que:

Foram trezentos anos de domínio das bibliotecas e da circulação de livros monopolizados pelas missões religiosas, com raras exceções de bibliotecas particulares contendo assuntos mais diversos, quase sempre alvos de censura, restrições e controle por parte da Igreja e do Estado. A ideia de circulação e do acesso de livros não existia oficialmente no Brasil colonial para além do domínio da Coroa e da Igreja. O domínio sobre a leitura e os leitores e as restrições eram a regra. (PINHEIRO, 2016, p.37).

Os laivos de uma atuação do Estado em relação ao campo da cultura que configurasse uma reversão nesse quadro – obscurantismo, ausência do Estado, elitismo e alta exclusão social – se estabeleceu com a instalação da sede do império português em terras brasileiras. Houve um melhoramento em aspectos da vida intelectual e artística brasileira e a constituição ainda que minimamente do campo cultural naquele início de século XIX.

Conforme Barbalho (2007) são exemplos dessa reversão “[...] a vinda da Missão Artística Francesa, as bolsas de estudos concedidas aos artistas, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Academia Imperial de Belas-Artes, da Biblioteca e Museu Nacional etc. (BARBALHO, 2007, p.38).

Surgiram ainda no período de permanência da Corte portuguesa: a Escola de Marinha (1808); um observatório astronômico (1809); a Academia Militar (1811); a Imprensa e a Biblioteca Reais (1808 e 1811, respectivamente); o Real Jardim Botânico (1819); a Capela Real; o Museu Real; o Teatro Real de São Carlos; o Real Colégio de São Joaquim (futuro Pedro II). Em menos de uma década, [...] criaram-se todos os instrumentos intelectuais que foram negados durante três séculos. Além da criação de instituições e equipamentos, deve-se ressaltar a proteção, materializada em apoio financeiro e distinções honoríficas, que D. João dispensou a artistas e intelectuais. (BARBALHO, 2009, p.04).

Contudo, conforme assevera Rubim (2007), “a reversão deste quadro a partir de 1808, com a fuga da Família Real para o Brasil, decorrente da invasão das tropas de Napoleão, não indica uma mudança em perspectiva mais civilizadas, mas apenas o declínio do poder colonial que prenuncia a independência do país” (RUBIM, 2007, p.14).

São sintomáticas nesse contexto para o setor literário, a vinda da Biblioteca Real Portuguesa (futura Biblioteca Nacional) que foi aberta ao público a partir de 1814 e a criação da Imprensa Régia em 1808.

No que diz respeito ao sistema da Impressão Régia cabe registrar que a mesma foi criada, conforme Marisa Lajolo e Zilberman no livro *O preço da leitura: Leis e números por detrás das letras* (2001), pela

[...] necessidade de divulgar a documentação oficial, inaugura-se a Impressão Régia em 1808, hegemônica até pelo menos 1821, quando a Nova Carta Portuguesa, proclamada por força da revolução constitucional do ano anterior, desencadeada na cidade do Porto, proíbe o monopólio do Estado no âmbito dos negócios tipográficos. (LAJOLO e ZILBERMAN, 2001, p.53).

Dado o caráter monopolista que garantia ao Estado a exclusividade do mercado até 1821, o que se verificou no período foi um sistema de censura em que os poucos privilegiados precisavam de percorrer um longo e burocrático caminho para conseguir publicar suas obras. Neste sentido, é ilustrativo o caso da impressão de *Poesia de Dois Amigos* de João da Costa Ferreira em 1816 citado por Lajolo e Zilberman (2001) a partir de Alfredo do Vale Cabral (1881)⁷ em que diz:

As obras, ainda que aprovadas pelos censores, para serem impressas careciam de licença da Secretaria de Estado, e os avisos eram expedidos à Junta Diretora autorizando as publicações. As ordens eram concebidas nestes termos: O Príncipe Regente Meu Senhor há por bem conceder licença para que na Impressão Régia se possa imprimir o manuscrito intitulado *Poesia de dois amigos* à custa do seu autor. (CABRAL, 1881, *apud*, LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p.53).

No livro *A formação da leitura no Brasil* (1998) as autoras afirmam que as autorizações fornecidas por meio dos alvarás reais ainda “[...] presentificavam o Estado como mediador da venda, da impressão, e importação de obras: o governo mediava as operações que envolviam, como partes interessadas, escritores, livreiros e impressores” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1998, p. 89).

Afirmam Lajolo e Zilberman (1998), que a Impressão Régia atuou como patrocinadora de jornais, tendo lançado em 1808 a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que funcionou como uma espécie de diário oficial. Além disso, fez circular entre janeiro de 1813 e dezembro de 1814 o periódico literário *O Patriota* no qual colaboravam os literatos mais distintos da época.

Além de jornais, a Impressão Régia incumbiu-se de publicar sermões, folhetos contra a França, então ocupante de Portugal, obras literárias [nas condições que já explicamos] e livros didáticos. No total, a tipografia do governo editou, entre 1808 e 1822, 1.173 títulos, sendo que 532 obras apareceram nos anos de 1821 e 1822. LAJOLO; ZILBERMAN, 1998, p. 126).

Foi assim que no Brasil se iniciou a publicação e circulação de impressos. Para Castro (2005), esta suposta abertura tinha o objetivo de melhorar o atendimento das atividades

⁷ Segundo as autoras Cabral (1881) fez uma recuperação da história dos anos iniciais da tipografia real sendo que seu trabalho foi republicado nos Cadernos de Pesquisas Literárias da PUC-RS em 1998.

pedagógicas e ampliar os acervos das poucas bibliotecas existentes, assim como também para criação de outras, contudo, o número de analfabetos se mantiveram inalterados.

O autor afirma que:

O setor livreiro acompanhava a tendência geral. Bem ao gosto da moda, importava-se muita literatura francesa para uma elite de consumidores cultos e endinheirados. Enquanto os filhos eram educados, com extrema rigidez, para se tornarem bacharéis, o Brasil contava com a espantosa cifra de 84% de analfabetos - quase a mesma porcentagem de população alfabetizada na França no final do século XIX". (CASTRO, 2005, p.95, *apud*, A ATIVIDADE).

A pequena circulação de impressos nacionais, a valorização da produção literária estrangeira consumida exclusivamente por uma elite burguesa em face de uma ampla maioria da população pobre e analfabeta, foram algumas das faces do elitismo e da exclusão social no período joanino em relação ao campo cultural, educacional e literário brasileiro.

O que se observa é que não há ainda no período ações sistematizadas ou intervenções mesmo que pontuais do Estado que possam serem consideradas como uma política voltada para a cultura e para o setor literário.

Nos primeiros anos como nação independente não tivemos grandes avanços, conforme assinala Barbalho (2009), pois, o contexto favorável conhecido durante a permanência de D. João VI no Brasil sofreu com as turbulências do Primeiro Reinado e período regencial “[...] para ganhar novos ares e impulsos durante o longo governo de Pedro II, que deu continuidade à construção institucional inaugurada no começo do século” (BARBALHO, 2009, p.4).

No que tange a literatura verificou-se sobretudo no final do período regencial os mecanismos mínimos para o desenvolvimento do setor. Conforme Lajolo e Zilberman (1998),

Só por volta de 1840 o Brasil do Rio de Janeiro, sede da monarquia, passa a exibir alguns dos traços necessários para a formação e fortalecimento de uma sociedade leitora: estavam presentes os mecanismos mínimos para a produção e circulação da literatura, como tipografias, livrarias e bibliotecas; a escolarização era precária, mas manifestava-se o movimento visando à melhoria do sistema; o capitalismo ensaiava seus primeiros passos graças a expansão da cafeicultura e dos interesses econômicos britânicos, que queriam um mercado cativo, mas em constante progresso. (LAJOLO; ZILBERMAN, 1998, p.18).

Estes ‘novos ares’ foi segundo Marcio de Souza no livro *Fascínio e repulsa. Estado, cultura e sociedade no Brasil* (2000), o momento inaugurador da política cultural no Brasil. Explicando esta política cultural ele apresenta exemplos do que ocorria no setor da literatura, das artes visuais dentre outros.

Machado de Assis era promissor, davam-lhe um emprego público, e o Brasil ganhava o mais importante escritor americano do século XIX. **Era assim com os artistas que demonstrassem talento e bom comportamento.** [...] Centrando-se no artista, o Estado se preocupava em dar condições aos pintores, em divulgar suas telas nos Salões de Belas-Artes e em adquirir essas obras para enfeitar as repartições públicas. O

mesmo se dava com os músicos, com os arquitetos e os escritores. (SOUZA, 2000, p.32-33, grifos nossos).

No entanto, Rubim (2007) não considera as ações do Estado naquele momento como política cultural de fato, para ele

[...] ter proposto inaugurar as políticas culturais do Brasil no período do Segundo Império [...], devido à postura, por vezes, ilustrada e de mecenas⁸ que assume o imperador Pedro II, é demasiado caracterizar tal atitude como sendo inauguradora da política cultural da nação. O próprio conceito de políticas culturais exige bem mais que isto. (RUBIM, 2007, p.11-12).

Para Castanho (1987), também não foi no primeiro período republicano o momento inaugural da política cultural no país. O autor afirma que:

A rigor não se pode falar de uma política cultural na Primeira República. O Estado republicano não demonstrou interesse em atuar na área especificamente cultural. Nem da parte da sociedade civil houve qualquer pressão no sentido de que o Estado viesse a assumir a atribuição de planejar e implementar algo como uma política de cultura. (CASTANHO, 1987, p. 30).

⁸ Segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa - in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/mecenas> [consultado em 04-01-2020] - mecenas (*Maecenas* em latim) significa “ protetor dos literatos e das letras. Pessoa ou entidade que patrocina financeiramente um artista, instituição ou evento cultural. ” O patrocínio ou incentivo dado a artistas e literatos para a realização de suas atividades artísticas e culturais, como exposições, restauração de obras de arte e monumentos, peças de teatro e feiras de livro é chamado também de Mecenate. Mecenas e consequentemente Mecenate, são termos que derivam do nome de Caio Cílnio Mecenas (em latim: Gaius Cilnius Maecenas) (70 a.C. — 8 a.C.) que foi um cidadão romano da época imperial. Segundo Tales dos Santos Pinto – in: PINTO, Tales dos Santos. "O mecenate na história"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historia/o-mecenate.htm>. Acesso em 04 de janeiro de 2020 – Caio Mecenas foi “[...] político romano, ministro e conselheiro do Imperador Otávio Augusto. Mecenas era um membro da classe dos cavaleiros e um rico cidadão romano que foi incumbido pelo imperador a financiar a produção artística e literária de vários nomes de vulto da cultura romana, como os poetas Virgílio, Horácio e Ovídio, bem como o historiador Tito Lívio. Durante o período das ações de incentivo à produção cultural de Mecenas e Otávio Augusto, conhecido como o “Século de Augusto”, Roma conheceu importantes mudanças em seu cenário urbano. Templos, teatros, anfiteatros e esculturas foram construídos na capital do Império Romano. ” Durante a Idade Média a prática do Mecenate entrou em declínio, porém, durante o Renascimento Cultural europeu (entre os séculos XV e XVI) e com o enriquecimento de uma parcela dos comerciantes que habitava cidades da Península Itálica durante esse período, a prática do mecenate foi reavivada. Graças aos Mecenas, as artes plásticas, a pintura e escultura, a literatura e a arquitetura, tiveram um grande desenvolvimento nesse período. A prática do Mecenate na época se devia ao fato de que era um meio de se obter prestígio e reconhecimento na sociedade, dessa forma, grandes comerciantes, banqueiros, condes, príncipes e bispos, financiavam e investiam fortemente na produção artística de artistas ou literatos. Também a burguesia na época emergente, passou a praticar o mecenate com a finalidade de se alcançar mais facilmente o *status* de nobreza, prestígio e escalada social. Com a ascensão do capitalismo o mecenate continuou a ser praticado sobretudo, a partir do século XIX quando as grandes fortunas proporcionadas pelo capitalismo industrial e financeiro proporcionaram um mecenate mais intensivo visando a promoção de produtos e serviços ofertados pelos grandes burgueses. Ainda segundo Tales dos Santos Pinto, “nomes como Guggenheim, Whitney, Rockefeller e Ford investiram fortunas no incentivo cultural nos Estados Unidos, criando fundações que existem até os dias atuais. ” Com o limiar das Políticas Culturais a partir da segunda metade do século XX, os Estados também passaram a imprimir o termo Mecenate em suas ações objetivas para setor.

Barbalho (2007) corrobora com Castanho e aponta os principais fatores desfavoráveis ao surgimento de uma política cultural naquele momento, ressaltando que

O período da velha Primeira República não facilita este processo constitutivo. Diante de um excipiente mercado de bens simbólicos, sobressai, em todo esse período, a forte dependência de nossos artistas e pensadores em relação aos aparelhos estatais (raramente ligados a questões culturais) configurada nas sinecuras, cargos no funcionalismo público que permitem sua sobrevivência material. (BARBALHO, 2007, p.38-39).

Em Rubim (2007), encontramos o fechamento da questão – ao menos é este o ponto de vista que estamos tomando neste trabalho, não esgotando, contudo, a possibilidade de outros olhares – com o apontamento de ações culturais pontuais e não uma política cultural, pois,

A oligárquica república brasileira dos finais do século XIX até os anos 30 também não teve condições de forjar um cenário propício para o surgimento das políticas culturais nacionais. Apenas foram realizadas ações culturais pontuais, em especial, na área de patrimônio, preocupação presente em alguns estados. Nada que possa ser tomado como uma efetiva política cultural. (RUBIM, 2007, p.14).

Ainda afiança Rubim que por certo, “[...] não se pode pensar a inauguração das políticas culturais nacionais no Segundo Império, muito menos no Brasil Colônia ou mesmo na chamada República Velha (1889–1930)” (RUBIM, 2007, p.13). Assim, o marco inaugural de uma política sistemática para a cultura e para a literatura no Brasil, como veremos a seguir, é a década de 1930 com o advento da República Nova.

2.2 A era Vargas (1930-1945): inauguração da política pública para cultura e literatura no Brasil

A “política café-com-leite” que garantia o revezamento do comando da nação entre paulistas e mineiros nas primeiras décadas do período republicano sofreu uma ruptura com a Revolução de 30.⁹ Com a ascensão de Getúlio Vargas¹⁰ à presidência da república, tivemos o

⁹ Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV) em seu dicionário online - <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3> - de verbetes temáticos, a Revolução de 1930 foi um “Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militar do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de Washington Luís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1º de março anterior. O movimento tornou-se vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório a 3 de novembro do mesmo ano. As mudanças políticas, sociais e econômicas que tiveram lugar na sociedade brasileira no pós-1930 fizeram com que esse movimento revolucionário fosse considerado o marco inicial da Segunda República no Brasil. ”

¹⁰ O governo de Vargas ficou conhecido como a Era Vargas sendo segundo Calabre (2009) “[...] dividido em três momentos distintos: o governo provisório (1930-1934); o período constitucional (1934-1937); a ditadura do Estado novo (1937-1945)” (CALABRE, 2009, p.15).

início de um processo de transição de um Estado agrário-exportador para um Estado urbano-industrial cuja consolidação se daria na década de 1950 com o governo de Juscelino Kubitschek.

Este processo se traduziu em novos rumos para o país em que “[...] industrialização; urbanização; modernismo cultural e construção do estado nacional centralizado, política e administrativamente, são algumas das faces do renovado país” (RUBIM, 2007, p.14).

No setor cultural é o momento em que o Estado passa atuar pela primeira vez de maneira sistematizada, pois, a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde (MES) em 1930, criou-se o Departamento Nacional de Ensino em que “[...] os museus, as bibliotecas e as escolas de arte ficaram subordinados ao referido departamento.” (CALABRE, 2009, p.17).

No ano seguinte, o Conselho Nacional de Educação foi criado por meio do Decreto nº 19.850 objetivando

[...] ‘elevar o nível da cultura brasileira’ e, entre as atribuições, promover e estimular a iniciativa em benefício da cultura nacional; em outras palavras, acreditava-se que a população brasileira possuía um baixo nível cultural originado pela falta de acesso e conhecimento da produção artística e cultural erudita, cabendo ao governo reverter tal situação. [Foi assim que] pela primeira vez, surgia na legislação do MES referências ao campo da cultura. (CALABRE, 2009, p.17).

Para Barbalho (2007) o que se tentava naquele momento era um projeto nacionalista voltado para a elite brasileira que queria implantar uma cultura consensual. O autor defende que:

Há a tentativa de criar uma “cultura do consenso” em torno dos valores da elite brasileira, e o projeto de uma “cultura nacionalista” é o espaço para aproximar parcelas da intelectualidade, mesmo aquela não alinhada diretamente ao regime. Para implementar tais tarefas, o Estado getulista promove a construção institucional de espaços, físicos ou simbólicos, onde os intelectuais e artistas possam trabalhar em prol do caráter nacional. (BARBALHO, 2007, p.40).

Esse projeto nacionalista empreendido por Vargas, buscava romper com o pensamento racista imperante no país que via o homem mestiço (grande maioria da população), como um sujeito preguiçoso, bruto e com pouquíssima capacidade.

Portanto, a valorização da nacionalidade como política de Estado orienta a ação do governo na área cultural ao glorificar a cultura popular mestiça, elevando-a a símbolo nacional. O “popular”, ou o folclore, retirado do local onde é elaborado, ocultando assim as relações sociais das quais é produto, funciona, nesse momento de constituição da “cultura brasileira”, como força de união entre as diversidades regionais e de classe. A mestiçagem amalgama os tipos populares em um único ser, o Ser Nacional, cujas marcas são a cordialidade e o pacifismo. (BARBALHO, 2007, p.41).

Assim, coube aos intelectuais a serviço do governo a construção de um discurso de valorização da mestiçagem entre o branco, o indígena e o negro sem, contudo, apagar o passado, ou seja, manter com a tradição.

É sob essa perspectiva que vimos surgir as primeiras ações objetivas do Estado brasileiro que podem ser consideradas como política cultural de fato. Dentre elas destacam-se o Serviço Nacional de Teatro (SNT), o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) “[...] que coordenava várias áreas: radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa. Além de fazer propaganda externa e interna do regime, exercer a censura e organizar as manifestações cívicas” (BARBALHO, 2007, p.42).

Para alcance em nível nacional do ‘projeto de construção da nação’ sob a ótica do regime Getulista, o DIP foi estruturado em departamentos estaduais aos quais cabiam a execução das linhas de ação definidas pelo órgão federal em relação aos mais variados produtos culturais vinculados as instituições criadas cabendo ao Estado a decisão de que tipos de benefícios e a quem os mesmos seriam concebidos e para quais fins.

No que tange a literatura em específico, destaca-se a criação em 1937 do Instituto Nacional do Livro (INL)¹¹ que segundo Calabre, tinha como atribuições previstas o que rezava o artigo 2º do decreto de sua constituição. São elas:

.**organizar** e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições; . **editar** toda sorte de obras raras ou preciosas, que fossem de grande interesse para acultura nacional; . **promover** as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país, bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros; . **incentivar** a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional. (CALABRE, 2009, p. 40, grifos nossos).

Para gerenciamento do INL foi convidado inicialmente pelo ministro Gustavo Capanema o escritor Mário de Andrade, porém, o mesmo recusou o convite; assim a diretoria ficou a cargo de outro escritor, Augusto Meyer.

Com Meyer o INL atuou conforme previsto em lei por meio de três seções: a primeira ficou responsável pela Enciclopédia Brasileira e pelo Dicionário Geral de Língua portuguesa, tendo como chefe imediato Américo Facó e consultoria de Mario de Andrade; a segunda atuou na edição e publicação de obras raras tendo como primeiro chefe Sérgio Buarque de Holanda; a terceira que previa a organização e manutenção das bibliotecas públicas ficou a cargo do próprio Meyer.

Entre 1937 e 1945, a principal política do INL foi colocar em circulação obras esgotadas e lançamentos de livros que não geravam interesse no mercado editorial, sempre a preços mais acessíveis. No ano de 1938, foram editados 78 títulos e, em

¹¹ Segundo Calabre (2009) o INL foi criado pelo Decreto-lei nº 93, de 21 de Dezembro de 1937 conforme previsto no artigo 44 da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Cabe explicar que o artigo 44 previa a criação do Instituto Cairu que seria responsável pela organização da Enciclopédia Brasileira, no entanto, quando da criação o mesmo foi transformado em INL.

1945, 332. Assim, o instituto apresentou no período um crescimento de 24% em sua produção anual. No caso da política de bibliotecas, a solução encontrada foi a de efetuar convênios direto entre o INL e as prefeituras. (CALABRE, 2009, p.41).

Ainda cabe registrar em relação ao INL, o projeto de Meyer de criar bibliotecas populares no Distrito Federal (ainda do Rio de Janeiro) e bibliotecas centrais nas principais capitais brasileiras, sendo estas últimas, dirigidas por bibliotecários diplomados na Fundação Biblioteca Nacional (FBN), ou seja, planejava-se o que seria o embrião de um sistema nacional de bibliotecas públicas. No entanto, nenhuma das iniciativas foram de fato implementadas conforme Calabre (2009).

Por esta atuação sistematizada em que o Estado criou marcos legais, traçou metas, objetivos e em certa medida executou o que fora sistematizado é que podemos entender como sendo o momento inaugural da política cultural no Brasil e com ela inaugura-se também a política pública de Estado para a literatura, para o livro e para a promoção da leitura apesar de todas as ressalvas, discussões e reflexões que as mesmas podem e devem suscitar.

Contudo não é esta a primeira experiência efetiva de uma política cultural implementada no país em relação a cultura e literatura. É preciso que se deixe registrada a pioneira iniciativa do município de São Paulo que já em 1935 criou o Departamento de Cultura e Recreação da cidade de São Paulo.

2.3 O Departamento de Cultura São Paulo: um registro importante

A iniciativa do município de São Paulo de criar em 1935 o Departamento de Cultura e Recreação¹² é sem dúvidas uma experiência importante no surgimento das políticas públicas para o setor cultural e literário brasileiro sendo a mesma uma proposta inovadora que dialogava conforme Calabre (2009), com muitas das ideias modernistas e teve como primeiro diretor o escritor Mário de Andrade.

Para Antônio Cândido no *Prefácio* do livro *Mário de Andrade por ele mesmo* (1977) de Paulo Duarte, a iniciativa dos paulistas foi um projeto centrado na humanização do sujeito. Neste sentido o estudioso afirma que não foi somente uma

[...] rotinização da cultura, mas a tentativa consciente de arrancá-la dos grupos privilegiados para transformá-la em fator de humanização. [tendo sido criado] para pesquisar, divulgar e ampliar ao máximo a fruição dos bens culturais – desde o requinte dos quartetos de corda até o incentivo às manifestações folclóricas, desde a

¹² “O Departamento de Cultura foi criado oficialmente pelo Ato nº 861, de 30 de Maio de 1935 e consolidado e modificado pelo prefeito Fábio Prado, através do Ato nº 1.146, de Julho de 1936.”(PINHEIRO, 2016, p. 48)

pesquisa sociológica e etnográfica até a recreação infantil pedagogicamente orientadas. (CÂNDIDO, 1977, p.14).

Duarte (1977) explica como se dava o trabalho no departamento paulista, segundo ele o ritmo era intenso com levantamentos demográficos embasados cientificamente, além de ações como “[...] restauração de documentos quase perdidos, museu da palavra, pesquisas folclóricas, congresso da língua nacional cantada, coro madrigalista organizado, entre outros projetos” (DUARTE, 1977, p.53).

No setor literário houve segundo Calabre (2009), diversas ações objetivas como o investimento na qualificação profissional por meio da criação de um curso para formação de bibliotecários, além disso,

novas bibliotecas foram criadas, os acervos antigos atualizados, ao mesmo tempo em que ocorriam concursos públicos de literatura, inclusive com publicações como forma de premiação para divulgação e estímulo da produção local. O projeto previa a existência da biblioteca pública municipal, das bibliotecas circulantes – instaladas em um caminhão que estacionava a cada dia em uma praça diferente da cidade – e das bibliotecas populares. (CALABRE, 2009, p.20).

A política cultural proposta pela iniciativa do município paulista, ofereceu contribuições importantes no processo de constituição das políticas de Estado para as Artes, para Cultura e para a Literatura em nosso país, dentre as várias contribuições, elencamos aquelas descritas por Rubim (2007) que as consideram inovadoras por:

1. estabelecer uma intervenção estatal sistemática abrangendo diferentes áreas da cultura; 2. pensar a cultura como algo “tão vital como o pão”; 3. Propor uma definição ampla de cultura que extrapola as belas artes, sem desconsiderá-las, e que abarca, dentre outras, as culturas populares; 4. Assumir o patrimônio não só como material, tangível e possuído pelas elites, mas também como algo imaterial, intangível e pertinente aos diferentes estratos da sociedade; 5. Patrocinar duas missões etnográficas às regiões amazônica e nordestina para pesquisar suas populações, deslocadas do eixo dinâmico do país e da sua jurisdição administrativa, mas possuidoras de significativos acervos culturais (modos de vida e de produção, valores sociais, histórias, religiões, lendas, mitos, narrativas, **literaturas**, músicas, danças etc.). (RUBIM, 2007, p. 15, grifos nossos).

Apesar de importante, há que se registrar que o projeto paulista sofreu algumas críticas dentre elas, destaca Rubim (2007), uma certa imposição da cultura de elite e uma falta de atenção com a questão do analfabetismo na já excludente sociedade brasileira, especialmente aquela dos anos de 1930. “Mas tais limitações não podem obscurecer a exuberância e criatividade deste marco inicial das políticas culturais no Brasil”. (RUBIM, 2007, p.16).

A experiência pioneira de que estamos falando perdurou de 1935 a 1938, quando ocorreu o golpe do Estado Novo do governo Getulista. Com a mudança do governo na capital paulista (destituição do prefeito Fábio Prado e nomeação do interventor Prestes Maia), Mário

de Andrade colocou o cargo à disposição deixando um marco na história da política brasileira para a cultura.

Juntas, estas iniciativas – Vargas/Capanema em âmbito federal e Prado/Mário de Andrade em São Paulo – se traduzem nas primeiras políticas públicas de Estado para cultura/literatura brasileira. Ao mesmo tempo inauguradoras, elas criam uma terceira – já que a primeira foi ausência do Estado e obscurantismo no período colonial e a segunda o elitismo e alta exclusão social entre o império e a primeira república - e difícil tradição no país: “[...] a forte relação entre governos autoritários e políticas culturais [que] irá marcar de modo substantivo e problemático a história brasileira das políticas culturais nacionais. (RUBIM, 2007, p. 18).

A difícil tradição de que fala Rubim, pode ser verificada no período seguinte que apesar de marcado por ares democráticos e de grande crescimento cultural, não presenciou grandes avanços no que se refere a atuação do Estado em relação as políticas culturais.

2.4 Interregno democrático e silêncio estatal: 1945 a 1964

O período subsequente a era Vargas é visto por Rubim (2007) como um ‘interregno democrático de 1945 a 1964’ que representou para o setor cultural um paradoxo em relação a política pública pois:

O esplendoroso desenvolvimento da cultura brasileira que acontece no período, em praticamente todas as suas áreas – arquitetura, artes plásticas, ciência, cinema, cultura popular, dança, fotografia, humanidades, literatura, música, rádio, teatro etc – não tem qualquer correspondência com o que ocorre nas políticas culturais do Estado brasileiro. [...] Para não reter apenas o silêncio, cabe lembrar algumas ações pontuais do período democrático. A instalação do Ministério da Educação e Cultura, em 1953; a expansão das universidades públicas nacionais; a Campanha de Defesa do Folclore e a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (iseb)¹³, órgão vinculado ao mec. (RUBIM, 2007, p.18).

Esta não correspondência por parte do governo se verifica também em Calabre (2009), para ela, o Estado esteve pouco atuante no período. “A maior parte das ações se restringia a regulamentar e dar continuidade às instituições que foram criadas no governo Vargas.” (CALABRE, 2009, p.45).

¹³ - Segundo Calabre (2009) “O Iseb foi criado por meio do decreto nº 37.608, em 14 de julho de 1955 [...] como um curso permanente de altos estudos políticos e sociais, de nível pós-universitário, com ‘autonomia administrativa’ e ‘plena liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra’.” (CALABRE, 2009, p.53).

A autora destaca além do MEC e do ISEB, a criação Conselho Nacional de Cultura (CNC)¹⁴, mas lembra que “[...] algumas comissões não estavam completamente instauradas e a Comissão Nacional de Literatura não se fazia presente” (CALABRE, 2009, p.60). Segundo a autora o recém-criado CNC não funcionou por muito tempo por conta da renúncia do presidente Jânio Quadros e foi reformulado em 1962¹⁵ passando “[...] a ser constituído por sete membros designados pelo presidente da república” (CALABRE, 2009, p.61).

Como ação objetiva o CNC propôs a realização do projeto “Trem da Cultura” que deveria reunir diversas manifestações culturais e disseminá-las via Rede Ferroviária Nacional, o que acabou não se realizando. Conforme Calabre (2009), uma outra iniciativa parecida foi apoiada, chamado de “Caravana da Cultura” o projeto de circulação de bens culturais “[...] era composto por apresentações de espetáculos de música erudita, canto, coral, distribuição de livros e discos de músicas erudita e popular” (CALABRE, 2009, p.62).

Pensando especificamente no setor literário, observamos que cabe destacar a criação da Companhia Nacional do Livro¹⁶ em 1960 com o objetivo, segundo o Artigo 2º, de: “realizar, tendo em vista a elevação do nível cultural brasileiro, a difusão e a divulgação do livro no país, a par do seu aprimoramento, assim como promover, em colaboração com a Biblioteca Nacional, o conhecimento e a propaganda do Livro Nacional no estrangeiro.”

Para o alcance deste objetivo o decreto traça em seu artigo 3º algumas ações, dentre elas destacamos:

[...] b)organizar e publicar obras de interesse cultural, inclusive a "Revista do Livro"; c) diligenciar, por todos os meios a seu alcance, no sentido de ser aumentada, melhorada e barateada a edição de livros no país, e, bem assim, de ser facilitada a importação de livros estrangeiros; d) incentivar a organização e auxiliar a manutenção, em todo o território nacional, de bibliotecas públicas, escolares e consideradas de utilidade pública; [...] f) organizar congressos, festivais e exposições de livros, no país e no estrangeiro, em colaboração com a Biblioteca Nacional; g) distribuir prêmios às melhores obras publicadas no país; h)promover a realização de filmes documentos de divulgação do livro, de bibliotecas e de nossa história literária; [...] j)criar e manter bibliotecas-modêlo e bibliotecas volantes em todo o território nacional; [...].

Ainda podemos citar a criação do Serviço Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP)¹⁷ em 1961 cujos objetivos, segundo o artigo 1º eram:

a) Incentivar as diferentes formas de intercâmbio bibliográficos entre as bibliotecas do País; b) Estimular a criação de bibliotecas públicas e, especialmente de sistemas

¹⁴ Conforme Calabre (2009) Promulgado pelo Decreto nº 50.293 de 23 de fevereiro de 1961, instalado em sessão do dia 20 de maio de 1961 e regulamentado por meio do Decreto nº 51.163 de 27 de julho de 1961.

¹⁵ Pelo Decreto nº 771 de 23 de março de 1962.

¹⁶ Criada pelo decreto nº 48.902, de 27 de agosto de 1960.

¹⁷ Criado por meio do decreto nº 51.223, de 22 de agosto de 1961.

regionais e bibliotecas; c) Colaborar na manutenção dos sistemas regionais de bibliotecas; d) Promover o estabelecimento de uma rede de informações bibliográficas que sirva a todo o Territorial Nacional.

Conforme Pinheiro (2016) como resultado desta política, o SNBP já contava com onze mil bibliotecas cadastradas em 1967 e neste período o INL, “[...] mantinha um serviço de orientação biblioteconômica que servia como fonte de consulta para as bibliotecas que não tinham estrutura para fazer o serviço de organização de documentos” (PINHEIRO, 2016, p.57).

Como se nota, no interregno democrático tivemos um crescimento nunca antes visto na produção de bens e serviços culturais, por outro lado convivemos com um quase silêncio por parte do Estado em relação a política cultural para os diversos setores, dentre eles o literário.

Esta situação somente sofreria alterações significativas no período ditatorial, ou seja, voltaríamos conforme identifica Rubim (2007) e Barbalho (2007) a triste tradição da relação entre política cultural e autoritarismo no Brasil.

2.5 Autoritarismo e política cultural (1964 -1985): repressão, censura e disciplina

Com um novo momento de autoritarismo a partir do golpe de 1964 em que se instaurou o regime militar no país, a cultura novamente voltou a ser estratégia de propagação do pensamento ditatorial com fins de dominação para a garantia de uma nacionalidade que agora se apresentava sob o lema da proteção e da integração.

Verificamos a continuidade da política cultural adotada por Vargas, ou seja, não há um rompimento com o passado, apenas uma nova roupagem visando manter a tradição conservadora que ligava um momento ao outro. É como afirma Barbalho (2007):

A “Mitologia Verde-Amarela”¹⁸, sempre re-trabalhada pelas elites brasileiras de acordo com o contexto, assume agora o lema *Proteger e Integrar a Nação*. Com isso, a cultura popular, elemento central dessa mitologia, é apropriada pela classe dominante através de determinada visão do nacional-popular que representa a nação de forma unificada. (BARBALHO, 2007, p. 41).

Barbalho no livro *Textos nômades: Política, Cultura e Mídia* (2008), aponta que este processo de proteção e integração com vistas a construção de uma nação unificada, pauta-se na conformação do país com o capitalismo. Para ele:

Se a década de 1930 é reconhecida como marco na instauração de um projeto de capitalismo moderno no Brasil, a partir do golpe de 64 ocorreu a reorganização econômica e política do país. O Brasil entrou, dessa forma, no circuito internacional do capitalismo, não apenas como plano, mas como fato consolidado. O Estado

¹⁸ Movimento ideológico, denominado por Marilena Chaui (1986). Para tanto recomenda-se um estudo em: CHAUI, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

reorganizado passou a operar dentro de uma lógica cada vez mais planejada. (BARBALHO, 2008, p.66).

Isto demonstra que o regime militar não se restringiu a uma ação de repressão na cultura. “Havia o interesse em atuar na área, como forma de coloca-la sob sua orientação, justamente por perceber a dimensão e a força política da produção simbólica” (BARBALHO, 2008, p.66).

Nesse sentido é que entendemos que “[...] a preocupante tradição retorna e mais uma vez autoritarismo e políticas culturais vão estar associados. Novamente uma ditadura no Brasil aciona ativamente as políticas culturais” (RUBIM, 2007, p.20).

Neste contexto, o governo de Castelo Branco (1964 – 1968) criou em 1966 o Conselho Federal de Cultura (CFC)¹⁹ que “[...] reunia intelectuais renomados, de perfil conservador e escolhidos entre instituições consagradas como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras (BARBALHO, 2008, p.67).

Estes intelectuais que participaram de forma ativa da criação do CFC eram bastante próximos ao poder, o que demonstra que o conselho correspondia à necessidade do regime militar em imprimir na sociedade determinada visão de cultura, ou seja, aquela que melhor se adequasse aos seus interesses.

Neste sentido já no governo do Presidente Médici (1969 – 1974), conforme Calabre (2009), o MEC sofreu uma reformulação em 1970²⁰, o CFC passou a integrar o corpo de órgãos normativos do ministério e o setor cultural que era subordinado aos assuntos extraescolares, passou a contar com o Departamento de Assuntos Culturais (DAC) composto por uma assessoria técnica e uma divisão de atividades auxiliares.

E assim, o CFC organizou no início de 1973 a pedido do governo, as diretrizes para a elaboração de uma política nacional de cultura “[...] que após serem submetidas à apreciação do presidente da República, deveriam ser desdobradas pelo Departamento de Assuntos Culturais em planos, projetos e políticas” (CALABRE, 2009, p.77).

Ainda no governo Médici se faz necessário registrar a criação do Programa de Ação Cultural (PAC) que foi apresentado como um projeto de financiamento de eventos culturais. “Lançado em Agosto de 1973, o plano teve como meta a execução de um ativo calendário de eventos culturais, com espetáculos nas áreas de música, teatro, circo e cinema” (CALABRE, 2009, p77).

¹⁹ Conforme Calabre (2009) o CFC foi criado por meio do Decreto-lei nº 74, de 24 de Novembro de 1966.

²⁰ Decreto nº 66.697, de 27 de Julho de 1970, conforme Calabre (2009).

Na gestão do presidente Ernesto Geisel (1974 – 1978), implantou-se entre 1975 e 1976 o Plano Nacional de Cultura (PNC) com os seguintes componentes básicos:

[...] apoio direto e acompanhamento das fontes culturais; **dinamização do mercado de publicações**; revalidação dos patrimônios histórico e científico; apoio às áreas de produção teatral, produção cinematográfica, produção de música e dança; implementação das artes plásticas; a difusão da cultura através dos meios de comunicação de massa. (MEC, 1977, p. 32;34, *apud*, Calabre, 2009, p.80, grifos nossos).

Outro ponto a destacar do governo Geisel, foi previsão da criação da Secretaria de Assuntos culturais (SEAC)²¹ demonstrando um crescimento do setor cultural dentro do MEC. Entre as suas atribuições estavam o planejamento, a coordenação e supervisão da execução da política cultural e a realização de atividades culturais “[...] em âmbito nacional, prestando cooperação técnica e financeira às instituições públicas e privadas, de modo a estimular as iniciativas culturais” (CALABRE, 2009, p.92).

A nova secretaria foi de fato implementada já no governo do presidente João Figueiredo (1979 – 1985) e ironicamente assumiu uma postura que em certa medida pode ser caracterizada como similar ao ideário cultural reprimido em 1964.

Conforme Calabre (2009), isto se notou no discurso do então ministro da Educação e Cultura Eduardo Portela que em conferência na Escola Superior de Guerra datada de 16 de julho de 1979 defendeu que as ações para o setor cultural:

[...] deveriam ter como objetivo a incorporação de práticas culturais do conjunto da população e, em especial as dos grupos periféricos, às políticas públicas de cultura [sendo] constantes as referências à necessidade do atendimento das populações marginalizadas, da adequação das ações do governo às peculiaridades regionais e da implementação de uma política cultural de base popular. (CALABRE, 2009, p.95).

Ainda cabe destacar como ação organizativa do setor cultural no último governo militar a transformação da SEAC em Secretaria de Cultura (SEC)²² “[...] a qual ficaram vinculadas duas subsecretarias: do Patrimônio Histórico e Artístico e de Assuntos Culturais” (CALABRE, 2009, p.97). Estavam criadas as condições que levariam o setor cultural a em breve ser tratada por um ministério próprio.

Assim, foram criados diversos outros órgãos voltados à política cultural no regime militar, dentre eles cabe destacar: o Instituto Nacional de Cultura (INC) em 1966, a Empresa Brasileira de Filmes (EMBRAFILME) em 1968, o Programa Cidades Históricas (PCH) e o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA) em 1973, a Fundação Nacional das Artes

²¹ Decreto nº 81.454 de 17 de março de 1978, segundo Calabre (2009).

²² Promulgada segundo Calabre (2009) pela Portaria Ministerial nº 276, de 10 de Abril de 1981.

(FUANARTE) e o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) em 1975, e Conselho Nacional de Cinema (CNC) e a Radiobrás em 1976, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a Fundação Pró-Memória entre 1978 e 1979.²³

Face a esse processo de institucionalização e organização do setor cultural empreendido pelo regime militar, constatamos que é o período que marca até então, a maior atuação do Estado enquanto construtor de Políticas Públicas para as artes e para a cultura. No entanto, cabe lembrar que se trata de uma estratégia de dominação do Estado via disseminação apenas das ideias que corrobore com um pensamento único, não havendo espaço para posições contrárias.

Um dos setores que mais sofreram com o controle estatal foi o literário, sendo a década de 1970 o período de maior intensidade da censura. O Ministério da Justiça (MJ) por meio do decreto-lei 1.077, de 26 de janeiro de 1970, determinou que a publicação de livros e periódicos (nacionais ou não) em todo o território nacional passava a subordinar-se a Polícia Federal (PF), a quem caberia verificar, previamente, no material analisado, a existência ou não de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes.

Uma vez identificada a ofensa o material era proibido de circular no país sendo determinada a busca e apreensão de todos os exemplares que porventura tivessem sido editados. Em caso de distribuição de alguma publicação sem a prévia autorização, os “infratores” estavam sujeitos (independente da responsabilidade criminal) a multa no valor do preço de venda do produto e a perda de todos os exemplares que eram incinerados às custas do mesmo. Para Castro (2005) essa atuação do Estado,

[...] demonstra o caráter cerceador das idéias e da livre expressão, ações próprias dos períodos onde um pequeno grupo controla o político, social, econômico e cultural de toda uma sociedade. Portanto, as instituições que lidam com a cultura e a educação, a biblioteca e a escola, por exemplo, são diretamente atingidas e os profissionais que nelas atuam, ao assumirem uma atitude de concordância com os modos de transmissão do saber ou censurar o que deve ser posto à mão do leitor, contribuem sem dúvida para a reprodução do regime estabelecido. (CASTRO, 2005, p.99-100).

Maria Mercedes Dias Ferreira Otero em sua tese de doutorado sobre a *Censura de livros durante a Ditadura Militar* (2003), defende que houveram duas formas de censura: uma aplicada pelo Ministério da Justiça que era de ordem repressiva e proibia a edição e circulação de publicações conforme descrevemos acima e a outra era de ordem disciplinadora sendo aplicada pelo MEC via INL que incentivava publicações em coedição²⁴ dentro dos parâmetros

²³ As formas de atuação de todos esses órgãos e os resultados por eles alcançados tem sido objeto de diversos estudos das mais diferentes áreas do conhecimento. Não apresentamos aqui um estudo mais aprofundado dos mesmos por ser o nosso objeto o setor literário.

²⁴ A política de coedição foi determinada pelo MEC via Portaria nº 35 de 11 de março de 1970. O referido documento pode ser conferido na íntegra na em OTERO (2003, p.197-198) ou no DOU n. 38 de 30/03/70, p.2340.

de sua linha editorial a qual pautava-se em subsidiar as obras que reforçassem a lógica da ditadura militar.

Neste sentido, a política adotada pelo INL naquele momento mostrava uma preocupação do Estado em adotar uma política cultural que melhorasse os acervos das bibliotecas públicas (outro setor de responsabilidade do órgão) com ‘livros de real valor cultural’ – em geral somente os clássicos da literatura brasileira produzidos até então eram considerados como detentores destes valores - como dignos, barateamento dos exemplares e ampliação da quantidade de leitores.

Para isso determinava que os recursos fossem aplicados em co-edições com editoras nacionais. Isso fortaleceu a indústria do livro e ao mesmo tempo conferiu maior controle sobre o que se produzia. Embora não celebrasse convênios diretamente com os autores, permitia-lhes ‘submeter seus originais diretamente ao órgão para exame’. Na prática, constituía uma censura prévia. O mesmo procedimento se repetia com as editoras ao exigir, da editora interessada, a submissão dos originais à Comissão de Leitura e Aquisição, com o poder de rejeitar ou conceder o *‘imprimatur’*. (OTERO, 2003, p. 199).

Outra forma de também disciplinar segundo Otero (2003) era que a proposta de coedição poderia partir do INL sendo que essas tinham prioridade sobre aquelas encaminhadas pelas editoras inibindo-lhes a iniciativa de proposição. Havia também o desejo de propaganda, fato que se verificava na exigência de menção ao convênio na folha de rosto e o valor subsidiado na segunda capa dos livros publicados.

Uma vez celebrado o convênio, um quinto da publicação (que não poderia ser menor que 5.000 exemplares), era adquirida pelo INL para a distribuição de acervo às bibliotecas públicas que se cadastrassem junto ao instituto, o que para Otero (2003) era uma espécie de censura econômica imposta pelo Estado pois ele se tornava uma das forças que formavam o mercado.

Quanto as estratégias e os mecanismos de controle para alcançar os objetivos da censura disciplinadora, o INL se utilizava de peritos para a emissão de pareceres indicando ou não publicação em coedição. Neste sentido cabe aqui registrar a atuação dos peritos e da Comissão de Leitura e Aquisição pois, eram “[...] todos eles intelectuais que participaram da política gerencial da ditadura militar” (OTERO, 2003, p. 204-205) tendo sido recrutados nos diversos aparelhos ideológicos do Estado.

O MEC recrutava os intelectuais do Conselho Federal de Cultura (CFC), Comissão de Moral e Civismo, Academia Brasileira de Letras, entre outros, para produzirem pareceres ‘positivos’ que afirmariam e incentivariam um determinado tipo de orientação. Evidentemente, quando a obra era submetida à Comissão de Leitura e Aquisição contivesse elementos em contradição com a estrutura do poder armado da ditadura, era rejeitada. O veto não era categórico e explícito [...] era ‘evasivo e impreciso’ [...]. (OTERO, 2003, p.210).

Para ilustrar a questão fazemos aqui um *apud* de três pareceres citados por Otero (2003) a partir de Oiticica (1997). Neles, fica evidente a forma como agia a censura disciplinadora a favor do Estado via peritos intelectuais recrutados pelo próprio Estado. Ainda é possível observar a vagueza e a imprecisão dos argumentos apresentados pelos peritos para encortinar os reais motivos:

[...] o medo do novo e da vanguarda cultural, concretizado através da rejeição a qualquer ‘experimentalismo formal às experiências contra-culturais’; o moralismo tanto de costumes quanto religioso; o ideológico que ia do anticomunismo, proteção da imagem dos militares e do governo militar até o engajamento político do autor contra o regime. (OTERO, 2003, p.210).

O primeiro deles é o parecer nº 785/72 recebido pelo romance *Objeto Gritante* – que mais tarde seria intitulado como *Água viva* - de Clarice Lispector. O texto do parecerista Hélio Pólvora²⁵ que também era escritor dizia o seguinte:

Romance certamente não é, Clarice Lispector resolveu abolir o que chama de ‘técnica’ de romance e escrever segundo um processo de livre associação de idéias, ou de palavras. Tem-se a impressão, lendo este seu novo livro, que ela colocou o papel na máquina e foi registrando o que veio à cabeça, sem preocupação de unidade, coerência e fábula. ‘Objeto Gritante’ é mais uma de suas ‘coisas’, das muitas ‘coisas, que Clarice Lispector tem perpetrado sob o rótulo de romance. Ela considera-o ‘um monólogo com a vida’. Aprecio Clarice Lispector como contista, mas seus romances, à exceção de alguns capítulos de ‘Maçã no Escuro’, me transmitem a sensação de obra produzida no vazio. Se dependesse de mim, recusaria o livro, embora correndo o risco de cometer heresia. Afinal, Clarice Lispector é um nome, é um caso literário, tem vasta audiência. Creio, no entanto, que em se tratando de obra de vanguarda, no plano artístico, o editor deveria assumir sozinho a responsabilidade do produto. (OITICICA, 1997, *apud*, OTERO, 2003, p.211)

O segundo parecer que apresentamos é o de nº 348/71 emitido por Otávio Faria²⁶ considerando o romance *O Sargento Getúlio* de João Ubaldo Ribeiro como pornográfico em alguns trechos. Segue o parecer:

O romance de João Ubaldo Ribeiro traz uma espécie de subtítulo em que se lê ‘Nesta história, o Sargento Getúlio leva um preso de Paulo Afonso à barra dos coqueiros. É uma história de arete’. É realmente esta trajetória que nos é descrita, longa e exaustivamente, na mais crua e naturalística das linguagens, sem outro vôleio que não o de uma descrição realista dos obstáculos que o Sargento Getúlio, jagunço a serviço do chefe local, encontra para levar a cabo a sua missão brutal e desumana. Não falta talento a João Ubaldo Ribeiro e creio que ainda há de se afirmar entre os nossos ficcionistas em futuro não muito distante. O que falta ao romance que se nos apresenta solicitando uma co-edição, são condições de publicação, todas as normas que seguimos, excessivamente cru na linguagem, com abundante e desnecessários

²⁵ Conforme Otero (2003) Hélio Pólvora integrava a lista de intelectuais a serviço do Estado sendo considerado uma das figuras altamente representativa da cultura brasileira na área de letras.

²⁶ Segundo Otero (2003) Otávio Faria (Rio, 1908 – 1980) foi membro do Conselho Federal de Cultura. Era um dos líderes da corrente autoritária católica. Sua grande obra *Tragédia Burguesa*, em 13 volumes, ‘na linha do romance francês’, recebeu um prêmio do Museu da Imagem e do Som em 1966. Em 1972 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. (OTERO, 2003, p. 207).

detalhes pornográficos, apresenta-nos um anti-herói que depõe contra a raça humana na sua selvageria quase nacional. Basta lembrar que este ‘contrastado’, na sua reação contra as ‘traições’ da política local que o enviou a Aracaju com seu preso, sofre uma espécie de processo de revolta ética cuja manifestação mais significativa é de, na impossibilidade de matá-lo ou castrá-lo (o prisioneiro), arrancar a coronhadas e uso de torquês, os seus quatro caninos, para puni-lo por uma hipotética tentativa de sedução feminina. Não vejo como recomendar romance tão triste e inumano aos benefícios da Portaria 35. Sugiro, porém, que se algum dos Membros da Comissão julgar oportuno, peça vista no volume. (OITICICA, 1997, *apud*, OTERO, 2003, p.213)

O terceiro parecer que selecionamos veta o ensaio *A Perversão Analítica* do respeitado crítico literário Luís da Costa Lima. Os motivos expressos pelo perito Adonias Filho²⁷ afirma Otero (2003), foram ideológicos. Segue o parecer:

O ensaio meramente opinativo, excessivamente prolixo, visa situar Cornélio Pena contra ele mesmo numa aculturação tão superficial quanto demagógica. Um ‘discurso’ para usar a palavra para usar ao gosto do A. e dos estruturalistas, efetivamente vazio de consequências. O flagrante interesse pelo social, que parece ter dominado o A. na leitura dos romances de Cornélio Pena, não omitiu apenas referências à linguagem ou à própria capacidade inventiva do ficcionista de *A Menina Morta*. Dir-se-á que um fanático do social – inteiramente a zero quanto à psicologia e tanto que foi incapaz de qualquer compreensão humana para o romancista e suas personagens – pensou ocupar a arena para negar um romancista em toda a sua única e grande percepção: a religiosidade e, muito mais que a religiosidade, a catolicidade. O romancista, confessadamente católico que é Cornélio Pena, que por isso mesmo tem Deus como a chave extrema de toda uma problemática existencial, jamais poderá ser reduzido a um repórter que informa pequenos episódios sociais. E, se um materialista sem preocupação com os problemas religiosos e estéticos o pseudo-crítico nada tinha a fazer visitando o autor de *Fronteira*. Tudo o que escreveu – e na verdade é que, escrevendo mal, escreveu muito para coisa alguma – não justifica o convênio. E, em consequência, voto contra o convênio. (OITICICA, 1997, *apud*, OTERO, 2003, p.215).

Se as obras que não comungavam ou não reforçavam o regime vigente eram rejeitadas, cabe registrar quais eram as mais bem vistas, ou seja, consideradas aptas a celebração do convênio para terem subsidiada a sua publicação pelo INL. Neste sentido percebemos que o sistema favorecia a coedição de obras clássicas de autores brasileiros, sendo estas consideradas como detentoras de ‘real valor cultural’ por relacionarem-se a questões de nacionalidade, tradição e ordem.

Para Otero (2003), o parecer nº 764/72 de Otávio Faria favorável a coedição do livro *Civilização e Cultura* de Luís Câmara Cascudo, revela essa visão paradigmática de ordem. Eis o parecer:

²⁷ Adonias Aguiar Filho (1915 – 1990), nascido em Itajuípe na Bahia, mudou-se para o Rio de Janeiro em 1936. “Colaborou com o jornal *A manhã*, em 1937, de Cassiano Ricardo e do suplemento *Letras e Artes*, de 1944 a 1949. Foi dono da Editora Ocidente, diretor do Serviço Nacional do Teatro, [...] do INL e da Biblioteca Nacional nas décadas de 60 e 70. [...] Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1965 e presidiu o Conselho Federal de Cultura em 1965, sendo o primeiro presidente deste conselho. Em 1968 recebeu o prêmio do Museu da Imagem e do Som. É de sua autoria *Corpo Vivo* (1961); *O Forte* (1965); *Os Servos e Memórias de Lázaro*. Definia-se politicamente conservador e democrata. Colocava-se acima dos dogmas ideológicos” (OTERO, 2003, p.207).

Com o modesto subtítulo: ‘Pesquisas e Notas de Etnografia Geral’, lança Luís Câmara Cascudo o seu grande e, talvez decisivo livro: *Civilização e Cultura*, [...]. Não julgo necessário é claro, emitir qualquer julgamento em caso tão indiscutível. Nem me sentiria com competência, caso entrasse no problema do mérito do livro. Não há quem não conheça e não reconheça, o valor do sociólogo e escritor Luís Câmara Cascudo. Sua competência no assunto estudado é por demais conhecida. E, quando outros méritos não tivesse a sua rigorosa e inteligente obra, é evidente que a odisséia dessas 700 páginas datilografadas que há mais de uma década vieram rolando em oficinas, e que vários anos já, levou, completa e irrecuperavelmente perdida, faria com que subscrevêssemos o gesto entusiasmado com que o Sr. Ministro Jarbas Passarinho o acorçou (sic) o autor a apresentá-la a uma co-edição na base na Portaria 115. [...] Nosso parecer é totalmente favorável à co-edição solicitada. (OITICICA, 1997, *apud*, OTERO, 2003, p.216).

Neste contexto, registra-se que os autores mais coeditados foram: Machado de Assis com 41 coedições; Maria Teresa Cunha Giacomo com 30 títulos coeditados; Francisco Martins e Mário de Andrade com 15 títulos cada um; Gilberto Freire, Monteiro Lobato e Cecília Meireles com 12 publicações; José de Alencar teve 11 títulos publicados; Capistrano de Abreu, Raimundo Magalhães Junior, Oswald de Andrade e Josué Montello somaram 9 coedições cada; Euclides da Cunha com 7 títulos encerra a lista de autores mais bem vistos pelo INL. Os demais autores com obras publicadas não alcançaram 7 títulos.

No montante registra-se que foram 1124 obras somente de livros literários entre 1970 e 1978, havendo ainda a coedição de material técnico e didático com a incorporação da Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED)²⁸ ao INL entre 1971 e 1976 sendo que “[...] foram privilegiados os autores clássicos da literatura e da história brasileira; os clássicos da literatura infanto-juvenil; os autores que faziam parte do Conselho Federal de Cultura” (OTERO, 2003, p.217).

Quanto à editoras, de 1970 a 1978, as que mais se beneficiaram com as co-edições foram: José Olympio, com 145 co-edições, o que não chega a surpreender, porque sempre foi uma editora ligada ao ‘establishment’. Seguida, surpreendentemente pela Editora Civilização Brasileira (133), co-edições, predominantemente após 1974. [...] Beneficiada também com 116 co-edições foi a Editora Melhoramentos, a Cátedra (58); Martins (54); Nacional (45); Cultrix (32); Brasiliense (25); Quiron (22); Vozes (22); José Aguilar (21); Tempo Brasileiro (21); Globo (18); Bloch (16); Nova Guilar (15); As editoras: Agir e Presença (13); Abril e Comunicações tiveram 12; Expressão e Cultura, Imagro, Americana e Artenova tiveram 10. As outras editoras, que deixaram de ser mencionadas aqui, tiveram menos de 10 coedições. (OTERO, 2003, p. 217-218).

Ainda cabe registrar que outras 98 editoras – dentro do universo daquelas consideradas como grandes editoras na época - tiveram até 9 convênios celebrados com o INL, excetuando-se a Record que teve somente 3 coedições publicadas.

²⁸ Instituída pelo Decreto n° 59.355, em 4 de outubro de 1966.

A julgar pela quantidade de coedições e editoras beneficiadas nota-se que “era arriscado, pessoalmente e financeiramente, publicar livros que transgredissem os parâmetros definidos pela burocracia oficial e praticamente todas as editoras se renderam ao jogo do governo” (OTERO, 2003, p.218).

Levando em consideração a atuação do Estado via repressão do Ministério da Justiça e disciplinamento do Ministério da Educação e Cultura por meio do INL, chegamos a concordância com Rubim (2007) no entendimento de que há uma ‘triste tradição’ em nosso país de as políticas culturais estarem associadas ao autoritarismo.

Nesta senda, corroboramos com Barbalho (2007; 2008) quando o estudioso defende que o Estado ditatorial é um (re)trabalhador do ‘mito verde-amarelo’ perpetrado pelas classes elitistas brasileiras. Entendemos que se trata de uma estratégia de dominação das classes econômicas menos favorecidas historicamente em nome de uma unidade nacional via controle da produção simbólica do país.

Assim, a política cultural praticada no período ditatorial (1964 – 1985) não deve ser considerada como importante no avanço do processo de construção de políticas públicas para o setor, sem que se faça as devidas e necessárias reflexões sobre as perniciosas intenções do Estado, que, ao fim, era a imposição de sua ideologia.

Como já sinalizamos antes, a partir do governo do General Figueiredo o país passou a viver um momento de relativa “abertura” para a participação da sociedade nas políticas do setor cultural e com o movimento das Diretas Já²⁹ o fim do período ditatorial se tornara iminente.

Com a eleição indireta do presidente Tancredo Neves em 1985, sua morte antes mesmo de assumir o cargo e a sua substituição por José Sarney como presidente da república, findou-se um dos períodos mais autoritários de nossa história. Iniciava-se a naquele momento um capítulo da construção das políticas públicas para a cultura e para a literatura sob a égide de ares que aspiravam à democracia.

2.6 Tempos democráticos (1986 - 2002): ambiguidades; minimização do Estado e a lógica neoliberal

²⁹ Pode ser entendido como um movimento político suprapartidário em defesa do retorno de eleições diretas para a presidência da República. Tendo se iniciado em 1983, o movimento alcançou dimensões políticas e sociais amplas, culminando numa série de manifestações em 1984, que mobilizou milhões de brasileiros. O movimento ganhou maior efervescência com Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 05/1983, apresentada pelo então Deputado Federal Dante de Oliveira (PMDB-MT), que seria a concretização dos anseios por eleições livres. A proposta não chegou a ser aprovada pelo parlamento brasileiro, no entanto, as Diretas Já provocaram a queda do regime militar.

Para Rubim (2007) o período entre 1986 e 2002 pode ser considerado como sendo um momento de ambiguidades para o setor cultural em que a lógica neoliberal da renúncia fiscal desobriga o Estado de fato a investir no setor, soma-se a isso a falta de recursos e o efeito do Estado mínimo que acaba por desmontar várias instituições oficiais responsáveis pelas políticas culturais em curso naquele momento. Para ele,

A combinação entre escassez de recursos estatais e a afinidade desta lógica de financiamento com os imaginários neoliberais então vivenciados no mundo e no país, fez que boa parcela dos criadores e produtores culturais passe a identificar política de financiamento e, pior, políticas culturais tão somente com as leis de incentivo. Outra vez mais a articulação entre democracia e políticas culturais se mostrava problemática. O Estado parecia persistir em sua ausência no campo cultural em tempos de democracia. (RUBIM, 2007, p.25).

O primeiro governo do pós-regime militar concretizou – José Sarney (1985 – 1989) – um dos anseios da área cultural que desde a década de 1970 era objeto de discussões nos diversos espaços governamentais ou não, trata-se da luta pela criação de um ministério próprio que pudesse conduzir a política do Estado para o setor.

Conforme Rubim (2007), “[...] o movimento de oposição à ditadura, os secretários estaduais de cultura e alguns setores artísticos e intelectuais reivindicam que o novo governo democrático, instalado em 1985, reconheça a cultura e a contemple com um ministério singular” (RUBIM, 2007, p.23).

E assim, “Por meio do Decreto nº 91.144, em 15 de março de 1985, o governo criou o Ministério da Cultura” (CALABRE, 2009, p.99) separando a Cultura da Educação. Os argumentos para justificar um ministério próprio para a cultura - Ministério da Cultura (MINC) - já eram bastante conhecidos:

O primeiro deles era que o assunto da cultura nunca haviam sido objeto de uma política consistente, e que o principal motivo disso seria o de que a educação terminava por absorver o conjunto de atenções do ministério. O segundo era que, tendo em vista o grau de desenvolvimento alcançado pelo país, era inadmissível que o mesmo não contasse com uma política nacional de cultura. (CALABRE, 2009, p.99;100).

Tão logo criado, as também já previstas dificuldades não tardaram em aparecer, a primeira delas foi de ordem financeira em que as verbas ficaram majoritariamente para o MEC, cabendo ao MINC a composição de um quadro pouco promissor para o tão sonhado futuro da política cultural brasileira. Além disso, conforme afirma Calabre (2009) outra série de problemas acompanharam o ministério, “[...] tais como: perda de autonomia, superposição de poderes, ausência de linhas de atuação política, disputa de cargos, clientelismo, entre outros” (CALABRE, 2005, p.07).

Como tentativa de solucionar esta problemática, principalmente da ausência de recursos, o governo introduziu uma ruptura radical no *modus operandi* de financiamento da cultura. “Em vez, de financiamento direto, agora o próprio Estado propunha que os recursos fossem buscados pretensamente no mercado, só que o dinheiro em boa medida era público, decorrente do mecanismo de renúncia fiscal” (RUBIM, 2007, p. 24).

Essa política de Estado ficou conhecida como Lei Sarney³⁰ que concedia benefícios fiscais de dedução sobre o Imposto de Renda de empresas e pessoas físicas que patrocinassem ou doassem recursos financeiros para projetos culturais ou artísticos.

Para Rubim (2007), a nova lei era apenas um componente no jogo de ambiguidades que viviam as políticas culturais nos primeiros anos democráticos. “O Estado aparentemente cresce, mas o mercado ganha poder de decisão” (RUBIM, 2007, p.25).

Neste sentido Calabre (2009), registra que a Lei Sarney se tornou objeto de muitas críticas sendo que a principal delas era em relação à falta de transparência na aplicação dos recursos e ainda houve a formação de um grupo de privilegiadas empresas culturais. Explica a autora que para habilitar-se à captação de recursos era necessário que as empresas se credenciassem junto ao MINC no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas de Natureza Cultural (CPC) e, “[...] muitas vezes, passava a cobrar pela execução de projetos de terceiros percentuais abusivos” (CALABRE, 2009, p.103).

A nova lei ainda trouxe uma outra grande problemática, trata-se dos pequenos grupos culturais, sobretudo nas pequenas cidades, que, em função da falta de acesso a formação e informação, ficaram a margem da política cultural do Estado. Na tentativa de se resolver esta questão o governo criou o Fundo de Promoção Cultural (FPC), “[...] como um mecanismo de correção das distorções que certamente a aplicação da lei iria acarretar” (CALABRE, 2009, p.103).

Para dar objetividade ao FPC, o MINC criou o Instituto de Promoção Cultural (IPC) por meio do Decreto nº 92. 489 de 24 de março de 1986 ao qual coube a administração do referido fundo. No Artigo 22 do referido decreto observa-se sua finalidade que era a de “apoiar financeira e tecnicamente estudos, projetos e programas voltados para o desenvolvimento cultural do País, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas pelo Ministério da Cultura”.

No entanto, o IPC não logrou êxitos em sua atuação, para Calabre (2009), “o fundo nunca alcançou a eficácia prevista, contava anualmente com pequenas verbas; além disso, a

³⁰ Lei nº 7.505, de 02 de julho de 1986.

falta de transparência na aplicação de seus recursos foi motivo de graves críticas originadas de todas as áreas” (CALABRE, 2009, p.104).

Em relação à literatura, livro e leitura, ponto para o qual converge nosso estudo, cabe destacar que em 1987, o INL e Biblioteca Nacional passou a integrar a Fundação Nacional Pró-leitura (PRÓ-LEITURA) que foi criada por meio da Lei nº 7.624, de 5 de novembro de 1987. A PRÓ-LEITURA trazia em seu artigo 2º as suas atribuições:

I - promover o desenvolvimento da produção e da difusão do livro; II - estimular a publicação de obras de interesse cultural, a criação literária e a instituição de bibliotecas; III - difundir e estimular o hábito da leitura; IV - manter e incentivar cursos de biblioteconomia, de técnicas de encadernações e proteção de livros e demais tecnologias de reprodução e arquivamento de sons e imagens; V - receber o Depósito Legal, disciplinado pelo Decreto Legislativo nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907; VI - promover a captação, a preservação e a difusão da produção bibliográfica e documental nacional em suas diversas formas.

De sua contribuição enquanto órgão estatal promotor de políticas públicas para o setor literário, pouco se sabe, pois, a mesma funcionou pouco mais de dois anos tendo sido extinta no início de 1990 como veremos adiante.

Com a constituinte de 1988 a cultura passou a ser vista como um direito, a nova Constituição Federal dispunha em seu artigo 215 que ao Estado cabe garantir “a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional” além de apoiar e incentivar a “valorização e a difusão das manifestações culturais”. Diz ainda a letra da lei no inciso 1º deste mesmo Artigo que ao Estado cabe ainda proteger “as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”.

Nesta perspectiva, entendemos que pela primeira vez foi de fato conferido o direito e reconhecida a necessidade de se criar uma política pública de Estado para o setor cultural. Para Calabre (2009), a nova carta magna “[...] garantiu maior autonomia para os municípios, que gradativamente passaram a deter um papel fundamental dentro do processo de gestão e de elaboração de políticas públicas de cultura” (CALABRE, 2009, p.105).

No entanto, o que se verificou no ano seguinte quando da posse do presidente Fernando Collor de Mello (1990 – 1992) primeiro presidente escolhido em eleições diretas após o governo militar e que acabou sofrendo *impeachment* mesmo tendo renunciado antes da conclusão do processo de cassação que se fundou em denúncias de corrupção que estabelecera no governo que, curiosamente se elegeu prometendo combater os marajás e a corrupção – foi o desmonte do setor cultural ao extinguir além do próprio MINC diversos outros órgãos que conduziam as

combalidas políticas culturais do país. Sob a bandeira do neoliberalismo³¹ e consequente minimização do Estado³², o governo Collor promulgou em 12 de abril de 1990 as Leis nº 8.028 e nº 8.029. “A primeira transformava o ministério [da cultura] em secretaria [de cultura] e a segunda se referia à extinção e à dissolução de uma série de entidades da administração pública, na qual a cultura foi duramente atingida” (CALABRE, 2009, p.107).

Dentre os órgãos extintos podemos citar: o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Fundação Nacional das Artes (FUNARTE), a Fundação Nacional de Artes Cênicas (FUNDACEN), a Fundação do Cinema Brasileiro (FCB), a Fundação Nacional Pró-memória (PRÓ-MEMÓRIA), a Fundação Nacional Pró-leitura e a Empresa Brasileira de

³¹ Segundo Minto (2006) *Neoliberalismo* é uma “doutrina surgida nos anos subsequentes ao final da Segunda Guerra Mundial. Inspirada no liberalismo econômico clássico, mas desfigurada para atender aos desígnios do desenvolvimento capitalista no século XX, o neoliberalismo tem seu marco fundamental no ano de 1947, em Mont Saint Pélérin, Suíça. Na ocasião, reuniram-se importantes economistas e intelectuais conservadores contrários às tendências da época, marcada pela ascensão do keynesianismo. Formulou-se, então, uma nova doutrina, pretensamente universal, que se opunha a todo o pensamento econômico de inspiração keynesiana e às políticas dele consequentes, como o incipiente Estado do Bem-estar social (Estado-providência) e às políticas econômicas de cunho anti-cíclico. O austríaco Friedrich August von Hayek e o norte-americano Milton Friedman, principais formuladores dessa corrente conservadora, criticavam o caráter autoritário desse Estado, que com seus encargos sociais e sua atuação reguladora, estaria impedindo a realização das liberdades individuais e a competição que levava à prosperidade econômica. A partir desse diagnóstico, propunham o afastamento do Estado em relação às atividades econômicas, bem como a realização de inúmeras reformas institucionais que permitissem a livre competição e a livre circulação dos capitais, de forma que a única ação reguladora possível fosse a do mercado. Privatização de todos os setores da economia nacional, transferência de serviços públicos ao setor privado, desregulamentação do sistema financeiro, redução dos encargos e direitos sociais como um todo, redução dos gastos governamentais, entre outras, são algumas das principais propostas do neoliberalismo. A primeira experiência de implantação de políticas neoliberais ocorreu no Chile, comandado pela Ditadura do General Pinochet, ainda nos anos 70. Seu “ressurgimento” correspondia à necessidade do sistema capitalista de re-dinamizar o processo de acumulação, que entrara em crise na medida em que o padrão de financiamento público (estatal) da economia se tornava insuficiente para suprir as necessidades de expansão permanente do capital. O aumento exagerado dos déficits fiscais converteu-se em ameaça ao próprio sistema, na medida em que o Estado não podia mais financiar tais encargos. As reformas neoliberais, que identificavam o problema não no capital, e sim no Estado, surgem então como a panacéia: reduzir encargos sociais, encargos trabalhistas, saneamento fiscal (redução dos gastos públicos e privatizações), redução de direitos sociais, entre outras. Nos anos 1990, sobretudo na América Latina, o receituário neoliberal assumiu ares de hegemonia.”

³² Minimização do Estado ou Estado Mínimo segundo Minto (2006) é uma “Concepção fundada nos pressupostos da reação conservadora que deu origem ao neoliberalismo. A ideia de Estado Mínimo pressupõe um deslocamento das atribuições do Estado perante a economia e a sociedade. Preconiza-se a não-intervenção, e este afastamento em prol da liberdade individual e da competição entre os agentes econômicos, segundo o neoliberalismo, é o pressuposto da prosperidade econômica. A única forma de regulação econômica, portanto, deve ser feita pelas forças do mercado, as mais racionais e eficientes possíveis. Ao Estado Mínimo cabe garantir a ordem, a legalidade e concentrar seu papel executivo naqueles serviços mínimos necessários para tanto: policiamento, forças armadas, poderes executivo, legislativo e judiciário etc. Abrindo mão, portanto, de toda e qualquer forma de atuação econômica direta, como é o caso das empresas estatais. A concepção de Estado mínimo surge como reação ao padrão de acumulação vigente durante grande parte do século XX, em que o Estado financiava não só a acumulação do capital, mas também a reprodução da força de trabalho, via políticas sociais. Na medida em que este Estado deixa de financiar esta última, torna-se, ele próprio, “máximo” para o capital. O suporte do fundo público (estatal) ao capital não só não deixa de ser aporte necessário ao processo de acumulação, como também ele se maximiza diante das necessidades cada vez mais exigentes do capital financeiro internacional.”

Filmes (EMBRAFILME). Ainda foi extinta a Lei Sarney, o Conselho Federal de Cultura (CFC) e o Conselho Nacional de Cinema (CONCINE).

A nova organização do setor cultural foi restringida a uma secretaria e composta por três órgãos: (1) o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) (em substituição ao CFC) a quem cabia assessorar a própria secretaria na formulação e avaliação de políticas culturais; (2) o Departamento de Produção Cultural que tinha como principal atribuição o controle e a fiscalização da arrecadação dos direitos autorais do setor cinematográfico e literário; (3) o Departamento de Cooperação e Difusão Cultural a quem cabia a difusão das manifestações culturais brasileiras em todo o território nacional em cooperação com os estados, Municípios e Distrito Federal.

Desta política de minimização do Estado, podemos destacar a criação da lei que instituiu o Programa Nacional de Incentivo à Cultura – Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 que na realidade substituiu a lei Sarney mantendo a dedução fiscal como principal mecanismo de incentivo à cultura – também conhecida como Lei Rouanet em referência ao então secretário de cultura Sérgio Paulo Rouanet.

Além da dedução fiscal, o programa ainda previa a criação do Fundo de investimento Cultural e Artístico (FICART) que nunca chegou a ser implantado de fato e o Fundo Nacional de Cultura (FNC) que tinha como finalidade:

[...] estimular a distribuição equitativa dos recursos; favorecer a visão interestadual; contribuir para a preservação do patrimônio; favorecer projetos que tivessem como foco o atendimento das demandas da coletividade e com menos possibilidades de desenvolvimento com recursos próprios. (CALABRE, 2009, p.112).

O FNC atuava mediante convênio com as entidades demandantes sendo que os financiamentos alcançavam até 80% do valor dos projetos incentivados, o restante obrigatoriamente deveria ser custeado pelas entidades convenientes como forma de contrapartidas.

Apesar do desmonte das políticas culturais, o que provocou no setor literário a extinção do PRÓ-LEITURA e junto com ele automaticamente o INL também foi extinto, o governo Collor criou no apagar das luzes de sua conturbada gestão o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) por meio do Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992 que inicialmente ficou vinculado a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), uma das poucas instituições culturais não atingidas pela minimização estatal.

O PROLER, segundo o artigo 2º de seu decreto instituidor, foi criado como os objetivos de: “ I - promover o interesse nacional pelo hábito da leitura; II - estruturar uma rede de projetos

capaz de consolidar, em caráter permanente, práticas leitoras; III - criar condições de acesso ao livro.”

Quanto aos mecanismos de desenvolvimento de ações objetivas no sentido de se alcançar os seus objetivos, o artigo 3º elenca que o PROLER atuaria com:

I - instalação de centros de estudos de leitura, para capacitar e formar educadores por meio de familiarização com o livro e a biblioteca; II - dinamização de salas de leitura, mediante supervisão de atividades e distribuição de materiais com sugestões de promoções; III - consolidação da liderança das bibliotecas públicas, visando à integração de ações que incentivem o gosto pela leitura; IV - provisão de espaços de leitura, abertos regularmente ao público; V - promoção e divulgação de medidas incentivadoras do hábito da leitura; VI - utilização dos meios de comunicação de massa, para incentivo à leitura.

No que tange aos recursos necessários para este arcabouço de atividades o decreto assinala que caberia a destinação de verbas por parte da União, a contribuição e doações nacionais e internacionais e ainda a participação financeira dos Estados, Municípios e Distrito Federal.

A pesquisadora Stella de Moraes Pellegrini em *História e Memória do PROLER (1992-1996): Uma Experiência Instituinte de Leitura* (2010), afirma que “[...] a partir de sua instituição, em 1992, o Proler estendeu sua área de atuação por mais de trezentos municípios brasileiros, criando 94 núcleos regionais, abrangendo quase todo o território nacional [...] (PELLEGRINI, 2010, p. 22). Para ela,

Uma peculiaridade do Proler reside no fato de o programa não estar subordinado ao Ministério da Educação e sim ao da Cultura. A leitura sob esse prisma é apresentada não como uma atividade circunscrita à escola, mas como uma questão cultural. Essa dimensão amplia o espectro das práticas de leitura que se desdobram através das várias manifestações culturais como o cinema, a música, as artes plásticas, o teatro, o folclore, a arquitetura, contando o programa, entre seus colaboradores, com representantes de todas estas áreas a dinamizar suas oficinas. (PELLEGRINI, 2010, p.75-76)

Segundo Eunice Negris Lima em *Representações e Práticas de incentivo à Leitura no Espírito Santo, no Período de 1997 a 2005* (2007), o PROLER teve como uma das ações propulsoras a solicitação da UNESCO que desde 1970 vinha demonstrando o interesse em promover sociedades leitoras e a partir de 1990 passou a propor aos governos um esforço no sentido de alfabetizar pela leitura.

No Brasil, uma outra ação foi determinante para a criação do programa, trata-se da

[...] pesquisa realizada entre 1984 e 1989, por Eliana Yunes que coordenou um estudo com professores da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e com alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Complementou os dados da pesquisa no período de 1988 a 1991, no Centro de Documentação e Pesquisa da

FNLIJ³³, onde ocupou o cargo de supervisora desse centro. Essa pesquisa teve o apoio do Centro Nacional de Pesquisa (CNPq) e Financiadora Nacional de Estudos e Projetos (FINEP). Os dados da pesquisa e os debates políticos sobre promoção da leitura apresentados em congressos e fóruns possibilitaram demonstrar a falta de uma política de promoção da leitura por parte do Estado. (LIMA, 2007, p.88-89).

A partir dos dados desta pesquisa a FBN em uma ação conjunta com a FNLIJ, apresentam ao Congresso Nacional as principais linhas de orientação para a promoção da leitura no país num documento intitulado de *Por uma Política de Leitura*. O referido documento orientava que para uma efetiva política de incentivo à leitura era preciso

Uma ação interministerial: todas as ações governamentais devem se ocupar do problema, e não apenas o Ministério da Educação e o da Cultura. Todas essas ações devem se articular na promoção da leitura. Dessa forma os projetos devem ser executados com seus meios e pessoal sob a supervisão da Biblioteca Nacional, que é a proponente do Programa. A aprovação do Congresso para a política estaria dentro do projeto do plano estratégico de desenvolvimento econômico e social. Vista dessa forma, a leitura não se torna apenas uma questão escolar, devendo ser estimulada em hospitais, presídios, conjuntos habitacionais, estações de trens, de ônibus, parques públicos, museus, zoológicos, etc. Integração e cooperação financeira entre os Governos Federal, Estadual e Municipal, com o compromisso de atuar por, pelo menos, 10 anos de modo sistemático com o Programa. (YUNES, 1992, p. 5-15, *apud*, LIMA, 2007, p.88).

Portanto, observamos que as orientações naquele momento indicavam que a política do Estado para a promoção da leitura deveria abarcar os diversos espaços institucionais indo além do espaço circunscrito na Escola e além disso, a parceria entre governos e organizações da sociedade civil seria imprescindível formando uma rede “[...]em que as instâncias estaduais e municipais se responsabilizariam com recursos financeiros e pessoal para a realização das linhas norteadoras do programa” (LIMA, 2007, p.89).

Neste sentido, o Governo Federal naquele momento da política do Estado Mínimo, praticamente eximiu-se da obrigação financeira necessária para a realização do programa criado, transferindo aos Estados e aos Municípios a responsabilidade da implementação de fato das ações previstas.

³³ Conforme Lima (2007) “A Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, criada em 1968, exerce papel fundamental na promoção da leitura no Brasil e tem como objetivo inicial promover o livro, a leitura e a literatura infanto-juvenil. Realizou seminários, congressos, feiras, distribuiu e escolheu livros. Em 1984, teve o reconhecimento internacional e recebeu menção honrosa da UNESCO. Em 1989, uniu-se ao Instituto Nacional do Livro (INL) para juntos criarem estratégias para fomentar o incentivo à leitura em âmbito nacional. A FNLIJ é uma instituição de direito privado, de utilidade pública federal e estadual, sem fins lucrativos, com uma larga experiência na promoção de leitura [...] . A FNLIJ possui o Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOP) que tem o objetivo de garantir a manutenção, implementação e disseminação do acervo de literatura infantil e juvenil, com 22.000 volumes brasileiros e 11.000 internacionais, além de uma coleção de 15.000 periódicos nacionais e internacionais especializados em literatura infantil e juvenil, leitura, educação e áreas afins, monografias, catálogos, teses, relatórios, manuais, artigos de periódicos, vídeos, cartazes, fotos e material iconográfico, reunindo, assim, material de ampla pesquisa”. (LIMA, 2007, p.88)

Assim, às Secretarias, Fundações ou Departamentos de cultura, cabiam a formação de comitês organizadores em geral compostos por representantes dos governos locais e por membros das organizações parceiras que em conjunto, buscavam realizar as ações de promoção da leitura previstas pelo PROLER.

Nesse sentido a Política do PROLER se apresentou “ [...] como um modelo que já vem pronto e só precisa dos sujeitos para implementá-la, sem a preocupação de analisar criticamente os impactos, as necessidades dessa comunidade de leitores e as concepções que subjazem essa proposta” (LIMA, 2007, p.92).

Desta forma, o Estado – via FBN e PROLER – atua como um mero gerenciador “ [...] da política de formação do leitor para que o programa seja colocado em prática nos moldes pensados pelo Poder Público federal e, em contrapartida, os parceiros são reconhecidos como meros executores da proposta já pensada” (LIMA, 2007, p.93). Isto colocou o governo como o mentor do programa e, “[...] mediante o repasse de responsabilidade, defende o discurso e propaga a crença de que o Governo Federal tem investido na formação do leitor e desenvolvido ações para melhorar o desempenho da leitura.” (LIMA, 2007, p.93).

Assim, corroboramos com Lima (2007) ao perceber o PROLER como uma política pública de caráter paliativo que:

[...] mascara a realidade da leitura no Brasil, porque não considera a participação popular na estruturação do programa – somente na execução como agentes passivos; mistura a importância da participação dos parceiros com caridade; limita-se a pacotes prontos; e veicula um discurso sobre a política de formação do leitor do PROLER como panaceia para os problemas enfrentados pelo Brasil, sem superar os desafios de a leitura vir a ser instrumento de luta, conscientização e transformação das estruturas sociais. (LIMA, 2007, p.94).

Cabe registrar que o PROLER continuou nesta perspectiva nos governos posteriores e ainda hoje (re)existe de alguma maneira em diversos pontos do país, inclusive no Mato Grosso do Sul como veremos mais adiante.

Ainda cabe destacar no governo Collor a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) por meio do Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992. Dentre os seus objetivos previstos no artigo 2º destacamos:

I - incentivar a implantação de serviços bibliotecários em todo o território nacional; II - promover a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas, para que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes; III - desenvolver atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos, para o funcionamento adequado das bibliotecas brasileiras; [...] VI - proporcionar, obedecida a legislação vigente, a criação e atualização de acervos, mediante repasse de recursos financeiros aos sistemas estaduais e municipais; [...] VIII - assessorar tecnicamente as bibliotecas e coordenadorias dos sistemas estaduais e municipais, bem assim fornecer material informativo e orientador de suas atividades; IX - firmar convênios com entidades culturais, visando à promoção de livros e de bibliotecas.

O SNBP conta hoje com mais 6057 bibliotecas públicas³⁴ entre municipais, distritais, estaduais e federais, nos 26 estados e no Distrito Federal sendo que: 462 bibliotecas públicas estão na Região Norte das quais 443 são municipais e 19 são estaduais; na Região Nordeste são 1844 bibliotecas públicas sendo que 1826 são municipais, 17 são estaduais e 1 é distrital; a Região Centro-oeste conta com 467 bibliotecas municipais, 3 estaduais, 30 distritais e 1 federal totalizando 501 bibliotecas públicas; o Sudeste conta com 1957 bibliotecas pública das quais 1948 são municipais, 7 são estaduais e 2 são federais; a Região Sul possui 1293 bibliotecas com 1289 municipais e 4 estaduais.

A atuação do SNBP em forma de sistema em rede é tido como uma inovação por Elisa Campos Machado em *Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil* (2010), segundo a autora,

[...] a concepção do SNBP foi inovadora, no sentido de propor um sistema que pudesse agir de forma ramificada nesse país de dimensões continentais, porém, sua subordinação à Fundação Biblioteca Nacional (FBN) amarrou sua estrutura, eliminando a possibilidade de agir de maneira autônoma e, consequentemente, minando sua capacidade e força para atuar efetivamente e de maneira contínua na dinamização e no fortalecimento das bibliotecas públicas. (MACHADO, 2010, p. 100).

Como pudemos observar, no governo Collor o que se identificou foi o desmonte das políticas culturais já sistematizadas no país e a substituição da Lei Sarney pela Lei Rouanet. Especificamente para o setor literário as ações são duas basicamente: a criação do PROLER e a instituição do SNBP, sendo que ambos ainda hoje estão ativos com maior atuação para o segundo.

O desmonte provocado pelo “caçador de marajás” foi aos poucos sendo reorganizado pelos governos seguintes. “Em 19 de novembro de 1992, no governo do presidente Itamar Franco, por meio da Lei nº 8.490, o Ministério da Cultura foi recriado” (CALABRE, 2009, p.112) e com ele também a FUNARTE e o IPHAN foram recriados.

Na gestão Itamar Franco (1992 – 1994) foi ainda aprovada a Lei do Audiovisual³⁵ gerando efeitos imediatos. “No tocante aos filmes longa-metragem, por exemplo, em 1994, lançaram-se 7 filmes nacionais; em 1995, esse número passou para 12; e, em 2000, foram 24 lançamentos nacionais” (CALABRE, 2009, p.113) contra somente duas obras lançadas em 1992.

³⁴ Os dados foram retirados do sítio digital do sistema acessível em: <http://snbp.cultura.gov.br/bibliotecaspublicas/> - sendo o mesmo uma fonte para aqueles que se propunham a estudar o SNBP de maneira mais aprofundada.

³⁵ Conforme Calabre (2009) trata-se da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993.

Outro ponto importante a destacar foi a iniciativa da sociedade cível organizada em se mobilizar para a efetiva participação nas questões relativas as políticas culturais. Em 1993, foi realizada em Brasília a 1ª Conferência Nacional de Cultura a partir da iniciativa da sociedade civil organizada. Sob a coordenação de uma organização-não governamental denominada de Cult “o evento foi um marco no processo de construção de uma prática de mobilização mais permanente dos artistas, produtores e do conjunto da sociedade civil em torno das questões culturais” (CALABRE, 2009, p. 113).

A eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1994, marca o fim do longo período de transição entre o regime autoritarista e um país finalmente democratizado, ainda é marcante o início de um novo modelo econômico em que a lógica do mercado prevaleceu em todos os setores, não sendo diferente para a área cultural.

Para Rubim (2007), as duas gestões de FHC (1995 a 2002) teve como principal característica a “ [...] implementação, de modo menos tosco e mais enfático, do projeto neoliberal no Brasil. A retração do Estado acontece em praticamente todas as áreas. Pretende-se que o mercado, imaginado como todo-poderoso e dinâmico, substitua o Estado” (RUBIM, 2007, p. 26).

Também em Calabre (2009) a afirmativa de uma gestão neoliberal é identificada, segundo a pesquisadora na gestão FHC as discussões e propostas para elaboração e implementação de políticas culturais para o país praticamente não apareceram na prática governamental. “ Foi um período dedicado ao aprimoramento das leis de incentivo (Rouanet e do Audiovisual) – ação que esteve em consonância com a política neoliberal [...] cujo principal exemplo foi a política de privatização das empresas estatais das mais diversas áreas” (CALABRE, 2009, p.114).

A autora ressalta que em relação ao aprimoramento da Lei Rouanet em 1999, a principal mudança foi em relação ao Artigo 18 que foi alterado autorizando o abatimento integral por parte das empresas dos valores investidos em projetos culturais, dentre eles destacamos os projetos de livros de valor de valor artístico, literário ou humanístico e doações de acervos para bibliotecas públicas.

Calabre (2009) ressalta ainda que “ O critério de aprovação dos projetos por parte do governo – que se limitava a verificar se os objetivos dos mesmos eram os previstos por lei – fez com que efetivamente o mercado decidisse em quais projetos deveriam investir, quais renderiam a desejada imagem de *marketing* cultural” (CALABRE, 2009, p.117).

Neste sentido, Barbalho (2007) afirma que “ A nova versão da lei reforçou o movimento de transferência para o mercado de uma parcela crescente da responsabilidade sobre a política cultural do país” (BARBALHO, 2007, p. 48).

Esta prática governamental acaba por fazer o Estado abdicar e determinar por meio de políticas públicas a longo prazo onde e como investir o recurso público deixando para as mãos dos empresários a decisão do que incentivar o não.

O resultado é que os criadores passam cada vez mais a ter que adequar suas criações à lógica mercantil. Antes de tudo, ensinam os manuais de *marketing* cultural, faz-se necessário conhecer o público consumidor, as empresas voltadas para esse público, o interesse da mídia pelo projeto, fazer pesquisas quantitativas e qualitativas... Na competição cada vez mais acirrada entre os criadores pelo patrocínio privado, obtêm sucesso aqueles que se identificam ou estão submetidos ao pensamento e ao gosto dominante. (BARBALHO, 2007, p.49)

Neste sentido, Rubim (2007) elenca uma série de críticas identificadas nos principais estudos sobre a questão. Para ele é possível perceber:

1. O poder de deliberação de políticas culturais passa do Estado para as empresas e seus departamentos de *marketing*; 2. Uso quase exclusivo de recursos públicos; 3. Ausência de contrapartidas; 4. Incapacidade de alavancar recursos privados novos; 5. Concentração de recursos. Em 1995, por exemplo, metade dos recursos, mais ou menos 50 milhões, estavam concentrados em 10 programas; 6. Projetos voltados para institutos criados pelas próprias empresas (Fundação Odebrecht, Itaú Cultural, Instituto Moreira Sales, Banco do Brasil etc); 7. Apoio equivocado à cultura mercantil que tem retorno comercial; 8. Concentração regional dos recursos. Um estudo realizado, em 1998/ 99, pela Fundação João Pinheiro, indicou que a imensa maioria dos recursos da Lei Rouanet e da Lei do Audiovisual iam para regiões de São Paulo e do Rio de Janeiro. (RUBIM, 2007, p. 27-28).

Neste contexto, o livro é a principal mercadoria do setor literário sujeita a política cultural que obedece da lógica do mercado. Isto nos faz lembrar de Lucien Goldman em *A reificação* (1979)³⁶ quando o mesmo afirma que com tal, o livro se insere “[...] num setor da

³⁶ Reificação é uma teoria formulada por Lukács (crítico literário húngaro) a partir do pensamento de Marx que a chamava de fetichismo da mercadoria. Reificação em termos mais simples pode ser entendida como a transformação da cultura em mercadoria com vistas a obtenção de lucro, ou seja, todo construto cultural para além do seu valor de uso traz consigo o valor do mercado. Além da produção cultural, o próprio homem se torna mercadoria ao ter sua força de trabalho ofertada no mercado do trabalho. Segundo Lucien Goldman no texto *A reificação* (1991) “Em qualquer economia não mercantil, o que leva os homens a dedicarem parte de seus esforços à produção de certos bens são as qualidades naturais destes, seu valor de uso. Numa economia mercantil caracterizada pela ausência de plano ligando a produção ao consumo, as mercadorias também são bens úteis e possuem um valor de uso. No entanto, se elas chegam ao consumidor que procura esse valor de uso, chegam antes a um mercado onde são comparadas a outras mercadorias sob o aspecto puramente quantitativo de seu valor de troca. [...] É por isso que hoje, os industriais não produzem mais os bens tornados mercadorias em função de seus valores de uso diversos e múltiplos, que permitiriam satisfazer as necessidades variadas de seus semelhantes, mas sim para alcançar seu valor de troca comum qualitativamente idêntico em todas as mercadorias que chegam ao mercado. [...] Isto é o fenômeno social fundamental da sociedade capitalista: a transformação Das relações humanas qualitativas em atributo quantitativo das coisas inertes, a manifestação do trabalho social necessário empregado para produzir certos bens como valor, como qualidade objetiva desses bens; a reificação que consequentemente se estende progressivamente ao conjunto da vida psíquica dos homens, onde ela faz predominar o abstrato e o quantitativo sobre o concreto e o qualitativo. [...] Em resumo, a economia mercantil, e em particular

produção capitalista que não sobreviveria se não fosse rentável, se não produzisse lucros” (GOLDMAN, 1991, p. 132).

Em última instância, qualquer que seja o interesse subjetivo do editor ou do produtor pelo valor de uso dos objetos que produzem, caso pelo valor estético e humano do livro [...], eles não podem, salvo exceção, desprezar sua rentabilidade. Chega-se assim a uma gama de produtores e editores, desde os que se limitam às coisas ao mesmo tempo válidas e rentáveis, àqueles que dividem sua atividade em dois setores, um dos quais, altamente rentável sustenta a qualidade do segundo, até aos editores e produtores indiferentes à qualidade e que só se interessam pelo lucro. (GOLDMAN, 1991, p. 132-133)

Deste modo, o Estado que deveria pautar as produções simbólicas como um bem cultural indispensável às relações sociais via políticas públicas acaba relegando-as a preciosidade da reificação em que a lógica do mercado termina por decidir sobre as questões da diversidade cultural tão importantes para a identidade nacional.

Assim, percebemos que “O governo FHC não está preocupado com a “segurança nacional”, nem, portanto, com a integração e a salvaguarda da cultura brasileira, mas com a formação de um mercado nacional e internacional para os diversos bens culturais produzidos no país. (BARBALHO, 2007, p. 50).

Entre as poucas realizações na área de estruturação de políticas culturais do governo FHC, cabe destacar a instituição do “[...] Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial³⁷, por meio do Decreto nº 3.551 de 4 de agosto de 2000” (CALABRE, 2009, p.119).

No decreto instituiu-se 4 livros de registro: o primeiro chamado de *Livro dos Saberes* destinado ao registro dos modos de fazer e conhecimentos sobre determinada prática artístico-cultural; o segundo denominado de *Livro das Celebrações* cuja finalidade é o registro de festas, rituais e folguedos brasileiros; o *Livro das Formas de Expressão* é o terceiro deles e destina-se

a economia capitalista, tende a substituir na consciência dos produtores o valor de uso pelo valor de troca e as relações humanas concretas e significativas por relações abstratas e universais entre vendedores e compradores, o qualitativo pelo quantitativo. [...] Com o passar do tempo, à medida em que a reificação foi fazendo progressos, a Ruptura entre a realidade social e a busca do humano acentuou-se a tal ponto – pelo menos no mundo capitalista – que a expressão dessa busca teve que dar lugar à simples constatação e descrição de uma realidade social reificada inumana e privada de significação. [...] A reificação rompe a unidade entre o sujeito e objeto, produtor e produto, espírito e matéria e o pensador apenas constata essa ruptura, tomando-a por um fenômeno fundamental e natural da vida humana. [...] um conjunto de graves problemas humanos e sociais, em primeiro lugar o das garantias da liberdade e da dignidade dos indivíduos face ao poder do aparelho estatal, problemas cujo estudo realista e, se possível, resolução constituem uma das tarefas mais importantes entre as que se apresentam aos pensadores de nossa geração, problemas, porém, para cujo estudo é evidente que o aparelho conceitual do pensamento marxista tradicional se revela insuficiente e que poderiam, e deveriam, por causa disto mesmo, ser o principal ponto de partida para um progresso e uma renovação do pensamento dialético.” (GOLDMAN, 1991, p. 105-152).

³⁷ “O conceito de patrimônio imaterial ainda é fruto de inúmeras discussões conceituais, entretanto, representa a ampliação efetiva do conceito de patrimônio que deixa o campo histórico, artístico e cultural para tornar-se patrimônio brasileiro” (CALABRE, 2009, p.120).

ao registro de manifestações literárias, cênicas, lúdicas e plásticas; o último é o *Livro dos Lugares* onde se registram os espaços em que se concentram as manifestações culturais coletivas.

Na prática o decreto dos livros de registro regulamentou o artigo 16 da Constituição Federal que versa sobre o patrimônio cultural brasileiro, não configurando, portanto, em uma inovação para a política cultural brasileira.

Em relação ao setor literário nos cabe registrar durante o governo FHC, a criação da Secretaria de Livro e da Leitura (SLL) que deu continuidade das ações anteriores – PROLER, SNBP – e criou o Programa Uma biblioteca em cada Município.

Segundo Daniela Piergili Weirs, no trabalho *Políticas Públicas de Fomento à Leitura: agenda governamental, política nacional e práticas locais* (2011), o programa “[...] tinha como objetivo ampliar a rede de bibliotecas públicas municipais. Na época, havia mais de 2.300 municípios sem uma única biblioteca pública e o projeto chegou a atingir a marca de 1.500 novas bibliotecas [...]” (WEIRS, 2011, p.41) em todo o território nacional.

A autora aponta que o programa recebeu duas críticas do Conselho Federal de Biblioteconomia. A primeira era a não exigência por parte do governo da contratação de bibliotecários para a gestão das novas bibliotecas, ao que o MINC justificava que além de ser um custo elevado aos Municípios, ainda havia a carência de profissionais formados para o mercado de trabalho. A segunda crítica era em relação a ausência de ações que contribuíssem para com a manutenção das bibliotecas que já existiam.

Para Machado (2010) o programa foi “um típico exemplo de política elaborada no estilo tradicional, ou seja, universalista, centralizada e tecnocrática” (MACHADO, 2010, p.100) que consistia na distribuição de livros, estantes, e na realização de capacitação de agentes para o gerenciamento das bibliotecas implantadas.

Ainda cabe destacar na gestão FHC a criação em 1996³⁸ do Programa *Livro Aberto* cuja meta foi segundo Marília de Abreu de Martins Paiva (2008 em *Bibliotecas Públicas: políticas do Estado Brasileiro de 1990 a 2006*, aumentar e ampliar as bibliotecas públicas do país por meio de parceria com os municípios, promover o hábito da leitura e da escrita. O referido programa vinculou a FBN tendo a seguintes ações como principais:

[...] fomentar projetos culturais na área do livro e da leitura; fomentar a produção de obras literárias, científicas e acadêmicas; capacitar agentes multiplicadores do hábito da leitura; implantar bibliotecas em cada município brasileiro; capacitar recursos humanos para bibliotecas públicas; prestar assessoria técnica a bibliotecas públicas;

³⁸ O Programa Livro Aberto funcionou de 1996 a 2011 e seu quadro de investimentos será apresentado mais adiante.

conceder bolsas para tradução de títulos de autores brasileiros em outros idiomas; fazer funcionar bibliotecas públicas da União; conceder bolsas na área do livro e da leitura; promover eventos culturais na área do livro e da leitura; conceder bolsas para autores brasileiros; conceder prêmios à arte literária; promover estudos e pesquisas nas áreas de memória bibliográfica, editorial e literária (PAIVA, 2008, p.81).

Como pudemos observar, as duas gestões do presidente Fernando Henrique Cardoso foram centradas na ampliação da atuação do mercado na cultura brasileira por meio do incentivo fiscal. Nas gestões seguintes o mecanismo de incentivo fiscal permaneceu apesar de sofrer modificações que não chegaram a mudar a lógica do mercado de bens simbólicos.

3 POLÍTICAS PARA CULTURA/LITRATURA EM TEMPOS DEMOCRÁTICOS -?³⁹- (2003 - 2020): (RE) ESTRUTURAÇÕES, PARTICIPAÇÃO SOCIAL, POLÍTICAS DE ESTADO, REBAIXAMENTO E INCERTEZAS

A eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 trouxe mudanças e avanços nunca antes vistos no que tange a política públicas para o setor cultural do Estado brasileiro, suas duas gestões (2003 – 2010) sob o comando de Gilberto Gil e Juca Ferreira a frente do MINC foram marcadas pelo enfrentamento dos grandes desafios causados pelas três tristes tradições ausências, autoritarismos e instabilidades (RUBIM, 2007; RUBIM, 2008; RUBIM, 2009; RUBIM 2010; RUBIM; 2015) que se formaram ao longo do processo histórico da relação entre o Estado e a cultura no País.

As ausências, os autoritarismos e as instabilidades de que fala o autor foram enfrentadas pela gestão Lula com (re) estruturas sistemáticas e objetivas a partir de uma conexão com a sociedade admitindo a noção antropológica (BOTELHO, 2019) de cultura, além de considerar a tridimensionalidade cultural brasileira ancorada em dimensões: a simbólica, a cidadão e a econômica (BRASIL, 2010).

Os grandes avanços do governo Lula sofreram um rebaixamento na gestão seguinte da presidente Dilma Rouseff (RUBIM, 2015), dadas as restrições que espaço que a cultura cultural ocupava nas políticas culturais do Estado brasileiro, causando uma visível debilitação da interação entre governo e sociedade entre 2011 a 2016 (E MEIO).

Tal rebaixamento se acentuou na gestão do presidente interino Michel Temer entre a segunda metade de 2016 a 2018, com o início de um momento de grandes incertezas para as políticas culturais nacional que insistem em continuar no momento presente de forma agravada, dadas as circunstâncias que envolvem questionamentos a própria noção de democracia que a duras penas foram conquistadas e construídas em períodos anteriores.

Assim, elencamos neste capítulo, de modo imbricado, as principais formas de atuação das gestões em questão, apresentando as principais medidas por elas adotadas e seus desdobramentos em ações objetivas a partir de um conjunto dados estatísticos⁴⁰ e/ou não

³⁹ Não poderíamos nos omitir em lançar este questionamento dada a conjuntura nacional que se apresenta a partir do recente *impeachment* ocorrido no país. Suas verdades e mentiras? Seus desdobramentos? Ainda é cedo para sabe-los com profundidade, a História os desvelarão.

⁴⁰ Relativo a estatística que conforme o Dicionário Michaelis - <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=estat%C3%ADstica> é um substantivo feminino e pode ser entendido como “ 1 ESTAT Ramo da matemática que tem por objetivo a coleção, análise e interpretação de dados numéricos a respeito de fenômenos coletivos ou de massa. 2 ESTAT Representação numérica e

perpassadas por possíveis reflexões que em sentido mais específico tratará do Livro, da Leitura, da Literatura, da Promoção da Leitura e Bibliotecas em âmbito nacional e local.

3.1 Medidas do Estado para as políticas culturais (2003-220): (re) estruturação, participação social, rebaixamento e incertezas

Os principais desafios para as políticas culturais no início de 2003 segundo Rubim (2007) caracterizavam-se a partir da histórica e estreita relação entre o Estado e a cultura, marcada sobretudo, pelas intervenções autoritárias do período da ditadura militar, pelas ambiguidades no processo de redemocratização e pela minimização do Estado via lógica neoliberal. Para o autor, os principais desafios que se apresentavam naquele momento, além dos que já apontamos, eram:

[...] fragilidade institucional; políticas de financiamento da cultura distorcidas pelos poucos recursos orçamentários e pela lógica das leis de incentivo; centralização do Ministério em determinadas áreas culturais e regiões do país; concentração dos recursos utilizados; incapacidade de elaboração de políticas culturais em momentos democráticos etc. (RUBIM, 2007, p.29).

Ante a estes desafios, uma das primeiras medidas adotadas pelo governo Lula sob o comando do ministro Gilberto Gil, foi a reformulação da estrutura do MINC com o objetivo de garantir maior agilidade política ao mesmo. Neste sentido, Calabre (2009) afirma que:

Com a reformulação aprovada em 12 de agosto de 2003, por meio do Decreto nº 4.805, foram criadas a Secretaria de Articulação Institucional, a Secretaria de Políticas Culturais, a Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, a Secretaria de Programas e Projetos Culturais, a Secretaria do Audiovisual e a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural. (CALABRE, 2009, p.120).

Em Barbalho (2007), percebemos que a proposta do MINC se traduzia numa nova perspectiva para o setor cultural em que as questões culturais passaram a serem tratadas no sentido da pluralidade, sendo recorrente nos discursos oficiais o uso do plural para as questões das políticas públicas, das identidades nacionais e das culturas brasileiras. Para ele,

A diversidade não se torna uma síntese, como no recurso à mestiçagem durante a era Vargas e na lógica integradora dos governos militares, nem se reduz à diversidade de ofertas em um mercado cultural globalizado. A preocupação da gestão [...] está em revelar os brasis, trabalhar com as múltiplas manifestações culturais, em suas variadas matrizes étnicas, religiosas, de gênero, regionais etc. (BARBALHO, 2007, p.52)

Neste sentido, é ilustrativo o discurso do presidente Lula quando do lançamento do Programa Cultura Viva (PCV) - Programa em que o MINC adotou medidas para que os diversos

comparativa, em tabelas ou gráficos, dos resultados da análise desses fenômenos. 3 Conjunto de elementos numéricos relativos a um fato social.”

grupos e redes de excluídos fossem alcançados pelas ações do governo se traduzindo objetivamente na criação do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – em 2007:

Para nós, a cultura está investida de um papel estratégico, no sentido da construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana no mundo. Porque não a vemos como algo meramente decorativo, ornamental. Mas como a base da construção e da preservação da nossa identidade, como espaço para a conquista da cidadania, e como instrumento para a superação da exclusão social – tanto pelo fortalecimento da auto-estima de nosso povo, quanto pela sua capacidade de gerar empregos e de atrair divisas para o país. Ou seja, encaramos a cultura em todas as dimensões, da simbólica à econômica. Vem daí o nosso entendimento da cultura como uma das preocupações centrais do Estado. (LULA DA SILVA, 2007, *apud*, RUBIM, 2011, p.20)

Percebemos no discurso oficial um enfrentamento às tristes tradições apontadas por Rubim (2007) que sempre manteve relações com as Políticas culturais no País. Nesse sentido, a conjuntura daquele momento pode ser vista em primeiro lugar a partir da ampliação da própria noção de cultura⁴¹ por parte do Estado em que o sentido antropológico passou a ser considerado.

Para Isaura Botelho em *A atualidade das intervenções de Néstor García Canclini* (2019),

A cultura passa então a ser considerada em sua dimensão antropológica, o que significa assumi-la como a dimensão simbólica da existência social brasileira, como o conjunto dinâmico de todos os atos criativos de nosso povo, aquilo que, em cada objeto que um brasileiro produz, transcende o aspecto meramente técnico. Cultura como ‘usina de símbolos’ de cada comunidade e de toda a nação, eixo construtor de identidades, espaço de realização da cidadania. (BOTELHO, 2019, p.116;117).

Essa adoção para Rubim em *Políticas Culturais no Governo Lula* (2010), permitiu ao MINC ampliar seu raio de atuação, antes praticamente restrito ao ‘patrimônio cultural (material) e às artes reconhecidas’, para abarcar “[...] outras culturas: populares; afro-brasileiras; indígenas; de gênero; de orientação sexual; das periferias; audiovisuais; das redes e tecnologias digitais etc.” (RUBIM, 2010, p.14).

Outro ponto importante no sentido da ampliação conceitual de cultura foi a recusa do então ministro Gilberto Gil

[...] em assumir a dicotomia cultura popular *versus* cultura erudita – como se fossem polos excludentes e representassem, em si mesmos, opções ideológicas -, que se traduziu numa grande variedade de programas e projetos que transitaram por todos os registros culturais. Nesse sentido, as questões de democracia e de identidade nacional não se reduziram à defesa do popular entendido como apanágio do valor e

⁴¹ Uma reflexão aprofundada sobre a questão pode ser verificada em: *A política cultural e o plano das ideias* de Botelho (2007) disponível em < <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/IsauraBotelho.pdf>>; *As dimensões da cultura e o lugar das políticas Públicas* de Botelho (2001) disponível em Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Editora Fundação SEADE, vol. 15, n. 2, abril/junho 2001; *Cultura em três dimensões: as políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010 de Brasil* (2010) disponível em < <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br:8080/handle/20.500.11997/6233>>.

autenticidade, diferentemente do que ocorrera nos anos de 1980. (BOTELHO, 2019, p.117).

Além disso, os programas e ações do Estado passaram a assentarem-se numa base teórica conhecida como ‘tridimensionalidade da cultura’ a saber: dimensão simbólica, dimensão cidadã e dimensão econômica.

A dimensão simbólica é aquela do “cultivo” (na raiz da palavra cultura) das infinitas possibilidades de criação expressas nas práticas sociais, nos modos de vida e nas visões do mundo. Aqui, esse entendimento alargado determinou que se enxergasse e desse visibilidade também ao que é produzido ou exibido fora dos espaços – sejam concretos ou abstratos-, previamente delimitados como culturais. [...] A dimensão cidadã consiste no reconhecimento do acesso à cultura como um direito, bem como da sua importância para a qualidade de vida e a autoestima de cada um. A meta aqui, portanto, tem de ser o acesso universal. Pode-se também interpretar a expressão no sentido da participação: o envolvimento e a corresponsabilização da sociedade civil na formulação das políticas e na sua gestão. [...] Na dimensão econômica, inscreve-se o potencial da cultura como vetor de desenvolvimento. Trata-se de dar asas a uma importante fonte geradora de trabalho e renda, que tem muito a contribuir para o crescimento da economia brasileira. (BRASIL, 2010, p.8).

Segundo Calabre no texto *Escritos sobre políticas culturais* (2019), a atuação do Estado nos oito anos da gestão Gil/Juca manteve um estreito diálogo com as noções da ‘tridimensionalidade da cultura’ e ainda que os objetivos propostos a partir desta base teórica não tenham sido alcançados completamente em muitos programas, projetos e ações, elas permearam o tempo todo as iniciativas do Estado.

Faz-se importante destacar também na conjuntura em questão que houve segundo Calabre (2019) um novo desenho de gestão, tal desenho se configurou em uma gestão democrática pautado no modelo teórico da administração pública societal⁴² cuja principal característica é

[...] a organização dos serviços de maneira descentralizada e participativa, com desenhos de gestão partilhada fundamentada na manutenção das responsabilidades. Para alguns estudiosos, tal sistema foi sendo gradativamente aplicado no país, nas diversas áreas do governo, ao longo do período da gestão Lula. (CALABRE, 2019, p.71). Para a efetiva implementação e fortalecimento desse novo modelo, o governo necessitaria criar ou ampliar canais e instrumentos que propiciem uma participação mais efetiva da sociedade no processo decisório, tais como a realização de fóruns, conferências e plebiscitos ou a criação de câmaras e conselhos [...]. (CALABRE, 2019, p.71-72).

Neste sentido, observamos que o modelo aplicado pelo MINC ao longo da gestão Gil/Juca, esteve bem próximo (como veremos mais adiante) do modelo teórico da administração pública societal.

⁴² Calabre (2019) amparou-se em Ana Paula Paes de Paula para comunicar o seu entendimento de administração pública societal, portanto, recomendamos para fins de estudos mais aprofundados o texto *Por uma nova gestão pública* (2005).

Ainda cabe mencionar a concepção teórica da diversidade cultural em que as vozes culturais antes ausentes do mundo público desejaram e passaram a aventar a possibilidade de se manifestar culturalmente e em relação aos processos decisórios que envolvem as políticas públicas para o setor.

Segundo Calabre (2019) houve no governo Lula a criação de instrumentos no sentido da garantia dos direitos culturais, da promoção e proteção da diversidade cultural a partir do compromisso assumido pelos Países na *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais* (2005) realizada em Paris pela UNESCO da qual o Brasil é signatário⁴³. Dentre os objetivos da Convenção destacam-se:

a) **proteger e promover a diversidade das expressões culturais**; [...] c) encorajar o diálogo entre culturas a fim de assegurar intercâmbios culturais mais amplos e equilibrados no mundo em favor do respeito intercultural e de uma cultura da paz; [...] e) **promover o respeito pela diversidade das expressões culturais e a conscientização de seu valor nos planos local, nacional e internacional**; [...] h) reafirmar o direito soberano dos Estados de conservar, adotar e implementar as políticas e medidas que considerem apropriadas para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais em seu território; i) fortalecer a cooperação e a solidariedade internacionais em um espírito de parceria visando, especialmente, o aprimoramento das capacidades dos países em desenvolvimento de protegerem e de promoverem a diversidade das expressões culturais. (UNESCO, 2005, p.4, grifos nossos).

Neste contexto, ressaltamos que tais objetivos requerem por parte do gestor público um mínimo de conhecimento das práticas culturais do País, conhecimento este, não restrito apenas a coleta de dados estatísticos o que em certa medida, foi buscado pelo quadro humano do MINC no que diz respeito as duas formas requeridas.

Assim, evidenciamos que todas as formas culturais que admitiam avanços artísticos e conseqüente melhoria da qualidade de vida, receberam atenção por meio da efetiva atuação do Estado em suas diversas esferas no que diz respeito a formulação e implementação de políticas culturais, sendo estas, determinantes para uma visão cultural que contribuía para o combate às barreiras sociais, econômicas e simbólicas frente a um projeto de desenvolvimento nacional.

Os resultados desta conjuntura da atuação do MINC, foram analisadas por estudiosos da área dentre eles destacamos o que considera Rubim (2015) no texto *Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado* quando o autor faz uma reflexão sobre a gestão Lula para adentrar em sua análise na gestão Dilma. Para ele,

⁴³ Conforme Calabre (2019) Texto oficial da Convenção de Paris foi ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006.

O espaço ocupado pela cultura no governo nacional se restringiu. A intensa interação com a sociedade civil e, em especial, com as comunidades culturais, e com a sociedade política, nacional e internacional, ficou debilitada. [...] A opção por construir políticas públicas, associada à abertura de horizontes, emergiu como uma marca do governo Lula na área da cultura. Proliferaram discussões, seminários, câmaras setoriais e conferências, a exemplo das Conferências Nacionais de Cultura (2005 e 2010), primeiras realizadas na história do país. As políticas culturais se constituíram como políticas públicas porque foram baseadas em debates e deliberações negociadas com a sociedade e suas comunidades culturais. Institucionalidade e organização cultural se desenvolveram de modo acelerado. (RUBIM, 2015, p.13-28).

Neste sentido, gestão Lula estabeleceu uma conexão com a sociedade possibilitando a participação dos cidadãos no processo de construção das políticas públicas culturais. Conforme Rubim (2010),

A interlocução com a sociedade concretizou-se através de uma assumida opção pela construção de políticas públicas. Elas emergem como marca significativa das gestões ministeriais de Gil e de Juca. Proliferaram encontros; seminários; câmaras setoriais; consultas públicas; conferências, inclusive culminando com as conferências nacionais de cultura de 2005 e 2010. Através destes dispositivos, a sociedade pôde participar da discussão e influir na deliberação acerca dos projetos e programas e, por conseguinte, construir, em conjunto com o Estado, políticas públicas de cultura. (RUBIM, 2010, p.14)

Em relação as Conferência Nacional de Cultura (CNC) – primeira edição realizada em 2005 e a segunda em 2010 – pode se afirmar que ela se constituiu como uma inovação na interlocução do Governo com a Sociedade. Antecedidas por conferências setoriais, municipais, regionais, estaduais e interestaduais de cultura, proporcionaram, “[...] em todas as regiões do país, a instalação de diferentes espaços de reflexão, debate, sobre a situação do Brasil – o que contribuiu para que se avaliassem perspectivas, se levantassem possibilidades de avanço e se propusessem novas formas de atuação” (CALABRE, 2009, p.122).

Como resultado mais significativo da participação social no governo Lula, dois grandes movimentos assumiram lugar de destaque na construção das políticas públicas culturais de Estado: a implantação e o desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e a criação do Plano Nacional de Cultura (PNC). Para Rubim (2015),

A aprovação do PNC, em 2010, pelo Congresso Nacional (Emenda constitucional nº 48/2005) se contrapôs à tradição das instabilidades, dada sua vigência prevista para 10 anos. A construção do SNC, iniciada naqueles anos, em conjunto com estados, municípios e sociedade civil, buscando uma perspectiva federativa, visou consolidar estruturas e políticas, pactuadas e complementares, que viabilizassem a existência de programas de longo prazo, não submetidos às intempéries conjunturais. (RUBIM, 2015, p.13-14).

No entanto, no processo constitutivo do PNC e do SNC como política de Estado não houve a necessária articulação do e no governo para uma sintonia entre ambas, gerando a problemática da dificuldade do entendimento por parte da sociedade e dos poderes constituídos

do que propunha o Estado enquanto política cultural para os novos rumos a serem trilhados pelo País.

Essa problemática gerou uma série de confusões em muitos gestores nos estados e nos municípios que, não obtendo uma visão clara e global das propostas emergentes, muitas vezes as perceberam como apenas mais uma costumeira política de governo e não de Estado, isso fragilizou o processo de adesão ao SNC e PNC e consequentes desenvolvimento dos mesmos entre os entes federativos e suas necessárias conexões com a sociedade. No que tange aos poderes constituídos o prejuízo da falta de articulação e sintonia se deu em relação a morosidade da tramitação no Congresso Nacional das propostas para a constituição dos marcos legais do SNC e do PNC e seus desdobramentos.

Apesar destas problemáticas a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 148 de 2005 foi aprovada em 2010 (já no final da segunda gestão do presidente Lula) inserindo o PNC de fato como uma política de Estado grafada na Constituição Federal no âmbito do Artigo 215, inciso 3º que diz que:

[...] A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II produção, promoção e difusão de bens culturais; III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV democratização do acesso aos bens de cultura; V valorização da diversidade étnica e regional.

Quanto a sua instituição do ponto de vista de uma legislação específica a partir do que ficou previsto na CF, nos cabe informar que o mesmo foi criado pela Lei 12.343 de 2 de dezembro de 2010 com o compromisso de nortear as ações do Estado por um período de 10 anos na forma da lei, ou seja, entre 2010 e 2020. Além do próprio PNC esta lei criou o cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) – que será matéria de discussão mais adiante – e, entre outras providências, estabeleceu em seu anexo I as diretrizes, as estratégias e as ações do referido plano cujas metas deveriam serem formuladas, implementadas, executadas, acompanhadas e avaliadas por todo o período de vigência do primeiro planejamento decenal da história do governo federal.

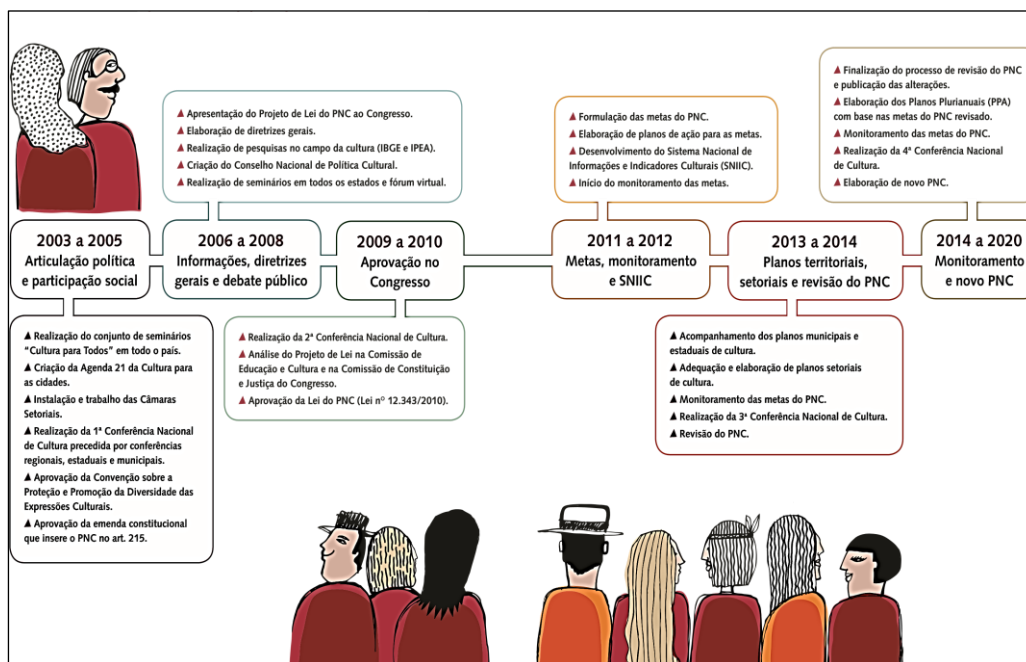
Nesse sentido, foram formuladas 53 metas no primeiro plano decenal para a cultura brasileiras tendo sido publicadas⁴⁴ em 2011, sendo a implementação e execução, acompanhamento e avaliação destas, iniciou-se de fato a partir de 2012 conforme a publicação de *As metas do Plano Nacional de Cultura* (2012 e 2013). Ainda cabe ressaltar nesse processo

⁴⁴ Por meio da Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011.

a revisão destas metas que conforme previsto na lei do PNC deveriam acontecer a partir de 2014 visando a construção do próximo plano decenal⁴⁵.

Para maior detalhamento dos marcos históricos e legais do processo de construção e pretendida execução do PNC – inclusive aqueles que aqui ainda não mencionamos- segue abaixo uma ilustração colhida em Brasil (2012):

Figura 2: Plano Nacional de Cultura: principais momentos de uma construção democrática



Fonte: Brasil (2012, p.146-147)

⁴⁵ Segundo Brasil (2018) em *Análise e avaliação qualitativa das metas e do monitoramento do Plano Nacional de Cultura (PNC)*, que foi publicado a partir da pesquisa (de mesmo nome) realizada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) para o MINC "Em 2014, tentando cumprir o que prevê a lei do Plano sobre a revisão das metas, foi nomeado o GT MinC-PNC, que trabalhou ao longo de dois anos com o encargo de propor uma atualização e o aperfeiçoamento das metas do PNC, cujos resultados posteriormente serviriam de subsídio para as deliberações do Comitê Executivo do PNC – instância responsável pela condução do processo de revisão das diretrizes e estabelecimento das metas. Entre 2015 e 2016, os resultados desse processo de revisão foram colocados em uma primeira consulta pública, um esforço que se revelou pouco eficaz, tanto em termos da qualidade das contribuições recebidas quanto em termos da ausência de oportunidade de validar tais recomendações, visto que o referido Comitê de gestão do PNC nunca foi instalado, ocasionando uma paralização no processo de revisão do PNC. Entre junho de 2016 e junho de 2017, nenhuma nova ação foi registrada e observou-se uma dificuldade interna para a execução plena do Relatório de Acompanhamento das Metas" (BRASIL, 2018, p.57). Diante disso é que em maio de 2018 foi formalizada a parceria MINC e UFBA visando o desenvolvimento da pesquisa acima mencionada com o objetivo de promover uma avaliação qualitativa e análise crítica do PNC vigente, afim de reunir e oferecer subsídios para a formulação do próximo Plano Nacional de Cultura que está previsto para 2020. Nunca é demais lembrar que a conjuntura atual não é promissora em termos de Políticas culturais e isso inclui o futuro do PNC enquanto política de Estado, apesar de todas as seguranças legais na forma da CF.

Para entender o que concerne ao Livro, Leitura e Literatura, fizemos uma busca na plataforma do PNC onde é ou era⁴⁶ possível acompanhar o percentual da execução das metas, e dentre as 53 cabe destacar primeiramente a meta de número 20 que foi pensada para “aumentar para 4 a média de livros que os brasileiros lêem por ano, fora da escola” (BRASIL, 2012, p.64).

Na época de sua instituição (2011), a média anual dos brasileiros em relação a leitura de livros fora da escola era de apenas 1,3/ano - índice considerado baixo se comparado a França que já alcançava 7 livros/ano – e, tendo já praticamente encerrado o prazo de melhoramento deste quadro, verificamos que os resultados alcançados até 2016 apontam que os brasileiros passaram a ler cerca de livros 2,88 livros fora do contexto escolar o que representa um alcance 72% da referida meta.

Outra meta que cabe destaque é a de número 32 que almeja alcançar “[...] 100% dos municípios brasileiros com ao menos uma biblioteca pública em funcionamento” (BRASIL, 2012, p.92). Na época de sua formulação o Brasil possuía cerca de 99% das cidades com biblioteca pública (municipal, estadual ou comunitária), no entanto, havia a necessidade de se garantir que estas de fato funcionassem no que diz respeito a infraestrutura, a política de acervo e à promoção da leitura. Neste sentido, verificamos que a meta era atingir uma quantidade de 5.570 bibliotecas em todo o país, sendo que até 2017 esse número já era de 5.458 o que representa um alcance de 98,0% da meta traçada.

A partir do que foi pensado enquanto projeto de País no campo da cultura no início de 2003, percebemos o surgimento de diversos programas que se desdobram em projetos e ações culturais em todo o país. Nesse sentido, cabe um destaque o fomento à criação dos pontos de cultura – principal ação do Programa Cultura Viva cujo o apoio financeiro do MINC a partir de seleção pública de projetos culturais de iniciativa da sociedade civil – como principais espaços para a abertura das fronteiras das outras culturas que passaram a serem consideradas a partir da noção antropológica de cultura e suas dimensões.

Na gestão Lula foi criada uma série de pontos, pontinhos e pontões de cultura estabelecendo “[...] uma rede entre estes pontos e o Estado de modo a promover o fluxo de informação, conhecimento, experiência.” (BARBALHO, 2009, p. 55).

Em Rubim (2010) é possível perceber o alcance do Cultura Viva em âmbito nacional quando o autor diz que:

⁴⁶ Os resultados aqui apresentados foram colhidos na plataforma do PNC - <<http://pnc.cultura.gov.br/>> - em agosto de 2019. Antes da finalização deste trabalho retornamos ao referido site e constatamos que a opção de acompanhamento já apresentava a mensagem: “nenhum resultado encontrado. A página que você solicitou não foi encontrada. Tente refinar sua pesquisa, ou use a navegação acima para localizar a postagem.”

Eles já atingem todo o País, massageando instituições e grupos culturais quase sempre excluídos dos apoios do Ministério e do Estado brasileiros. Mas o número dos pontos de cultura existentes, a depender das atividades que incluem, hoje varia, mesmo em dicções do Ministério, entre 2.500 e 4 mil pontos em todo o País. (RUBIM, 2010, p.19-20)

Assim, práticas culturais coletivas de todas as regiões brasileiras foram contempladas de modo a alcançar pontos de cultura que produziam ou continuam a produzir diversos objeto de arte e de cultura a partir da diversidade de expressões artísticas e culturais das quais o Brasil é composto.

É importante evidenciar que apesar das possíveis lacunas entre a política pública planejadas e a política de fato executada pelo PNC, os seus resultados alcançaram vultos nunca antes vistos em termos de política cultural no país. Além do mais, foi a primeira vez que em mais 30 anos de existência do MinC – entre criações, recriações e extinções – se colocou como palavra de ordem um planejamento a partir da discussão com a sociedade civil, para abalizar as metas de um planejamento nacional para cultura do país como um projeto de Nação.

No que tange instituição do SNC, é preciso registrar que seu desenho surgiu também na/da conexão governo e sociedade e os entes federativos a partir das conferências de cultura e demais eventos como aconteceu como o PNC, no entanto, a problemática articulação e sintonia que já apontamos anteriormente, prejudicou muito o processo de sua instituição de fato.

Conforme Rubim (2015),

A construção do SNC, iniciada naqueles anos, em conjunto com estados, municípios e sociedade civil, buscando uma perspectiva federativa, visou consolidar estruturas e políticas, pactuadas e complementares, que viabilizassem a existência de programas de longo prazo, não submetidos às intempéries conjunturais. (RUBIM, 2015, p.13).

No entanto, foi somente em 2012 já na gestão da presidenta Dilma Rousseff (com o PNC já em execução) que o governo conseguiu articular para que a PEC N° 416/2005 fosse transformada na PEC n° 71/2012 e finalmente aprovada acrescentando uma emenda na CF disposta no Artigo 216-A para tornar o SNC de fato uma política de Estado. A redação do referido artigo ficou da seguinte forma:

O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

No inciso 1º deste mesmo artigo tem-se garantida a fundamentação do SNC a partir das diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Cultura (PNC) que se rege pelos seguintes princípios:

I - diversidade das expressões culturais; II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais; III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural; V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas; VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais; VII - transversalidade das políticas culturais; VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil; IX - transparência e compartilhamento das informações; X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social; XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações; XII - ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

Quanto a estrutura do SNC se verifica que além dos órgãos do Estado, há a garantia da existência de órgãos formados por representantes da sociedade civil com o objetivo de se estabelecer um canal constante de interlocução e pactuação entre o governo e sociedade. Assim, o inciso 2º define a estrutura:

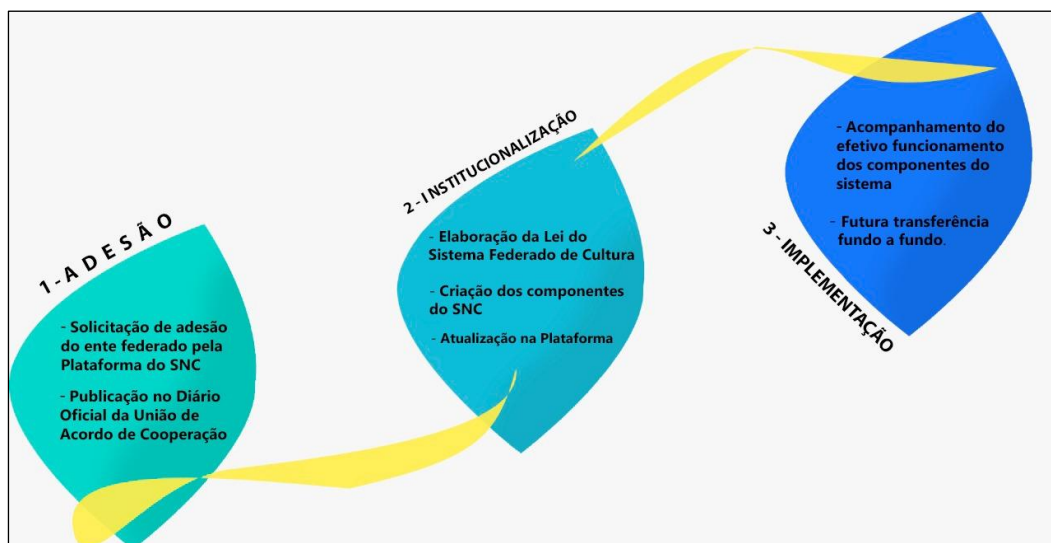
I - órgãos gestores da cultura; II - conselhos de política cultural; III - conferências de cultura; IV - comissões intergestores; V - planos de cultura; VI - sistemas de financiamento à cultura; VII - sistemas de informações e indicadores culturais; VIII - programas de formação na área da cultura; e IX - sistemas setoriais de cultura.

Ainda determina o referido artigo que o SNC seja regulamentado por lei ordinária⁴⁷, o que de fato não aconteceu, pois, as articulações para a instituição desta legislação não foram suficientemente fortes para sua aprovação, tendo obtido um resultado pernicioso com o arquivamento do PL que propunha sua criação.

Outra importante ação prevista pelo sistema é a de que também os Estados e Municípios organizem seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias para que possam integrarem-se ao SNC cujo processo de integrativo ocorre em três fases conforme ilustração abaixo:

Figura 3: Fases de integração ao SNC

⁴⁷ A devida regulamentação não se efetivou até o momento, pois, o Projeto de Lei nº 4271/2016 que propunha a sua regulamentação foi arquivado em 31 de Janeiro de 2019 conforme consta na página da Câmara dos Deputados, - <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2076622> - ficando seu ordenamento regido pela própria CF à espera do futuro de incertezas dos dias atuais.



Fonte: Portal SNC <<http://portalsnc.cultura.gov.br/como-fazer-parte/>>

Segundo o portal do SNC na fase de adesão o ente federativo deve primeiramente manifestar seu interesse em integra-se ao sistema, gerando a celebração de um Acordo de Cooperação Técnica entre Estados/Municípios e a União e na criação de um plano de trabalho detalhado onde se estabelecem as metas, estratégias de ação e prazos para a devida institucionalização do sistema de cultura estadual ou municipal.

A partir da cooperação estabelecida inicia-se a segunda fase que consiste na formulação da Lei do Sistema Municipal/Estadual de Cultura e demais normativas referentes aos seus componentes que são: órgão gestor próprio para a cultura (Secretaria ou Fundação de cultura preferencialmente), plano de cultura, fundo de cultura, conselho de política cultural, conferência de cultura e demais componentes, de acordo com a realidade de cada ente.

Na terceira e última fase de integração os estado e municípios devem implementar, executar, acompanhar e avaliar as políticas culturais contidas nos respectivos sistemas e planos de cultura. Ou seja, é o funcionamento de fato do sistema que deverá sobretudo ocorrer em conexão com a sociedade que o acompanhará o seu efetivo funcionamento.

Neste sentido, averiguamos os dados atualizados do Governo Federal – alcançando do governo do presidente Michel Temer (2016 e meio a 2018) ao governo atual - em que o indicativo do momento é de 26 (100%) estados e mais do Distrito Federal com acordo de cooperação celebrado. Em relação aos municípios o quantitativo chega a 2.665 (47,8%) acordos celebrados com a União conforme tabela abaixo:

Tabela 1: Acordo de cooperação federativa SNC

Região	Estados e DF	Acordos estados e DF	%	Total de Municípios por estado	Total de Municípios no SNC	%
CO	Distrito Federal	1		1	0	-
CO	Goiás	1		246	84	34,1%
CO	Mato Grosso	1		141	62	44,0%
CO	Mato Grosso do Sul	1		79	63	79,7%
Total Região Centro Oeste		4	100,0%	467	209	44,8%
N	Acre	1		22	10	45,5%
N	Amapá	1		16	6	37,5%
N	Amazonas	1		62	14	22,6%
N	Pará	1		144	85	59,0%
N	Rondônia	1		52	14	26,9%
N	Roraima	1		15	9	60,0%
N	Tocantins	1		139	53	38,1%
Total Região Norte		7	100,0%	450	191	42,4%
NE	Alagoas	1		102	29	28,4%
NE	Bahia	1		417	214	51,3%
NE	Ceará	1		184	160	87,0%
NE	Maranhão	1		217	125	57,6%
NE	Paraíba	1		223	96	43,0%
NE	Pernambuco	1		185	89	48,1%
NE	Piauí	1		224	78	34,8%
NE	Rio Grande do Norte	1		167	97	58,1%
NE	Sergipe	1		75	41	54,7%
Total Região Nordeste		9	100,0%	1794	929	51,8%
SE	Espírito Santo	1		78	36	46,2%
SE	Minas Gerais	1		853	341	40,0%
SE	Rio de Janeiro	1		92	75	81,5%
SE	São Paulo	1		645	252	39,1%
Total Região Sudeste		4	100,0%	1668	704	42,2%
S	Paraná	1		399	154	38,6%
S	Rio Grande do Sul	1		497	245	49,3%
S	Santa Catarina	1		295	233	79,0%
Total Região Sul		3	100,0%	1191	632	53,1%
Total		27	100,0%	5570	2665	47,8%

Fonte: Portal SNC -<<http://portalsnc.cultura.gov.br/estatisticas/>> adaptado pelo autor

A partir da tabela acima é possível perceber que dentro do contexto de acordos de cooperação técnica, o Estado de Mato Grosso do Sul já fez sua adesão - aliás já instituiu seu sistema e componentes na forma da lei, essa questão em específico será abordada no próximo

capítulo deste trabalho- e no que tanges aos 70 municípios sul-mato-grossenses, um total de 63 (79,7%) já possuem ao menos o processo de integração iniciado.

No que tange ao quantitativo de processos completos de integração ao SNC, identificamos que até o presente momento (fevereiro de 2020), 16 estados e mais o Distrito Federal já instruíram seus respectivos sistemas, o que corresponde a 55% do total das unidades da Federação.

Em relação aos municípios, já foram identificadas mais de 600 leis de sistemas municipais de cultura, deste total, aproximadamente 300 já inseriram suas leis de sistema na Plataforma SNC em que o (ANTIGO) MINC acompanha, monitora, orienta e compartilha informações sobre o andamento do referido sistema.

Para que o SNC funcione plenamente de forma integrada no Brasil, é preciso que o Estado atue de forma objetiva do ponto de vista da institucionalização do mesmo nos estado e municípios que ainda não os tem como política de Estado, sendo necessário dar continuidade no incentivo a esses entes federados para que criem sistemas e planos de cultura. Ainda há que se pensar em âmbito nacional a questão da sua necessária regulamentação, travada desde o arquivamento em 2019 do PL que pretendia fazê-la.

Outra questão muito importante que inclui o também o PNC é a do investimento financeiro do governo pois, conforme assevera Rubim (2015), o êxito da atuação do Estado

[...] requer recursos financeiros, definição democrática de responsabilidades entre os entes federativos e também recursos humanos. Não por acaso a demanda por formação em cultura tem sido uma prioridade constante nas conferências nacionais, setoriais, estaduais e municipais de cultura. (RUBIM, 2015, p.20).

Quanto ao PNC é necessário e urgente pensa-lo para os próximos dez anos, isso significa dizer que é preciso construir o próximo plano decenal que deverá vigorar nos exercícios fiscais de 2021 a 2030, para isso, o ano de 2020 é o momento de construí-lo sem desrespeitar o direito da sociedade de participar de sua criação.

Cabe ressaltar também que tanto o PNC quanto o SNC, enquanto política cultural de Estado, se alicerçam na CF configurando-se nos marcos legais basilares para a condução de qualquer ação no plano cultural do nosso País. Independentemente de qualquer que seja o partido político ou governante que ascenda ao poder, a atuação do Estado nesse campo não deve se prestar a nenhuma outra postura que não aquela exigida na forma da Lei.

Mudanças na legislação são possíveis, sabemos disso, entretanto, considerando que os anseios culturais da sociedade brasileira estão expressos na das legislações vigentes, entendemos e acreditamos que qualquer governante dado ao comprometimento para com o povo, tem o dever e não opção de observa-las, cumpra-las e fazer com que sejam cumpridas,

pois, a vontade dos cidadãos brasileiros alicerçadas na construção coletiva a partir da diversidade de culturas amalgamadas em nosso campo cultural, merece ser acima de tudo e acima de todos, ser respeitada.

Uma das preocupações da gestão Gil/Juca (2003-2010) foi a de amalgamar num único sistema, as informações de indicadores culturais do país a fim de formar uma espécie de ‘fotografia da cultura do Brasil’ que pudesse oferecer parâmetros norteadores para a elaboração, formulação, instituição, acompanhamento e avaliação de políticas para o setor cultural.

Nesse sentido, o MINC entendeu em um documento padrão denominado de *Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais (SNIIC)* (2009) que “Não há como atuar de forma ajustada aos contextos modernos da cultura se não houver a disponibilidade de dados e informações culturais fidedignos e atuais, que expressem as múltiplas especificidades da cultura nas diferentes regiões do Brasil” (MINC, 2009, p.03).

Apontava ainda o documento que a integração sistêmica das informações culturais brasileira ocorria de maneira inadequada sendo possível afirmar naquele momento que “[...] a maioria das bases de dados culturais do País encontra-se dispersa entre as três esferas do governo e do setor privado” (MINC, 2009, p.03).

Num contexto territorial mais amplo, também outros países da América Latina como o México, a Argentina e o Chile já vinham, desde 2002, entendendo conforme aponta Diana Marcela Rey em *Sistemas de informação cultural: aprendizagens e desafios* (2015), que os Sistemas de Informação Cultural (SIC) seriam “[...]uma das melhores ferramentas para pôr à disposição do público o incipiente conhecimento sobre a infraestrutura cultural a oferta e a demanda de bens culturais, numa época marcada pela consolidação da Sociedade da informação e da comunicação” (REY, 2015, p.174).

Assim, emergiu na América Latina em função de uma agenda cultural internacional da qual o Brasil passou a participar mais ativamente, processos de criação, incorporação e consolidação de SIC. É possível identificar neste processo três fases diferentes na evolução dos sistemas como objeto de política pública.

A primeira, entre os anos 2002 e 2007, denominada **Surgimento e estruturação dos SIC desde as agendas internacionais**, a segunda, entre 2007-2013, **Consolidação dos SIC em função de interesses nacionais** e a terceira fase, desde o ano 2013, que pode ser identificada pela **Reavaliação dos SIC para a construção das Contas Satélites de Cultura**. (REY, 2015, p.174-175, grifos nossos).

O Estado brasileiro se insere de forma objetiva neste cenário de institucionalização de SIC a partir da segunda fase, conforme Rey (2015). Neste sentido – e agora voltando a preocupação do MINC que apontamos acima -, é que foi publicado o documento padrão no

qual se estabeleceram as bases norteadoras, as justificativas, os objetivos, os beneficiários, o processo e o calendário de criação, implantação e execução para SIC brasileiro. O documento estabeleceu também que o SNIIC deveria atingir/inter-relacionar-se com o Sistema de Informações do MERCOSUL (SICSUR)⁴⁸ naquele momento sob a coordenação da Argentina.

Em relação as bases norteadoras da criação do SNNIC, o pensamento do MINC que era o de fazer uma ‘fotografia da cultura do Brasil’ para atuar como um “[...] instrumento de interceptação e reversão de várias das condições restritivas presentes atualmente no contexto dos governos federal, estadual e municipal na área cultural” (MINC, 2009, p.04).

No que diz respeito as justificativas para a criação do sistema, o documento apontava para cinco motivos principais:

a) Inexistência de um Sistema Unificador de Informações Culturais no Brasil: até o momento, as três esferas de governo não possuem estrutura adequada à coleta e tratamento de dados culturais; algumas iniciativas destes entes resultam em informações culturais coletadas, tratadas e armazenadas de forma dispersa e variada por diversos sistemas computacionais. [...] **b) Carência nos Processos de Construção de Indicadores Nacionais sobre o Setor Brasileiro:** em decorrência de um panorama precário sobre as informações culturais no País, verifica-se que estados e municípios não são estimulados à criação de seus indicadores. [...] **c) Insuficiências Organizacionais Referentes à Gestão de Sistema Unificador de Informações Nacionais sobre Cultura:** apesar dos esforços âmbito do MinC para o aprimoramento de suas estratégicas institucionais, estas não estão ainda suficientemente adequadas ao planejamento e à implantação de um sistema unificador de dados e informações culturais. Isso, evidentemente, faz com que diagnósticos, previsões e até decisões relacionadas à cultura no Brasil sejam realizadas sem o respaldo de indicadores nacionais. [...] **d) Escassez quanto à Disponibilidade de Pessoal Capacitado para Atuar no Desenvolvimento e Operação de Sistema Unificador de Informações Nacionais sobre Cultura:** as equipes da área de tecnologia da informação e comunicação do MinC não possuem profissionais suficientes para formular e implantar sistemas digitais interativos com amplo potencial de comunicatividade operacional. (MINC, 2009, p.4-5, grifos nossos).

Diante destas justificativas o objetivo principal do MINC ao planejar a criação do SNIIC era o de “[...] propiciar o diagnóstico dos setores, diretrizes para as políticas, formulação de metas, além de acompanhamento e monitoramento do processo decisório” (MINC, 2009, p.5). E assim o sistema objetivaria especificamente

⁴⁸ Numa tentativa de se obter alguma informação sobre o SICSUR, acessamos duas páginas como sendo do referido sistema - <<http://www.sicsur.org/>> e <<http://sicsur.mercosurcultural.org>> -, a partir de indicações colhidas no site da UNESCO <<https://en.unesco.org/creativity/policy-monitoring-platform/cultural-information-system>> e em Rey (2015), no entanto, nenhum dos endereços eletrônicos direcionaram para o sítios de informações sobre o SICSUR, ao contrário, o primeiro direciona para um página em língua estrangeira que não o espanhol e quando traduzida parece tratar de *bitcoin* e a segunda também em língua estrangeira (inglês) se dedica a conteúdos de pornografia. Ainda fizemos buscas na *Web*, mais especificamente nas páginas do SNIIC - <<http://sniic.cultura.gov.br/>>- e do SIMCULTUTRA - <<http://sim.cultura.gov.br/>>), nas plataformas dos órgãos culturais públicos dos países membros do MERCOSUL, inclusive da Argentina e do Brasil e todos apontam para as duas páginas acima descritas, de modo que não obtivemos êxito em nossa busca.

“[...] o mapeamento, a organização e divulgação das atividades culturais brasileiras, incluindo informações, consideradas básicas, sobre: Estrutura - (artistas, equipamentos culturais, grupos, eventos); Gestão - (órgãos municipais, conselhos, fundos, legislações, orçamentos, editais); Financiamento; Economia da Cultura; Patrimônio Material e Imaterial, entre outros. (MINC, 2009, p.5-6).

Outro objetivo importante do sistema foi o da interligação das três esferas governamentais numa plataforma ‘amigável’ em que os órgãos estaduais e municipais adotassem os mesmos fundamentos conceituais para a estruturação de uma base de dados nacional composta por três mecanismos: cadastramento, construção e mapeamento. Para isso pensou-se num longo processo de adesão dos Estados e Municípios⁴⁹ quando da consolidação do sistema que tinha como metas alcançar entre 2009 e 2011:

a) [...] pleno funcionamento com pelo menos 60% dos estados e 10% dos municípios participando de sua implementação e utilizando seus relatórios para o planejamento e a gestão da cultura em suas regiões e localidades. b) [...] indicadores sobre as múltiplas dimensões da cultura brasileira [...] construídos a partir dos dados e informações gerados de forma congruente e unificada, portanto, atualizados e fidedignos. c) [...] processos decisórios sobre políticas públicas de cultura [...] realizados, predominantemente, com base nos indicadores nacionais construídos a partir dos dados e informações gerados pelo Sistema unificador implantado. d) [...] áreas de tecnologia da informação e comunicação do MinC e de instituições públicas estaduais e municipais, ligadas à cultura, [...] [dispondo] de pessoal capacitado profissionalmente para a implantação, gestão e avaliação do Sistema unificador de informações nacionais de cultura. e) [...] metodologia de operação e uso do Sistema unificador de informações nacionais de cultura [...] elaborada e disponível como parâmetro de orientação técnica e operacional aos estados e municípios. (MINC, 2009, p.5-6).

A partir de sua efetivação o SNIIC beneficiaria, segundo o MINC, as instituições governamentais nas três esferas de governo, as organizações culturais dos setores privado e não-governamentais e principalmente as comunidades locais que poderiam acessar informações sobre a atuação dos governos e com isso exercer maior controle sobre a atuação dos mesmos em relação a política pública cultural no País.

Pensando num processo de implementação previu-se distintos mecanismos como a articulação entre o MINC e entes federativos envolvidos para a gestão do processo, a contratação de consultores em tecnologia da informação via Programa de Desenvolvimento da Economia Criativa (PRODEC) para o desenho do modelo lógico do sistema, acordo com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) no sentido de se articular em relação a equipamentos, tecnologias e consultorias quando da implantação e, acordos bilaterais e sistemas

⁴⁹ Neste sentido ao fazer adesão ao SNC, Estados e Municípios assumem também o compromisso de criar e interligar seus respectivos SIC ao SIC nacional, adotando as mesmas bases conceituais e estruturais utilizadas pelo (na época) MINC.

pilotos visando a participação das unidades federativas de Santa Catarina, Bahia e Acre que naquele momento já estavam com seus respectivos SICs em desenvolvimento.

Assim, o SNIIC teve como calendário de execução três etapas básicas: a primeira trataria de sua validação entre 2009 e 2010 em relação a arquitetura conceitual e tecnológica, na segunda ocorreria a partir de 2010 – portanto ainda concomitante a primeira - a sua implementação em que as três esferas de governo poderiam após adesão e capacitação de agentes, alimentar a plataforma criada e na terceira, seria tratada a sua institucionalização jurídica no triênio 2009-2011. Assinala o documento que se pretendia “[...] realizar como produto final do processo, a criação de um instituto ou gênero afim, para a consolidação do trato das informações culturais no Brasil” (MINC, 2009, p.9).

Do ponto de vista jurídico, observamos que o SNIIC foi de fato instituído no mesmo marco legal de institucionalização do PNC, (Lei nº 12.343, de 12 de dezembro de 2010) em que o mesmo foi posto no capítulo IV como um dos sistemas de monitoramento e avaliação do planejamento decenal para a cultura brasileira. Fazemos aqui uma incursão na lei de criação do PNC a partir do documento *As metas do Plano Nacional de Cultura* (2013) publicado pelo Governo Federal via MINC em que os objetivos do SNIIC estão assim expressos:

I – coletar, sistematizar e interpretar dados, fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais por cultura, que permitam a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, verificando e racionalizando a implementação do PNC e sua revisão nos prazos previstos; II – disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados; III – exercer e facilitar o monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais em geral, assegurando ao poder público e à sociedade civil o acompanhamento do desempenho do PNC. (BRASIL, 2013, p.163-164).

Em relação a sua caracterização o marco legal definiu que o mesmo teria:

I – Obrigatoriedade da inserção e atualização permanente de dados pela União e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios que vierem a aderir ao Plano; II – caráter declaratório; III – processos informatizados de declaração, armazenamento e extração de dados; IV – ampla publicidade e transparência para as informações declaradas e sistematizadas, preferencialmente em meios digitais, atualizados tecnologicamente e disponíveis na rede mundial de computadores. (BRASIL, 2013, p.164).

Resultado desse longo caminho a partir de 2009 foi que tivemos uma “implantação e uma praticamente (re)implantação” do referido sistema, sendo que a primeira ocorreu em

2011⁵⁰ no governo Dilma com a ministra da cultura Anna Buarque de Hollanda e a segunda em 2018⁵¹ no governo Temer com a ministra interina da cultura Mariana Ribas da Silva.

Numa leitura de ambas portarias, percebemos que o texto normativo de uma e de outra é praticamente o mesmo sendo que: o primeiro empregou o termo implantação prevendo no inciso segundo do Artigo 1º a criação de uma “plataforma de governança colaborativa, denominada SNIIC.Cultura.BR” para agregar processos, produtos culturais digitais e permitir a interação dos usuários “por meio de *software* com padrões de publicação de dados abertos”; o segundo revogou os atos da normativa anterior e anunciou no inciso primeiro do Artigo 1º que o “SNIIC é dotado de um portal *web*, denominado SIMCULTURA (Sistema de Informações e Monitoramento da Cultura), gerenciado exclusivamente pelo Ministério da Cultura”, além de também prever a colaboração dos usuários num processo de “governança colaborativa”.

Ou seja, a novidade foi somente na troca do primeiro sítio digital (plataforma SNIIC <<http://sniic.cultura.gov.br/sobre/>->) por um segundo (plataforma SIMCULTURA <<http://sim.cultura.gov.br/>>), sendo que ambas se encontram ativas na *web*.

Essa mudança de endereço digital pode gerar (ou gerou de fato) uma confusão para os usuários, apesar de a segunda plataforma, conforme reunião do Comitê Gestor⁵² do SIMCULTURA do dia 27 de abril de 2018, ter nascida sob a justificativa de que “a sigla SIMCULTURA, seria uma nova forma para denominarmos o antigo portal, por ser afirmativo, e de mais fácil entendimento pela sociedade” mantendo todas as funcionalidades que já existiam e acrescentando novo *layout*, painéis de informações com rigor metodológico e repertório de pesquisas do campo cultural.

Diante disso, fizemos uma exaustiva busca nas plataformas em questão e no anseio por informações sobre nosso objeto descobrimos inicialmente que no ambiente Mapas culturais estão dispostos dados relevantes sobre o setor literário. Ainda que bastante incompletos no que tange aos quantitativos reais do setor, nos servem de subsídios para pensarmos a própria

⁵⁰ Conforme PORTARIA Nº 124, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011. Dispõe sobre a implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC - e dá outras providências

⁵¹ Conforme PORTARIA Nº 27, DE 19 DE MARÇO DE 2018. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) - e seu portal web - e dá outras providências.

⁵² Foi composto por um representante titular e um suplente dos seguintes órgãos do MINC: Subsecretaria de Gestão Estratégica da Secretaria Executiva (SGE), Secretaria Articulação e Desenvolvimento Institucional (SADI), Secretaria da Economia da Cultura (SEC), Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura (SEFIC), Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), Secretaria de Infraestrutura Cultural (SEINFRA), Secretaria do Audiovisual (SAV), Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Fundação Cultural Palmares (FCP), Agência Nacional do Cinema (ANCINE) e Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). O referido Comitê era presidido pelo titular da SGE.

articulação dos governos com a sociedade em relação a alimentação do ainda confuso SIC adotado pelo Brasil, bem como, as questões mais específicas das políticas culturais destinadas ao fomento das ações culturais para o Livro, Leitura e Literatura.

O ambiente Mapas culturais - <<http://mapas.cultura.gov.br/>>- se estrutura para um mapeamento – semelhante ao *Google Maps* - dos eventos, espaços e projetos culturais de todo o país, além de conter a aba editais e notificações.

Observamos que o mapeamento de eventos culturais visa prestar informações sobre quais eventos e em quais espaços culturais eles ocorrem, no entanto, quando de nossa averiguação – 14 de Janeiro de 2020 - apenas 36 eventos em 12 espaços culturais constavam no sistema e destes, 18 relacionam-se ao filtro, Livro e Literatura, o que se traduz numa parcela ínfima do que se realiza hoje no país. Ainda registramos que Mato Grosso do Sul, loci enunciativo de nosso objeto nesta dissertação, não apresentou nenhum evento cadastrado.

Em relação aos espaços culturais, notamos que estão cadastrados um total de 16.190 espaços com localização e 1.527 sem a devida localização em todo o País. Filtrando os dados para as áreas de Livro, Leitura e Literatura e os para os tipos de acessibilidade banca de jornal, biblioteca (escolar, especializada, nacional, privada, pública, universitária e comunitária – incluindo pontos de leitura), espaços para eventos, livraria, sala de leitura e sebo, a quantidade de espaços alcançam 781 com e 77 sem localização.

Em se tratando de Mato Grosso do Sul, identificamos 203 espaços culturais com e 8 sem localização e quando filtrado para as mesmas áreas e tipos de acessibilidade utilizados na busca em nível nacional, esse número se reduz a 5 espaços com localização, sendo 3 na capital (Gibiteca de Campo Grande, Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim e Biblioteca Edson Contar) e 2 no interior (Biblioteca do SESI e Biblioteca Municipal de Terenos). Ainda apresenta o sistema 1 espaço sem localização.

Com base nos números apresentados e levando em consideração a quantidade real de espaços existentes em MS – tomamos por base somente as 80 Bibliotecas Públicas listadas em 2015 pelo SNBP - <<http://snbp.cultura.gov.br/bibliotecas-ms/>>-, constata-se, sem grandes dificuldades, que há um claro desinteresse do Estado (nas três esferas de governo) e consequente inercia dos agentes culturais (públicos ou não) em de fato colaborar com necessária e obrigatória (para os agentes públicos no âmbito do SNC) inserção e atualização permanente de dados.

No que diz respeito aos agentes cadastrados, considerando os agentes individuais e coletivos – no portal é possível cadastrar-se enquanto agente individual e coletivo- constatamos um total de 31.266 agentes com e 35.138 sem localização o que indica que a maioria dos agentes

não conseguiram ou não quiseram inserir seus respectivos *loci* enunciativos. Filtrando os dados para o Livro, Literatura, Leitura e Jornalismo, a quantidade de agentes cadastrado é de 4.255 com e 883 sem localização.

Neste contexto MS aparece com um total de 536 agentes com e 60 sem localização e 108 com e 2 sem localização no que tange ao Livro, Leitura, Literatura e Jornalismo. Para ilustrar, segue abaixo o cadastro de agente do pesquisador deste trabalho:

Figura 4 – Agente individual

The screenshot displays the 'Mapas Culturais' website interface. At the top, there is a search bar and filters for 'Mato Grosso do Sul', 'Jornalismo', 'Leitura', 'Literatura', and 'Livro'. The profile for 'Vanderlei José' is highlighted, showing his photo and detailed information. The background features a map of Mato Grosso do Sul with several location pins indicating the presence of agents in various municipalities.

Fonte: Mapas culturais- < <http://mapas.cultura.gov.br>>

No que tange aos projetos culturais, há no sistema um total de 2.454 cadastrados, já os editais somam 137 não sendo possível uma filtragem por unidade federativa ou por proponente/responsáveis respectivamente. Na aba notificações o que se nota são informações sobre a atuação e as inter-relações entre usuários do portal.

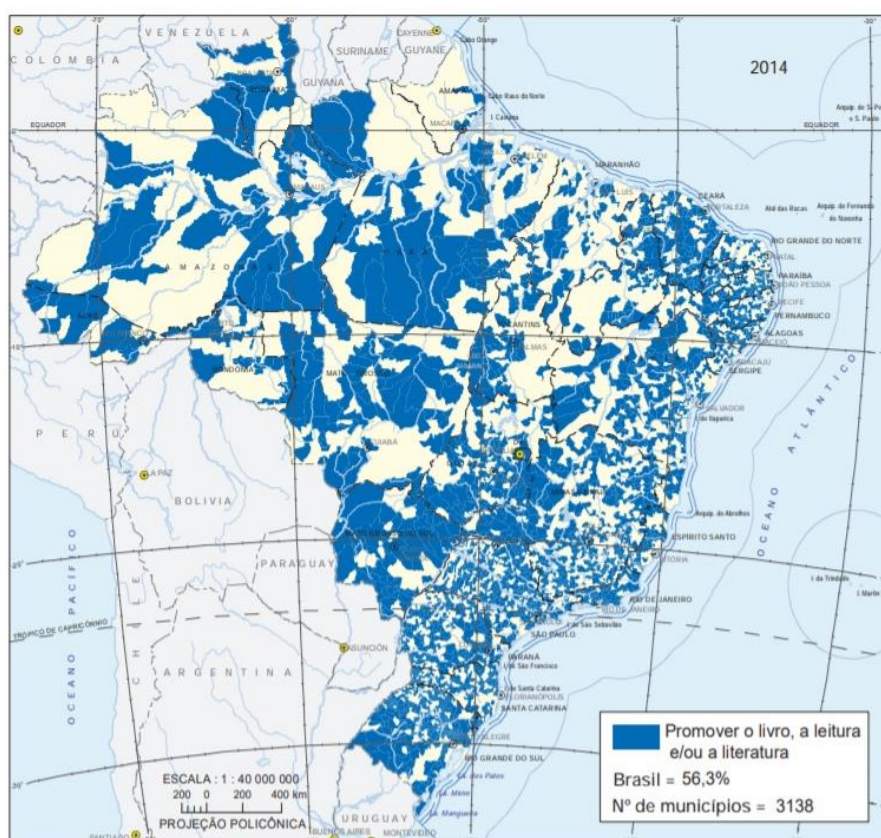
Um outro conjunto de informações que averiguamos, trata dos indicadores e dados culturais (disponíveis em ambas plataformas)⁵³. Nesse sentido, uma das publicações que encontramos foi *Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros (2015)* publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O referido perfil, resulta da Pesquisa de

⁵³ Na plataforma SIMCULTURA o referido perfil pode ser encontrado em: < <http://sim.cultura.gov.br/estudos-e-pesquisas/>> .

Informações Básicas Estaduais (ESTADIC) e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), ambas realizadas pelo próprio (IBGE)⁵⁴ referente ao ano de 2014.

Dentre as informações observadas no referido perfil nos interessa aqui destacar aqueles que se relacionam a promoção do livro, da leitura e/ou da literatura. Os dados estatísticos revelam que: 56,3% dos municípios brasileiros “[...] direcionam [ou direcionavam] a gestão cultural com ações e programas em prol da leitura, do livro e da literatura; 27,3% o fazem [ou o faziam] pelo fomento à criação, produção e circulação de conteúdos literários e 19,8% formando [ou formavam] agentes e mediadores de leitura” (IBGE, 2015, p.57).

Figura 5: Cartograma- Municípios com programa ou ação para promover o livro, a leitura e/ a literatura – Brasil – 2014



Fonte: IBGE, 2015

⁵⁴ Segundo Roberto Luis Olinto Ramos, Diretor de Pesquisas do IBGE na apresentação da publicação de 2015 do perfil ‘Cultura 2014’, a ESTADIC investiga as 27 Unidades da Federação e a MUNIC todos os 5.570 municípios do País. “Trata-se de um conjunto amplo de informações que irá contribuir para o processo de construção de um sistema de indicadores sobre a cultura, permitindo, assim, um maior conhecimento da atividade, fornecendo subsídios para o planejamento e a formulação de políticas, visando à adoção de um novo padrão de desenvolvimento. O objetivo é o de propiciar políticas públicas capazes de melhorar a qualidade de vida da população por meio de atividades culturais, artísticas, sociais e recreativas. A MUNIC e a ESTADIC configuram-se como ferramentas apropriadas para o levantamento de dados que permitem o monitoramento e a avaliação de políticas locais e regionais, reforçando o objetivo de construção de uma base de informações municipais e estaduais de qualidade. (IBGE, 2015, p.06). Antes de 2015 as publicações ESTADIC e MUNIC ocorriam em separado, a partir de 2015 optou-se pela divulgação em conjunto das suas pesquisas.

Neste panorama Mato Grosso do Sul se destacou no cenário nacional - em relação a atuação das Unidades da Federação a partir de editais, incentivo direto, prêmios e outras formas – tendo realizado em 2014 um total de 6 ações objetivas entre o fomento e a formação de agentes, ‘como forma de apoio ao livro, leitura e literatura’. As outras unidades que também se destacaram foram: Distrito Federal com 7 ações e Bahia, Rio de Janeiro e Goiás com 5 cada uma.

Na procura de estudos acadêmicos ou não que tratassem do setor literário, empreendemos uma busca tanto na plataforma SNIIC quanto na SIMCULTURA. Dentre as poucas que encontramos, optamos pelo trabalho *Desafios para o setor editorial brasileiro de livros na era digital (2012)*⁵⁵ de Gustavo Mello de Gustavo que se encontra abrigado na plataforma SNIIC. No entanto, antes de discorrermos sobre seu conteúdo, achamos por bem informar “o caminho das pedras” para o encontro do referido texto.

Assim, o mesmo é indicado na área de Publicações - <<http://sniic.cultura.gov.br/publicacoes/>> - que foi pensada para se estabelecer como um repositório para reunir pesquisas, artigos, estudos, produtos de consultorias e demais publicações que tragam em seu escopo informações e indicadores culturais. Depois de inserirmos no sistema de busca geral a palavra-chave “livro”, é que chegamos ao texto de Gustavo Mello que, finalmente, pôde ser acessado a partir de um clique no *link* do texto ou no ícone BNDS.

O referido texto traça um breve perfil do setor editorial de livros no País e de suas dimensões econômicas, além de analisar os diferentes segmentos e o mercado editorial para se dedicar então ao livro digital, de modo que aqui nos interessa destacar informações de parte do texto. Segundo Mello (2012) “em geral, as editoras limitam suas atividades ao segmento editorial, mas algumas se verticalizam em direção a outros elos da cadeia, principalmente à distribuição, à produção gráfica e ainda à comercialização, por meio de livrarias próprias” (MELLO, 2012, p.431).

Considerando que os dados apresentados por Mello (2012) se referem a relatórios anuais da Câmara Brasileira do Livro (CBL) e do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL), divulgados até 2011 que por sua vez, tem como base as pesquisas conduzidas pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), gostaríamos de destacar que:

⁵⁵ Trata-se de uma publicação do *BNDES Setorial* que segundo a página -<https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Convivencia/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/BNDES_Setorial/> “contém textos objetivos sobre diversos aspectos da estrutura produtiva da economia brasileira. O objetivo desta publicação é divulgar parte do conhecimento técnico do BNDES aplicado à análise de projetos”.

1. Nos últimos dez anos [entre 2001 e 2011], houve um incremento de 56,8% (média de 4,60% a.a.) no número de exemplares vendidos e de 13,6% no faturamento real (média de 1,29% a.a.). Nos últimos dois anos, esse crescimento foi muito expressivo: 7,2% em 2011 e 21,2% entre 2009 e 2011. **2. Houve um processo de forte contração** do preço médio (faturamento total/número de exemplares vendidos) no segmento de livros científicos, técnicos e profissionais (-32,5% reais entre 2000 e 2011) e de alguma redução ou estabilidade nos demais. **3. Não há um padrão internacional de segmentação do mercado editorial de livros.** No Brasil, o mercado é normalmente segmentado em: obras gerais (OG); livros didáticos (LD); científicos, técnicos e profissionais (CTP); e religiosos (R). Respectivamente, esses setores geraram 26%, 46%, 17% e 10% do faturamento do mercado brasileiro no último triênio. **4. As compras do governo têm destacado papel no segmento LD e destinam-se a atender à demanda da rede pública de ensino médio e fundamental.** O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) respondem por cerca de 25% das receitas do setor, chegando a ultrapassar esse patamar em alguns anos. Em quantidade de livros comercializados, a participação é ainda maior: em média, 34% nos três últimos anos. **5. No mercado privado, as livrarias se mantêm como principal canal de distribuição de livros, responsáveis por 40% a 45% do volume comercializado.** As denominadas vendas diretas, ou porta a porta, vêm se tornando um importante canal de venda de livros. Em 2010, esse canal alcançou um surpreendente patamar de 21,7% dos exemplares comercializados (56 milhões), muito próximo do das distribuidoras. Já em 2011, recuou para menos da metade desse volume – 25,7 milhões (9,1%) –, o que demonstra limites nessa tendência. **6. As exportações brasileiras de livros são pouco significativas.** Geram cerca de 1% do faturamento bruto anual do setor editorial (0,52% em 2011) e representaram 0,02% das exportações do país nos últimos dez anos. O comércio exterior brasileiro de livros tem um *déficit* comercial estrutural que nos últimos anos esteve na casa de US\$ 100 milhões anuais (FOB) e se elevou a US\$ 162 milhões em 2011. **7. A presença de editoras estrangeiras no Brasil é antiga.** Os investimentos recentes de importantes grupos internacionais no país demonstram o interesse desses capitais pelo mercado brasileiro editorial de livros. (MELLO, 2012, p.432-433, grifos nossos).

Para não nos escusarmos do tema central de Mello (2012) que é também importante neste trabalho, gostaríamos de destacar que a “A adoção da tecnologia digital pelo setor editorial desobriga a concepção de um produto limitado a uma lógica sequencial rígida, única, o que confere ao livro digital maior liberdade de leitura e, portanto, também de criação para os autores” (MELLO, 2012, p.448).

Contudo, a expansão da venda de livros nesse suporte (digital), ainda está longe de se configurar como uma parcela significativa do mercado nacional.

Os dados recentemente divulgados pela CBL e pelo SNEL indicam a geração de R\$ 868,5 mil de receitas com a comercialização de conteúdo digital em 2011, em um mercado total de R\$ 4,8 bilhões. Foram R\$ 399,5 mil (46%) em obras gerais, R\$ 319,5 (37%) em CTP e R\$ 115,0 mil (13%) em livros didáticos. (MELLO, 2012, p.450).

Assim, oferecer uma análise entre a preocupação inicial do governo Lula, o planejamento e a tradução de ambas em forma objetiva que se constitui nos governos Lula/Dilma, e que foi (re)constituída no governo Temer, torna-se uma tarefa que requer um aprofundamento. Isso poderia nos leva a incorrer num possível desvio de nosso objeto: política cultural de Estado para o Livro, Leitura e Literatura de MS.

No entanto, algumas considerações merecem ser feitas, a primeira delas é a de que não há ainda maiores estudos sobre SIC no Brasil, de modo que, retornamos a Rey (2015) - o estudo de Rey é tido, segundo a própria autora, como um dos pioneiros sobre o objeto SIC na América Latina- para sublinhar que o SNIIC -que no contexto global pode ser entendido como SIC Brasil-, apesar de ter se desdobrado em duas plataformas, foi, pensado para além do monitoramento,

[...] fornecer dados da oferta e da demanda de bens, serviços e infraestrutura cultural. Trata-se de um sistema de informação complexo que, atendendo as dimensões continentais do território brasileiro, tenta integrar os dados produzidos pelas administrações municipais, estaduais, e o próprio Ministério da Cultura. (REY, 2015, p.178-179).

A autora assinalou lá em 2015 que o SIC Brasil, apresentava uma ‘infraestrutura digital complexa’ da qual se esperava que houvesse uma consolidação nos anos seguintes. Diante do que averiguamos, consideramos que a esperada consolidação (REY, 2015), se estabeleceu de maneira confusa e ambígua, pois, as soluções encontradas foram inicialmente complexas, beirando a demasia (plataforma SNIIC do governo Dilma). E, na tentativa de se oferecer uma alternativa -mais uma, dentre tantas, soluções problemáticas e confusas arraigadas historicamente na prática da governança pública do nosso País – optou-se por uma (re)criação (plataforma SIMCULTURA do governo Temer), sob o discurso de ‘mais fácil entendimento pela sociedade’, ao invés de aprimorar aquela que já existia. Quanto ao futuro, não há muitas perspectivas além daquelas que se caracterizam como incertezas.

Ainda permeou a agenda do governo a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 150 de inclusão na Constituição Federal (CF) da obrigatoriedade um percentual mínimo de 2% dos orçamentos da União, 1,5% dos orçamentos dos Estados e 1% dos orçamentos dos Municípios para a cultura, sendo este projeto ainda objeto de tramitação no parlamento brasileiro. A referida PEC se aprovada, seria um substrato fundamental para a superação das constantes instabilidades financeiras pelas quais o setor cultural tem passado ao longo da história, porque inscreveria na CF um recurso estável para o setor cultural brasileiro.

Apesar disso, cabe destacar que na gestão Lula houveram três fatores com especial significado na construção das ações executadas pelo MINC conforme descreve Rubim (2015);

[...] Primeiro, a ampliação continuada do orçamento do Ministério: de 0,14% para quase 1% do orçamento nacional. Segundo, a permanência do mesmo projeto político-cultural, encarnado em Gilberto Gil e Juca Ferreira, durante os oito anos do presidente Lula. Tal manutenção pode ser interpretada como compromisso com a continuidade das políticas empreendidas. Terceiro, o diálogo com poderes públicos, instituições estatais e comunidades culturais, nacionais e internacionais alcançado pelo Ministério, a exemplo dos canais de participação abertos no país e da atuação internacional do Brasil, como ocorreu na luta pela aprovação da Convenção sobre a Proteção e

Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da Unesco, em 2005. (RUBIM, 2015, p.14).

Esses três fatores, contribuirão para uma institucionalização das políticas culturais como política de Estado no governo Lula e no governo Dilma, apesar do rebaixamento visível das ações empreendidas por ela e sua equipe nos anos seguintes.

A partir do ano de 2016 ‘(E MEIO)’, o que se observou foi o retorno de uma atuação confusa e conflituosa no governo Temer que beirava a políticas de governo, dado: (1) o processo de extinção e recriação do MINC entre abril e junho de 2016 que desencadeou um amplo processo de debate, resistência e politização da classe artística no país segundo (BARBALHO, 2017); (2) a alta rotatividade de secretários e ministros da cultura (Marcelo Calero, Roberto Freire, João Batista de Andrade e Sérgio Sá Leitão) possibilitando atos administrativos adversos a uma política de Estado para cultura, apesar de o último ministro ter se esforçado em relação ao setor da Economia Criativa; (3) o retorno as perniciosas lógicas neoliberal e do Estado mínimo, fragilizando as políticas de Estado que já tinham sido criadas anteriormente.

Contudo, ainda não se pode falar em crise generalizada no setor cultural brasileiro durante a gestão Temer, pois, o contexto do pós-impedimento da presidente Dilma ainda pode ser considerado como uma “[...] ampla ressonância midiática, de que o MinC teria sido “aparelhado” pelo PT – discurso esse que reduz toda a riqueza de uma experiência de democracia cultural a uma mera estratégia política” (BARBALHO, 2017, p.40).

Essa ressonância alcançou, no momento presente, patamares que se acreditava superados em termos de nação democrática de direito, a saber: (1) o MINC foi extinto, em seu lugar foi criada uma Secretaria Especial da Cultura que foi abrigada inicialmente no Ministério da Cidadania, mas, que foi alojada recentemente no Ministério Turismo; (2) o comando da pasta da cultura muda constantemente de mãos e mentes, cada uma mais assombrosa que a outra; (3) as políticas culturais – e quase todas as outras - de Estado construídas na forma da Lei, estão sendo amplamente questionadas e alteradas sob o pretexto de se colocar o país acima dos seus cidadãos, que por sua vez, compram discursos dados a *fake News* (termo da moda) e outros absurdos que não se tornam necessários serem aqui citados.

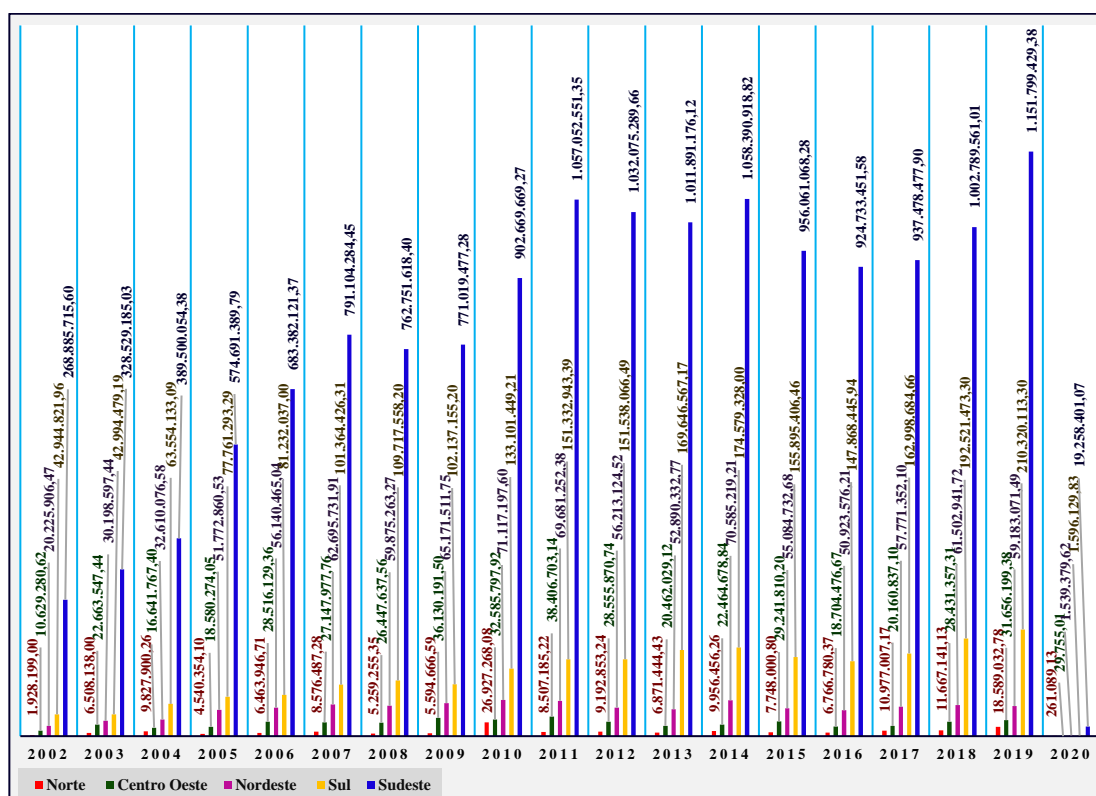
Assim, nos cabe aqui continuarmos nosso trabalho tratando, a partir desse momento, dos resultados mais objetivos ou das gestões acima mencionadas.

3.2 Cultura e Mecenato: os investimentos em projetos culturais pela Lei de incentivo

Uma das formas de investimentos advindas das políticas culturais é o mecanismo de incentivo fiscal (mecenato) via Lei Rouanet – sobre a qual já discorremos anteriormente -, nesse sentido averiguamos o quadro dos valores incentivados a partir de 2002 com atenção especial para o Livro, Leitura e Literatura sem nos esquecermos de enfatizar a situação de Mato Grosso do Sul neste contexto. Assim, nos valem da ferramenta sistêmica SALICnet⁵⁶ para um levantamento dos montantes de recursos incentivados em nível nacional em âmbito nacional – montante total dos valores e montante específico da área de humanidades onde se insere nosso objeto - e local relativo ao Livro, Leitura e Literatura.

Nesse sentido, a partir da referida ferramenta apresentamos o montante de recursos captados via Lei de incentivo (mecenato) por região a partir de 2002.

Gráfico 1: Mecenas: valores captados em todas as áreas por região do país entre 2002 e 2020⁵⁷



Fonte: Organizado pelo autor a partir da ferramenta sistêmica SALICnet

⁵⁶ A referida ferramenta encontra-se no endereço < <http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php> > e segundo sua página inicial foi colocada ao alcance da sociedade, “[...] a fim de garantir maior transparência dos atos praticados pelo Ministério da Cultural na gestão dos mecanismos da renúncia fiscal, em atendimento ao princípio da publicidade dos atos da Administração Pública previsto no Artigo 37 da Constituição Federal. Trata-se de ferramenta sistêmica para acessar e tratar as informações sobre os projetos beneficiados pela Lei Rouanet, por meio de consultas, relatórios e extração de dados, de forma dinâmica e rápida sobre os dados relacionados a pessoas físicas e jurídicas que participam dos projetos incentivados.”

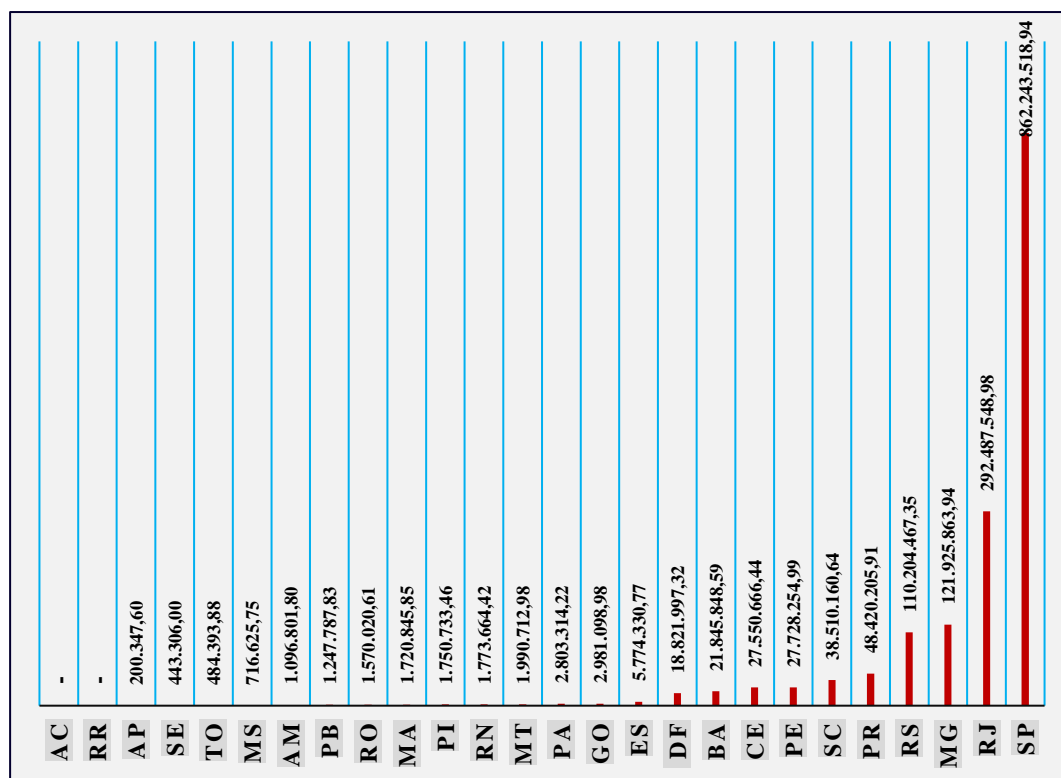
⁵⁷ Os dados foram extraídos a partir do seguinte caminho de busca: comparativos, consolidado, mecenato, captação de recursos por região, uf, área cultural e segmento cultural.

O gráfico acima demonstra entre outras coisas, que a já conhecida e problemática da concentração de recursos captados para a região sudeste em comparação com as demais regiões do país é um fato confirmado se traduzindo numa desigualdade em que as regiões mais ricas são muito mais beneficiadas. Para exemplificar consideramos somente o ano de 2002 em que a Região Norte captou R\$ 1.928.199,00 e a Região Sudeste atingiu R\$ 268.885.715,60 captados, configurando-se em 39,44 % a mais para o Sudeste em relação ao Norte.

Verificamos ainda que a tendência dessa desigualdade é de crescimento a passos largos, pois, fazendo essa mesma comparação entre as duas regiões em 2019, o Sudeste saltou para 6096,12% a mais que o Norte. Ou seja, todas as tentativas do Estado em fazer-nos crentes de que a lógica do mercado (imperante nesta forma de se fazer política cultural desde a instituição do mecenato em 1986 e posteriores alterações a partir de 1991) se mostra acertada, é falsa e, usando uma palavra dos tempos atuais poderíamos chama-la de *fake news*, mas, oficializada pelo próprio Estado na forma da Lei.

Pensando a questão do ponto de vista dos recursos captados por Unidade da Federação para as iniciativas da área cultural de humanidades (onde residem os projetos do setor literário), a situação da desigualdade é ainda mais acentuada conforme gráfico abaixo:

Gráfico 2: Mecenato: valores captados em humanidades por UF entre 2002 e 2020



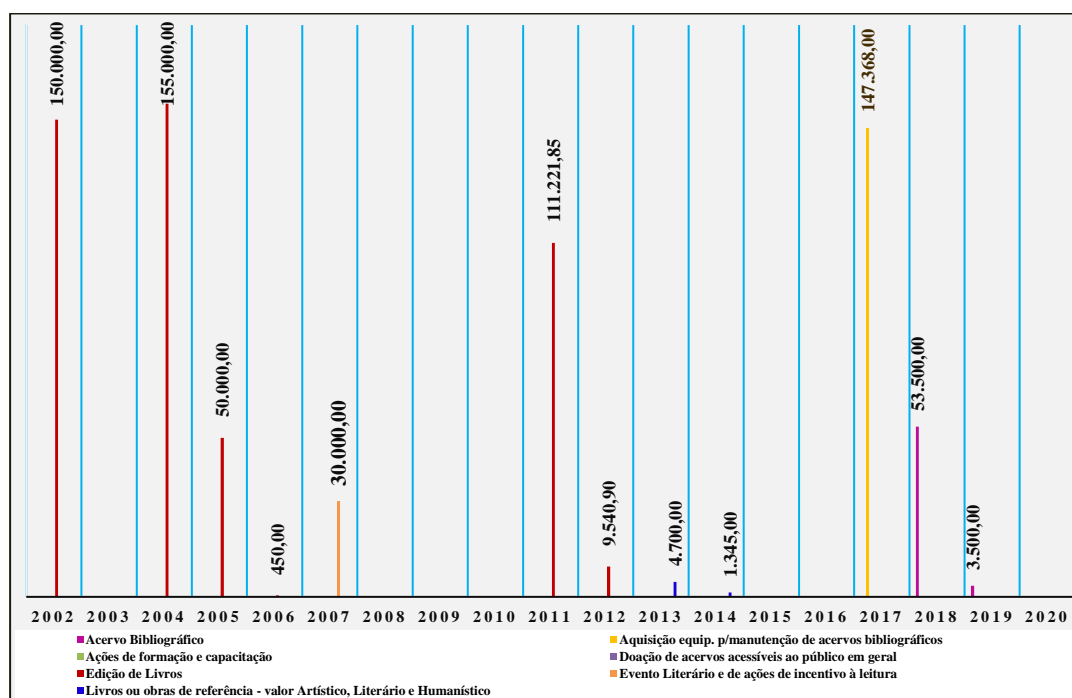
Fonte: Organizado pelo autor a partir da ferramenta sistêmica SALICnet

Conforme podemos observar no gráfico cima os estados do Acre e de Roraima não tiveram nenhum valor captado no período o que demonstra que quanto mais afastado dos grandes centros, menores são possibilidades do acesso aos recursos do mecenato em se tratando da área de humanidades.

Nesse contexto, podemos perceber que o estado de Mato Grosso do Sul localizado na Região Centro-oeste ocupa a 21ª posição em relação a ordem de valores captados tendo sido beneficiado com R\$ 716.625,75 enquanto que São Paulo da região mais rica do país alcançou a 1ª posição com um montante de R\$ 862.243.518, 94 o que representa uma diferença de 120.219,91% a mais para os projetos paulistas denotando uma lógica que beira a perversidade no campo das políticas culturais, apesar de todas as possíveis ponderações – questão cujo mérito preferimos não examinar neste trabalho, mas, que se constitui em terreno vasto de investigação para pesquisadores da área - que se possa fazer na relação entre as empresas com o poder da concessão de incentivos fiscais localizadas no dois estados, bem como, na relação entre a capacidade técnica dos agentes captadores que se debruçam na busca de apoio em ambas unidades da federação.

Centrando nossas observações em MS, procuramos averiguar quais foram os segmentos da área de humanidades que mais alcançaram êxitos nessa seara que é a captação de recursos via mecenato no estado. Assim, identificamos o que segue:

Gráfico 3: Mecenato: valores captados em humanidades em MS entre 2002 e 2020



Fonte: Organizado pelo autor a partir da ferramenta sistêmica SALICnet

Neste sentido, é possível perceber que o segmento de edição de livros é aquele que mais recursos conseguiu captar tendo atingido a ordem de R\$ 476.762,75 o que representa 66,52% do valor total captado se somarmos todos os segmentos. Ainda cabe algum destaque o segmento de aquisição de equipamentos para a manutenção de acervos bibliográficos que alcançou R\$ 147.368,00 captados sendo que o segmento de ações de formação e capacitação, o de doação de acervo acessíveis ao público geral e outros que optamos por não elencar aqui, não alcançaram nenhum êxito.

Entender no que se traduziu esses valores captados em termos de projetos culturais incentivados/apoiados também foi questão que averiguamos. Nesse sentido, antes de apresentarmos os resultados é preferível que esclareçamos uma questão relacionada a diferença entre os valores totais do quadro geral de projetos apoiados e os valores totais captados conforme já mencionados: ocorre que no gráfico de valores captados apresentamos apenas os recursos captados entre 2002 e 2020 ao passo que no quadro baixo que trata dos projetos apoiados, houve captação de recursos anterior a 2002 e ainda há valores captados em 2020 para projetos que ainda estão em fase de execução/captação.

Assim, o quando de projetos finalizados⁵⁸ foi o seguinte respectivamente:

Tabela 2 : Projetos finalizados em/de MS entre 2002 e 2020 na área de humanidades pelo mecanismo de mecenato (Lei Rouanet)

Ano	Projeto	Proponente	Solicitado	Aprovado	Apoiado
2002	Lendo Mais, Sabendo Mais	Fundação Barbosa Rodrigues	191.354,00	191.354,00	119.596,14
2003	Pantanal, por Manuel de Barros - Para encontrar o Azul Eu uso Pássoars (O)	SABER - Sampaio Barros Editora M.E.			
2004	-	-	-	-	-
2005	-	-	-	-	-
2006	Memória e Referência de Mato Grosso do Sul	SABER - Sampaio Barros Editora M.E.	714.923,00	546.129,22	355.000,00
2007	-	-	-	-	-
2008	-	-	-	-	-
2009	Monólogo com a Infelicidade	Rodrigo Lopes de Barros Oliveira	8.715,28	8.715,28	450,00
2010	-	-	-	-	-
2011	Encontro estadual de leitura (VI) - das letras e das artes - 2006	Instituto Para o Desenvolvimento da Arte e da Cultura - IDA	112000	109850	30.000,00
2012	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-
2014	Mato Grosso do Sul: identidade, história e cultura	Cezar Augusto Carneiro Benevides	55.292,60	46.283,60	46.283,60
2014	Formação do Mato Grosso do Sul - da Estância Inglesa às estâncias atuais	Cezar Augusto Carneiro Benevides	95.409,00	84.479,15	74.479,15
2014	Inocência tem História	Maria Helena Molinero de Souza	6.045,00	6.045,00	6.045,00

⁵⁸ Projetos finalizados neste quadro compreende-se como aqueles com recursos captados, podendo ter sido realizados ou não a depender dos valores captados que quando não alcançados são devolvidos pelo proponente. Uma visão mais detalhada deste quadro pode ser conferida no anexo I do presente trabalho.

2015	-	-	-	-	-
2016	-	-	-	-	-
2017	-	-	-	-	-
2018	-	-	-	-	-
2019	-	-	-	-	-
2020	Biblioteca Áurea Alencar Casa de Ensaio	CENTRO DE ARTE, EDUCACAO, CULTURA, SOCIAL E MEIO AMBIENTE	147.368,00	151.214,00	147.368,00
Total	9 projetos	7 proponentes	1.631.106,88	1.399.620,25	859.221,89

Fonte: Organizado pelo autor a partir da ferramenta sistêmica SALICnet ⁵⁹

Numa tentativa de averiguarmos os devidos resultados objetivos em pelo menos dois dos projetos em questão, recorreremos a uma busca em ambiente digital para extrairmos informações sobre a execução dos mesmos. Assim, elegemos o projeto “Inocência tem História” dentre os nove executados conforme quadro acima por se tratar de um projeto que nos chamou a atenção por suas características peculiares: um projeto de valor minúsculo se comparado aos projetos que normalmente são apresentados visando o apoio via mecenato; um processo de captação que envolveu sete incentivadores em um município onde as grandes empresas apoiadoras não se fazem presente; uma iniciativa que apesar do imenso abismo de desigualdades causado pela perversa lógica do mercado, conseguiu frutificar e mostrar que ‘Inocência tem História’.

O projeto “Inocência tem História” foi proposto e realizado em 2013 no município de Inocência em que objeto foi o da publicação de um livro ou a obra de referência cuja síntese apresentada quando do pleito para autorização de captação foi a seguinte segundo o sistema SALICnet:

Empolgados com a riqueza da cultura de Inocência, quatro professores mobilizaram uma equipe, as entidades constituídas e se dispuseram a criar um programa que começou a ser desenvolvido 50 dias antes do aniversário da cidade. Como foi uma festa marcante, achamos necessário o registro daquilo que foi uma explosão de civismo e de demonstração de amor a esta Terra. O lançamento desse documentário deverá acontecer no dia 26 de julho de 2013, no Centro Cultural "Lázara Lessonier" às 19 horas. (SALICnet).

Os recursos solicitados, aprovados para no referido projeto (R\$ 6.045,00), foram captados em a partir de 1 incentivador pessoa física e sete incentivadores de personalidade jurídica respectivamente:

[...] Jumárcio Bernardino Alves de Paula R\$ 1.000,00; Luiza Helena de Oliveira - Restaurante Selena R\$ 500; M. Y. Molinero de Sousa – EPP R\$

⁵⁹ Dados colhidos a partir do caminho: Projetos, Mecenato e Projetos executados por região/uf. Ainda nos utilizamos dos campos de pesquisa: Ano (2002 a 2020), Região (Centro-oeste), Unidade da Federação (MS) e Área Cultural (Humanidades).

345,00; Passarela Leilões Rurais Ltda – ME R\$ 1.000,00; Pedro Edson de Sousa – Epp R\$ 1.000,00; Prefeitura Municipal de Inocência – MS R\$ 1.000,00; Restaurante Sabor da Terra R\$ 200,00; Sindicato Rural Patronal de Inocência R\$ 1.000,00. (SALICnet).

Em relação a disponibilização da obra resultantes da execução do projeto em questão, o jornal Bolsão MS noticiou em 14 de Outubro de 2013 que:

Em uma noite memorável, a comunidade cultural, grandes personalidades, alunos e amigos, prestigiaram [...] o lançamento do livro [...] ‘Inocência tem história’. O documentário registra as ações realizadas para comemorarmos o cinquentenário da Cidade Romance, iniciativa do PROMEI – Projeto de Pesquisa Documental e Memorial de Inocência - criado pelos professores: Lorival Pereira da Silva, Lourenço Ezídio de Melo, Maria Helena Molinero de Sousa e Maria Teresinha Molinero de Freitas. O Centro Cultural “Lázara Lessonier”, totalmente decorado, [...] foi palco de uma seleta plateia, com emocionantes discursos, os quais despertaram em nós o orgulho por esta Terra tão querida. (JORNAL BOLSÃO MS, 2013).

Assim percebemos que a comunidade do município de Inocência em Mato Grosso do Sul, de fato se beneficiou do referido projeto, apesar do seu ínfimo valor se comparado aos grandes projetos incentivados via mecenato em âmbito nacional. Tal afirmação se baseia no que foi descrito adiante na notícia do Bolsão MS quando é descrito foi feito

Um agradecimento muito especial ao Ministério da Cultura, que através da Lei de Incentivo à Cultura possibilitou a edição do livro. Com a palavra, a autora [ou melhor uma das autoras] agradeceu a todos pela presença e incentivo, revelando que toda a arrecadação com a venda do livro será revertida ao Departamento de Cultura de Inocência, para investimento em nosso setor cultural. (JORNAL BOLSÃO MS, 2013).

Ainda nos cabe informar que segundo o sistema SALICnet há um único projeto em fase de execução e ou captação no estado de MS no momento – fevereiro de 2020-, cujo título de identificação é Biblioteca Áurea Alencar Casa de Ensaio e o proponente é o Centro de Arte, Educação, Cultura, Social e Meio ambiente. O referido projeto solicitou R\$ 244.157,32, teve R\$ 226.863,00 aprovado para captação e já alcançou R\$ 57.000,00 em recursos apoiado.

Assim, em termos de considerações gerais, percebemos que Mato Grosso do Sul, se encontra entre aquelas unidades da federação para as quais, o mecenato cultura via lei de incentivo do governo federal, é um mecanismo de investimentos que beira a inacessibilidade. E, concordamos com Rubim (2015) que tem a seguinte visão sobre as leis de incentivo no País.

As leis de incentivo, na sua singular configuração brasileira, sofrem a tentação de esgotar o tema das políticas de financiamento da cultura, quando não das próprias políticas culturais. Elas deprimem a democracia ao introduzir uma potente distorção no poder de decisão do Estado e do mercado no uso das verbas públicas. Elas passaram a ser, na prática, decididas pelas empresas e seus departamentos de marketing. A ausência de uma nova política de financiamento corrói as iniciativas do ministério, inclusive aquela primordial de fazer o Estado assumir um papel mais ativo na cultura, além de criar obstáculos consideráveis para a preservação e promoção da diversidade cultural, devido à incompatibilidade entre políticas culturais e de financiamento. A complexidade do campo, em especial depois da adoção do conceito ampliado de

cultura, exige políticas de financiamento plurais e adequadas às singularidades da cultura. Elas devem ter capacidade de satisfazer de modo universal as demandas do campo, o que não acontece com as leis de incentivo, voltadas para atender, de modo concentrado e prioritário, os interesses do mercado e das modalidades de cultura associadas a ele. A urgente tarefa de imaginar e implantar novas modalidades de financiamento sintonizadas com as políticas de diversidade cultural, que tenham a capacidade de universalizar o atendimento às múltiplas demandas das comunidades e personalidades, agora instadas a participar de tais políticas culturais, ainda não se concretizou [...]. (RUBIM, 2015, p.20-21).

Esperamos, que tal situação ganhe em algum momento futuro, contornos mais justos e igualitários, o que não deve ocorrer tão cedo, dado o cenário político atual do País.

3.3 Cultura, economia e literatura: os resultados do Vale-cultura para o setor literário

Uma das recentes, questões que tem ocupado a agenda do governo brasileiro e o da articulação de uma ampla discussão sobre dimensão econômica da cultura via Economia criativa⁶⁰ como por exemplo o encaminhamento dos primeiros passos para a instituição do

⁶⁰ A ideia de Economia Criativa tem sua origem nos termos da indústria cultural e inspiração no projeto *Creative Nation*, da Austrália, de 1994. Este defendia, entre outros elementos, a importância do trabalho criativo no sentido de contribuir para a economia do país tendo as tecnologias como aliadas no rol das indústrias criativas. Em *A economia artisticamente criativa* (2015) de Xavier Greffe a “[...] expressão economia criativa está intimamente ligada à reflexão sobre as artes e a cultura. Desde Max Weber, a cultura é entendida como capaz de contribuir para o desenvolvimento das sociedades, sendo então apresentada como sistema de valores, de representações e de comportamentos, o que vai muito além do campo das artes” (GREFFE, 2015, p.09). No que tange ao mercado, a autora afirma que “As empresas artisticamente criativas, em geral, dirigem-se ao mercado para encontrar os recursos necessários para sua atividade. Ainda para a autora, uma contestação da ligação entre as artes e a economia criativa é muito difícil “[...] sejam quais forem os desvios a que a análise dessas ligações pode levar, tanto no plano político quanto no estatístico”. Mas independentemente desses desvios, que em geral estão ligados a uma vontade de instrumentalizar as artes ou de utilizá-las sem pagar, as artes têm um papel importante na economia contemporânea: elas não constituem mais um setor restrito da economia, para o qual se dirigiam apenas olhares gentis, mas uma dimensão transversal que fertiliza a criatividade social, econômica e ambiental”. (GREFFE, 2015, p.183). Neste contexto, notamos o inevitável evento da espetacularização em que se congregam e se conformam obras de arte, produtos de marca e de luxo. Neste sentido não podemos de observar o que descrevia Guy Debord em *A sociedade do Espetáculo* (1992) “A raiz do espetáculo está no terreno da economia tornada abundante, e é de lá que vêm os frutos que tendem finalmente a dominar o mercado espetacular, apesar das barreiras protecionistas ideológico-políciais, e de qualquer espetáculo local com pretensão autárquica” (Debord, 1992, p. x, tese 58). Assim, “A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social levou, na definição de toda a realização humana, a uma evidente degradação do *ser em ter*. A fase presente da ocupação total da vida social pelos resultados acumulados da economia conduz a um deslizar generalizado do *ter em parecer*, de que todo o “ter” efetivo deve tirar o seu prestígio imediato e a sua função última. Ao mesmo tempo, toda a realidade individual se tornou social, diretamente dependente do poderio social, por ele moldada” (DEBORD, 1992, tese17). Para não alongarmos muito, convém encerrarmos com um retorno a Greffe (2015), quando a autora afirma na conclusão de seu trabalho que “O que está em jogo não é reconhecer a importância assumida pelas atividades artísticas na economia: é saber se isso não vem acompanhado por filtros muito potentes. É muito simpático que, à sombra dos gigantes da *culturaweb*, pequenas comunidades midiáticas se sintam mais livres e criativas, mas o motor de tudo está do outro lado [...] esses grandes atores dominantes como parasitas: o problema é bem esse. Aqueles que hoje têm o

Vale-Cultura (VC), pode ser considerado um dos fatores de fortalecimento da atuação do MINC e seus desdobramentos.

Neste sentido, segundo Barbalho (2017) no texto *O Vale-Cultura e o mundo do trabalho cultural* (2017), durante a gestão Lula o VC foi pensado como política de Estado e encaminhado para tramitação no parlamento brasileiro, tendo se tornado realidade “[...]no âmbito do Programa de Cultura do Trabalhador (PCT), por meio da Lei nº 12.761, de dezembro de 2012, no início da gestão da ministra Marta Suplicy, que foi responsável por sua regulamentação (Decreto nº 8.084/13) e normatização (Instrução Normativa nº 2/13)” (BARBALHO, 2017, p.201).

Para Elder P. Maia Alves e Carlos A. Souza no texto *As políticas econômico-culturais no (do) governo Dilma: o Vale-Cultura e a expansão do mercado editorial brasileiro* (2015)

As bases sobre as quais se assenta a proposta inicial do programa estão relacionadas à necessidade de maior fruição dos produtos e ser viços culturais, incentivo ao acesso a eventos e espetáculos culturais e artísticos e o estímulo à visitação de estabelecimentos que proporcionem a integração entre a ciência, educação e cultura, considerando como áreas privilegiadas as artes cênicas, artes visuais, o audiovisual, literatura, humanidades, informação, música e patrimônio cultural. (ALVES; SOUZA, 2015, p.164)

Em sentido mais objetivo trata-se de um ‘cartão magnético pré-pago’ aceito em todo o território nacional, com valor de R\$50 mensais, ‘cumulativos, sem validade e multiusual’, ou seja, pode ser usado por outro membro da família ou não. A proposta é a de possibilitar

“[...] maior acesso do público ao teatro, cinema, museus, espetáculos, shows, circo ou mesmo na compra de CDs, DVDs, livros, revistas e jornais. Ainda segundo o Ministério, o Vale-Cultura também poderá ser usado para pagar a mensalidade de cursos de artes, audiovisual, dança, circo, fotografia, música, literatura ou teatro. No total, o cartão pode ser utilizado para a aquisição de 26 produtos e serviços artístico-culturais. (ALVEZ; SOUZA, 2015, p.165).

Nesse sentido, as empresas se tornaram parte fundamental, pois, são elas que pode optar ou não em oferecer aos seus funcionários o VC, podendo também o trabalhador o aceitar ou não. Como incentivo para a adesão das empresas o governo federal oferece isenção dos encargos sociais e trabalhistas incidentes sobre o valor do benefício, permitindo ainda às empresas tributadas com base no lucro rela (aquelas que movimentam acima de 45 milhões/ano) a dedução de 1% do Imposto de Renda (IR). Quanto aos trabalhadores, a prioridade é para

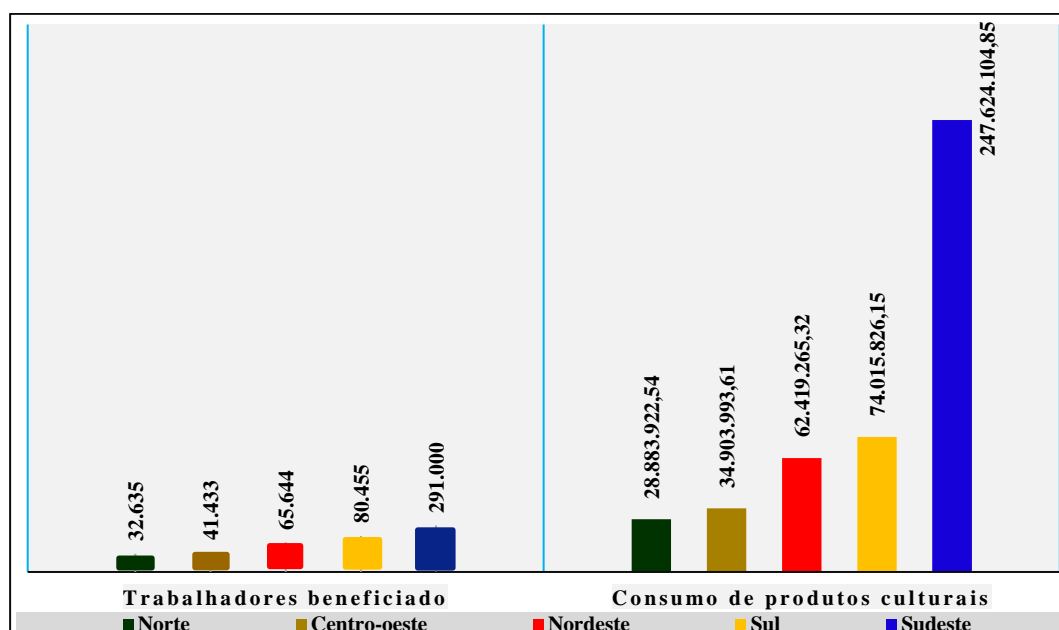
poder de decisão estarão realmente interessados na criação artística ou, antes, na possibilidade de transformar as atividades artísticas em máquinas de fazer dinheiro? (GREFFE, 2015, p.184).

aqueles que recebem até um salário mínimo, sendo descontado os seguintes valores e percentuais conforme segue:

Para o trabalhador que recebe até cinco salários mínimos, o desconto em folha de pagamento é opcional pela empresa empregadora, sendo de, no máximo, 10% do valor do benefício, ou seja, R\$ 5,00, conforme artigo 15 do Decreto nº 8.084/2013. Quem ganha até um salário paga R\$1,00 (um real). Acima de um e até 2 salários, o desconto é de R\$2,00 (dois reais). Acima de 2 até 3 salários, R\$3,00 (três reais). Acima de 3 até 4 salários, R\$4,00 (quatro reais). Acima de 4 até 5 salários, R\$5,00 (cinco reais). Para os trabalhadores que ganham acima desta faixa, o desconto é obrigatório e varia de 20% a 90% do valor do benefício, ou seja, pode chegar a R\$45 (quarenta e cinco reais). Cumpre assinalar que fica a critério do trabalhador a participação no programa, desde que o empregador tenha feito a adesão. (ALVES; SOUZA, 2015, p.165-166).

Nessa perspectiva, averiguamos junto a plataforma SIMCULTURA, dados sobre os desdobramentos objetivos do VC e em relação ao quantitativo de trabalhadores beneficiado e o valor movimentado no consumo de bens culturais via VC entre 2013 e 2017, descobrimos o seguinte:

Gráfico 4: Vale Cultura - quantitativo de beneficiários e consumo de produtos culturais 2013 a 2017



Fonte: organizado pelo autor a partir da Plataforma SIMCULTURA

A partir dos dados acima, pudemos perceber que o VC possui mais beneficiários/usuários na Região Sudeste que abrange 55,29% do consumo total de produtos culturais no período por meio do VC, ao passo que na Região Norte registra-se apenas 6,44% em relação ao valor total movimentado no período. Em relação aos quantitativo de trabalhadores beneficiados no período, 291mil são do Sudeste, ao passo que no Centro-oeste contou com um número de 41.443 e no Norte, essa quantidade foi de 32.635 usuários do cartão VC.

Pensando em Mato Grosso neste contexto, identificamos 5.397 trabalhadores beneficiados que consumiram a ordem de R\$5.049.885,49 em produtos culturais via VC no período, isso representa pouco mais de 1,03% do quantitativo nacional de trabalhadores beneficiados e 1,11% do valor total de bens simbólicos comercializado no país com o cartão do VC entre 2013 e 2017.

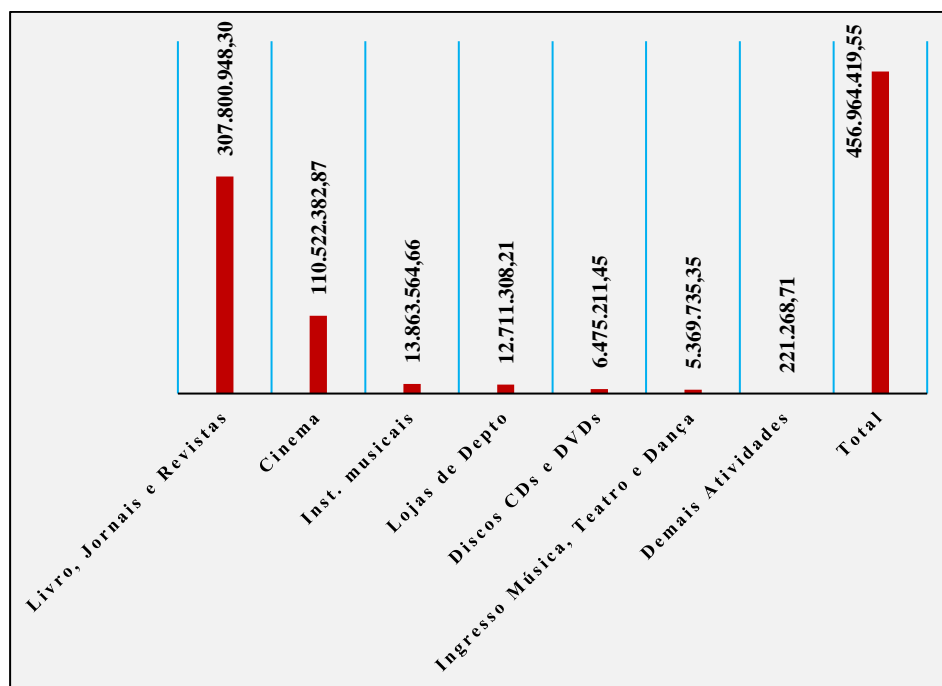
Neste contexto, o Livro (uma das faces de nosso objeto neste trabalho) se inseri como protagonista do ponto de vista da comercialização de bens simbólicos. Nesse sentido, segundo Neto e Souza (2015) as associações sindicais do setor editorial brasileiro se articularam no desenvolvimento de estratégias de *marketing* visando alavancar o sistema de vendas para o livro via VC, destacando-se a atuação da Câmara Brasileira do Livro (CBL) e do Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL) que buscaram firmar alianças políticas junto ao MINC no intuito de vender seus produtos diretamente aos beneficiários do VC.

Para os autores, “Os interesses dos empresários do livro pelo Vale-Cultura revelam um aspecto novo da racionalidade empresarial, mais célere e dinâmica do que os demais empresários da cultura [...]” (ALVES; SOUZA, 2015, p.167), revelando ainda dois outros aspectos.

Primeiro, as interfaces estruturais entre os mercados culturais e o Estado no Brasil são percebidas por tais empresários, que veem nas oportunidades de negócios criadas pelo Estado grandes franjas para atuação e obtenção de lucratividade. Segundo, esses mesmos empresários sabem que o Vale-Cultura não é um programa de formação social do gosto e das predileções estéticas (processo bem mais complexo, contingente e de longa duração), mas sim uma política de consecução de público, e, portanto, de consumidores em potencial. É, pois, uma política cultural de financiamento do consumo cultural das famílias. (ALVES; SOUZA, 2015, p.168).

Assim setor editorial brasileiro (incluindo a venda de Livros, Jornais e Revistas) alcançou 67, 36% do mercado de bens simbólicos via cartão VC se comparados a outros bens disponíveis aos trabalhadores portadores do cartão VC, conforme dados abaixo:

Gráfico 5: Vale Cultura – Consumo de Bens Culturais 2013 a 2017



Fonte: Organizado pelo autor a partir da Plataforma SIMCULTURA

Assim, concordamos com Barbalho (2017) que afirma que o VC que foi criado a partir da cultura pensada enquanto dimensão econômica visando alcançar 12 milhões de trabalhadores (priorizando-se aqueles com menor remuneração) para que “[...] consumir bens culturais, está longe de se efetivar como um programa de amplo alcance, ainda que os números não sejam desestimulantes” (BARBALHO, 2017, p.216).

O autor ainda afirma que a concentração do consumo no setor editorial “[...] limita a outra finalidade do programa que é o de financiar os produtos e serviços culturais como um todo, favorecendo não apenas os empreendedores do setor, mas também o mundo do trabalho” (BARBALHO, 2017, p.216). Em certa medida concordamos com o autor, no entanto, há que se lembrar de que essa concentração se deve ao fato de o mercado do livro ser mais organizado em relação aos demais setores.

Por fim, esperamos que as incertezas da atualidade não deixem esta iniciativa à míngua e a mercê do falacioso discurso que prega o abandono dos direitos sociais sob o pretexto de colocar o Brasil acima de tudo.

3.4 Investimentos culturais para o Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas: o orçamento próprio e a política de Editais

Adentrando nas questões mais específicas das políticas culturais para o setor literário do período que estamos tratando, a primeira atuação do Estado a ser destacada é a criação de uma

política pública de Estado para o livro. Por meio da Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, o governo Lula instituiu a Política Nacional do Livro, também conhecida como “Lei do Livro”. As diretrizes desta política, conforme o artigo 1º são as seguintes:

I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro; II - o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida; III - fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro; IV - estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, tanto de obras científicas como culturais; V - promover e incentivar o hábito da leitura; VI - propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial; VII - competir no mercado internacional de livros, ampliando a exportação de livros nacionais; VIII - apoiar a livre circulação do livro no País; IX - capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda; X - instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro; XI - propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei; XII - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.

A lei do livro possibilitou a realização de um processo inédito no país que resultou na criação de um Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), cuja instituição se deu pela Portaria Interministerial n.º 1.442, de 10 de agosto de 2006. A finalidade do plano, segundo artigo 1º do documento era o de “assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional.”

João Vanderlei de Moraes Júnior no trabalho *Políticas Culturais do Livro e Leitura no Brasil: contexto, avanços e desafios* (2011), faz um estudo sobre a questão com ênfase no governo Lula. Para ele, o compromisso de se pensar a leitura, o livro e a literatura como política pública, não se deu de forma isolada no Brasil tendo sido um esforço dos chefes de Estado de vários países Ibero-americanos a partir da XIII Conferência Ibero-americana realizada em Santa Cruz de La Sierra na Bolívia em 2003. O autor afirma que:

O Brasil insere-se no contexto de países da Ibero-América que iniciaram o processo de definições estratégicas que caracterizam o papel dos organismos governamentais na formulação de leis, planos e programas de fomento à leitura e ao livro. É, portanto, com a lei do livro, promulgada em 2003 pelo presidente Lula, que se inicia a construção de instrumentos legais para a promoção do livro e da leitura no País (MORAES JR, 2011, p. 187-188).

Um dos pontos a ressaltar no processo de construção do PNLL, foi a participação dos diversos segmentos da sociedade nas discussões em torno da criação referida política pública. Para tanto foram realizados entre 2004 e 2005 encontros macros em todas as regiões do país para a coleta de sugestões e escolha de propostas, além disso, destacaram-se:

[...] a realização de conferências transmitidas ao vivo via Internet e noventa e sete encontros, na forma de debates, conferências, palestras, oficinas e mesas-redondas, realizados em feiras de livro, seminários, congressos e colóquios, envolvendo os diversos grupos societários, para se assegurar o caráter democrático e pluralista desencadeado pela proposição do Plano Nacional de Cultura e consequente PNLL. (MORAES JR, 2011, p. 188).

Assim, constituiu-se o referido plano que se orienta segundo edição atualizada e revista do *Caderno do PNLL* (2014) a partir de quatro eixos: a democratização do acesso; o fomento à leitura e à formação de mediadores; a valorização do livro e comunicação; desenvolvimento da economia do livro. Os eixos são norteados por 18 princípios que corroboram para com a diversidade cultural e 15 objetivos e metas definem as ações objetivas articuladas às dimensões simbólica, cidadã e econômica na esfera do livro e da leitura. Trata-se de um plano que além dos domínios dos órgãos culturais do governo articula-se também

[...] às iniciativas do Ministério da Educação, dentre estas: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PMBE); Projeto Fome de Livro e Livro Aberto (MEC; fundação biblioteca nacional); Programa Nacional do Livro do Ensino Médio (PMLEM); Programa de Formação do Aluno e do Professor Leitor, bem como atua em ações conjuntas com organismos internacionais, como a Organização dos Estados Ibero-Americanos e a CERLAC, a fim de estabelecer uma rede de discussão e aprimoramento das políticas nacionais de leitura. (MORAES JR, 2011, p. 189).

O PNLL foi de fato regulamentado – já que sua instituição se deu via Portaria Interministerial como já vimos – somente em 2011 no governo Dilma por meio do Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011. Para José Castilho Marques Neto no texto *Políticas Públicas de Leitura – O PNLL* (2015), o que se esperava na gestão Dilma era um aperfeiçoamento e a continuação dessa política de Estado, no entanto, “Infelizmente, o que tivemos a partir de janeiro de 2011 foi a desconstrução eficiente e sistemática de todos os valores, estruturas e pilares do que se pretendia ser uma política pública de formação de leitores e de cidadania (NETO, 2015, p.134).

Entretanto, o autor salienta que

[...] a capilaridade dos valores, conceitos e o impacto positivo do período inicial de implantação do PNLL junto às milhares de frentes pela leitura que são sustentadas pela sociedade civil, fomentaram o surgimento autônomo de muitos movimentos pelos Planos Estaduais e Municipais de Livro e Leitura, que, mesmo sem o incentivo e suporte do Plano Nacional, continuaram a formular e realizar o desdobramento dos alicerces e eixos do PNLL em seus municípios e estados. (NETO, 2015, p.137).

As ações da sociedade civil somadas às dos estados e municípios em relação ao fortalecimento da política cultural para o livro, encontram um novo fôlego, ainda que pequeno, nas ações de retomada da política de Estado a partir de 2013. Nesse sentido, Neto (2015) anuncia que:

Além de gerenciar programas anteriores, e nos estreitos limites orçamentários que a situação impunha, a DLLLB retomou algumas ações e programas que contemplaram os quatro eixos do PNLL, restabelecendo o equilíbrio entre os investimentos no setor. Por exemplo, em março de 2014 foram lançados quatro editais no âmbito do PNLL: Prêmio Boas Práticas e Inovação em Bibliotecas Públicas; Prêmio Leitura para todos – projetos sociais de leitura; Bolsas de fomento à literatura – criação, circulação/difusão, formação e pesquisa; Apoio ao Circuito de Feiras de Livros e Eventos Literários. (NETO, 2015, p.140).

Resultado dessa retomada pôde ser verificada em 2014 quando o Estado em consenso com a sociedade, estabeleceu uma agenda positiva em prol da leitura no Brasil sendo que o retorno do Prêmio Viva Leitura⁶¹ pode ser considerado, talvez, segundo Neto (2015), o símbolo mais evidente desta recuperação.

Em conjunto com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), o PNLL, o MinC e o MEC conseguiram em prazo recorde sensibilizar a confiança de 998 proponentes para concorrerem na sétima edição daquele prêmio. Em festa da premiação, no Salão Nobre do Congresso Nacional, os ministérios, o PNLL e seus parceiros entregaram, em 16 de dezembro de 2014, o troféu aos ganhadores. (NETO, 2015, p.143).

Contudo, “há, por sua vez, a crítica à concepção mercadológica da cultura e a cobrança do papel fundamental do Estado como elaborador e executor de políticas culturais” (BARBALHO, 2007, p.56), notadamente na prática do incentivo fiscal que continuou e cresceu consideravelmente.

Outra importante forma de ação da gestão lula foi a adoção da prática de Edital de Seleção Pública – como foi o caso dos pontos de cultura - para a realização de projetos culturais por produtores culturais pessoas físicas e de pessoas jurídicas de natureza pública ou privada, com recursos despendidos diretamente do MINC, representou um grande avanço na execução das políticas culturais no país.

Segundo Gabriel Melo Salgado, Layno Sampaio Pedra e Rebeca dos Santos Caldas em *As políticas de financiamento à cultura: a urgência de uma reforma* (2010), essa prática tenha sido talvez, “[...] a melhor forma encontrada pelo MinC em distribuir os recursos de forma democrática e transparente. O edital é um instrumento muito eficiente, em determinadas

⁶¹ O Prêmio Viva Leitura foi criado em 2006 com o objetivo de fazer uma ampliação e melhoramento do acesso à leitura valorizando o livro como instrumento cultural, além de apoiar a criação e produção literária. Nesse sentido, o Prêmio, buscava ou busca reconhecer o trabalho coletivo ou individuais de organizações públicas ou privadas, como escolas e bibliotecas que atuam no setor. Em 2019, não identificamos a realização deste prêmio, em busca na internet, não encontramos notícias sobre a edição 2019. No site atualizado da Secretaria Especial da Cultura há registros sobre a edição de 2016. Ao tentarmos acessar a página do prêmio -< <http://www.premioivaleitura.org.br/>>- tivemos como resposta: “Não é possível acessar esse site.” A última menção em documentos oficiais do governo federal sobre o referido prêmio foi feita pelo Decreto nº 9.930, de 23 de Julho de 2019. Altera o Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011, que dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura que no seu Artigo 5º diz: “V - formar comissão especial com o objetivo de organizar a realização do Prêmio Viva Leitura, de que trata o art. 5º da Lei nº 13.696, de 2018.” (NR)”.

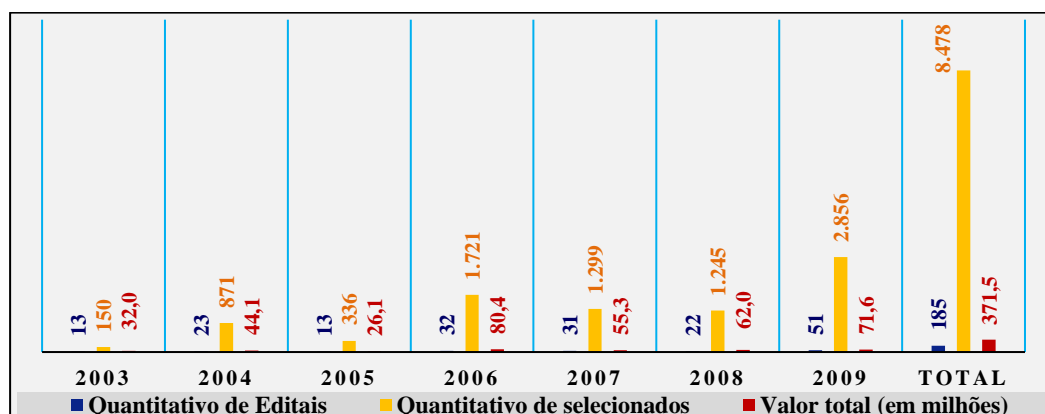
situações, mas não pode se transformar em solução generalizada. (CALDAS; PEDRA e SALGADO, 2010, p.101;103).

Também em relação à política de editais públicos o MINC atuou com a modalidade de Prêmio Cultural que difere dos demais editais somente em relação ao processo de prestação de contas, geralmente solicitava-se aos contemplados um relatório das atividades resultantes da premiação.

Esta modalidade de incentivo cultural pode ser entendida como aquela que melhor e mais alcançou cidadãos historicamente postos a margem da sociedade brasileira se configurando como um dos resultados da adoção do sentido ‘antropológico de cultura’ (conforme discorremos anteriormente) para se pensar políticas culturais no País.

Neste sentido o gráfico abaixo demonstra o quantitativo de editais e de projetos selecionados em todas as áreas culturais e segmentos culturais (Artes Cênicas, Artes Integradas, Artes Visuais, Audiovisual, Humanidades, Música e Patrimônio Cultural) e ainda os valores investidos entre 2003 e 2009 respectivamente.

Gráfico 6: Editais de seleção pública da União para projetos entre 2003e 2009



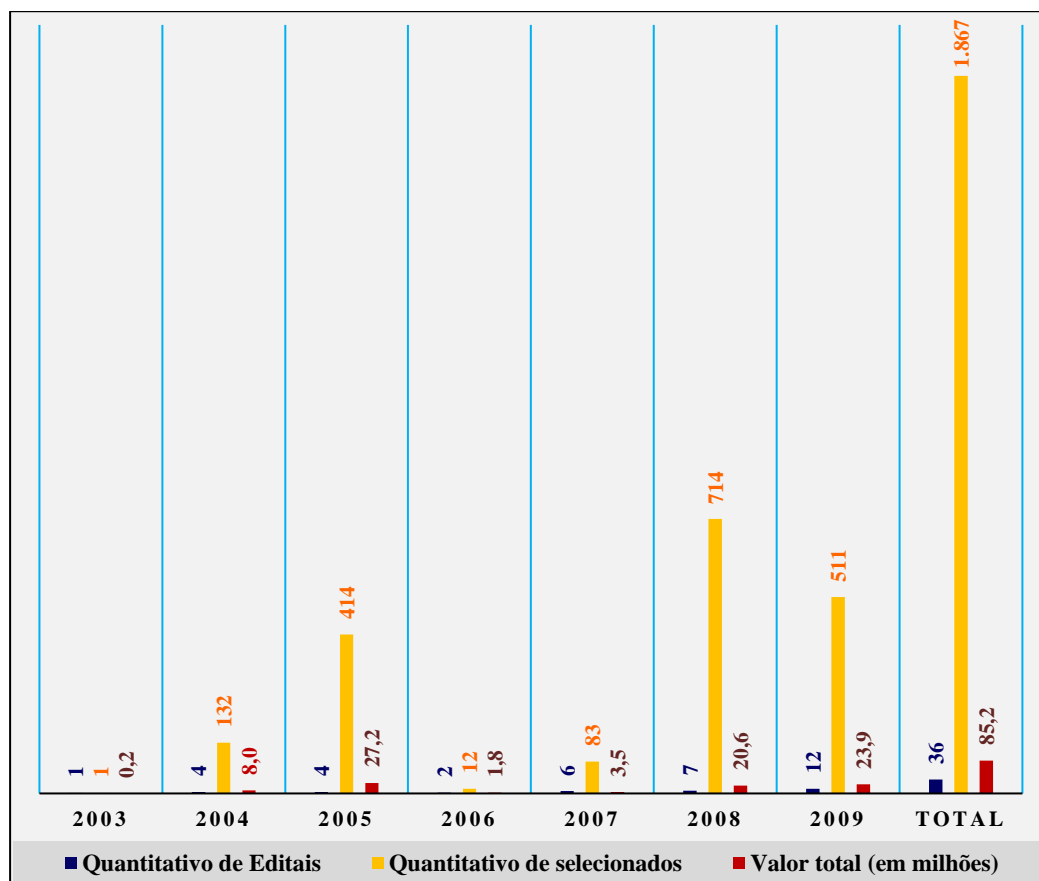
Fonte: organizado pelo autor a partir de Brasil (2010)

A partir do gráfico acima percebemos que o quantitativo de editais, de selecionados e valor investido apresentou crescimentos com oscilações no período. A quantidade de editais saltou de 13 em 2003 para 51 em 2009, os selecionados em 2003 somaram 150 ao passo que em 2009 chegaram a 2.856 projetos e o montante investido em 2003 cresceu de 32,0 para 371,5 milhões em 2009. Neste contexto é preciso evidenciar que foi a primeira vez que a prática de editais de seleção pública permeou de forma consistente e contínua a ação no governo no setor cultural.

Em relação a área de humanidades onde se insere o Livro, a Leitura e a Literatura os principais editais foram: Instalação e Modernização de Bibliotecas, Bolsa de Apoio à Pesquisa

da Fundação Biblioteca Nacional, Bolsa Funarte de Estímulo à Literária, e à Produção Crítica em Artes, Programa de Apoio à Extensão Universitária (ProExt) – MINC/MEC e Pró-cultura Capes/ MINC. Todos esses editais juntos tiveram os seguintes resultados:

Gráfico 7: Editais de seleção pública da União para a área de Humanidades entre 2003 e 2009



Fonte: organizado pelo autor a partir de Brasil (2010)

Em âmbito global dos investimentos para o setor literário via edital de seleção públicas, percebemos que no período houve um crescimento do quantitativo de editais com oscilação em mais acentuada em 2006, mas que ao final de 2009 representou um salto de 1 para 36 editais, 1 para 1.867 projetos selecionados e 0,2 para 85,2 milhões no montante investido. Vale ressaltar ainda que ações de seleção na área de interface entre a Educação e a Cultura (MINC/MEC) são reflexos da nova forma como o governo passou a entender o plano cultural do país.

Uma outra questão que se faz pertinente abordar sobre as políticas culturais no contexto de pós redemocratização, é o do quadro de investimentos realizado pelo Estado, pois, ele nos permite verificar o montante de recursos de fato executado a partir da política pública (de Estado ou não) que o governo adotou durante cada gestão em âmbito global e também por cada área específica. Assim, abordaremos sinteticamente sobre os investimentos do Governo Federal a partir de 2002 no que tange as políticas culturais com ênfase naqueles destinados ao setor

literário, especialmente no que diz respeito aos valores investidos em Mato Grosso do Sul a partir das duas formas principais de atuação do Estado: investimentos com recursos do orçamento da União e investimentos via incentivo fiscal (Mecenato) por meio da Lei Rouanet.

A primeira forma de atuação do Estado trata dos recursos investidos pelo governo a partir do orçamento anual destinado ao atendimento das necessidades da sociedade em relação à cultura. Neste sentido, adotamos como fonte de informações o portal *SIGA Brasil*⁶² por meio do programa *SIGA Brasil relatórios*⁶³ de acesso público em que averiguamos as bases de dados de execução da *Lei Orçamentária Anual (LOA)*⁶⁴ dos exercícios de 2001 a 2017 a partir do relatório *Despesa execução - por função*⁶⁵ no qual selecionamos a função cultura. O relatório do exercício 2018 figura na referida base de dados (até data de consulta, a saber 23 de janeiro de 2020), no entanto, ainda não está disponível para acesso e o de 2019 ainda não consta como possibilidade de acesso o que nos levou a acessá-los via *Painel Especialista*⁶⁶.

Assim, extraímos e sistematizamos dados do montante de recursos investido no setor cultural para os exercícios de 2001 a 2019 e ainda observamos o exercício vigente (2020) a partir do MINC como órgão orçamentário superior – nos casos de 2019 e 2020, registramos que o sistema ainda consta o MINC como órgão orçamentário superior, porém, da consulta o relatório indica o Ministério da Cidadania em 2019 e Ministério do Desenvolvimento Social em 2020 como órgão superior orçamentário respectivamente- em relação aos valor autorizado e

⁶² Conforme página inicial do portal - <<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>> “O SIGA Brasil é um sistema de informações sobre orçamento público federal, que permite acesso amplo e facilitado aos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos.”

⁶³ O “SIGA Brasil Relatórios é um programa, também direcionado a usuários especialistas, que permitem criar consultas à base de dados do SIGA Brasil ou abrir relatórios pré-elaborados, tendo como base a linguagem das classificações orçamentárias. Há duas formas utilização do SIGA Brasil : pelo acesso especialista e pelo acesso público. Os dois tipos de acesso proveem as mesmas informações. No acesso especialista, o usuário é nominado no sistema por meio de *login* e senha e isso permite gravar uma consulta e atualizá-la em um segundo momento.”

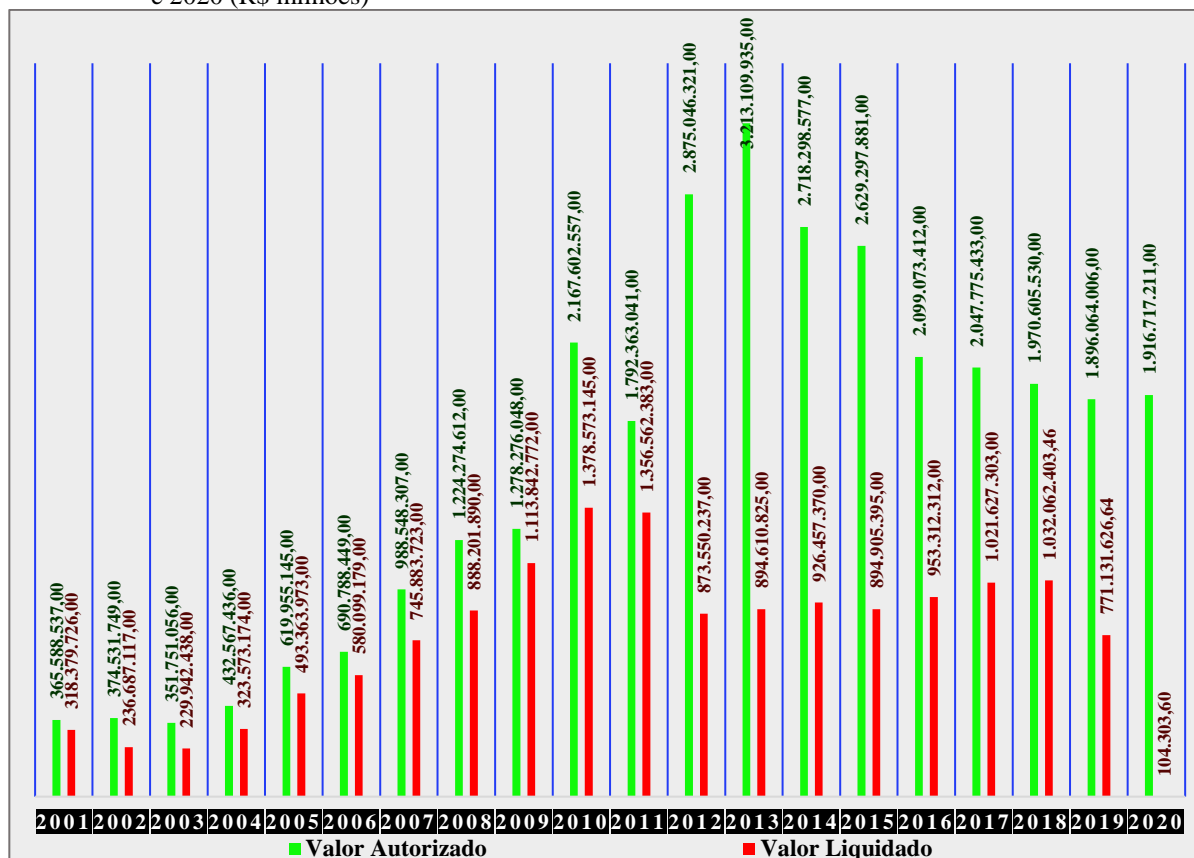
⁶⁴ Conforme glossário do SIGA Brasil - <https://www12.senado.leg.br/orcamento/glossario?search_letter=l>, a Lei Orçamentária Anual (LOA) é “ uma das três leis em sentido formal (lei ordinária) que compõem o sistema orçamentário brasileiro. É a lei orçamentária propriamente dita, possuindo vigência para um ano. Ela estima a receita e fixa a despesa do exercício financeiro, ou seja, aponta como o governo vai arrecadar e como irá gastar os recursos públicos. ”

⁶⁵ Segundo o glossário do SIGA Brasil a função é a “ classificação da despesa orçamentária que tem por finalidade registrar a finalidade da realização da despesa. A função pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Está relacionada com a missão institucional fundamental do órgão executor, por exemplo, cultura, educação, saúde ou defesa. A especificação das funções é fixada, em nível nacional, pela Portaria MPOG 42, de 14 de abril de 1999 (D.O.U. de 15.04.1999).” No nosso caso optamos pela função cultura.

⁶⁶ O *Painel Especialista* (não se trata do acesso de especialista nominados de que tratamos anteriormente) permite a realização de pesquisa das despesas e receitas do orçamento da União e tem como base a linguagem das classificações orçamentárias. Neste sentido, selecionamos o MINC como órgão orçamentário na função cultura, plano orçamentário, autorizado e executado.

o valor e efetivamente liquidado⁶⁷, ou seja, o valor disponível na forma da LOA e montante de fato investido em programas, projetos e ações culturais por exercício respectivamente conforme gráfico abaixo:

Gráfico 8 : Orçamento do MINC: série evolutiva dos montantes autorizado e liquidados entre 2001 e 2020 (R\$ milhões)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SIGA Brasil do Senado Federal

⁶⁷ Para que o recurso público seja de fato utilizados é necessário inicialmente que o valor seja autorizado na forma da LOA ao qual denomina-se valor autorizado inicial, durante o exercício fiscal esse valor pode sofrer suplementação ou contingenciamento o que provoca aumento ou diminuição do valor final autorizado. Uma autorizado o gestor procede com os trâmites para sua utilização (que pode incluir processos licitatórios ou não) para realização contratações de prestação de serviços ou aquisições diversas. Cada contrato firmado gera um valor empenhado para pagamento que segundo o portal *Transparência Brasil* - <<http://www.portaltransparencia.gov.br/pagina-interna/603453-dicionario-de-dados-execucao-da-despesa>> do *Tribunal de Contas da União* (TCU), é o “valor resultante do estágio de empenho da despesa. Nesse estágio, é criada a obrigação de pagamento da despesa pelo governo ao credor. Consiste na reserva de dotação orçamentária, ou seja, reserva de valores monetários autorizados para atender um fim específico. O empenho é registrado no momento da contratação do serviço, aquisição do material ou bem, obra ou amortização da dívida.” Uma vez empenhado o recurso segue para o estágio de liquidação que “consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. É nesse segundo estágio da execução da despesa que será cobrada a prestação dos serviços ou a entrega dos bens, ou ainda, a realização da obra [...]”. Após sua liquidação é que de fato o governo poderá proceder o da despesa que consiste na “entrega de numerário ao credor. Nessa fase, a autoridade competente determina que a despesa que foi liquidada seja paga. Esse pagamento normalmente é efetuado por meio de crédito em conta bancária do favorecido.”

Como podemos observar, nem sempre o montante de recursos financeiros disponibilizado no orçamento anual é de fato executado no exercício correspondente por se tratar de um planejamento orçamentário sujeito ao longo do ano a intempéries diversas. Neste sentido, percebemos que o orçamento anual teve um crescimento acentuado nas duas gestões do Lula (2003 a 2010) saltando de R\$ 236.687.711,00 efetivamente liquidado em 2003 para R\$ 1.378.573.145,00 em 2010 o que representa um crescimento de 482,44% no período.

Na gestão Dilma (2011 a Agosto de 2016) o valor ultrapassou a casa de 3 bilhões em 2013 sendo o maior orçamento autorizado da história, no entanto o valor de fato investido não alcançou o mesmo patamar da gestão Lula o que se traduz em uma diminuição nos investimentos culturais. Já na gestão Temer (Setembro 2016 a 2018) observamos que o valor autorizado não sofreu grandes alterações em relação aos dois anos anteriores e o valor liquidado em 2017 e 2018 foi superior em relação a 2015 e 2016.

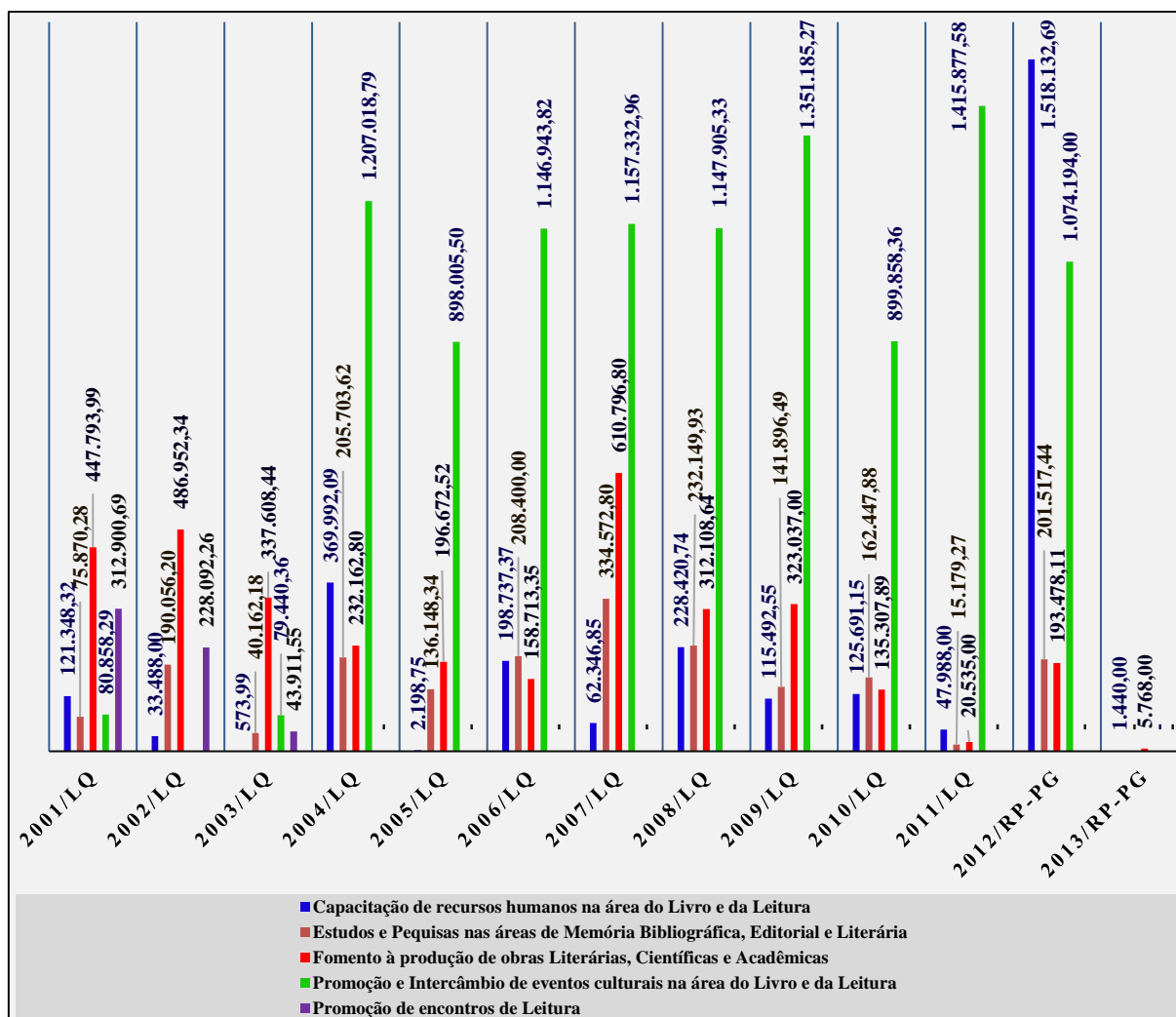
A gestão Bolsonaro iniciada em 2019 aponta para a manutenção do valor autorizado com leve diminuição em relação a gestão Temer, no entanto, considerarmos o valor liquidado de 2019 perceberemos que houve uma diminuição de 25,28% em relação a 2018, sendo este valor o menor desde 2008. Tal percentual indica, ao menos nesse momento, uma inclinação para a diminuição dos investimentos para o setor cultural o que esperamos que não ocorra de fato.

Em se tratando do setor do Livro, Leitura, Literatura e Promoção da Leitura, averiguamos o quadro de investimentos realizado para o programa⁶⁸ *Livro Aberto* – anteriormente apresentamos a meta e as principais ações -, principal instrumento de concretização de objetivos para o setor. Neste sentido colhemos do portal SIGA Brasil, informações sobre o montante liquidado de 2001 até 2011 (ano de sua extinção) e, ainda observamos os restos a pagar que foram pagos em 2012 e 2013 sendo que nos demais anos (2014, 2015 e 2019) ainda houve restos pagos que não são relevantes neste contexto.

Assim, organizamos os dados em três gráficos agrupando os investimentos em ações que tratam sobretudo, mas, não exclusivamente sobre: (1) fomento, capacitação, promoção, estudos e pesquisas na área do Livro, Leitura e Literatura; (2) apoio e fomento a projetos culturais, concessão de bolsas e prêmios, gestão do programa e pagamento de direitos autorais; (3) bibliotecas públicas. Deste modo, passaremos a tratar cada um deste grupo como: Livro, Leitura, Leitura e Literatura, Projetos Culturais, Prêmios, Bolsas e Outros e Bibliotecas conforme segue:

⁶⁸ “Instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetos pretendidos [...]” conforme glossário do SIGA Brasil.

Gráfico 9: Investimento do programa Livro Aberto em Livro, Leitura e Literatura: série dos montantes liquidados entre 2001 e 2011 e Restos pagos em 2012 e 2013 (R\$)

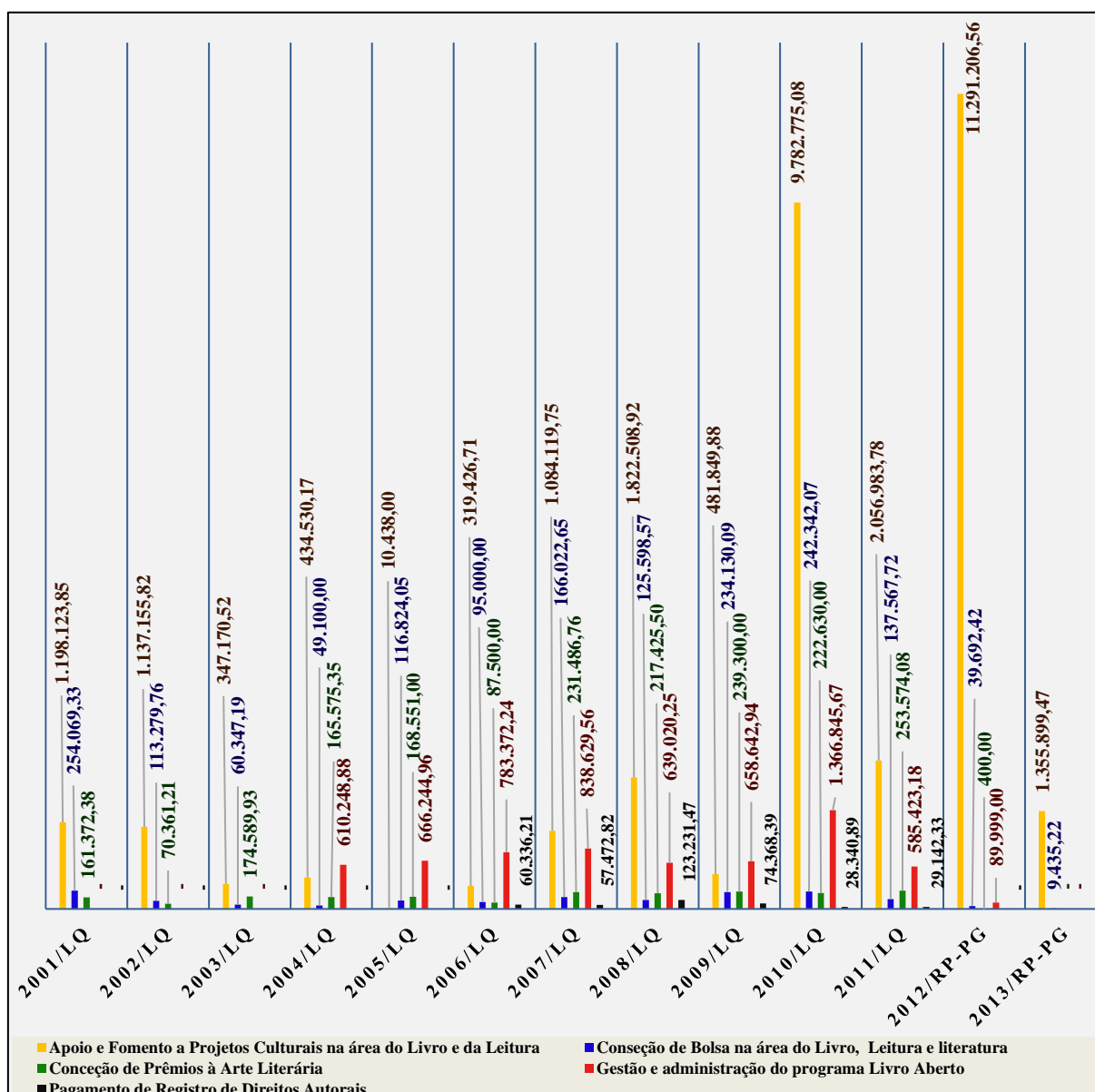


Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SIGA Brasil do Senado Federal

Neste primeiro gráfico podemos observar que a promoção de eventos e intercâmbios na área do Livro e da Leitura obteve o maior investimento da série sendo que o valor investido aumentou de R\$ 80.858,29 em 2002 para R\$ 2.491.511,58 em 2011 (considerado o montante liquidado em 2011 e o montante de restos pagos em 2012 e 2013), o que representou um aumento de 2981,33% respectivamente. Isto significa dizer que ações como a de fomento à produção, pesquisas e capacitação, receberam menos atenção do ponto de vista do valor efetivamente investido.

Os investimentos para projetos culturais, concessão de prêmios, bolsas, administração do programa e pagamento de direitos autorais se configuraram da seguinte forma:

Gráfico 10: Investimento do programa Livro Aberto em projetos culturais, prêmios, bolsas e outras: série dos montantes liquidados entre 2001 e 2011 e Restos pagos em 2012 e 2013 (R\$)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SIGA Brasil do Senado Federal

Os investimentos em Projetos Culturais para área do Livro e da Leitura na forma de fomento e apoio a iniciativas da sociedade civil ou não, se configuram no maior aporte financeiro da série alcançando a soma de R\$ 14.704.090,08 o que significa dizer entre outras coisas que o Estado apostou em iniciativas da sociedade civil e da governança dos estados e municípios na busca de soluções para as questões que envolvem o Livro, a Leitura e a Literatura no País.

No que diz respeito aos investimentos em ações em bibliotecas⁶⁹ cuja existência histórica se registra antes mesmo da utilização dos papiros⁷⁰ e do pergaminho⁷¹ e do papel⁷², apuramos o seguinte:

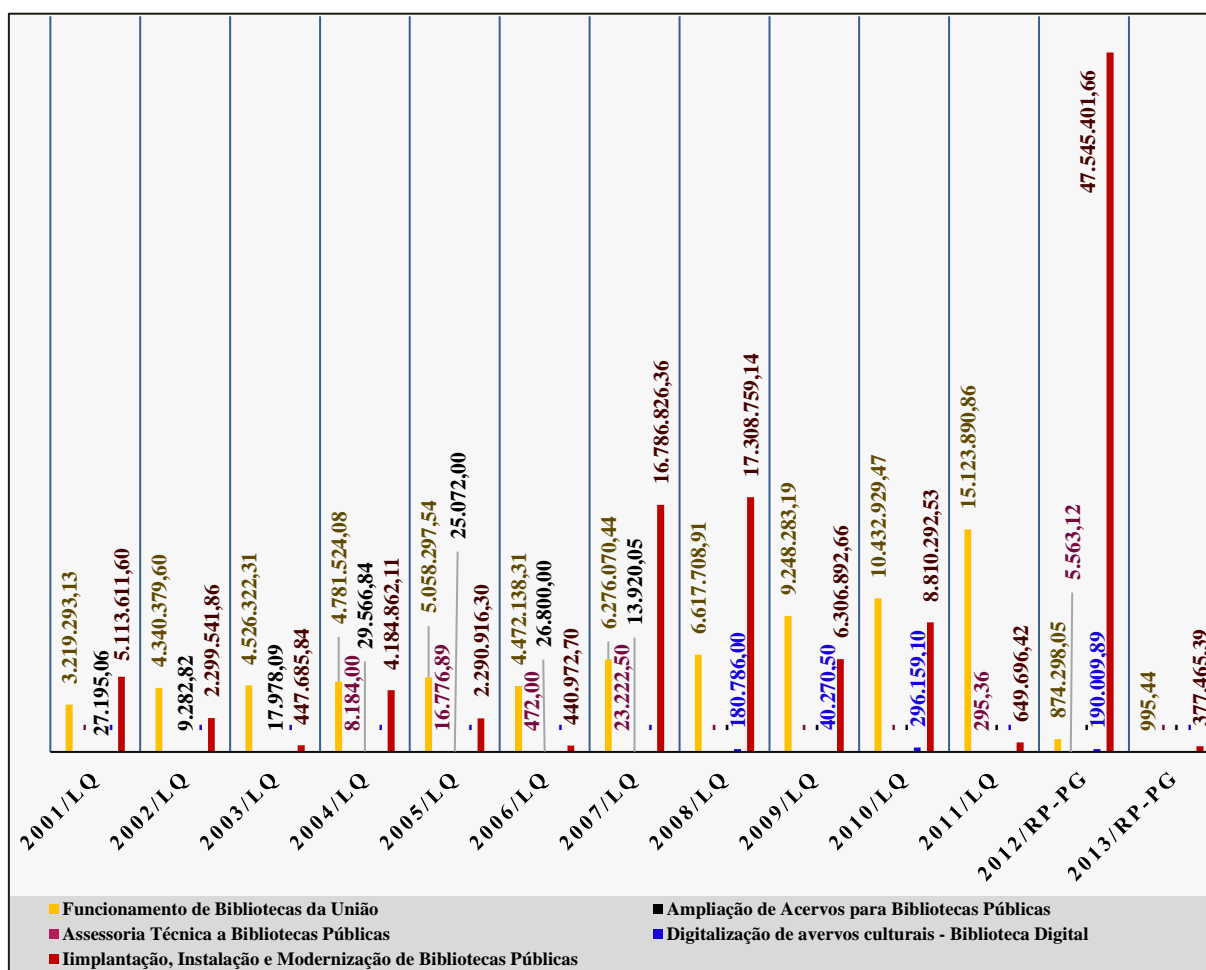
Gráfico 11: Investimento do programa Livro Aberto em projetos culturais, prêmios, bolsas e outras: série dos montantes liquidados entre 2001 e 2011 e Restos pagos em 2012 e 2013 (R\$)

⁶⁹ Conforme Matthew Battles em *A conturbada história das bibliotecas* (2003) “[...] as primeiras bibliotecas não podiam pegar fogo, pois estavam repletas de livros gravados em argila. A literatura da Mesopotâmia remonta ao terceiro milênio antes de Cristo e vai da prece à poesia, do epistolário aos livros de registro contábil. O sistema de escrita utilizado para registrá-la e chamado de ‘cuneiforme’ devido ao formato de seus caracteres silábicos – grupos de pequenas marcas em forma de cunha gravadas na argila com o auxílio de uma agulheta. A argila era deixada para secar ou levada a um forno. Os ‘livros’ obtidos por esse processo eram extremamente duráveis, especialmente no clima seco do Crescente Fértil, e acabaram dando impulso à construção de bibliotecas. Já no terceiro milênio antes de Cristo, havia um templo na cidade de Nippur, no Sudeste do que é hoje o Iraque, com arquivos cheios de placas de argila.” (BATTLES, 2003, p.31).

⁷⁰ Segundo Ismael Sá Netto em sua página de curiosidades - < <http://www.fascinioegito.sh06.com/papiros.htm> > - “*Cyperus papyrus*, ou simplesmente papiro, é uma planta famosa desde 40 séculos antes da era cristã. Magnificamente adaptada às margens do Nilo, onde acompanhava em grande quantidade o curso do rio, tem uma longa haste, sem nós nem folhas, de secção triangular e da grossura de cerca de seis centímetros, a qual termina por uma graciosa umbela em forma de penacho, formado por um tufo de pequenos ramos filamentosos verdes. O que aparecia acima da terra era, em síntese, uma planta em forma de junco com, aproximadamente, três metros de altura. Mas suas raízes também são longas, medindo às vezes seis ou sete metros, e com grossura igual à do caule [...] a espécie que crescia no tempo dos faraós está atualmente extinta. E a fama do papiro é mais do que merecida, pois foi ele que forneceu à humanidade um dos principais instrumentos do progresso: o papel. O papiro mais antigo que se conhece foi encontrado em Saqqara, na mastaba de um nobre da I dinastia (2920 a 2770 a.C.), chamado Hemaka, e está em branco. O mais antigo exemplar escrito do qual se tem notícia, datado do final da I dinastia, é formado por fragmentos do livro de contas de um templo de Abusir, escrito em hierático. Na II dinastia (2770 a 2649 a.C.) o papiro já se disseminara como suporte à escrita. Antes disso, entretanto, as fibras de suas raízes ou das hastas eram empregadas para a fabricação ou calafetagem de embarcações, na confecção de pavios de candeeiros a óleo, esteiras, cestos, cordas e cabos resistentes, grossos tecidos, sandálias e outros objetos. Reunidos em feixes, os talos do papiro funcionavam como pilares na arquitetura primitiva. Não é à-toa que as colunas de pedra imitam os feixes de papiro, com capitéis em forma de flores abertas ou fechadas. Além de tudo isso, a parte inferior e carnosa da haste servia como alimento e dela se extraía, também, um suco muito apreciado. Como papel ele foi adotado pelos gregos, romanos, coptas, bizantinos, arameus e árabes. Grande parte da literatura grega e latina chegou até nós em papiros. Ele continuou a ser utilizado até a Idade Média, sendo que uma bula papal datada do ano 1022 da era cristã ainda foi escrita sobre aquele material.”

⁷¹ Conforme o glossário de tipografia - < <http://tipografos.net/glossario/pergaminho.html> > “O pergaminho é uma pele de animal, preparada para a escrita em ambos os lados. “Pergaminho (do grego *pergaméne* e do latim *pergamina* ou *pergamena*), é o nome dado a uma pele de animal, geralmente de cabra, carneiro, cordeiro ou ovelha, preparada para nela se escrever. Designa ainda o documento escrito sobre esse suporte. O seu nome deriva do nome da cidade onde se terá fabricado pela primeira vez: Pérgamo, na Grécia [por volta do século 2 a.C.]. Foi largamente utilizado na Antiguidade ocidental e na Idade Média, até à difusão da invenção chinesa do papel. [...] Quando surge o pergaminho, revoluciona-se o processo de produzir documentos. [...] Os mosteiros cristãos mantinham bibliotecas de pergaminhos, nos *scriptoria* (plural de *scriptorium*) os monges letrados dedicavam-se à cópia de manuscritos, devendo-se a esta actividade monástica a sobrevivência dos textos clássicos da cultura grega e latina no Ocidente, principalmente à época do Império Bizantino.”

⁷² O papel segundo o glossário de tipografia - < <http://tipografos.net/glossario/papel.html> > é uma “matéria formada de celulose, misturada com outros componentes, que permite fabricar folhas que servem de suporte à escrita ou à impressão. O papel é um afeltrado de fibras unidas tanto fisicamente (por estarem entrelaçadas) como quimicamente (por pontes de hidrogénio). [...] É o suporte mais comum para imprimir jornais, brochuras, livros, magazines e revistas. [...] Acredita-se que tenha sido inventado na China por Ts'ai Lun [105 anos d.C.] [...]. As fibras para sua fabricação requerem algumas propriedades especiais, como alto conteúdo de celulose, baixo custo e fácil obtenção: razões pelas quais as mais comumente usadas são as vegetais.”



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SIGA Brasil do Senado Federal

Para a área de Bibliotecas os investimentos se concentram em relação a ação de funcionamento das bibliotecas da união que obtiveram um montante de R\$ 75.007.134,89 e em relação a ação de implantação, instalação e modernização de bibliotecas públicas que alcançaram o montante de R\$ 111.895.228, 41 de investimentos no período respectivamente.

Oferecer um panorama que possa traduzir os subtítulos⁷³ de cada uma das ações resultante dos investimentos elencados nos três gráficos acima, demandaria uma investigação quase hercúlea. Assim, elegemos a ação de implantação, instalação e modernização de bibliotecas públicas para oferecer um quadro dos desdobramentos resultante do montante investido.

Neste sentido, recorremos a Bianca Lopes Siqueira, Elisa Campos Machado e Esther Lück que tratam dessa questão em *O papel do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas na*

⁷³ Conforme o glossário SIGA Brasil subtítulo é o “Desdobramento das ações, especialmente para especificar a localização física integral ou parcial das respectivas atividades, projetos e operações especiais, não podendo haver alteração da finalidade e da denominação das metas estabelecidas.”

construção de políticas públicas (2019). Neste texto os autores salientam que o SNBP (cuja criação e objetivos discorremos anteriormente), se tornou o principal órgão de execução de políticas públicas para a área de bibliotecas públicas no país no que tange a implementação (inclusive as ações do Programa Livro Aberto) já que não foi chamado a liderar a formulação das mesmas.

Para entendermos como se deu a implementação é necessário que entendamos primeiro que o SNBP sofreu com a costumeira e confusa mudança de nomenclaturas e siglas, inclusive dentro dos próprios documentos do governo. Inicialmente (1992 a 2011) esteve subordinado diretamente a presidência da FBN que se localiza no Rio de Janeiro, neste período as formulações das políticas para o setor eram feitas em Brasília que foi liderada pela Secretaria Nacional do Livro e Leitura (SLL) do MINC entre 1995 e 2002 no governo FHC, com a extinção da SLL em 2003 (governo Lula) a liderança ficou a cargo da Coordenadoria do Livro e da Leitura que se subordinava à Secretaria de Articulação Institucional (SAI) do MINC.

Essa Coordenadoria alcançou o *status* de uma Diretoria e passou a se chamar Diretoria do Livro, Leitura e Literatura (DLLL) que em 2012 (governo Dilma) agregou a sua sigla a letra B⁷⁴ passando a denominar-se Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca e ainda foi transferida de Brasília para o Rio de Janeiro na intenção de se concentrar a formulação e a execução das políticas para o setor em um único local já que antes elas eram pensadas em Brasília e grande parte eram executadas a partir do Rio via SNBP/FBN. Foi nesse momento que o SNBP deixou de subordinar-se a presidência da FBN e passou a se subordinar a DLLL.

No entanto, essa nova configuração da FBN se mostrou inviável tendo em vista as dificuldades que a instituição passava em função dos baixos investimentos que os governos anteriores destinaram a instituição e da consequente falta de infraestrutura para gerenciar as demandas da Biblioteca Nacional e das políticas nacionais para a área do livro, leitura e literatura. (LÜCK; MACHADO; SIQUEIRA, 2019, p.365).

Em 2014 houve nova mudança no setor, desta vez do ponto de vista administrativo e localização geográfica, a DLLL foi transferida do Rio de Janeiro para Brasília levando consigo o SNBP o que fragilizou a atuação do órgão. No texto *A trajetória da institucionalização do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas no Brasil* (2018), os autores observam que:

O SNBP permaneceu na FBN, sediado no Edifício Capanema por longos 22 anos. Portanto, sua mudança para Brasília apesar de necessária foi muito difícil. A mudança da documentação que envolvia o registro histórico dos processos de controle e

⁷⁴ Conforme Lück, Machado e Siqueira (2019) “A demanda pela inclusão do termo biblioteca ao nome da DLLL foi defendido pelo SNBP por acreditar ser importante sua representação mais clara dentro do Ministério. Para o SNBP o livro, representava o suporte, a leitura a prática, a literatura o conteúdo e a biblioteca o local. A partir dessas discussões vários planos do livro e leitura estaduais e municipais passaram a incluir o termo biblioteca em seus nomes. Dando assim a evidência que cabe equipamento cultural no contexto da democratização do acesso à leitura e a informação.” (LÜCK; MACHADO; SIQUEIRA, 2019, p.365).

monitoramento e também os processos físicos foi resolvida com uma estratégia de logística. No entanto, o mesmo não aconteceu em relação aos funcionários, pois sua equipe era formada por funcionários concursados pela FBN e terceirizados em contrato também da FBN. Ao ser deslocado para o MinC, somente a Coordenadoria Geral e as 3 Coordenadorias, que eram cargos comissionados, foram para Brasília. Foi preciso constituir nova equipe na nova cidade e, tendo em vista que Biblioteca Demonstrativa de Brasília (BDB), atual Biblioteca Demonstrativa Maria Conceição Moreira Salles, estava fechada à época para reforma, o Sistema contou com a colaboração dos seus funcionários. Atualmente, o SNBP está sediado no Setor Comercial Sul (SCS), Quadra 9, Lote C, Torre B do Edifício Parque Cidades, 10º andar, em Brasília (DF). (LÜCK; MACHADO; SIQUEIRA, 2018, p.41).

No entanto, essas confusas mudanças não encerraram em 2014, posto que em 2016 (governo Temer) a DLLLB deixou de ser uma Diretoria e passou a ser um Departamento. Com a extinção do MINC em 2019 o Departamento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLB) passou a integrar a Secretaria de Economia Criativa da Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania. A Secretaria Especial da Cultura já migrou do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo como veremos mais adiante.

Essa confusão administrativa entre diretorias, setores e programas juntamente com a criação e extinção de nomes e siglas, por si só, indica ainda que simbolicamente uma falta grave no que diz respeito a uma direção clara, integrada e inequívoca da atuação do governo no setor.

Voltando aos desdobramentos da ação de investimento em bibliotecas via SNBP a partir do Programa Livro Aberto, afirmam Lück, Machado e Siqueira (2019) que até 2003 o apoio era feito somente por meio da doação de livros diretamente às bibliotecas já existentes ou para às prefeituras que pretendiam criar uma biblioteca pública. Cabe informar ainda que a prática de doação de acervos permeou todo o período que estamos tratando.

Nesse sentido explicam os autores que a doação dos livros feitos pelo SNBP advinha em grande parte de projetos aprovados pela Lei Rouanet em que era exigido 10% das tiragens para doação à bibliotecas públicas. Outras fontes de acervo para a doação às bibliotecas públicas, ocorria por meio do envio de exemplares da Revista de História da Biblioteca Nacional e também com doação de editoras ou dos próprios autores ao SNBP que por sua vez doava para biblioteca de todo o país. “Uma das maiores doações recebidas pelo SNBP foi do escritor Mauricio de Souza, que doou cerca de um milha o de gibis da turma da Mônica para ser redistribuí do para as bibliotecas públicas do Brasil” (LÜCK; MACHADO; SIQUEIRA, 2019, p.367).

A distribuição de acervo para todo o país era feita pelos correios, mediante solicitação das bibliotecas por *e-mail* e confirmação de cadastramento da solicitante junto ao SNBP-por esse sistema enviados entre 50 e 100 exemplares. Outra forma de distribuição era a entrega aos próprios responsáveis por bibliotecas públicas que podiam fazer retiradas de 1.000 a 5.000

exemplares na sede do SNBP o que acabou por favorecer as bibliotecas localizadas nos arredores Rio de Janeiro terem estas, maiores disponibilidades em buscar a doações referidas.

Não é possível mensurar precisamente a abrangência dessa ação durante todo o período no qual o SNBP esteve vinculado a FBN, pois não existem registros documentais que apontem o número exato de livros recebidos e doados, assim como o quantitativo de bibliotecas contempladas durante todo o período que esta ação foi realizada. No entanto, a partir do ano de 2012, o SNBP passou a sistematizar as informações relativas a esta ação e somente nesse ano foi computado um total de 52.212 livros recebidos e 20.321 livros doados [...] Já em 2013, com o encerramento da recepção de livros advindos de incentivo da Lei Rouanet e a previsão de mudança do SNBP para Brasília, foram doados 200.981 livros. (LÜCK; MACHADO; SIQUEIRA, 2019, p.368).

As modalidades de implantação/instalação e modernização foram de fato criadas a partir de 2004. Neste contexto uma das medidas objetivas foram a distribuição de kits para implantação/instalação que eram assim compostos por ano respectivamente:

Tabela 3 : Composição dos kits de implantação/instalação de bibliotecas

COMPOSIÇÃO	2004	2005	2007	2008	2010	2011
Acervo	2.000 itens	2.000 itens	2.000 itens	2.000 itens	2.000 itens	2.000 itens
Cadeira	9 itens	9 itens	9 itens	9 itens	9 itens	9 itens
Circulador de Ar	1 item	1 item	1 item	2 itens	2 itens	2 itens
Computador	1 item	1 item	1 item	2 itens	2 itens	2 itens
DVD	-	-	-	1 item	1 item	1 item
Estante	4 itens	4 itens	4 itens	4 itens	4 itens	4 itens
Impressora	1 item	1 item	1 item	1 item	1 item	1 item
Mesa de Informática	1 item	1 item	1 item	1 item	1 item	1 item
Mesa Redonda	2 itens	2 itens	2 itens	2 itens	2 itens	2 itens
Mini System	1 item	1 item	1 item	1 item	1 item	1 item
No Break	1 item	1 item	1 item	2 itens	2 itens	2 itens
Televisão	1 item	1 item	1 item	1 item	1 item	1 item
Vídeo Cassete	1 item	1 item	1 item	-	-	-

Fonte: Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (2012) disposta em (LÜCK; MACHADO; SIQUEIRA, 2019, p.369).

O *kit* acima descrito era destinado para municípios que ainda não possuíam biblioteca pública ou que se propunha a criação de uma nova biblioteca em seu território e como pudemos perceber era formado por ‘acervo, equipamentos de informática e mobiliários’ possibilitando o funcionamento básico deste equipamento cultural.

No que diz respeito a modalidade de modernização, conforme os autores, a prática era de doação também de um *kit* que era composto entre 2006 e 2007 apenas por um acervo de 1.000 livros e entre 2008 e 2011 foi acrescido de 9 cadeiras, 1 carrinho expositor, 2 circuladores de ar, 4 instantes, 1 mesa de informática, 2 mesas redondas, 3 *puff* e 2 quadros de aviso.

Conforme registros documentais pudemos conferir que todos os itens que compunham os kits foram adquiridos por meio de licitações, realizadas pelo Setor de Licitações e Contratos, ligado a Coordenação Geral de Administração e Planejamento da FBN. O processo de montagem dos kits era realizado no prédio Anexo da Biblioteca Nacional, localizado na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro. Em paralelo a aquisição dos materiais e do acervo, ocorria o processo de seleção das bibliotecas a serem contempladas. Essa seleção inicialmente era realizada por demanda da prefeitura, ou do Sistema Estadual de Bibliotecas (SEBP) e, posteriormente, a partir do ano de 2009, passou a ser realizado por meio de edital público. [...] A execução das ações de implantação/instalação e modernização era realizada por meio do estabelecimento de um contrato entre a FBN e a prefeitura beneficiada, que previa a doação dos bens em regime de comodato, ou seja, os bens doados pertenciam a FBN e poderiam ser utilizados pelos municípios. Depois de transcorridos 3 anos da assinatura do contrato de comodato e com o cumprimento de todas as cláusulas no referido instrumento, os bens eram definitivamente doados para as prefeituras. (LÜCK; MACHADO; SIQUEIRA, 2019, p.370-371).

Entre 2004 e 2011 foram instaladas/implantadas 1.705 bibliotecas e 682 foram modernizadas em todas as unidades federativas do Brasil conforme distribuição regional disposta na tabela abaixo:

Tabela 4: Distribuição de bibliotecas apoiadas nas 2 modalidades por Região

Região	Estados	Implantações/Instalações	Modernizações
Norte	AC	16	8
	AP	5	5
	AM	44	10
	PA	45	40
	RO	17	14
	RR	13	5
	TO	49	12
Nordeste	AL	56	23
	BA	163	50
	CE	79	41
	MA	131	21
	PB	131	13
	PE	49	53
	PI	189	15
	RN	70	23
	SE	32	16
Centro Oeste	DF	0	1
	GO	76	22
	MT	41	20
	MS	9	19
Sudeste	ES	6	20
	MG	148	67
	RJ	6	33

	SP	86	65
Sul	PR	45	33
	RS	127	24
	SC	72	29
Total	27	1.705	682

Fonte: Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (2012) disposta em (LÜCK; MACHADO; SIQUEIRA, 2019, p.373).

Em relação ao quantitativo da distribuição regional, observamos que a região nordeste foi a mais beneficiada totalizando 900 kits de implantação/instalação e 255 de modernização. A região Centro Oeste foi que menos se beneficiou tendo alcançado um quantitativo de 126 bibliotecas implantadas/instaladas e 62 modernizadas

Neste contexto, Mato Grosso do Sul foi contemplado com 9 instalação/implantação e 19 modernizações. Segundo o texto de Isabella Banduci Amizo e Álvaro Banduci Júnior no trabalho *Impacto das políticas culturais do governo Lula em Mato Grosso do Sul (2013)* – um estudo num total de dois, que encontramos até o momento que aborda a temática da política cultural no Estado de MS – “No Programa Livro Aberto – Instalação e Modernização de Bibliotecas Públicas 2010, que propõe levar bibliotecas públicas para municípios que não as possuem, além de revitalizar as já existentes, o município de Corumbá foi contemplado em Mato Grosso do Sul” (AMIZO; BANDUCCI JR, 2013, p.252-253).

Ainda sobre os municípios contemplados, identificamos que em 2012, segundo a Relação de municípios que receberam kits em 2012 do SNBP, disponível na Plataforma do PNC - <http://pnc.cultura.gov.br/category/metas/32/> -, os municípios de Aquidauana, Bodoquena, Caarapó, Coronel Sapucaia, Costa Rica, Itaporã, Jatei, Paranaíba, Rio Negro e Sidrolândia, receberam um kit de modernização cada um. Quanto aos demais contemplados, não encontramos informações disponíveis (apesar de termo solicitado ao SNBP via *e-mail*) para que pudéssemos elencá-los neste trabalho.

Ainda nos cabe informar que segundo Lück, Machado e Siqueira (2019) foram investidos R\$ 76.131.257,23 em implantação/instalação e R\$ 20.542.543,10 em modernização totalizando um montante de R\$ 96.673.800,33, excluindo-se desse valor o custo com montagem e transporte dos kits.

Levando em consideração o montante que identificamos em nosso levantamento, é possível perceber que o valor apresentado por Lück, Machado e Siqueira (2019) representa 86.39% dos R\$ 111.895.228, 41 o que aponta uma diferença de R\$ 15.221.428,08. Nesse sentido, nos cabe informar que parte dos recursos de implantação/instalação/modernização eram executados pelo Minc, sendo que nos detivemos na parte que foi executada pelo SNBP.

Assim, as ações do Programa Livro Aberto e seus desdobramentos podem ser consideradas como um grande avanço no que tange a atuação do Estado em relação ao segmento Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas no País. Entretanto, é possível perceber que há algumas problemáticas (de responsabilidade de todas as esferas de governo) ainda não solucionadas como por exemplo a lacuna existente quanto a habilitação do quadro de recursos humanos atuantes nos espaços instalados/implantados e ou modernizados e a deficiência na estrutura física destes espaços, inclusive em Mato Grosso do Sul. Isto se verifica quando Amizo e Banducci Jr (2013) afirmam que:

uma das preocupações apontadas pelo [...] gestor da Biblioteca Estadual Isaias Paim é a falta de profissionais capacitados no estado. Ainda que existam programas que tenham como objetivo aprimorar o acervo e a estrutura das bibliotecas, muitas não possuem pessoal habilitado para implantar o projeto e outras não possuem nem mesmo a estrutura básica para receber novos livros e computadores, internet e softwares específicos. (AMIZO; BANDUCCI JR, 2013, p.263).

Como dissemos anteriormente o Programa Livro Aberto foi extinto oficialmente em 2011 apesar de ter realizado ações a *posteriore* em decorrência de projetos pagos em 2012 e 2013. Para a sua substituição foi criado o Programa Cultura: Preservação, Promoção e Acesso. “Esse novo Programa orçamentário já não era mais reservado somente a FBN e abrangia diversas outras áreas na qual o MinC detinha responsabilidade, tais como o cinema, teatro, museus, entre outros” (LÜCK; MACHADO; SIQUEIRA, 2019, p.365).

No âmbito deste programa o quadro de investimento que averiguamos junto ao SIGA Brasil Relatórios foi o que segue abaixo:

Tabela 5 : Programa Cultura: Preservação, Promoção e Acesso- Investimentos em Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (2012 e 2013) R\$

Ação	2012	2013
Captação de acervos bibliográficos e documentais	5.242,00	-
Digitalização de acervos culturais - Biblioteca digital	40.340,00	-
Fomento à criação e difusão literária e científica	364.962,00	-
Fomento a projetos culturais na área do Livro, da Leitura e do conhecimento científico, artístico e literário	3.491.083,00	-
Fomento e promoção de estudos, pesquisas e concessão de bolsas na área de conhecimento literário, científico e cultural	-	401.738,00
Funcionamento de Bibliotecas da União	14.883.012,00	-
Instalação e modernização de Bibliotecas	2.526.284,00	331.090,11
Pesquisas socioeconômicas na área do livro e da leitura	-	-
Produção de obras científicas, artísticas e literárias	132.944,00	-
Promoção e Intercâmbio de eventos culturais na área do Livro e da Leitura	2.182.658,00	-
Registro de obras intelectuais	11.595,00	-
Total	23.638.120,00	732.828,11

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do SIGA Brasil do Senado Federal

Até o momento não identificamos trabalhos que tenham oferecido possíveis análises mais aprofundadas dos desdobramentos das ações do Programa Cultura: Preservação, Promoção e Acesso. Isso se explica, talvez, pelo fato de ser o programa em questão, um instrumento organizacional recente do governo federal em relação as políticas culturais para o setor Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas. No entanto, o SNBP no âmbito desse programa, deu sequência às execuções das ações que já vinham sendo implementadas no Programa Livro Aberto conforme Lück, Machado e Siqueira (2019).

Essa sequência como pudemos perceber, ocorreu somente em 2012 e 2013 sob os subtítulos inerentes ao setor literário, a partir de 2014 diluiu-se conforme informações do Programa SIGA Brasil em subtítulos mais generalizados como por exemplo: Fomento e promoção projetos em arte e cultura – nacional; Implantação, instalação e modernização de espaços e equipamentos – nacional; Produção e difusão de conhecimento na área cultural - nacional.

Assim, notamos que a atuação do Estado, segue no momento, as ‘preferências problemáticas’ assinaladas por Saraiva (2006) - conforme já dissemos anteriormente -, pois, as execuções orçamentárias das iniciativas do próprio Estado e também daquelas propostas advindas da sociedade no que tange a projetos e ações para o setor literário foram diluídas num programa amplo, de modo que, passaram a fluir a partir de uma prática orçamentária que quando da prestação de contas amalgama-se a outras ações que não são do setor, dificultando o efetivo acompanhamento e fiscalização da sociedade.

Apesar das críticas, que aliás são parte fundamental do processo constitutivo das Políticas Públicas, observamos que a atuação do Estado no período do governo Lula e Dilma Rousseff, seguiu pelo caminho da superação das tristes tradições - obscurantismo, ausência, elitismo, exclusão social, silêncio estatal, autoritarismo, repressão, censura, disciplinamento, ambiguidades, minimização do Estado, neoliberalismo, mercadologia e reificação - com as quais o nosso país manteve relações lesivas no que diz respeito às Políticas Públicas de Estado para a Cultura, para a Arte e conseqüentemente para o Livro, Leitura e Literatura.

Este caminho descortinava um outro horizonte para as políticas culturais nacionais no Brasil, pois, elas passaram a existir naquele momento de modo efetivo como política de Estado, emergiam e residiam em ambiente democrático por meio da participação da sociedade numa amalgama que abarcava a pluralidade e a diversidade da cultura brasileira e, contavam com possibilidades reais de se tornarem permanente. “Ou seja, um novo e promissor patamar das políticas culturais nacionais foi alcançado no Brasil” (RUBIM, 2011, p.21).

Por último, cabe registrar em poucas palavras o dismantelo das políticas culturais dos últimos (quase) quatro anos em que temos assistido – salvo uma única política de Estado que tratada pela Lei nº 13.696, de 12 de Julho de 2018, instituiu a Política Nacional de Leitura e Escrita, mas, que até o momento não foi ainda regulamentada- perplexos e, seguimos ante a prática governamental, para mais um momento em que se prega a minimização do Estado causando o desmonte do setor cultural e beira o retorno a um novo momento de autoritarismos cujas consequências não serão boas.

4 MATO GROSSO DO SUL E SUA POLÍTICA DE ESTADO PARA A LITERATURA, LIVRO, LEITURA E BIBLIOTECAS

Existe um horizonte completamente aberto e inexplorado de possibilidades, no que tange as investigações voltadas para a área das relações, entre o Estado e a literatura em Mato Grosso do Sul. Neste sentido, entendemos que nosso trabalho solicita num primeiro momento, uma abordagem que percorra ainda que sucintamente, questões da história da constituição do próprio Estado desde a chegada dos bandeirantes paulista até a criação do Estado e sua efetiva instalação em 1977/79.

Após esta abordagem é que entendemos, por bem, apontar num segundo momento, a partir dos documentos oficiais, o percurso inicial (1979 a 1998) das ações do Estado em relação a política cultural quando a atuação deste ainda era não muito objetiva.

O passo seguinte, requer que discorramos sobre a atuação objetiva do Estado, entre 1998 e 2020, no campo das políticas culturais para o setor literário, apresentando os investimentos e os financiamentos para o setor a partir do enquanto política de Estado.

Também se faz necessário, uma abordagem da atuação do Estado a partir da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS), em relação às políticas da interface educação e cultura (ainda que não sejam todas elas de Estado), a partir de dos anos 2000.

Ainda se faz necessário uma incursão nas questões da atuação do Estado no que diz respeito à promoção da Leitura, especialmente, aquela realizada no âmbito do PROLER/MS que passou a ser realizada a partir de 1996.

Por último, como forma de possível contribuição deste trabalho para o estado, tentaremos tratar de algumas proposições de ações para o setor literário, a partir das políticas de Estado instituídas recentemente em Mato Grosso do Sul.

4.1 Nasce o Estado de Mato Grosso do Sul

Antes, o território onde hoje se localiza o Estado de Mato Grosso do Sul, era território espanhol pertencente a colônia do Paraguai, dadas as questões de Estado que envolveram a conquistas de além mar por Portugal e Espanha. Em a busca pelo nativo afim de servir ao sistema escravagista português, avançou-se para além da linha tordesilhana e fixou-se a colonização portuguesa na região.

Nasce assim o antigo Estado de Mato Grosso (na época pertencente a capitania de São Paulo), cuja colonização se estabeleceu na, quase sempre tensiva, relação das bandeiras⁷⁵ paulistas do Brasil Colônia em fins do século XVI e início do Século XVII.

Com a descoberta do ouro na região da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá (hoje cidade de Cuiabá, capital de Mato Grosso), tornou-se necessário assegurar a garantia da nova fronteira portuguesa com os territórios espanhóis e, saída encontrada foi a criação em 1748 da Capitania de Mato Grosso por meio do desmembramento da Capitania de São Paulo.

Com os processos de independência na América Latina, o Brasil tornou-se um império e o Mato Grosso se consolidou como uma província, sendo que a questão da fronteira que antes era entre portugueses e espanhóis, passou a ser entre brasileiros, bolivianos e paraguaios, já que também estes povos se constituíram como nação independente do Reino de Espanha.

Para entendermos o processo da criação de MS, chamado também de divisionismo de Mato Grosso, se faz necessário pensar a questão da fronteira com o Paraguai, pois segundo Marisa Bittar no texto *Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso* (1999), isso “[...] implica, de pronto, um olhar de alcance mais largo capaz de buscar raízes fora de suas fronteiras” (BITTAR, 1999, p.93). É que, durante séculos, ficou incerto a quem o território pertencia: ao grande Mato Grosso ou ao Paraguai?

Isto significa dizer que o processo histórico transcorrido para que a região sul mato-grossense se tornasse em Mato Grosso do Sul, foi longa, cheia de percalços e, alguns deles banhados a sangue, como é o caso da delimitação de sua fronteira com o Paraguai, cujos resultados do lado brasileiro estão, segundo Bittar (1999) “consagrados nos versos de *Sonhos Guaranis*, que dizem: “*Mato Grosso espera esquecer quisera o som dos fuzis. Se não fosse a guerra, quem sabe hoje era um outro país*”⁷⁶.

Já do lado paraguaio, podemos citar como resultados dessa disputa conformada na pernicioso guerra entre os dois lados, um trecho dos estudos de Norberto Golasso e Germán Ibañez no texto *La Guerra de la Triple Infamia* (2005), em que eles apresentam algumas visões a partir de Guido y Spano, Fombona e Mansilla:

El Paraguay ha quedado destruído. “llora, llora urutaú/en las ramas del yatay. Ya no existe el Paraguay/donde nasci como tú.. – escribe Guido y Spano⁷⁷ “Nada pude dar

⁷⁵ Segundo Oliveira (1993) “[...] as bandeiras tiveram vários objetivos, entre eles o aprisionamento de índios, a busca do ouro, a guerra contra índios e negros amotinados. Seu principal local de origem era a capitania de São Vicente, hoje São Paulo” (OLIVEIRA, 1993, p.216).

⁷⁶ SIMÕES, Paulo; SÁTER, Almir. *Sonhos Guaranis*. In: *Prata da Casa*, Campo Grande : UFMS & TV Morena, 1982, Apud (BITTAR, 1999, p.93).

⁷⁷ Guido y Spano, Carlos: poema

una idea de esta guerra como las cifras. Al iniciarse la lucha, Paraguay tenía 1.300.000 habitantes. Cinco años después, la población quedaba reducida a 350.000, la mayor parte mujeres. Ni en los tiempos antiguos, ni en los tiempos modernos, la historia registra nada semejante”, señala Rufino Blanco Fombona⁷⁸. “El Paraguay ya no existe – disse a su vez Lucio Mansilla, desde la óptica liberal – Esta obra grande la realizamos nosotros, junto al Brasil [...] (GOLASSO; IBÁÑEZ, 2005. p.15).

Contudo, no movimento separatista entre norte e sul de Mato Grosso, seguiu por outro caminho após a guerra, numa causa que se arrastou por quase um século sendo de fato cristalizado por uma decisão de poder no âmbito do governo militar em 1977 com a assinatura de Geisel em 11 de Outubro de 1977 da “[...] a lei que incluiu no desenho da bandeira brasileira uma nova estrela: Mato Grosso do Sul” (BITTAR, 1999, p.94).

Segundo a mesma autora as duas porções (norte e sul) “cresceram separadas” se configurando assim, como um “estado com duas histórias” onde ambos os lados não se conheciam. “O norte mais identificado com a Amazônia; o sul, influenciado por São Paulo e por elementos culturais do Rio Grande do Sul e do Paraguai” (BITTAR, 1999, p.94).

Além disso, cabe destacar que Campo Grande se ligara por vias férreas - Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB)⁷⁹ - e asfálticas a São Paulo antes mesmo de conectar-se a Cuiabá. Havia, portanto, um distanciamento considerável entre os dois lados, cujo único elo era a cidade de Corumbá via navegação nos rios Paraguai e Cuiabá.

Assim, o movimento separatista tem origem na ocupação da porção sul de Mato Grosso, ao ser povoado inicialmente por mineiros e paulistas que ao adentrarem neste território “em princípios do século XIX” possuíam autorização do império para “[...] arredar os índios de qualquer modo e tomar conta de suas posses e garantir a família” (BARBOSA, 1961, p.06, *apud*, BITTAR, 1999, p.95).

⁷⁸ Rufino Blanco Fombona, citado em Carlos Pereyra: “Francisco Solano López y su drama”, Edit. Patria Grande, Bs, As.

⁷⁹ Segundo o Jornal Danilo Nery do Jornal Capital News na matéria *A Importância da ferrovia NOB para o desenvolvimento de Campo Grande* do dia 17 de Agosto de 2014. “A chegada da ferrovia Noroeste do Brasil (NOB) a Campo Grande, que ligava Bauru a Corumbá, em 1914, transformou profundamente o destino da cidade morena. Com os trilhos da NOB, vieram o progresso material, novas ideias e pessoas que moldaram a história da capital sul-mato-grossense. Antes da chegada desse moderno meio de transporte, a então vila de Santo Antônio de Campo Grande não passava de um aglomerado de ranchos e casas rústicas. O vilarejo tinha uma população de no máximo 1500 pessoas, segundo informações do engenheiro militar Themístocles Brasil, que instalou, em 1909, a primeira unidade do Exército no município. Antes de 1914, o pequeno arraial de Campo Grande estava praticamente isolado do resto país, já que a tração animal, em longas e cansativas viagens, era o único meio locomoção nessa região. Com a inauguração da NOB, o município se beneficiou enormemente com a ligação direta com maior centro econômico do país, São Paulo. Durante as primeiras décadas do século XX, vários imigrantes, que primeiramente chegaram ao Brasil pelo eixo Santos - São Paulo, passaram a desembarcar na cidade morena graças aos trilhos da ferrovia.”

A outra forma de ocupação se estabeleceu na luta entre os próprios brancos no pós-guerra do Paraguai a partir das famílias gaúchas que, na tentativa de se estabelecerem nestas terras, entravam em conflito com o poder monopolizante da Cia Mate Larang(j)eira.⁸⁰, uma empresa privada que obtinha o domínio econômico da produção de erva-mate na região. “Com apoio do governo estadual, a empresa tentava impedir o povoamento da região e, com isto, gerou a semente divisionista, que nasceu como lema dos proprietários rurais” (BITTAR, 1999, p.95).

Neste sentido, percebe-se que “foi na esteira das pelejas entre coronéis que nasceram os anseios separatistas na porção do estado que hoje constitui Mato Grosso do Sul” (BITTAR, 1999, p.95). No entanto, tais ideais não incluíram os políticos sulistas que estavam sempre divididos em grupos e ligados a um coronel do norte dando às disputas políticas locais um vulto de maior envergadura do que a bandeira do divisionismo em si.

Pode-se dizer que a trajetória separatista teve início em 1892 quando, em meio à crise institucional que ameaçou o cargo do presidente do estado, Manoel Murinho, surgiu, no sul, mais precisamente em Corumbá, a idéia de desmembrar Mato Grosso da federação brasileira. Contra o intento mal pensado logo insurgiu-se João Mascarenhas, um dos chefes políticos mais destacados da Vacaria. O “*Estado Livre de Mato Grosso*” não passou de desatino. (BITTAR, 1999, p.96)

A partir da década de 1920 a liderança política da porção sul, deslocou-se da região de Corumbá para Campo Grande. Em 1932 com o advento da Revolução Constitucionalista, o então prefeito de Campo Grande Vespasiano Barbosa Martins, decidiu apoiar a revolução de São Paulo instituindo por três meses um governo paralelo ao de Cuiabá e em 1934 surge a Liga Sul-mato-grossense criada por universitários residentes no Rio de Janeiro, cujo objetivo era contribuir com o processo de luta rumo à divisão do Estado. “Por isso, a partir de 1934, pode-se dizer que a *causa divisionista* transformou-se em *movimento divisionista*,” (BITTAR, 1999, p.100), ou seja, os anseios antes manifestados esporadicamente pelas oligarquias locais

⁸⁰ Segundo Línive Albuquerque Correa no texto “HISTÓRIA, IMPRENSA E POLÍTICA: A DIVISÃO DO ESTADO DO MATO GROSSO NAS PÁGINAS DA FOLHA DE S. PAULO (2014) “A Companhia ervateira “Matte Larangeira” [no nome ‘Larangeira’ se explica por ser este sobrenome de seu fundador de origem hispânica, ao passo de alguns historiadores e a maioria da população também a conhece pelo nome ‘Laranjeira’], fundada em 1891 por Thomaz Larangeira, com sede inicial em Concepción no Paraguai, exerce até 1930 a maior influência política e econômica do Estado do Mato Grosso, tendo alcançado seu apogeu por volta de 1920. A Matte possibilitou o povoamento de uma extensa região, porém adquiriu tamanha visibilidade a ponto de “constituir um verdadeiro Estado no Estado.” [Joaquim Murinho, 1951. Apud: VALLE, 1996. p.19.] Em 1918, a empresa instalou-se no extremo sul do Mato Grosso na Fazenda Campanário, que se tornou sede da Companhia, posteriormente transferida para Porto Murinho (também região sul), espraiando ainda mais seus domínios sobre o Estado. A área de atuação da companhia era praticamente um “latifúndio correspondendo a área de vários países da Europa” [SILVA, Jovam Vilela da. A Divisão do Estado de Mato Grosso: Uma Visão Histórica - 1892- 1977. – Cuiabá: EdUFMT, 1996. p.20.], porém as terras não lhe pertenciam, eram terras devolutas pertencentes ao Estado e arrendadas à Matte (CORREA, 2014, p.04).

passaram a serem dirigidos por uma entidade representativa que tinha de fato, o objetivo de lutar para a criação da unidade federativa de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande, a essa altura, contava com uma elite política proveniente das famílias pioneiras que ocuparam o sul (era o caso de Vespasiano Barbosa Martins) bem como das levas migratórias nacionais (Eduardo Olímpio Machado, Arlindo de Andrade, Demosthenes Martins) e estrangeiras (Nicolau Fragelli). Esse novo grupo dirigente que substituiu os homens do bacamarte distinguia-se não tanto pela sua origem social, posto que, tal como os primeiros chefes do sul, era, na maioria, originário da classe latifundiária, aliás, a protagonista da divisão de Mato Grosso. (BITTAR, 1999, p.99)

Apesar da derrota no levante paulista de 1932, os separatistas sulinos entenderam as intenções do governo Vargas e organizaram uma manifestação com “20 mil assinaturas” a fim de demonstrar a necessidade da divisão do estado junto à Assembleia Constituinte de 1934, o que foi rapidamente reprimido por Cuiabá, no entanto, as manifestações chegaram a Constituinte que não acolheu a petição sulina.

Na ditadura Varguista do Estado Novo a partir de 1937, foi concebida a campanha “Marcha para o Oeste” que objetivava a interiorização do país, provocando uma abertura com possibilidade real da separação entre o norte e sul de Mato Grosso. No entanto, o olhar varguista entendeu por bem criar o Território Federal de Ponta Porã não abarcando Campo Grande, que para decepção dos divisionistas continuou subordinada ao governo de Cuiabá.

Em 1946 o Território Federal de Ponta Porã foi reincorporado ao Mato Grosso e houve uma tentativa de transferir a capital do Estado de Cuiabá para Campo Grande, porém a proposta foi rejeitada pelo parlamento brasileiro mediante articulações políticas da porção norte do Estado.

A partir da década de 1950 o movimento divisionista ganhou força com a eleição de Vespasiano ao senado pela porção sulina do Estado e, neste sentido, a Escola Superior de Guerra do Estado Maior das Forças Armadas, aderiu aos ideais separatistas e, dentre as autoridades, podemos destacar o General Ernesto Geisel.

Com a Eleição do Campo-grandense Jânio Quadros para presidente da República houve grande expectativa da cristalização da divisão, porém, Jânio Quadros se mostrou contrário a essa ideia tendo defendido que ao final de seu governo a ideia de divisão do Estado seria esquecida.

A partir da década de 60 com o Golpe Militar em 31 de Março de 1964, os defensores do movimento divisionista recuaram, porém, com a ida do General Ernesto Geisel a Cuiabá para redefinição do território Nacional, voltou-se para base o movimento pró-divisão, e desta

vez com maior força, sob o lema “ocupar para não entregar”⁸¹.

Foi assim que, a partir da política de ocupação e redefinição do território nacional, posta pelo governo ditatorial brasileiro é que foi feito um estudo das questões políticas, sociais e culturais que favoreceriam a criação do então, Estado de Mato Grosso do Sul. Campo Grande viria assim, firmar seu status de capital que ganhara em 1932, pois ela reunia os atributos ideais para tal: era centro político do Sul, o centro econômico, o centro geográfico e o centro demográfico do Estado.

Com a chegada de Ernesto Geisel à presidência da república, tornou-se praticamente consolidada a divisão marcando o momento histórico que propiciou as condições para a fundação o *Estado de Mato Grosso do Sul*.

O estado-sonho tornava-se, enfim, estado-realidade: estava criado Mato Grosso do Sul. Mas se o sonho era de todos não se saberá. A ausência de um plebiscito evitou que se apurasse a opinião das duas populações interessadas: a do sul e a do centro-norte. Tendo sido realizada pelo regime militar, só assim a divisão pode prescindir da consulta popular. O povo de nada sabia. Ele mais assistiu do que participou, pois o assunto foi tratado por Geisel como “sigiloso”: o presidente delegara os estudos preparatórios para respaldar o ato a uma “*comissão de alto nível*”, composta por pessoas pertencentes à ARENA-MT, que tratou de fornecer-lhe os dados necessários. (BITTAR, 1999, p.108)

Aos olhares alheios a um aprofundamento histórico e fixados desatentamente no discurso alienante da mídia local, pode parecer que a notícia da criação do Estado foi só motivo de alegria para os sul-mato-grossenses, especialmente os de Campo Grande. No entanto, vale ater-se aos fatos como eles realmente ocorreram, cabendo ressaltar que:

[...] a população, privada da participação, mostrou com seu silêncio um misto de indiferença e aprovação [...] por seu lado o jornal Correio do Estado talvez a única entidade a sustentar ininterruptamente, em toda a sua trajetória de 40 anos, a bandeira pró-divisão, organizou em Campo Grande a ‘passeata monstro’, distribuindo faixas e cartazes personalizados, com os dizeres ‘Obrigado Geisel. Bem-vindo Pedrossian’. O agradecimento demonstrava que, do seu ponto de vista, tinha sido o presidente o autor principal da divisão. As boas vindas a Pedrossian declinava o apoio do jornal ao senador que pleiteava ser nomeado o 1º governador da nova unidade. Embora

⁸¹ Segundo Bittar (1999, p. 104) o ideólogo do regime militar defendia a ocupação estratégica do território nacional de forma a estimular o desenvolvimento capitalista, que, no contexto da Guerra Fria, achava-se ameaçado pelo “comunismo”. As regiões de fronteira com outros países, como era o caso do sul de Mato Grosso, não poderiam ficar “desguarnecidas”, à mercê de “ataques subversivos”, de “guerrilhas” etc, enfatizava ele. É oportuno lembrar que em 1967 o líder revolucionário Che Guevara fora assassinado na Bolívia e que essa região fronteira com o sul de Mato Grosso sofria, segundo Golbery, a influência dos movimentos de guerrilha. Tais “ameaças” poderiam ser evitadas se o território fosse “ocupado”, isto é, ficasse sob controle do Estado e de políticas de estímulo ao desenvolvimento capitalista. A lógica da Guerra Fria, portanto, está presente na concepção geopolítica de Golbery, que alia a necessidade de se ocupar o território à disputa ideológica entre capitalismo e “comunismo”. Para ele, a disputa entre o “ocidente democrático” e o “oriente comunista” não comportava “neutralidade”. Assim, uma das estratégias internas para o Brasil, deveria ser a ocupação, “a tempo”, dos “espaços vazios”, entre os quais se incluía o Centro-Oeste [...] o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), editado em dezembro de 1974, afirmava que a prioridade, “em matéria de divisão territorial é considerar um ou dois pontos importantes da ocupação do subcontinente Amazônia-Centro-Oeste, com atenção especial à situação de Mato Grosso” (BRASIL, 1975, *Apud*, BITTAR, 1999, p.105).

referindo-se a 50 mil, o número real dos presentes à passeata foi muito mais modesto. É o que dá a perceber as fotos publicadas pelo próprio jornal. (BITTAR, 1997, p.238, *apud*, FURLANETO, 2014, p.04)

É neste contexto que surge o Estado de Mato Grosso do Sul, ou seja, criou-se uma Unidade Federativa a partir de um certo anseio da população, contudo, a decisão final foi estritamente política e se estabeleceu dentro de um regime militarista e ditatorial.

Assim, entendendo como MS foi instituído enquanto Unidade Federativa o Brasil é que podemos abordar os primeiros passos do novo Estado, rumo a constituição das políticas pública para Cultura e literatura.

4.2 Primeiros passos rumo à Política Pública para a Cultura e Literatura no/do Estado sul-mato-grossense

Para sistematizarmos a trajetória de desenvolvimento das políticas culturais em MS, o primeiro documento que lançamos mão foi o Diário Oficial de 01 de janeiro de 1979⁸², que estabelece a organização básica para a gestão pública do Estado de MS, ocasião em que a sua autonomia foi efetivada.

Neste D.O o Governador Harry Amorin Costa aprovou os Estatutos da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS)⁸³, instituindo que esta deveria “[...] promover, orientar, coordenar, executar e **controlar** as atividades direta ou indiretamente ligadas aos assuntos de cultura” (D.O. 01/01/1979, p. 128, Seção II, Art. 2º, grifos nossos).

O termo, “e controlar”, de imediato já nos coloca diante de uma constatação, a de que, aquele que é hoje o órgão gestor da cultura no Estado, nasceu no contexto da relação Cultura/Estado/Autoritarismo, reafirmando em âmbito estadual a “[a problemática tradição, com a conexão entre autoritarismo e políticas culturais” (RUBIM, 2007, p.13), vivida pelo país no contexto da ditadura militar.

Ainda ficou prevista a transferência de recursos do tesouro estadual para suas atividades, sem fixar, no entanto, qual seria o percentual ou outra diretriz que pudesse garantir recursos orçamentários para o órgão. Ou seja, notamos aí, a ausência de contornos mais claros que

⁸² Cabe lembrar que o Estado de Mato Grosso do Sul foi criado em 1977, mas, somente a partir de 1979 foi de fato efetivado como Unidade Federativa do Brasil.

⁸³ Por meio do Decreto nº 17 – de 1º de janeiro de 1979, com previsão de ser uma entidade do sistema Executivo para o desenvolvimento de recursos humanos.

pudessem oferecer a garantia, de fato, de investimentos para o setor cultural sul-mato-grossense em seu momento nascituro⁸⁴.

Em 20 de junho de 1985, institui-se o primeiro Sistema Estadual de desenvolvimento para a Cultura e do Desporto⁸⁵ com o objetivo de: “planejar, promover, incentivar, coordenar, apoiar e executar atividades voltadas tanto à difusão artístico-cultural, como a preservação do patrimônio histórico do estado” (D.O. 21.06.85, p. 03).

Foi da gestão do governador Marcelo Miranda (1987-1991) a criação do primeiro Sistema de Cultura do Estado, tendo sido instituído em junho de 1987⁸⁶ visando a “a promoção, o incentivo, o apoio e a execução de atividades voltadas à difusão artístico-cultural de Mato Grosso do Sul, bem como a preservação do acervo histórico-cultural do Estado” (D.O. N. 279.03.06.87).

O referido sistema era integrado pela Secretaria de Estado de Cultura a quem cabia planejar, coordenar e fiscalizar executiva e tecnicamente as ações para o setor cultural, além de prestar apoio técnico à outra integrante, a FCMS que tinha a função de executar as ações resultantes das políticas culturais planejadas pela Secretaria.

Além destes dois órgãos, integrava ainda o Conselho Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul cuja normatização deveria ser criada a posteriori o que veio se efetivar somente com a Lei 1.123 de 18 de dezembro de 1990 e posteriores alterações⁸⁷ que o denominou como, Conselho Estadual de Políticas Culturais de Mato Grosso do Sul (CEPC/MS).

Assim, percebemos que o Estado de Mato Grosso do Sul, permaneceu até o início da segunda metade da década de 1990 com uma atuação por meio de legislações, ainda que possam serem consideradas objetivas do ponto de vista de reconhecer necessidade e o dever de o Estado investir no setor cultural, não possuíam contorno mais claros sobre : (1) os recursos orçamentários específicos destinados as execuções das ações que resultariam em programas, projetos e ações decorrentes destas legislações; (2) os objetivos não vinham acompanhados de diretrizes, metas, estratégias de ação, programas, projetos e ações a serem implementadas.

Além disso, como era a realidade da maioria dos estados brasileiros na época, aos artistas e produtores culturais não eram assegurados na forma da lei, formas de acesso aos

⁸⁴ Os demais passos e a tradução da FCMS em ações culturais estão detalhadas no subtítulo 4.4.

⁸⁵ C.f. D.O. N. 15/1596.

⁸⁶ Lei nº 715 de 02 de Junho de 1987.

⁸⁷ Lei nº 2.366, de 20 de Dezembro, de 2001, Lei nº 2.645, de 11 de Julho, de 2003, Lei nº 5.060, de Setembro, de 2017 e Lei nº 5.389, de 6 de Setembro, de 2019.

recursos financeiros destinados ao setor cultural, de modo que o Estado era quem decidia quais projetos da iniciativa privada seriam apoiados ou não.

Ou seja, o Estado reconhecia a necessidade de sistematizar políticas públicas, no entanto, os investimentos e financiamentos não aconteciam além dos projetos executados pelo próprio Estado ou aqueles por ele eleito na forma de uma não lei específica para tal. Em outras palavras, não havia ainda uma política de Estado para o setor, as legislações eram vagas de objetividades permitindo que o executivo atuasse com políticas de governo e não de Estado.

4.3 Política Cultural de Estado em Mato Grosso do Sul a partir dos documentos oficiais: o Incentivo Fiscal e o Fundo de Investimento Culturais (FIC/MS)

Uma política pública de cultura de caráter, mais ou menos objetivo, em Mato Grosso do Sul, se estabeleceu a partir do final da década de 1990. No final da segunda gestão do governador Wilson Barbosa Martins (1995-1998) e início da era José Orcírio Miranda dos Santos, o “Zeca do PT” (1999-2006), foi instituído o mecanismo do Incentivo Fiscal⁸⁸, semelhante a lei nacional de incentivo fiscal (Lei Rouanet).

Esse mecanismo de apoio, confuso do ponto de vista de sua instituição por ter sido motivo de duas modificações antes de ser devidamente regulamentado quase dois anos após o início do processo legal que o instituiu, foi pensado para duas modalidades de apoio:

“[...] **I - Patrocínio:** a transferência de recursos para a realização de projetos culturais, com finalidades promocionais, publicitárias ou institucionais, sem retorno financeiro.
II – Investimento: a transferência de recursos para a realização de projetos culturais, que tenham como objetivo também o retorno financeiro. (LEI Nº 1.872, 17/07/1998, Art. 2º, grifos nossos).

Os patrocínios ou investimentos foram pensados para contemplar as áreas de: Música, Artes Plásticas, Teatro, Cinema, Vídeo, Dança, Circo, Fotografia, **Literatura**, Artesanato, Pesquisa, Documentação, Preservação, Conservação e Restauração do Patrimônio Histórico, Artístico, Cultural, Arquitetônico, Arqueológico, Paisagístico e Ambiental de Mato Grosso do Sul, dentre outras atividades culturais.

Os recursos patrocinados/investidos, seriam deduzidos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) devidos pelas as empresas, que poderiam deduzir 100% na modalidade de patrocínio e em 70% na modalidade investimento, dos valores efetivamente transferidos a

⁸⁸ Lei nº 1.872, de 17 de julho, de 1998, modificada pela Lei nº 1.966, de 28 de Junho, de 1999 e, que ainda oi mais uma vez modificada pela Lei nº 2.060, de 23 de Dezembro, de 1999, sendo finalmente, regulamentada (s) somente, no ano de 2000 por meio do Decreto nº 9.964, de 28 de Junho, de 2000.

projetos culturais que possuíssem o Certificado Estadual de Incentivo Fiscal (CEIF)⁸⁹. Cabe ainda registrar que tanto o patrocínio como o investimento, poderiam ser recursos transferidos “por meio de numerário, cheque ou o equivalente em bens e ou serviços” desde que tributados pelo ICMS e emitidos os documentos fiscais que comprovassem a entrega ao produtor cultural.

Resultados objetivos deste mecanismo de atuação do Estado para a cultura sul-mato-grossense, não foram encontrados por nós – averiguamos junto a FCMS e empreendemos uma busca na internet, sem sucesso-, talvez, pelo fato de que o mesmo durou somente até o ano de 2001. Desse modo, percebemos que se tratou apenas de uma tentativa do Estado em instituir na forma da lei, uma política cultural de resultados sem grandes feitos.

A partir de 2001 – ano que antecede o início do espaço de tempo do nosso objeto (2002-2017) - foi criado no final da primeira gestão do governo Zeca do PT, o Fundo de Investimento Culturais de Mato Grosso do Sul (FIC/MS)⁹⁰ em que os recursos financeiros são previstos no orçamento do Estado e investidos diretamente nos projetos culturais, devidamente selecionados em Edital de Seleção Pública. Nesta direção, o FIC/MS foi instituído com a seguintes finalidades:

[...] Apoiar criação, produção, valorização e difusão das manifestações culturais, com base no pluralismo e na diversidade de expressão; promover o livre acesso da população aos bens, espaços, atividades e serviços culturais; estimular o desenvolvimento cultural do estado em todas as suas regiões, de maneira equilibrada, considerando o planejamento e a qualidade das ações culturais; apoiar ações de preservação e recuperação do patrimônio cultural material e imaterial do estado; incentivar a pesquisa e a divulgação do conhecimento, em especial sobre a organização da cultura e a renovação das linguagens artísticas; incentivar o aperfeiçoamento de artistas e técnicos das diversas áreas de expressão da cultura; promover o intercâmbio e a circulação de bens e atividades culturais com outros estados e países, destacando a produção sul-mato-grossense, e valorizar os modos de fazer, criar e viver dos diferentes grupos formadores da sociedade. (SESI, 2007. p. 53).

Trata-se de um fundo estadual cujos recursos se destinam a apoiar , por meio de Edital de Seleção Pública, projetos culturais da iniciativa pública e privada, sendo que podem participar produtores culturais e artistas individuais, organizações culturais sem fins lucrativos e órgãos públicas dos municípios de Mato Grosso do Sul.

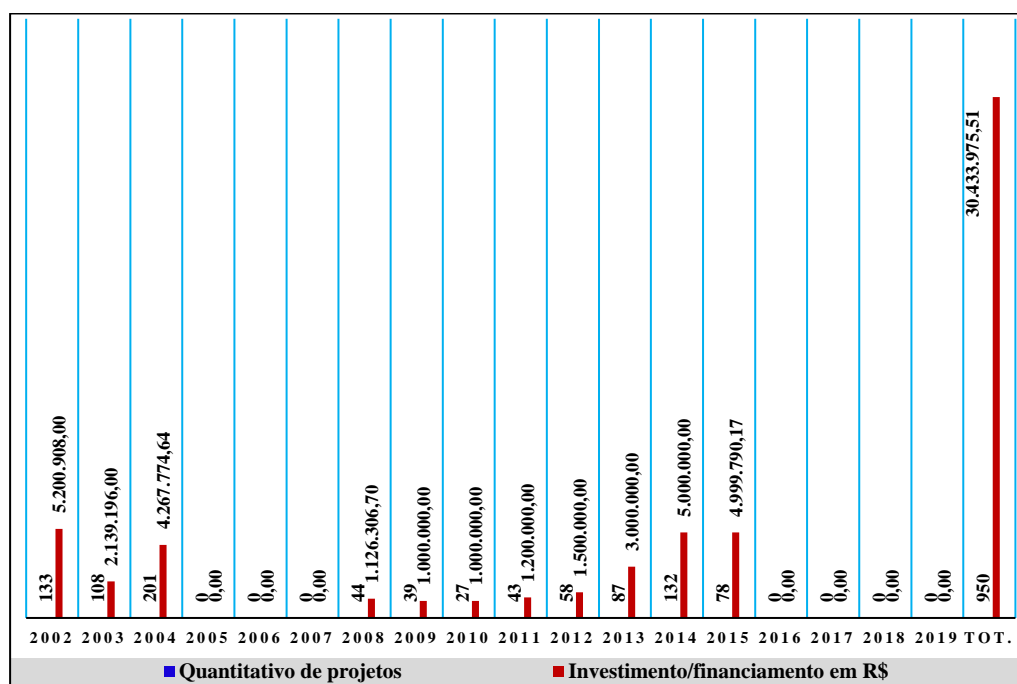
A partir desta constatação, fizemos um levantamento de todos os dados disponíveis no Diário Oficial de MS sobre os editais de seleções públicas lançados e sobre os projetos

⁸⁹ Para possuir o CEIF os projetos deveriam ser previamente apresentados junto ao Estado e ser devidamente aprovado pelo então, Conselho Estadual de Cultura.

⁹⁰ Criado pela Lei no 2.366, de 4 de dezembro de 2001, redefinido pela Lei no 2.645, de 11 de julho de 2003 e incorporado a Lei nº 5.060, de Setembro, de 2017.

aprovados entre a partir de 2002. O gráfico⁹¹ abaixo sintetiza melhor estes dados :

Gráfico 12 – FIC/MS – quantitativo de projetos aprovados e investimento 2002 a 2019



Fonte: Diário Oficial de Mato Grosso do Sul. Organizado pelo autor.

Em síntese, constatamos variações que o FIC/MS, em todo o período, não ultrapassou a casa de de 31 milhões de reais em investimentos, de modo que não houve aumento nos valores investidos ao longo dos anos. Isso se verifica pelo fato de que o primeiro Edital (2002) foi o maior em questão de valores disponibilizados, sendo que os demais variaram entre 2003 a 2013, não alcançando em 2014 e 2015 o mesmo patamar de 2002.

Outro dado ainda mais grave, foi a constatação da ausência do lançamento de Editais nos anos de 2005, 2006, 2007, 2016, 2017 e 2018, que compreendeu os dois últimos anos da segunda gestão do governador Zeca do PT, as duas gestões do governador André Puccnelli (2007-2014) e a primeira e início da segunda gestão do governador Reinaldo Azambuja (2015- até o momento).

Na tentativa de sistematizar o investimento por setor cultural para dele extrairmos o montante investido no setor literário, nos deparamos com uma dificuldade, pois, nem todas as publicações dos resultados de seleção de projetos culturais no DO-MS indicam a qual área artística ou cultural pertenceu cada selecionado respectivamente.

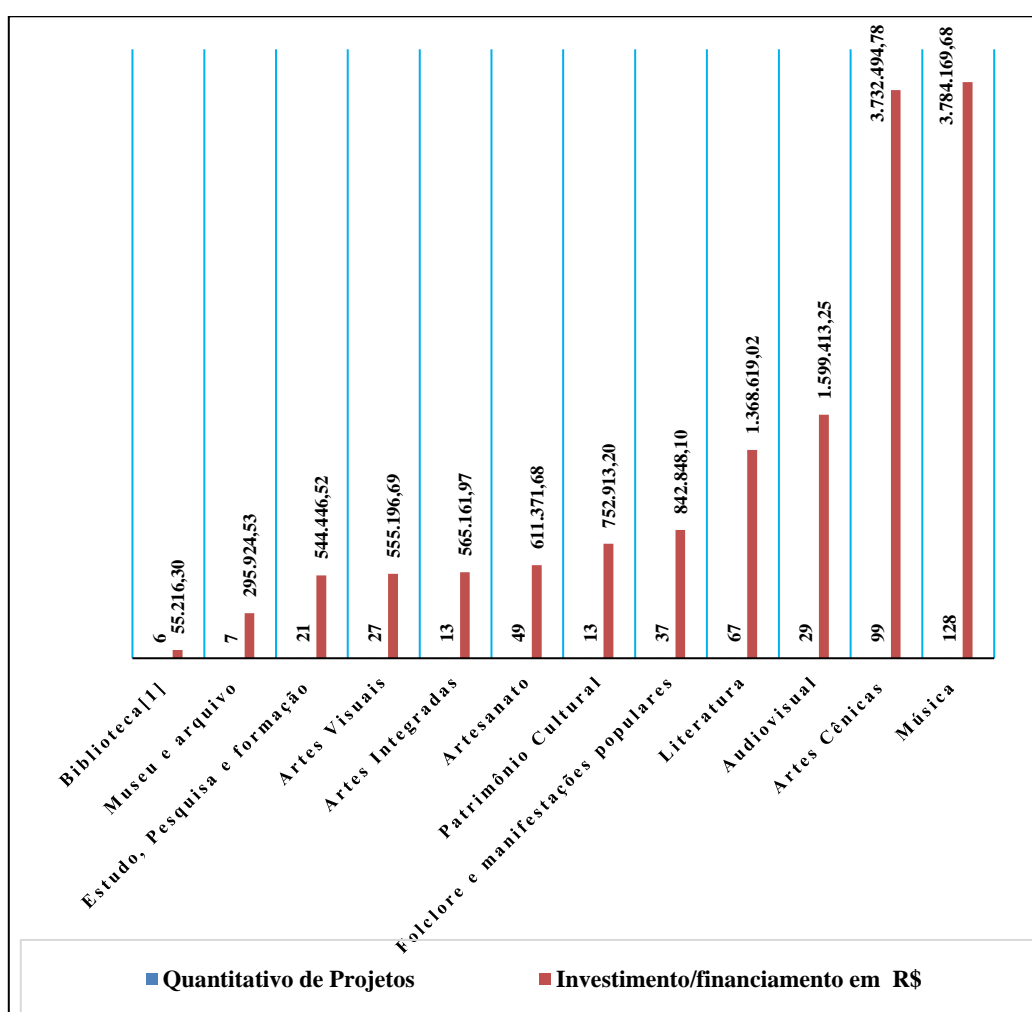
Eis aqui, uma falta de clareza ao disponibilizar as informações, tal postura, dificulta o

⁹¹ Segue no anexo I deste relatório o detalhamento do quadro de investimentos/financiamentos do FIC/MS (2002 a 2016).

cacompanhamento por parte da sociedade dos atos praticados pelo Estado em relação ao FIC/MS. Isto no faz lembrar o que foi citado no início deste trabalho a partir de Saraiva (2006), quando ele afirma que o executivo em geral tem preferência problemáticas na execução das políticas públicas o que dificulta a racionalização do processo.

No entanto, organizamos os investimentos separados segmento cultural com as informações dos editais de 2003, 2004, 2011, 2014 (Edital 1)⁹² e 2015 que apresentaram quando da publicação dos resultados, a indicação a qual setor cultural pertenciam os projetos. Isso nos levou a obter os seguintes gráfico:

Gráfico 13 – FIC/MS: Investimentos por setor cultural - 2003, 2014 (Edital 1), 2011e 2015)



Fonte: Diário Oficial de Mato Grosso do Sul. Organizado pelo autor.

Diante disto, pudemos identificar que nos anos de 2003, 2004, 2011, 2014 (Edital 01) e 2015/16, foram privilegiadas com maior investimento/financiamento a áreas de música com 128 projetos e 25,72% do montante disponibilizado, em seguida a área de Artes Cênicas (teatro,

⁹² Nos exercícios 2013 e 2014 o FIC/MS lançou o Edital em 2 etapas respectivamente.

dança e circo) com 25,37% e 99 projetos.

O segmento da literatura, o quarto maior segmento (num universo de doze setores) no que diz respeito ao valor investido alcançando 9,30% do montante e terceiro na quantidade de projetos com 67 iniciativas a privadas. Já o segmento de bibliotecas, alcançaram apenas 0,37% do montante investido respectivamente e 6 projetos aprovados.

Entre 2016 e 2019, observamos que a atuação do Estado ancorou-se na prática de investimentos com base na contratação de serviços artísticos via dispensa de licitação pública o que torna a atuação do Estado, contraditória à sua legislação e privilegia um pequeno e seletivo grupo de artistas. Tal situação, formou praticamente a partir de determinados segmentos culturais, um clubinho de privilegiados. Neste contexto a literatura foi quase que totalmente excluída.

No final de 2019 foi lançado, após, três anos de ausências um novo Edital⁹³ cujo valor total alcança a ordem de 6 milhões de reais, sendo este, o maior da história do FIC/MS. Desdobramentos deste edital, compõem um novo passo neste caminho oscilante do FIC/MS.

Assim, apesar de o FIC/MS ser fruto de uma política de Estado, não há o devido compromisso do Estado, em mantê-lo funcionando, o que nos leva a concluir que: (1) não há uma preocupação do Estado em manter e aumentar os valores investidos, apesar de a produção cultural estadual estar em constante crescimento; (2) o Estado atua com negligência ao não praticar a política dos Editais do FIC/MS em 7 dos 19 anos aqui analisados.

Esta forma de atuação do Estado ante a recente legislação aprovada, nos leva a perceber o quão contraditoriamente as políticas culturais se estabelecem em Mato Grosso do Sul. Possuímos uma legislação totalmente favorável a execução de políticas culturais de forma sistematizada, mas, a prática estatal se dá como se elas inexistissem.

4.4 A Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS): interface Educação e Cultura via ações de iniciativa do Estado

Apesar de ter o seu estatuto fixado em 1979, conforme já mencionamos, a FCMS, foi objeto de um novo marco legal, desta vez, teve uma autorização de criação⁹⁴ no governo de Wilson Barbosa Martins (1983-1986). Essa autorização previa que a FCMS seria “[...] dotada de personalidade jurídica e direito privado, com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira [...] tendo por finalidade planejar, promover, incentivar e executar atividades

⁹³ Edital nº 001/2019 – FIC/MS.

⁹⁴ Lei nº 422, de 06 de dezembro, de 1983.

voltadas tanto à difusão artística como ao patrimônio objetivando o desenvolvimento cultural do Estado”.

Constituiu-se ainda pela referida lei, no parágrafo único, que o patrimônio da FCMS seriam “os bens e direitos’ que lhe fossem doados pelo Estado e a cifra de trinta milhões de Cruzeiros para a atender a sua implantação.

Prevía ainda essa lei, que a efetiva criação da FCMS se daria por meio de decreto (a *posteriori*) que aprovasse o seu estatuto, revogando as disposições em contrário, o que significa dizer que o estatuto de 1979 deixou de vigorar, ficando a cargo dos próximos governo a responsabilidade em fazê-lo e consequentemente efetivar, enfim, o órgão gestor específico para o setor cultural de Mato Grosso do Sul.

Assim, dois documentos oficiais⁹⁵ dispuseram sobre a aprovação de seu estatuto, sendo que o último, já na era do governador André Pucinelli (2007 a 2014) atribui à FCMS as seguintes competências:

I - implementar e difundir a política cultural formulada pelos governos estadual e federal; II - propor e executar programas, projetos e atividades para o desenvolvimento cultural do Estado de Mato Grosso do Sul; III - organizar e administrar as instituições próprias, para a execução da política de desenvolvimento cultural; IV - estimular a criação e o funcionamento de outras instituições, no interesse da execução da política de desenvolvimento cultural do Estado; V - executar pesquisas para a preservação do patrimônio histórico-cultural do Estado, envolvendo os aspectos etnográficos, arqueológicos, folclóricos e artísticos, em todas as suas manifestações; VI - fomentar a produção e distribuição de produtos artesanais; VII - planejar, promover e executar atividades destinadas ao desenvolvimento do artesanato de Mato Grosso do Sul, através de estudos, pesquisas e do fomento de sua produção e comercialização; VIII - promover o aperfeiçoamento dos recursos humanos da FCMS; IX - celebrar convênios e contratos de cooperação técnico-financeira ou de assistência a órgãos públicos ou particulares relativos às atividades da FCMS; X - implementar e difundir a política cultural formulada pelos governos estadual e federal; XI - desenvolver outras atividades relacionadas à política de desenvolvimento cultural; XII - articular-se com os órgãos federais ligados às diversas áreas da cultura. (DECRETO n. 12.905, DE 23 DE DEZEMBRO, DE 2009. Art. 3º)

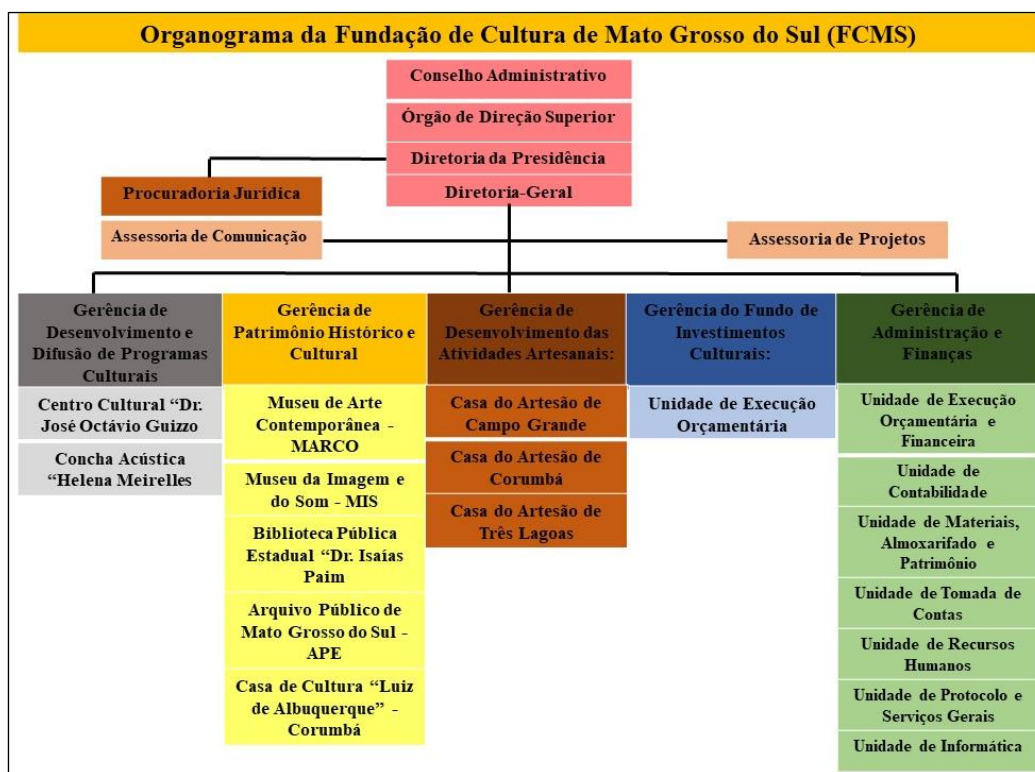
No intuito de oferecermos uma melhor compreensão da atuação da FCMS – sediada no Memorial da Cultura Apolônio de Carvalho⁹⁶ - enquanto órgão específico responsável pelas

⁹⁵ Decreto n. 9.386, de 19 de fevereiro de 1999 e Decreto nº 12.905, de 23 de dezembro, de 2009. Enquanto personalidade jurídica do ponto de vista constitutivo junto à Receita Federal, a FCMS está inscrita sob CNPJ Nº 15.579.196/0001-98, com data de abertura em 23 de março de 1984. Isso pode sugerir que houve a aprovação de outro estatuto antes de 1999, no entanto, não identificamos no DO-MS, nenhum outro decreto (1999 e 2009) que o mencionasse.

⁹⁶ O Memorial da Cultura Apolônio Carvalho localiza-se na avenida Fernando Correa da Costa, n. 559, Centro, Campo Grande/MS, CEP: 79.002-820. Inaugurado em 1973 como Edifício das Repartições Públicas estaduais (ERPE), órgão da gestão do então MT uno. Com a criação de MS, foi sede do governo por 4 anos. De 1983 a 2002 sediou o Fórum da Comarca de Campo Grande. Após revitalização e restauração, o prédio é reinaugurado em Outubro de 2006. O Memorial recebe o nome de Apolônio de Carvalho que segundo o site <<https://educacao.uol.com.br/biografias/apolonio-de-carvalho.htm>>, foi um cidadão sul-mato-grossense nascido em Corumbá no ano de 1912. Muito cedo o menino que sonhava em ser médico, foi para o Rio de Janeiro, ingressou na carreira militar tendo servido o exercido em Bagé no Rio Grande do Sul e ingressou na “Aliança Nacional Libertadora (ANL), que reunia democratas, socialistas e comunistas

políticas culturais de MS, averiguamos sua composição do ponto de vista estrutural. Nesse sentido, elaboramos a partir de seu estatuto e informações constantes em seu site, o seguinte organograma:

Figura 6: estrutura da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS)



Fonte: organizado pelo autor a partir de documentos oficiais: DO-MS e site da FCMS.

Em relação a essa estrutura organizacional, cabe registrar que a fizemos a partir do que está posto nos documentos oficiais do Estado, de modo que, a cada gestão essa configuração se modifica, no entanto, a sua espinha dorsal se mantém como organizamos acima.

Neste sentido, as gerências que de fato atuam junto à sociedade por meio de suas unidades em sentido finalístico de ação cultural própria do Estado, são: Gerências de Desenvolvimento das atividades artesanais, Gerência de Desenvolvimento e Difusão de Programas Culturais e Gerência de Patrimônio Histórico e Cultural.

Assim, procuramos conhecer quais as ações culturais que cada uma delas desenvolveram (ou ainda desenvolvem) em relação a atividades que tenham em suas propostas,

contra os avanços da extrema-direita. Em junho de 1935 a ANL foi declarada ilegal, Apolônio foi preso pela primeira vez e perdeu a patente de tenente. Durante a prisão, foi transferido para a Casa de Correção, no Rio de Janeiro. Ali conheceu Olga Benário, Luiz Carlos Prestes e o escritor Graciliano Ramos, que descreveu o drama daquelas centenas de presos políticos em "Memórias do Cárcere [...] Por suas ideias de esquerda, Apolônio de Carvalho passou parte de sua vida no exílio e foi transformado em personagem por Jorge Amado, é o Apolinário, da obra "Subterrâneos da liberdade". O escritor baiano chamava o ativista de "herói de três pátrias". O motivo? Apolônio participou da revolta (Intentona) comunista de 1935, da Guerra Civil espanhola, da Resistência Francesa contra os nazistas e da guerrilha contra o regime militar brasileiro (1964-1985).

a interface com a educação formal “não-formal e ou informal”, por serem estas, também intento desse trabalho. A título de esclarecimentos, antes de apresentá-las, entendemos que se faz necessário uma breve exposição sobre a distinção entre essas três modalidades de educação.

Segundo Clara Cecchini do Prado, no material didático preparado para a disciplina *Arte, Cultura e Educação: múltiplas possibilidades de Articulação* (2013), do Curso de Formação de Gestores Públicos e Agentes Culturais⁹⁷ do interior do estado do Rio de Janeiro,

A Educação é decorrência da Cultura; é o meio de acesso aos saberes reconhecidos por uma sociedade – apropriação da Cultura – mas também é o espaço de reflexão, elaboração e criação a partir desses saberes. Compreender a Educação – formal [informal] ou não formal – sob essa perspectiva abre todo um novo campo de ação para as políticas e projetos culturais [...]” (PRADO, 2013, p.06).

Para a autora, “**educação informal** é aquela que acontece no cotidiano, por meio da realização das tarefas necessárias e do relacionamento com as pessoas – um exemplo da educação informal é a educação familiar” (PRADO, 2013, p. 11, grifos da autora). Materializada principalmente, na forma da transmissão de saberes da rica cultura popular brasileira – tecida no tensivo e complexo plano cultural brasileiro a partir do amálgama das culturas Africanas, Afro-brasileiras, Indígenas, demais grupos culturais minoritários e eurocêntricas, sendo que a última intenta desde o início suprimir as primeiras, sem, contudo, encontrar (re)existências - que se estabelece, em termo mais sucinto, pela oralidade, ou seja, a palavra não grafada no papel, mas, que reside no consciente e no inconsciente do sujeito que as transmite e que as recebe de forma, falada, cantada, dançada e, principalmente, sentida e vivida cotidianamente.

A educação formal, por sua vez, é aquela que se estabelece no âmbito da educação escolar, obedecendo o conjunto de legislações específicas, dentre elas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional⁹⁸, seu principal marco legal. A educação escolar, segue os caminhos traçados pelo Ministério da Educação (MEC), secretarias de Estado e municipais de

⁹⁷ Curso oferecido pelo governo do Estado do Rio de Janeiro entre 2013 e 2015 em parceria com o MINC, a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) e a Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CECIERJ). Conforme o site da FAETEC - <<http://www.faetec.rj.gov.br/index.php/institucional/assessoria-de-comunicacao/noticias/89-faetec-oferece-curso-de-formacao-de-gestores-publicos-e-agentes-culturais-para-o-padec-2015>> - curso foi realizado “[...] por meio da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti), e de Cultura (SEC)” no âmbito do “Programa de Apoio ao Desenvolvimento Cultural dos Municípios (PADEC) 2015. O programa tem como objetivo apoiar projetos culturais em todos os municípios do Estado, exceto na capital, atendendo parte das estratégias estabelecidas no Plano Estadual de Cultura, que integra o Sistema Estadual de Cultura do Rio”.

⁹⁸ LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 e suas “alterações”. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Educação, envolvendo, sob a responsabilidade em maior grau do Estado e da família, a luz da Constituição Federal.

Já educação não-formal pode ser:

[...] toda aquela que é mediada pela relação ensino/aprendizagem; tem forma, mas não tem uma legislação nacional que regule e incida sobre ela. Ou seja, uma série de programas, propostas, projetos que realizam ações e interferências, que são perpassados pela relação educacional, mas que se organizam e se estruturam com inúmeras diferenças – em suma, um leque bastante amplo de possibilidades (SIMSON; PARK; FERNANDES *apud* PRADO, 2013, p.11-12).

Prado ainda afirma que a educação não-formal possui a característica de estar sempre ligada a comunidade na qual os projetos e ações educacionais se inserem, estabelecendo uma efetiva intersecção com o campo cultural, neste sentido:

Desde a década de 1990, a educação não-formal vem sendo reconhecida em sua importância para o processo de ensino e aprendizagem, assim como cada vez mais respeitada em sua elaboração metodológica. Não como o objetivo de substituir a **educação formal** – para o que haveria inclusive, impedimentos legais – mas para complementá-la com experiências e sentidos ligados à vivências sociais e à construção de laços de afetividade (PRADO, 2013, p.12, grifo nosso).

Neste contexto, convém ressaltar que as ações culturais desenvolvidas pela FCMS, ocorreram ou ainda ocorrem no âmbito do processo educativo formal em interface com o processo não formal, sem a exclusão do processo informal, no entanto, o último - que para o orientando deste trabalho é muito caro-, quase nunca é contemplado como de fato merece.

Assim, nos dirigimos ao Arquivo Público Estadual (APE)⁹⁹ afim de coletarmos dados que pudessem subsidiar nosso trabalho e, constatamos inicialmente que os registros destas ações (atuação do Estado em políticas de interface entre a Educação e a Cultura) são em certa medida escassos, não tendo sido encontrado documentos que pudessem subsidiar uma sistematização global das ações decorridas entre 2002 e 2017.

No entanto, nos valem dos Relatórios de Atividades Culturais (2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014), da FCMS, cujas informações foram arroladas, e organizadas, por gerência e suas unidades vinculadas.

⁹⁹ Conforme Relatório FCMS de 2007, “O arquivo público Estadual foi criado por meio do art. 45º da Constituição Estadual de 1989 e passou a ser gerenciado pela Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul conforme decreto nº 12.397 de 23 de Agosto de 2007. Dentre as competências do Arquivo estão a conservação, preservação, pesquisa e a difusão do patrimônio documental do Estado, seja ele de cunho administrativo, histórico, cultural, além de promover o desenvolvimento de gestão de documentos nos órgãos de administração pública do poder executivo estadual e a assessoria aos arquivos públicos municipais. O arquivo Público Estadual (APE) Possui sob sua guarda dois tipos de acervos: um referente à administração pública, com aproximadamente 200 mil documentos, e o acervo histórico com mais de 8 mil documentos, entre fotos, recortes de jornais, e microfimes. Dentre eles destacam-se o acervo da Cia Mate Laranjeira, fundada em 1983, Colônia Agrícola de Dourados, além de microfimes da Capitania de Mato Grosso – 1720/1827.” (FCMS, 2007, p. 62).

A primeira Gerência que se destaca nos relatórios com efetiva realização de ações que trazem em seu bojo a interface da qual estamos falando, é aquela que trata do Desenvolvimento e Difusão Cultural de Mato Grosso do Sul.

Palco central da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul a Gerência de Desenvolvimento e Difusão de Programas Culturais e suas unidades: Centro Cultural José Otávio Guizzo e Concha Acústica Helena Meirelles, viabilizam e difundem a arte produzida no Estado e suas mais diversas vertentes [...] além de articular-se com outros órgãos e entidades públicas e privadas visando a coordenação e execução da política de desenvolvimento e difusão cultural. (FCMS, 2014, p.43)

Neste, podemos elencar os seguintes projetos/ações: Circuito Dança no/do¹⁰⁰ Mato, Conexão Rua em Dança, Semana pra Dança, Efeito Hip Hop, Circuito Sul-mato-grossense de Teatro, Semana do Teatro de Mato Grosso do Sul Festival Boca de Cena, Festival Universitário de Audiovisual (FUA), Programa Educativo do Centro Cultural José Octávio Guizzo, Programa Interação Capacitação em Artes e Cultura, Festival de Inverno de Bonito (MS) e Festival América do Sul.

A ação Dança no Mato consiste na circulação de espetáculos e de informações pelo interior do Estado com a finalidade de aproximar a dança do público. Os espetáculos e oficinas de grupos locais¹⁰¹ formaram uma caravana de apresentações de grupos e companhias renomados do Estado que, além das apresentações ofereceram aos municípios uma proposta de interação com o público em formato de oficinas de dança e palestra interativa. No período de 2007 a 2014, o Circuito Dança no Mato realizou 215 apresentações em 32 municípios, com uma plateia de 35 (trinta e cinco mil) pessoas.

A ação Conexão Rua em Dança, foi realizada no período de 2007 a 2010. Segundo FCMS, teve como objetivo levar informação e capacitação de dança de rua do interior do estado, por meio de oficinas de técnicas, workshops sistematizados, palestras, bate-papo, exibição de vídeos e assessoria para coreógrafos. A ação percorreu 15 (quinze) municípios do interior do Estado com o atendimento a 1000 (hum mil) pessoas entre artistas e público em geral.

Em comemoração ao dia internacional da dança (29 de abril) foi realizado de 2007 a 2008 um evento onde diversos grupos apresentavam espetáculos de dança para celebrar a data. A partir de 2009, foi agregada ao evento uma programação maior sendo denominada Semana

¹⁰⁰ O Circuito foi realizado em 2007 sob o a nomenclatura “Circuito Dança do Mato” e a partir de 2008 passou ser nominado como Circuito Dança “no” Mato.

¹⁰¹ Os grupos participantes do circuito são previamente selecionados em Edital de Seleção Pública que geralmente é avaliado por profissionais da área dentre eles cabe registrar que os Docentes de Dança do Curso de Artes Cênicas e Dança da UEMS atuam como avaliadores o que se traduz em uma das facetas da interface que estamos discutindo.

pra Dança. As atividades foram constituídas por palestras, mesas de discussões, exposições de videodança, oficinas, workshops e apresentações.

Dentre as várias atividades descritas nos relatórios da FCMS (2014), destacamos algumas que ilustram bem a interface com a educação formal em suas propostas: Conversa sobre Dança e Política Cultural em 2007 e 2008, mesa redonda com o tema Espaço de pesquisa: espaço de arte: um fluxo de ideias em 2010, Palestra sobre Danças Brasileiras em 2011, mesa de discussão, O Ensino da dança em MS em 2012, Mostra de dança, em parceria com o Museu da Imagem e do Som de MS e com o Curso de Artes Cênicas e Dança da UEMS que proporcionou o diálogo entre formação e o ensino da dança em 2013 e a palestra, *Outras possibilidades na criação e produção artística: as REDES em CENA* que ocorreu na edição 2014. O semana pra Dança alcançou cerca de 6.250 pessoas entre 2007 até 2014 e continua sendo realizado até o corrente ano, sempre aliando apresentações e ações de formação.

Também na área da Dança a ação Efeito Hip Hop se propôs a oferecer de 2011 a 2014 oficinas de dança de rua, destinada a bailarinos iniciantes e grupos amadores de dança de rua, existentes no interior do Estado” (FCMS, 2014, p.55). Foram 15 (quinze) municípios atendidos, tendo sido alcançados 2.700 (dois mil e setecentos) alunos que no pós oficinas participaram anualmente em Campo Grande na Concha Acústica Helena Meireles¹⁰² da Mostra Efeito Hip Hop evento artístico que teve um público de 8 mil pessoas no período.

Outras duas ações artísticas e culturais que podemos considerar como sendo realizadas em interface com a educação são o Circuito Sul-mato-grossense de Teatro e a Semana do Teatro de Mato Grosso do Sul Festival Boca de Cena, pois, em ambas há a participação de um público de docentes e discentes de estabelecimento públicos e privados de educação, além de arte-educadores de diversos grupos culturais, inclusive de coletivos do setor literário.

O primeiro deles, alcançou 7 edições no período de 2008 a 2014, e passou por 59 diferentes cidades, num total de 235 apresentações, todas elas gratuitas e somente em cidades do interior, com um público de 80 mil espectadores. O segundo que foi criado em 2008, somaram 78 (setenta e oito) apresentações em diversos espaços da cidade de Campo Grande para um público de 10 mil espectadores.

O setor audiovisual por meio do FUÁ que teve como objetivo promover a produção audiovisual dos acadêmicos das universidades do país e difundi-la, revelando novos talentos

¹⁰² Localizada no Parque das Nações Indígenas, em Campo Grande, a Concha Acústica Helena Meirelles [...] recebe variados eventos como shows musicais, espetáculos de dança e teatro, aulas abertas, palestras e cursos. Seu nome homenageia uma das personalidades da música sul-mato-grossense, a violeira Helena Meirelles. (FCMS, 2014, p.107). Possui uma arquibancada para 1.050 pessoas e um teatro de Arena com capacidade para 450 lugares. (FCMS, 2011, p.64)

com perspectiva de integrar o circuito universitário do cinema nacional. Nas edições de 2007 a 2014 foram inscritas 830 obras, das quais 264 foram contempladas com premiação em dinheiro, contando com um público de 8 mil e 600 espectadores.

A Unidade Centro Cultural José Otávio Guizzo (CCJOG)¹⁰³, desenvolveu ao no período (2007 a 2014) o Programa Educativo cuja implantação:

[...] aconteceu em 2007, com a responsabilidade de reconstruir um polo de atividades de formação cultural [...] através de cursos e oficinas; [...] Desde a sua criação, mais de 2200 pessoas vivenciaram as possibilidades de capacitação em artes e cultura [...]. Outro importante avanço do Programa foi a formação de uma comissão de professores de Música, Letras e Artes Visuais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para a seleção das oficinas e cursos, inscritos de acordo com os temas da Portaria nº 39 de 10 de Janeiro de 2013. (FCMS, 2014, p.81).

Pelo programa foram oferecidas oficinas/cursos de teatro para crianças, iniciação teatral adulto, criação e montagem teatral, dança de salão, capoeira, violão, piano, pintura em tela e desenho. Além destas oficinas/cursos específicos foram mais de 880 iniciativas culturais – entre exposições, peças de teatro, seminários, palestras, exibição de filmes e outras atividades que mobilizaram mais de 116 mil pessoas.

Por último cabe ainda registrar o Programa Interação Capacitação em Artes e Cultura que foi realizado no ano de 2010 com o objetivo de capacitar gestores culturais e artistas nos segmentos de Música, Artes Cênicas (Teatro, Dança e Circo).

O programa aconteceu em duas etapas complementares, na primeira etapa denominada de “Capacitação de Agentes de Formação” capacitou-se na capital Agentes de Formação nas mais diversas áreas de atuação de cada segmento. Na segunda etapa, denominada de “Formação de Agentes Locais de Cultura”, selecionou-se os formados que se destacaram na primeira etapa para serem os formadores de agentes locais nas cidades pólos das oito regiões sócio-políticas do Estado a saber: Corumbá, Bonito, Ponta Porã, Dourados, Nova Andradina, Três Lagoas, Coxim e Naviraí. Para melhor entendimento da capacitação faz-se necessário citar os cursos oferecidos pelo programa:

[...] Gestão de Espaços Culturais (comuns a todas as áreas), Figurino, Cenografia, Iluminação, Trilha Sonora para Espetáculos (dirigido às Artes Cênicas – Circo, Dança, Teatro), Palhaço, Aéreo, Solo (dirigidos às Artes Cênicas – Circo), Didática e Metodologia para o Ensino da Dança, Dramaturgia e História da Dança, Composição e Criação Coreográfica (dirigidas às Artes Cênicas – Dança), Direção Teatral,

¹⁰³ Primeiro espaço destinado exclusivamente à cultura no Estado, o Centro Cultural de Mato Grosso do Sul está localizado na Rua 26 de Agosto, a Rua velha (considerada a primeira rua de Campo Grande) e foi fundado em 11 de Outubro de 1984. Recebeu a denominação de Centro Cultural José Octávio Guizzo em 20 de Dezembro de 1989, em homenagem ao grande produtor cultural. [...] São três galerias para exposições, uma sala de audiovisual, um teatro e salas para ensaios e cursos. (FCMS, 2014, p.79). Se faz necessário registrar que no corrente desta pesquisa o teatro do centre está fechado para reforma sem previsão de reabertura. (FCMS, 2014, p.79)

Dramaturgia, Interpretação, (dirigidos às Artes Cênicas – Teatro), Curadoria, Montagem de Exposição, História da Arte, Manipulação de Materiais na Construção de uma Poética Artística, Questões de Contemporaneidade – aspectos estéticos e artísticos, Organização de Dossiê –Portifólio (dirigidas às Artes Visuais), Oficina de Vídeo Documentário – módulos I, II e III (dirigidos ao audiovisual), Introdução à Fotografia, Fotografia Documental e de Natureza, Fotos em Estúdio e Iluminação para Fotografia (dirigidas à Fotografia), Rodie, Técnicas de Sonorização e Operação de Sistemas, Direção de Palco e Produção Técnica, Home-Studio, Construção de Instrumentos, Percussão Corporal, Harmonia e Arranjo (dirigidas à Música). (FCMS, 2014, p.61)

O programa alcançou na primeira etapa 960 pessoas em 35 oficinas e cerca de 3mil pessoas na segunda etapa com um volume de 120 oficinas realizadas.

Outra gerência que se destacou nos relatórios, foi a Gerência de Patrimônio Histórico e Cultural (GPHC) composta por um núcleo administrativo e abriga as unidades: Biblioteca Estadual Dr. Isaías Paim, Museu da Imagem e do Som de MS (MIS), Arquivo Público Estadual (residência dos documentos por nós averiguados), o Museu de Arte Contemporânea (MARCO) e demais unidades – que aqui não enfatizaremos por não constar nos relatórios, informações sobre suas atividades da interface cultura e educação.

Segundo o relatório FCMS (2014) a GPHC:

[...] tem por objetivo desenvolver políticas públicas voltadas à realização de ações e projetos de recuperação, valorização e divulgação do patrimônio material e imaterial sul-mato-grossense. Dentre as suas competências, destacam-se: planejar, programar, coordenar, orientar e executar programas, projetos e atividades educativas voltadas para a preservação do patrimônio cultural de MS. [...] patrimônio documental, arquitetônico, literário, histórico, etnográfico, folclórico, arqueológico, artístico e paisagístico do Estado [...]. (FCMS, 2014, p.113)

Assim, uma das primeiras de suas unidades que se destacou, foi a do Museu de Arte Contemporânea (MARCO)¹⁰⁴, cujo

[...] acervo teve origem na Pinacoteca Estadual, com os prêmios aquisitivos dos Salões de Arte realizados a partir de 1979 e, mais tarde através de doações espontâneas de artistas, colecionadores e instituições culturais. Atualmente compõe-se de aproximadamente 1.500 obras em diversas modalidades artísticas, incluindo um conjunto significativo de obras que registram o percurso das artes plásticas em Mato Grosso do Sul [...] (FCMS, 2014, p.135)

Segundo os relatórios analisados, esta unidade ao realizar suas atividades na área de museologia “Inter faceia-se” a Arte e a educação, pois cumpre fundamental papel educativo, democratizando o acesso à arte e aos bens culturais e, se firmando como importante centro de formação e fomento cultural em Mato Grosso do Sul.

Com base nos referidos relatórios de atividades (2007 a 2014) foi possível registrar um total de: 10 Oficinas de Artes em diversas linguagens, 2 *Workshops* de roteiro para curta-

¹⁰⁴ Criado pelo Decreto nº 6.266, em 17 de dezembro de 1991 e construído em sede definitiva em julho de 2002. (FCMS, 2014).

metragem, 1 Oficina de Gestão e Documentação, 8 Palestras sobre Arte com renomados professores advindos de diversas universidades do país que discutiram Arte e educação junto à comunidade escolar do Estado, 1 Curso de História da Arte, 32 temporadas de espetáculos de diversos segmentos e 13 exposições de obras de arte.

Ainda oferece o MARCO à comunidade de Mato Grosso do Sul,

[...] **uma biblioteca** voltada especificamente para as artes plásticas, com material para pesquisa e formação de estudantes, arte-educadores, artistas e público em geral; um setor educativo, com três salas para as atividades práticas com escolas e grupos no complemento didático às visitas orientadas às exposições, assim como um equipado atelier para o desenvolvimento de técnicas e gravura; e um auditório com capacidade para 150 pessoas. (FCMS, 2014, p.135, grifos nossos).

Resultado dessas ações, entre 2007 e 20014, podem ser contadas segundo os relatórios FCMS, no envolvimento de um público direto de 638 artistas e ou educadores e cerca de 80 mil pessoas, expectadores de espetáculos, visitantes e participantes das atividades de formação e exposição.

O Museu de imagem e do Som de MS (MIS), que também é vinculado a GPHC, articula suas atividades museológicas a partir da preservação, da pesquisa e da educação.

No âmbito da pesquisa o museu desenvolve estratégias educativas e ações museológicas de fomento contribuindo para a produção artística, bem como para a formação e a difusão audiovisuais. Em relação a educação [...] oferece à comunidade ampla e gratuita programação que compreende palestras, oficinas, cursos, seminários [...] (FCMS, 2014, p.147).

Neste sentido, observou-se como interface com a educação formal a realização do Programa Cultura em Situação que, “elaborado em parceria com o Programa de Mestrado em Estudos e Linguagens do Departamento de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)”, proporcionando a realização de 78 palestras, debates e seminários ligados a temas diversos relacionados à identidade sociocultural do Estado, em que se apresentou os resultados de pesquisas no campo cultural a estudantes do ensino fundamental ao superior.

Por último ainda cabe destacar como interface entre cultura e educação formal o fato de o Museu de Arqueologia da UFMS (MuArq)¹⁰⁵ estar sediado no prédio da FCMS o que

¹⁰⁵ O MuArq “[...] apresenta os resultados das pesquisas arqueológicas desenvolvidas em Mato Grosso do Sul nos últimos 30 anos. O acervo exposto comprova os diferentes grupos humanos que povoaram a área no passado arqueológico: desde os caçadores-coletores de cerca de 12.400 anos atrás (no final da era glacial), passando pelos que produziram a arte rupestre (há 8.000 anos atrás), até aqueles que habitaram as margens fluviais, há aproximadamente 3.000 anos atrás; um segundo contexto cultural é o dos indígenas agricultores ceramistas (datado em cerca de 1.500 anos atrás). O conteúdo é desenvolvido nas visitas às dependências do MuArq: Auditório, onde se apresentam vídeos, um dos quais com linguagem em Libras; Exposição de Longa Duração, com peças arqueológicas e ilustrações; Espaço Lúdico-Pedagógico, onde se desenvolvem ações educativas escavando-se uma réplica de sítio arqueológico e pintando-se signos pré-históricos.”
(<http://muarq.sites.ufms.br/?page_id=169>)

demonstra uma conexão entre a Universidade e o órgão gestor das políticas culturais em Mato Grosso do Sul.

As demais atividades da GPHC, constituíram matéria de um subtítulo em separado neste trabalho por se constituir em matéria direta do nosso objeto, assim, as trataremos em seguida.

4.5 Literatura e sociedade sul-mato-grossense: as políticas públicas de promoção da leitura a partir da interface Educação e Cultura

No que diz respeito a política de Estado de interface entre a Educação e a Cultura com vistas a promoção da leitura em Mato Grosso do Sul, verificamos que o núcleo administrativo de livro e leitura da GPHC realiza desde 1996 a ação Programa de Incentivo à Leitura em Campo Grande (PROLER/CG), sendo este ligado ao PROLER nacional que, como já dissemos, iniciou-se em 1.992 e ainda (re)existe em algumas cidades do país, inclusive em Campo Grande e Dourados, MS. Neste trabalho, nos ateremos ao PROLER/CG, por se tratar uma ação realizada diretamente pelo próprio Estado via FCMS.

Segundo relatórios da FCMS, os encontros do PROLER/CG não se configuram somente em momentos de reflexão sobre a importância da leitura, mas também, e principalmente, pela realização de ações promotoras de leitura: oficinas, palestras, feira do livro, além de ser espaço para celebrar as ações realizadas “[...] pela FCMS [...] e pelos seus parceiros: universidades, faculdades, secretarias de educação e cultura [...] com a participação de acadêmicos, estudantes, professores e a comunidade em geral” (FCMS, 2014, p.114).

A partir de 2012 o PROLER/CG conta duas ações que antecedem o encontro anual, a primeira denomina-se PROLERZINHO que é realizado em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) onde são oferecidas oficinas de incentivo à leitura em diversos estabelecimentos de ensino da educação infantil e do ensino fundamental. Já a segunda que realiza-se desde 2013, denomina-se PROLERTEEN cuja ação prática é a realização de oficinas de leitura e literatura para estudantes de ensino médio, sendo esta realizada em parceria com a Secretaria de Estado de Educação (SED), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e demais instituições de ensino superior.

Conforme Marli Lucia de Oliveira Barbosa Leite, no texto *O PROLER e seus parceiros em Campo Grande/MS* (2017) – segundo trabalho que identificamos sobre nosso objeto no estado de Mato Grosso do Sul, além daqueles realizados pelo orientado dessa dissertação¹⁰⁶-,

Em Campo Grande-MS, o comitê local do PROLER tem à sua disposição a seguinte infraestrutura: 8 salas de leituras mantidas pela Prefeitura via Fundação Municipal de Cultura de Campo Grande (FUNDAC), havendo em 3 delas profissionais biblioteconomistas; uma Biblioteca Pública Municipal (situada no Horto Florestal), tendo como coordenadora uma profissional biblioteconomista; 3 salas de leituras mantidas pelo SESI, com duas bibliotecárias; uma Biblioteca Pública Estadual, com dois bibliotecários; uma biblioteca especializada em Artes no Museu de Arte Contemporânea (MARCO); um Arquivo Público Estadual, além das de graduação em Biblioteconomia, mantido pelo Instituto de Ensino Superior da FUNLEC (Fundação Lowntons de Educação e Cultura). (LEITE, 2017, p.55).

Do ponto de vista institucional, são parceiros do PROLER/CG as seguintes instituições: Associação dos Profissionais Bibliotecários de Mato Grosso do Sul; Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim, Conselho Municipal de Educação de Campo Grande, Fundação de Cultura de Campo Grande (FUNDAC), Instituto de Ensino Superior da FUNLEC (IESF), Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul (SED), Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande (SEMED), Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Mato Grosso do Sul (SEBP/MS), Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Universidades Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS, Conselho Regional de Biblioteconomia – 1ª Região (CRB-1 – DF/GO/MT/MS), Associação Profissional de Bibliotecários de Mato Grosso do Sul (ABPMS), União Brasileiras de Escritores (UBE), além de instituições privadas de ensino e organizações (formais e não formais) da sociedade civil.

É o comitê quem define, as atividades que serão realizadas nos encontros anuais cujo objetivo é o incentivo para a formação de leitores. Essas ações pautam-se, conforme Leite (2017), nas mesmas elencadas pelo PROLER nacional. São elas:

Consideração plural das ações e dos modos de leitura manifestados nas práticas de leituras promovidas, nos locais e nas instituições abrangidos, nos gêneros textuais considerados e nas atividades organizadas; Consideração do ato de ler, entendendo que atos de leitura exigem modos próprios e competências específicas; Articulação entre leitura e cultura; Prioridade da esfera pública, desenvolvendo-se ações voltadas para os interesses da maioria da população leitora e também não-leitora; Como nessa esfera se concentra a maioria das ações e dos agentes de leitura - - professores das redes públicas --, deve-se pensá-la como irradiadora das práticas leitoras; Ênfase ao protagonismo da leitura na cena social; Ampliação do acesso à leitura, por meio da

¹⁰⁶ Trata-se dos textos: *AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE INVESTIMENTOS PARA A ARTE NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL* (2016), *AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESTADO PARA A LITERATURA EM MATO GROSSO DO SUL (2002-2017): UM PANORAMA INICIAL* (2018), *POLÍTICA PÚBLICA DE ESTADO PARA A LITERATURA EM MATO GROSSO DO SUL* (2019) e *POLÍTICA PÚBLICA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PARA CULTURA E ARTE: OS FINANCIAMENTOS/INVESTIMENTOS NAS DIFERENTES LINGUAGENS* (2020). Para acesso aos mesmos, verificar lista de referências ao final deste trabalho.

disponibilização de material de leitura em bibliotecas escolares e públicas, em salas de aula e em salas de leitura em locais públicos. (LEITE, 2017, p.56-57).

A partir das diretrizes acima elencadas, o Comitê PROLER/CG estrutura suas ações a partir de dois eixos principais, sendo eles, o fomento, aliado à divulgação, a promoção e o incentivo de novos leitores, bem como, o incentivo àqueles que já possuem familiaridade com o ato de ler. Isso nos lembra Neto (2015) quando ele afirma que “Ler é mais do que nunca enxergar e analisar além e melhor. No mundo contemporâneo, significa acessar e compreender a informação e vivenciar a ação cultural” (NETO, 2015, p.127).

Face a esse as diretrizes e eixos de ação, o PROLER/CG alcançou, a partir de 2012, conforme Leite (2017), dimensões diversificadas, levando o Comitê se decidir por subdividir suas atividades ao longo do ano. Um exemplo mais próximo do presente momento, foram as orientações do ano de 2016 que eram as seguintes:

[...] o PROLER, com o objetivo de atender os acadêmicos das universidades com saraus, palestras, oficinas de leitura e encontro com escritores, organizado pelos parceiros de instituições de ensino superior; o PROLERTEEN, voltado para estudantes do ensino médio, cuja organização esteve a cargo dos parceiros estaduais; e o PROLERZINHO, oferecido aos alunos do ensino fundamental e, em 2016, com a inclusão da educação infantil, tendo como responsável a esfera municipal (Campo Grande). (LEITE, 2017, p.58).

Neste contexto, cabe ressaltar que pelo PROLER - durante o encontro 17º encontro, realizado de 17 a 19 de novembro sobre a tema “Cultura Urbana e Bibliotecas (pre)Ocupações” - , em 2016, foram realizadas as 12 oficinas (sob responsabilidade direta do Comitê) com as seguintes temáticas e participante respectivamente:

Tabela 6: Oficinas PROLER/CG 2016

OFICINA	Participantes
Oficina 1 : Acesso ao Portal de Periódicos	24
Oficina 2 : Dimensão sonora da língua: uma análise com finalidades expressiva e artística no plano fone estilístico - 30 vagas	15
Oficina 3 : Como e por que (ainda) ler Literatura (em voz alta)? - 30 vagas	30
Oficina 04 - Clube do Livro – 30 vagas	10
Oficina 05 - Elaboração de referências de doc. Conv. em meio eletrônico de acordo com a NBR 6023/2002 da ABNT – 30 vagas	10
Oficina 06 – Estratégias de Busca na Web – 30 vagas	06
Oficina 07 – Manoel Imagem/Manoel Som – 30 vagas	21
Oficina 08 – Protótipo de Aplicativo - 20	21
Oficina 09 - Uso de fontes da web na aprendizagem – 20 vagas	14
Oficina 10 - Literatura sem mordça: estimulando o pensamento crítico por meio da leitura literária – 30 vagas	41
Oficina 11 O homem pantaneiro: hábitos e costumes inseridos dentro do contexto histórico, cultural e social. 15 vagas	17
Oficina 12 - Aplicativos Digitais: Como utilizá-los na Educação Fundamental – 20 vagas	22

Total	231
--------------	-----

Fonte: Organizado pelo autor a partir de arquivos do PROLER/CG2016¹⁰⁷

Também contou a edição 2016, com as seguintes palestras e ministrantes, respectivamente: (1) “Cultura Urbana e bibliotecas vivas: (pre)Ocupações”, por Adriana Cybele Ferrari, presidente da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, (FEBAB); (2) “Literatura das ruas - Como os Saraus que se proliferam nas periferias tem contribuído na formação de novos leitore(a)s e poetas/escritore(a)s no país”, por Sérgio Vaz, poeta, autor de diversas obras, dentre elas, *Pensamentos Vadios* (1999), *A Margem do Vento* (1995) e *Subindo a ladeira mora a noite* (1992) e idealizador da Cooperativa Cultural da Periferia (COOPERIFA)¹⁰⁸ de São Paulo.

Além disso, o encontro contou com encontro de escritores, rodas de conversas e sarau literário com lançamento de livros, apresentações artísticas de diversas linguagens, dentre elas, a declamação de poesia.

Em relação as atividades que antecederam o encontro, desenvolvidas pelo PROLERTEEN, foram 10 oficinas (sob responsabilidade da SED) em escolas estaduais de Campo Grande em que as temáticas variaram entre: prática da escrita, da leitura e processos crítico-reflexivos a partir do texto literário. Já pelo PROLERZINHO, foram atendidos 11 estabelecimentos de ensino da Rede Municipal de Ensino de Campo Grande (REME) (sob responsabilidade da SEMED) com, também 11 oficinas sobre a prática da leitura a partir de textos literários infantis.

Em quantitativos gerais, é possível afirmar que o PROLERCG/2016 envolveu um quantitativo de mais de 3 mil pessoas, entre estudantes de todos os níveis e modalidades da educação formal, estudantes de diversos projetos e espaços culturais da educação não formal, e aprendizes dos mais variados contextos da educação informal da região. Além de professores do ensino escolar, arte-educadores socioculturais, e mestres dos saberes e fazeres populares.

Assim, percebemos que o PROLER/CG, apesar de, o governo federal tê-lo abandonado, praticamente à própria sorte, consegue se manter ativo, o que equivale dizer, a partir do âmbito

¹⁰⁷ Essas informações detalhadas se devem ao fato de o autor e orientando desse trabalho, ter atuado na FCMS no núcleo de Livro e Leitura e Comitê PPROLER/CG entre 2016 e 2017, pelo Programa Vale Universidade do governo de Mato Grosso do Sul, sob supervisão imediata da gestora Melly Fátima de Goes Sena.

¹⁰⁸ A Cooperifa é segundo a sua página na internet - < http://cooperifa.com.br/?page_id=9> “um movimento cultural que em outubro de [2019 completou 18] anos de atividades poéticas no bar do Zé Batidão na periferia de São Paulo. Cinema na laje, Chuva de livros, Várzea poética, Poesia no ar, Ajoelhaço, Natal com livros, Mostra cultural, Sarau nas escolas, Canja poética, são algumas das intervenções culturais na zona sul na região. O Sarau da Cooperifa é quando a poesia desce do pedestal e beija os pés da comunidade. A Periferia nos une pela dor, pela cor e pelo amor. É tudo nosso. Uh, Cooperifa! Uh, Cooperifa!”

de suas atividades, que o mesmo é uma ação positiva no contexto das políticas culturais, se não de Estado, mas que perpassou diversos governos, e isso se deve ao trabalho dos técnicos da FCMS, especialmente da gestora de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, Melly de Fátima Goes Sena que está já há alguns anos à frente dos trabalhos deste setor. Cabe ainda informar que a última edição do PROLER/CG foi realizada em 2109 e, esperamos nós, que suas ações continuem, pois, em tempos que as sombras da mordaza insiste em voltar, Ler, é um ato de coragem, um ato, necessário.

Além do PROLER, outra importante iniciativa do governo na área da promoção da leitura é a manutenção da Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim que possui um acervo de aproximadamente 40 mil livros, dispendo ainda de um Tele Centro com acesso à internet destinado a toda comunidade.

Inicialmente recebeu o nome de Biblioteca Estadual do Centro Cultural tendo sido criada “[...] por meio do decreto nº 826 de 05 de Dezembro de 1981. Iniciou suas atividades no Centro Cultural José Octávio Guizzo, onde ficou até 1997. Em 1992 passou a denominar-se Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim de acordo com o Decreto nº 6.733 de 7 de Outubro de 1992, uma homenagem ao Dr. Isaías Paim, médico psiquiatra, escritor e professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que doou a sua biblioteca particular para integrar o acervo da Biblioteca Pública Estadual. (FCMS, 2014, p.125)

Dentre as suas atividades, cabem destacar neste contexto, as ações denominadas de Vem Ler o Mundo, Gibiteca e Todas as Letras. Segundo o relatório da FCMS (2007) os objetivos do projeto formativo “*Vem Ler o Mundo*” foram a

[...] democratização da Cultura, [...] acesso à informação e discussão das informações recebidas para efetuar uma leitura crítica da sociedade[...].” Já o projeto [Gibiteca] almejou Utilizar do gibi como instrumento principal para incentivar e desenvolver a leitura; [...] facilitar o processo de aprendizagem por meio de jogos pedagógicos e dinâmicas adaptadas”, enquanto que o projeto Todas as Letras pretendeu “Estimular o gosto pela leitura, utilizando-se manifestações artísticas, como cantigas de roda, contação de histórias, [...] e performances poéticas. (FCMS, 2007, p. 66)

Também se insere nesse contexto, a ação denominada de Projeto Almanaque que atendeu entre 2009 e 2014 um público de aproximadamente 8 mil 410 pessoas de todas as idades.

Desenvolvido pela UCDB – Universidade Católica Dom Bosco, com a participação de acadêmicos de vários cursos, em parceria com a FCMS [...] tem por objetivo incentivar a leitura e a escrita à crianças e adolescentes por meio de práticas pedagógicas como: jogos, dinâmicas, música, confecções de materiais, dramatização, dentre outros. Primordialmente o projeto trabalhava com alunos dos ensinos fundamental e médio de escolas públicas e privadas [...] (FCMS, 2014, p.129)

Cabe registrar também a ação Diálogo com o escritor, em que alunos do “[...] Centro de Ensino Campo-grandense (CECAMP), Centro de Educação Carrossel, Escola Amélio de

Carvalho Baís, Escola Metropolitana – Instituto de educação e cultura e Escola Major Aviador Y-juca Pirama de Almeida [...] (FCMS, 2014, p.131), puderam em 2001 ouvir o relato de experiências de vários autores sul-mato-grossenses, o que corrobora para despertar na criança o interesse pela criação literária a partir das experiências vividas pelos autores. E, ainda, há que se registrar a ação “Férias na Biblioteca” em que foram oferecidas oficinas lúdicas e apresentações de espetáculos para os alunos durante as férias intervalar do ano letivo.

E, por último cabe também registrar que consta nos relatórios as “Visitas Orientadas” de escolas públicas e privadas, permitindo aos discente o conhecimento do acervo e dos serviços ofertados pela unidade Biblioteca Pública Estadual Dr. Isaías Paim que coordena também, o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de Mato Grosso do Sul (SEBP/MS) sobre o qual passamos a tratar no contexto das proposições que pensamos para o futuro das políticas culturais de Estado de MS, a partir dos marcos legais construídos nos últimos anos.

4.6 O Sistema Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul (SIEC/MS), o Plano Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul (PEC/MS) e Plano Estadual de livro e Leitura de Mato Grosso do Sul (PELL/MS) : reflexões e sugestões para as políticas culturais de Estado

Pensar, refletir e sugerir possíveis rumos para a atuação do Estado e Mato Grosso do Sul no que tange as políticas culturais, ao nosso entendimento, não requer (re)pensar, neste momento, o que se tem em termos de marcos legais, pois, o SIEC/MS, o PEC/MS e o PELL/MS, se traduzem em um conjunto de diretrizes basilares recentes, que se implementados, executados, acompanhados e avaliados, devidamente, poderão subsidiar as ações do Estado de modo a proporcionar ao mesmo uma política consistente e objetiva para o setor cultural sul-mato-grossense.

Nesse contexto, cabe salientar que esse sistema, acompanhado de ambos os planos, estão em sintonia que se foi construído em termo políticas culturais de Estado em âmbito nacional, que como sabemos, são bastante consistentes, salvo os possíveis e temidos desdobramentos da recente configuração política da conjuntura vivida atualmente pelo país.

Desse modo, nossas reflexões e possíveis sugestões se valerão destes mesmo marcos legais no intuito de oferecer uma possível, ainda que elementar, contribuição para se pensar o futuro do setor cultural sul-mato-grossense e ainda, ser matéria de análises e revisões em termos de pesquisas acadêmicas que se propunham a investigar esse objeto.

Nesse sentido, a Política Pública de Cultura atual de MS adquiriu a partir de 2017 – gestão do governador Reinaldo Azambuja (2015-2018) - um alinhamento objetivo com a

Política Nacional de Cultura no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC), pois, foi criado (SIEC/MS).¹⁰⁹

A atual legislação prevê no seu Artigo 1º que a instituição do referido sistema destina-se:

[...] a promover condições para a melhor formulação e gestão da política pública de cultura no Estado, objetivando o exercício pleno dos direitos culturais e a promoção do desenvolvimento humano, social e econômico, mediante cooperação entre o Poder Público e a sociedade civil. (D.O. 21.07.17, p.01).

Estabelece também essa lei, em seu parágrafo único deste mesmo artigo, que O SIEC/MS integra o SNC e “[...] se constitui no principal articulador, no âmbito estadual, das políticas públicas de cultura, instituindo mecanismos de gestão compartilhada com os demais entes federados e a sociedade civil”. No que diz respeito aos seus nove (09) princípios dispostos no Art. 2º, é importante lembrar que está garantida a participação de todos os municípios do Estado, o que configura um alinhamento como a Política Cultural em âmbito nacional. Cabe ressaltar ainda que dentre os seus 11 (onze) objetivos, o sistema proposto deverá:

[...] formular, implementar, acompanhar e avaliar políticas culturais de médio e de longo prazo, em consonância com as necessidades e as aspirações da população de Mato Grosso do Sul; [...] ***promover e estimular a produção cultural e artística das regiões do Estado***, com a valorização de recursos humanos e conteúdos locais. (grifos nossos).

Com vistas ao atendimento dos objetivos e princípios propostos, o SIEC/MS tem sua estruturação prevista de modo a ter como componentes em âmbito Estadual, em direitos e obrigações a coordenação geral e gestão do sistema a ser feitos pela FCMS que será responsável pela coordenação executiva do mesmo.

Compõe também a estrutura do SIEC/MS, as Instâncias de Articulação, pactuação e Deliberação, que são formadas por órgãos onde se tem garantida a participação do governo e da sociedade civil.

Um destes órgãos é o Conselho Estadual de Políticas Culturais de Mato Grosso do Sul (CEPC/MS), sendo este um colegiado de natureza consultiva, deliberativa e fiscalizatória - já existe desde a década de 90, – competindo aos seus 16 membros (8 do poder público e 8 da comunidade cultural de MS)¹¹⁰, dentre outras competências:

[...] acompanhar e orientar a política cultural do Estado com base nas diretrizes propostas pela Conferência Estadual de Cultura (CONEC) [...] ***aprovar os projetos***

¹⁰⁹ LEI Nº 5.060, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017. Institui o Sistema Estadual de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul, estabelece diretrizes para a Política Estadual de Cultura, e dá outras providências. (D.O. N. 9498. 21.07.2017).

¹¹⁰ Composição formada pela Lei nº 5.389, de 6 de Setembro, de 2019, que alterou a Lei do SIEC/MS.

culturais a serem financiados pelo Fundo de Investimentos Culturais (FIC/MS), respeitadas as disposições legais e regulamentares, as diretrizes da política cultural e o planejamento das aplicações financeiras do FIC/MS (D.O. 21.07.17, p.03, grifos nossos).

Fazem parte também destas instancias, os Colegiados Setoriais de Cultura que funcionarão como organismos de cada setor cultural e ou linguagem artística com vistas ao assessoramento imediato da FCMS no sentido da promoção de uma gestão democrática da Política Estadual de Cultura.

Também integram este grupo de órgãos as Conferências Regionais de Cultura (CORECs) e a Conferência Estadual de Cultura (CONEC) sendo estas realizadas ordinariamente a cada 4 (quatro anos) conforme orientação da Conferência Nacional de Cultura, ou extraordinariamente sob convocação do titular da FCMS ou pelo CEPC/MS com o objetivo de se estabelecer como uma instancia que garanta a participação da sociedade civil na proposição das diretrizes, na avaliação e na execução das políticas culturais do Estado.

Ainda compõe junto aos demais órgãos, o Fórum Estadual de Cultura (FESC/MS) ao qual compete a formulação e o acompanhamento das políticas culturais, sendo esta, uma instância de assessoramento e consulta do CEPC/MS.

Por último, porém não menos importante está prevista ainda a Comissão Intergestora Bipartite (CIB/MS) que deverá ser composta por representantes do Governo Estadual e dos Governos Municipais como forma de se estabelecer de modo permanente uma conexão entre ambas as esferas governamentais, sendo garantida a participação de representante das 11 (onze) microrregiões do Estado.

Nesse sentido, a abrangências do SIEC/MS no território estadual, o SIEC/MS foi pensado para, tal qual o SNC, integrar os municípios do estado que também constituírem seus respectivos sistemas, planos, e fundos de cultura, órgãos gestores próprios, conselhos de políticas culturais e sistemas de informações e indicadores culturais, dentre outros componentes.

Assim, entendemos e sugerimos que o Estado passe a implementar esta conexão com os municípios que já possuem seus sistemas e planos de cultura, bem como, incentivar e assessorar os demais municípios para que de fato o SEIC/MS possa atender a um dos seus objetivos que é o da sintonização entre as políticas públicas culturais praticadas no estado. Inclusive na tão sonhada transferência de recursos do Estado diretamente aos municípios, tal qual já se pratica na área da Educação e da Saúde, por exemplo.

Outra questão importante no que diz respeito ao SIEC/MS, trata do Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais (SEIIC), também previsto como parte do sistema que visa

oferecer mecanismos de ampla divulgação integradas das ações culturais no estado, e mais que isso, permite o acompanhamento pela sociedade da atuação do Governo do Estado em relação as próprias políticas culturais por ele instituída.

Nesse sentido, registramos que o Estado de MS, ainda não possui e nem anunciou sua implantação, de modo que, a atuação do governo ainda não pode ser acompanhada de forma acessível, seguindo por trâmites burocráticos ou obedecendo, muitas vezes, a boa vontade dos servidores públicos.

Assim, se faz urgente e necessário – e assim sugerimos - a sua implantação que deve necessariamente ocorrer de forma sintonizada do ponto de vista tecnológico e regencial com o sistema nacional (SNIIC), sem, contudo, observar as problemáticas que ele possui dada a questão das Plataformas SNIIC/SIMCULTURA como já sublinhamos nesse trabalho. Ainda nessa questão, é importante que o Governo do Estado, auxilie os municípios na criação dos seus sistemas municipais (SMIICs).

Por último, sugerimos – ainda sem tratar da questão do financiamento, sobre esse trataremos adiante por envolver SIEC e PEC – que o governo paute suas ações na transparência e em conexão com a sociedade, pois, é ela que em última instância é beneficiária principal da atuação do governo e legítima ou não suas medias e ações.

Todas essas questões, somente terão mais sentido se forem planejadas de forma democrática. Nesse sentido o PEC/MS, se mostra como um instrumento consistente para se pensar as ações a serem implementadas, pois ele, traz em seu bojo, as diretrizes, as metas, a estratégias de ação e os subsídios necessários para um planejamento que se proponha sintonizado com os anseios da sociedade. Isso se explica por ter sido ele, construído desde 2005, com a também devida, contribuição da sociedade sul-mato-grossense, tendo se tornado realidade legal em 2017¹¹¹.

Na lei do PEC/MS, está posto em suas disposições preliminares no Art. 1º que sua duração será de dez anos e suas diretrizes, estratégias e ações encontram-se descritas em Anexo Único, o qual se torna parte integrante do PEC/MS que “constitui-se num conjunto de orientações e compromissos, [...] figurando como instrumento de gestão estratégica, que organiza, regula e norteia a execução da Política Estadual de Cultura, ” regido por doze princípios dentre os quais destacamos:

I – liberdade de expressão, de criação e de fruição; II – diversidade cultural; III – respeito aos direitos humanos; IV – direito de todos às artes e à cultura; V – direito à informação, à comunicação e à crítica cultural; [...] IX – democratização das instâncias

¹¹¹ Criado por meio da Lei nº 5.148, de 27 de dezembro de 2017.

de formulação das políticas culturais; [...] XII – participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais.

Os objetivos do plano perpassam pelo planejamento, criação e implementação de programas e ações para os próximos dez anos que valorizem, fortaleçam e promovam o desenvolvimento da cultura no Estado. Objetiva também, a valorização e a difusão à diversidade cultural, regional e étnica em especial a dos povos indígenas, dos afrodescendentes e dos imigrantes.

Ainda visa à proteção e promoção do patrimônio cultural, a valorização e a difusão das criações artísticas e dos bens culturais, a promoção do direito à memória, a estimulação da presença da cultura e das artes no espaço educacional, a ampliação da presença e do intercâmbio cultural do Estado a nível pátrio e internacional, a qualificação do ambiente e equipamentos culturais, a estimulação da economia da cultura, a qualificação e profissionalização da gestão do setor cultural, a consolidação dos processos consultórios e participativos da sociedade na formulação das políticas culturais e a efetivação da participação das produções artísticas e culturais locais nos eventos realizados pelo Estado.

O documento dispõe que competirá ao Poder Público estadual de MS, a formulação das políticas públicas e dos programas relativos ao PEC/MS e elenca mais uma série de competências e atribuições que em suma, significa dizer que ao Estado incumbirá a obrigatoriedade de garantir, fomentar, proteger, promover, articular, dinamizar, organizar, coordenar e incentivar ações objetivas que se traduzam na efetivação dos objetivos, das metas e das diretrizes traçadas no plano decenal, inclusive o SIEC/MS sobre o qual discorreremos anteriormente.

Para o monitoramento e avaliação da execução do plano ao longo de sua realização a proposta prevê conforme disposto no art. 9º que:

Compete ao órgão dirigente máximo da cultural no Estado monitorar e avaliar periodicamente o alcance das diretrizes e eficácia das metas [...] com base em indicadores locais, regionais, nacionais, e que qualifiquem a oferta e a demanda de bens, serviços e conteúdos, os níveis de trabalho, renda e acesso da cultura, de institucionalização e gestão cultural, de desenvolvimento econômico-cultural e de implantação sustentável de equipamentos culturais.

Está previsto ainda que todo o processo terá a participação do Conselho Estadual de Cultura como representante da sociedade – o que não impede os demais cidadãos em também participar-, podendo contar ainda ‘com o apoio de especialistas, técnicos e agentes culturais, de institutos de pesquisa, das universidades, de instituições culturais, de organizações e redes socioculturais’. Para tanto, o SEIIC, previsto pelo SIEC/MS, foi criado no âmbito do PEC/MS, sem, contudo, ter sido implantado conforme já discorreremos e sugerimos.

Ademais, cabe salientar que nas disposições finais da lei está prevista a revisão periódica do PEC/MS, sendo a primeira no prazo de 4 (quatro) anos, podendo este prazo ser corrigido ou ampliado sob a participação da sociedade por meio das instâncias de participação, pactuação e articulação do SIEC/MS.

Quanto as suas estratégias de ação, nos pautaremos naquelas que se referem ao nosso objeto, Livro, Leitura e Literatura e Bibliotecas. Nesse sentido, colhemos um total de 12 estratégias de ação, das quais, quatro versam sobre a diversidade cultural sul-mato-grossense e 8 sobre a universalização do acesso a bens culturais em MS. Assim, as citaremos, na íntegra, por considerar importante deixar registrado nesse trabalho, o que foi pensado no planejamento para o setor literário de MS, no decênio 2017/2027. Quanto a diversidade estão previstas as seguintes ações e estratégias:

2.1.5. Realizar campanhas nacionais, regionais e locais de valorização das culturas dos povos e das comunidades tradicionais, por meio de conteúdos para rádio, jornal impresso, internet, televisão, revistas, exposições museológicas, materiais didáticos e livros, entre outros; **2.4.5.** Estimular a criação de centros integrados da memória (bibliotecas, museus e arquivos) no Estado e nos Municípios, com a função de registro, pesquisa, preservação e difusão do conhecimento; **2.4.6.** Fomentar a instalação e a ampliação de acervos públicos direcionados às diversas linguagens artísticas e expressões culturais em instituições de ensino, bibliotecas e equipamentos culturais; **2.5.1.** Ampliar os programas voltados à realização de seminários, à publicação de livros, revistas, jornais e outros impressos culturais, ao uso da mídia eletrônica e da internet, para a produção e a difusão da crítica artística e cultural, privilegiando as iniciativas que contribuam para a regionalização e a valorização da diversidade; (Lei nº 5.148, de 27 de dezembro de 2017, grifos nossos).

Em relação à questão diversidade, percebemos a realização a valorização de povos e comunidades tradicionais por meio de campanhas que inclui, dentre vários suportes, o livro, se mostra importante, pois, esses povos, há muito tem sido invisibilizados, no entanto, enfatizamos, que qualquer ação nesse sentido, deve tomar o devido cuidado para não torna-los objeto de espetacularidades e exotismos, tão prejudicial a esses povos.

No que diz respeito à criação de equipamentos culturais voltados ao setor literário, pensamos que é uma ação necessária, mas, esta deve vir acompanhada de atividades de promoção da leitura (questão que o PEC/MS, não faz menção direta), além de meios de manutenção de forma permanente.

No que se refere à universalização do acesso a bens e produtos culturais, o que identificamos foi o seguinte:

3.1.4. Promover a integração entre espaços educacionais, esportivos, bibliotecas, praças e parques, com o objetivo de aprimorar as políticas de formação de público, especialmente na infância e na juventude; **3.1.8.** Reabilitar teatros, praças, centros comunitários, bibliotecas, cineclubes e cinemas de bairro, criando programas estaduais e municipais de circulação de produtos, circuitos de exibição cinematográfica, eventos culturais e demais programações; **3.1.11.** Estabelecer

critérios técnicos para a construção e a reforma de equipamentos culturais, bibliotecas, praças, assim como outros espaços públicos culturais; **3.1.15.** Implantar e implementar uma política estadual de digitalização e atualização tecnológica de laboratórios de produção, conservação e restauro de obras artísticas, documentos e acervos culturais mantidos em bibliotecas, museus e arquivos, integrando seus bancos de conteúdos e recursos tecnológicos; **3.1.16.** Fomentar a implantação e a manutenção de bibliotecas em todos os municípios como espaço fundamental de informação, de memória literária, da língua e do design gráfico, de formação e educação, de lazer e fruição cultural, com o objetivo de expandir, atualizar e diversificar a rede de bibliotecas públicas e comunitárias e abastecendo-as com os acervos mínimos recomendados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), acrescidos de integração digital e disponibilização de sites de referência; **3.3.6.** Estimular a criação de programas estaduais e municipais de distribuição de conteúdo audiovisual para os meios de comunicação e circuitos comerciais e alternativos de exibição, cineclubes em escolas, centros culturais, bibliotecas públicas e museus. **3.3.7.** Criar, ampliar e fortalecer os projetos de produção e circulação de espetáculos dos segmentos de dança, teatro, música e literatura, priorizando atendimento dos municípios com menor índice de produção e acesso às artes; **3.4.3.** Estimular o compartilhamento pelas redes digitais de conteúdos que possam ser utilizados livremente por escolas, bibliotecas de acesso público, rádios e televisões públicas e comunitárias; (Lei nº 5.148, de 27 de dezembro de 2017, grifos nossos).

As estratégias de acesso e universalização, não diferem muito das anteriores, a novidade aqui se refere a questões relação entre material impresso e digital, o que aponta para uma preocupação em sintonizar o setor literário com as tecnologias disponíveis na contemporaneidade.

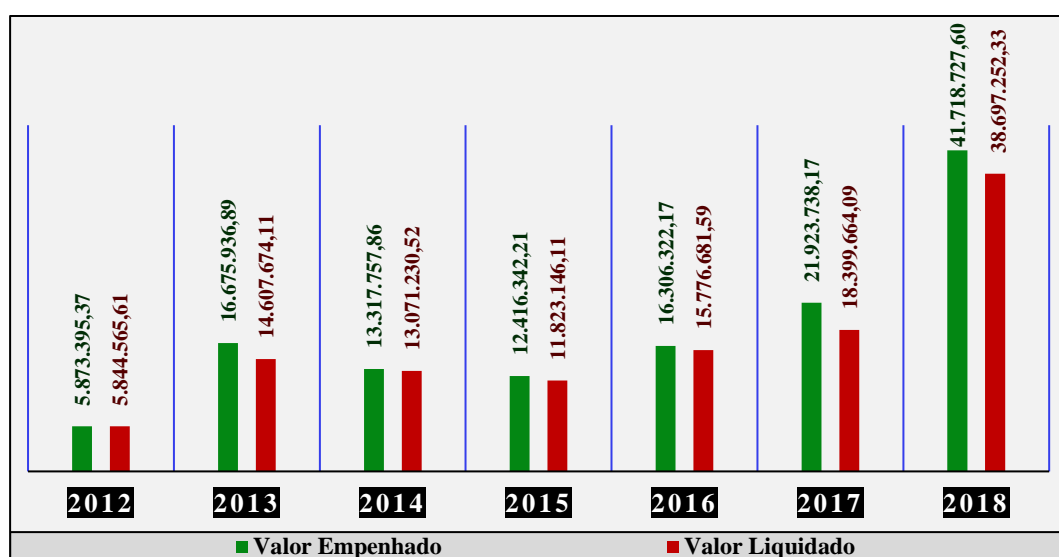
Uma questão que nos chamou a atenção foi o fato de que não há estratégias e ações pensadas para a produção do livro, nem para questões de financiamentos específicos para o setor. Ainda cabe salientar que o PEC/MS, tal qual o PNC, para que todas as suas diretrizes, metas e estratégias de ação, sejam de fato mais tangíveis, é necessário que as mesmas se transformem em metas com ações objetivas em que se defina, o que, quando, onde e quem irá executá-las, fora disso, serão somente anseios oficializados na forma da lei. Eis aqui, mais uma sugestão de nossa parte ao Governo do Estado e sociedade a quem cabe fiscalizar os atos do Estado, construir as metas do PEC/MS em fina sintonia com a legislação em vigência e em estreita conexão com a sociedade que o ajudou a construir.

Pensando na questão do investimento/financiamento para as ações, programas e projetos relativos as políticas culturais em MS, averiguamos no Portal Transparência¹¹² do Governo do Estado as informações sobre o montante já investido na cultura sul-mato-grossense nos últimos anos por meio da FCMS e do FIC/MS, sendo que o portal tem disponibilizadas as informações dos exercícios de 2012 a 2017.

¹¹² O portal Transparência do Governo de Mato Grosso do Sul <<http://www.transparencia.ms.gov.br/>> - é “ um canal de acesso fácil e rápido às informações do Poder Executivo do Estado. ”

Assim, procuramos dados sobre os valores empenhados e liquidados (valores decorrentes da execução de programas, projetos e ações culturais), no período para cada um deles, isso porque, os recursos executados no âmbito da FCMS representa o quantitativo global investido no setor cultural (inclusas as iniciativas financiadas e realizadas pelo Estado e aquelas financiadas pelo Estado, mas, realizadas sob a iniciativa da sociedade civil e órgãos públicos municipais de MS) e aqueles executados pelo FIC/MS, (representa somente os valores financiados pelo Estado e realizados pela sociedade civil e órgãos públicos municipais de MS). Neste sentido os montantes investidos/financiados e executados pela FMCS foram:

Gráfico 14 : Investimentos/financiamentos culturais em MS considerando valores empenhados e liquidados entre 2012 e 2018



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do portal Transparência do Governo de MS

A partir dos dados dispostos acima, percebemos que nos últimos anos o montante de recursos investido no setor cultural, tem crescido. Se considerarmos apenas os valores liquidados (que representam os recursos efetivamente destinados ao pagamento de ações culturais já realizadas), perceberemos que o crescimento foi de 562,10% de 2012 para 2018.

Isso nos leva a um questionamento: considerando, somente o ano de 2018, em que não houve a realização do Edital do FIC/MS, que representa o investimento/financiamento em projetos culturais não realizados pelo Estado e sim pela sociedade civil e órgãos municipais, e, levando em conta que no mesmo ano os valores tiveram o crescimento que acima demonstramos, qual foi o caminho que tomou o investimento/financiamento cultural no Estado de Mato Grosso do Sul em 2018?

As respostas podem ser diversas, a depender quem as formulem, em nosso caso, acreditamos que o caminho tomado pelo Estado para o investimento/financiamento do setor cultural, seguiu, talvez, pelas sendas da dispensa de licitação – a dispensa não é ilegal do ponto

de vista jurídico, mas, permite uma atuação do Estado que reside na prática da política de governo e não de Estado-, já que, os recursos investido nos demais Editais públicos que não o FIC/MS (destinados a seleção de – com privilégios para alguns segmentos em detrimento de outros- produtos culturais locais para ações do próprio governo), não representam um percentual capaz de superar aqueles que correram sem a devida seleção (já que os maiores cachês pagos nestas ações do governo se destinaram a artistas nacional e não locais)¹¹³, pública,

¹¹³ Um exemplo documental é necessário para confirmar o que estamos pensando. Assim segue abaixo dois extratos de contratação artística em 2018. **(1) artista local “Extrato do Contrato N° 0372/2018/FCMS N° Cadastral 10822 - Processo: 69/100.727/2018 Partes: FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL e JAIZA CAVALARI ESPINDOLA ME Objeto: A FCMS no Processo nº69/100.727/2018 contrata com JAÍZA CAVALARI ESPINDOLA, Microempresada Individual - MEI, CNPJ nº30.723.749/0001-28, na condição de empresária e representante exclusiva (fl.), da cantora JAÍZA ESPINDOLA, para à realização de 01 (um) show musical, com 03 horas de duração, no dia 06/09/2018, a partir das 09:00 horas, no Festival de Música Estudantil, que realizar-se-á na Escola Estadual José Serafim Ribeiro, situada na Rua Bandeirantes, nº1180, centro, na cidade de Jaraguari/MS, em comemoração ao projeto “40 Anos de Mato Grosso do Sul”. Ordenador de Despesas: ATHAYDE NERY DE FREITAS JUNIOR - Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho 13392202580820001 – Projetos Artísticos, Fonte de Recurso 0100000000 – RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO, Natureza da Despesa 33903905 - SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS Valor: O valor total a ser pago a CONTRATADA pela realização do objeto do presente contrato, como descrito na Cláusula Primeira, é de R\$8.000,00 (oito mil reais) correspondente ao preço do espetáculo, a ser pago em parcela única, após a execução do objeto. Amparo Legal: A presente contratação é realizada por inexigibilidade de licitação, com fundamento no inciso III do artigo 25 da Lei no. 8.666/93. As partes se declaram sujeitas às normas previstas na Lei no. 8.666/93 e suas alterações posteriores, assim como às cláusulas expressas deste contrato. Do Prazo: O presente contrato vigorará da data de sua assinatura até o dia 06 de setembro de 2018. Data da Assinatura: 06/09/2018 Assinam: ATHAYDE NERY DE FREITAS JUNIOR e Jaiza Cavalari Espindola.” (DIÁRIO OFICIAL n. 9.744, de 19 de setembro, de 2018, p.35, grifos nossos e do Estado).** **(2) artista Nacional (apesar de ser de MS, mas que possui uma atuação de âmbito reconhecidamente nacional). “Extrato do Contrato N° 0373/2018/FCMS N° Cadastral 10823- Processo: 69/100.705/2018 - Partes: FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL e Sater & Sater Ltda - Objeto: A FCMS no Processo nº69/100.705/2018 contrata com a empresa SATER & SATER LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº06.054.256/0001-68, nado cantor ALMIR SATER, para à realização de 02 (dois) shows musicais, com 90 minutos de duração cada, sendo o 1º no dia 07/09/2018, a partir das 22:00 horas, na 21ª Feira Agroindustrial e 15ª Festa do Tomate, que Realizarse-á no Sindicato Rural, situado na Rua Frederico Bene, nº92, na cidade de Antônio João/MS, e o 2º no dia 09/09/2018, a partir das 23:00 horas, na EXPOBAI, que realizar-se-á no Parque de Exposições, situado na Rua da República, nº1215, na cidade de Amambai/MS, ambos em comemoração ao projeto “40 Anos de Mato Grosso do Sul”. - Ordenador de Despesas: ATHAYDE NERY DE FREITAS JUNIOR - Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho 13392202580820001 – Projetos Artísticos, Fonte de Recurso 0100000000 – RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO, Natureza da Despesa 33903905 - SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS. - Valor: O valor total a ser pago a CONTRATADA pela realização do objeto do presente contrato, como descrito na Cláusula Primeira, é R\$ 175.760,00 (cento e setenta e cinco mil, setecentos e sessenta reais) correspondente ao preço do espetáculo, a ser pago em parcela única, após a execução do objeto. Amparo Legal: A presente contratação é realizada por inexigibilidade de licitação, com fundamento no inciso III do artigo 25 da Lei no. 8.666/93. As partes se declaram sujeitas às normas previstas na Lei no. 8.666/93 e suas alterações posteriores, assim como às cláusulas expressas deste contrato. Do Prazo: O presente contrato vigorará da data de sua assinatura até o dia 09 de setembro de 2018 Data da Assinatura: 06/09/2018 Assinam: ATHAYDE NERY DE FREITAS JUNIOR e ALMIR EDUARDO MELKE SATER. (DIÁRIO OFICIAL n. 9.744, de 19 de setembro, de 2018, p.35-36, grifos nossos e do Estado). O documento aqui exemplificado em nada, possui um caráter questionador da idoneidade, da qualidade, da capacidade e da importâncias dos artistas envolvidos, bem como, também não tem menor caracterização de atos acusatórios ou difamatórios, ou qualquer outro prejuízo estabelecido em Lei, de quem quer que seja, serve-se apenas como matéria para subsidiar o que estamos analisando sobre os caminhos da política pública cultural de Mato Grosso do Sul, que se propôs e se ampara em documentos oficiais do Estado de MS.**

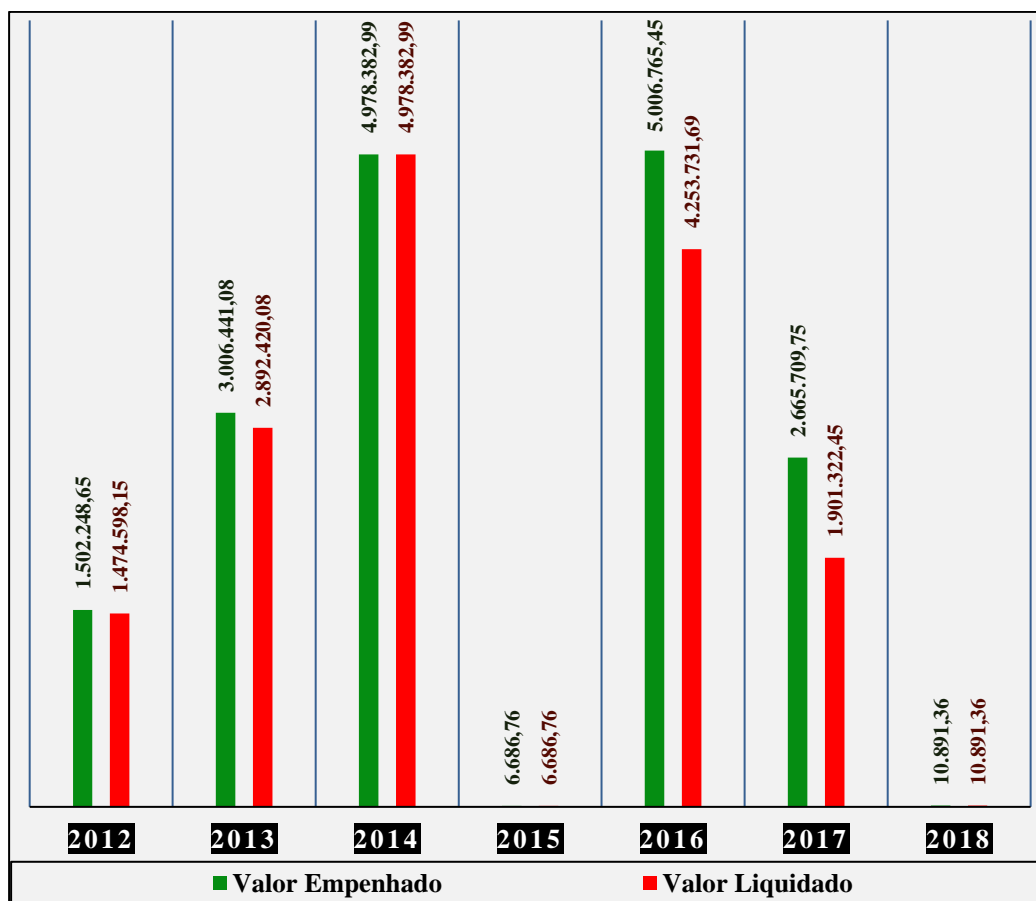
democrática e transparente, conforme requer um política cultural de Estado e solicita a classe do setor cultural de Mato Grosso do Sul.

Isso nos lembra Rubim (2015) quando o autor tece considerações sobre a política de financiamento em âmbito nacional, mas, que pode e deve ser aplicado ao contexto local: Para ele uma política de financiamento cultural deve garantir:

[...] 1. Papel ativo e poder de decisão do Estado sobre as verbas públicas; 2. Mecanismos simplificados de acesso aos recursos, respeitadas as exigências de acompanhamento responsável e rigoroso na utilização dos recursos públicos; 3. Instâncias democráticas e republicanas de deliberação acerca dos financiamentos; 4. Distribuição justa dos recursos, considerando variedade de áreas culturais, segmentos sociais e regiões; 5. Modalidades diferenciadas de financiamento em sintonia com os tipos distintos de manifestações culturais, acionando, por exemplo: empréstimo, micro-crédito, fundo perdido, fundo de investimento, mecenato, marketing cultural, financiamento colaborativo e outras modalidades a serem imaginadas; 6. Ampliação dos recursos [...], garantindo a destinação exclusiva de seus recursos para atividades culturais da sociedade e assegurando uma seleção realizada de modo democrático e republicano por pares reconhecidos pelo campo cultural; 7. Divulgação ampla de todos os mecanismos de financiamento [...], visando informar e incorporar novos agentes, grupos e comunidades culturais. (RUBIM, 2015, p.22).

Em relação aos valores investidos pelo FIC/MS, o que se verifica é a confirmação do que estamos conjecturando, pois conforme dados abaixo, os valores empenhados e liquidados em 2018, simplesmente cessaram praticamente. Isso sem considerar os dados que teremos quando da disponibilização do montante de 2019, já que o Edital FIC/MS, lançado no final de 2019 e que ora se encontra em fase de seleção, somente será executado a partir do segundo semestre de 2020.

Gráfico15: Valores empenhados e liquidados pelo FICMS entre 2012 e 2018.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do portal Transparência do Governo de MS

Assim, identificamos que a prática do Governo do Estado, precisa ser reavaliada, cabendo aos interessados, o devido acompanhamento dos desdobramentos dela decorrida que, poderá se firmar no que está previsto pelo SIEC/MS e pelo PEC/MS, cuja legislação é basilar para a efetivação objetiva e de fato (já que direito é matéria finalizada) da futura dos futuros investimentos para a política cultural de Estado de Mato Grosso do Sul. Quanto ao que está previsto em ambas legislações, citamos, na íntegra:

[Do FIC/MS a partir do SIEC/MS] Art. 48. Constituem receitas do FIC/MS: I - transferência à conta do Orçamento Geral do Estado, até o limite máximo de 1,5% (um e meio por cento), a ser implementado progressivamente, ano a ano, em até dez anos, contados da publicação desta Lei; II - auxílios, subvenções e outras contribuições de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras; III - rendimentos de aplicações financeiras; IV - doações e legados; V - multas previstas nesta Lei; VI - devoluções previstas nos incisos VII e VIII do § 1º do art. 64 desta Lei; VII - transferência do Fundo Nacional de Cultura; VIII - outros recursos a ele destinados e quaisquer outras rendas obtidas por meio de lei. § 1º Poderá ser repassado do FIC diretamente aos fundos municipais até 20% (vinte por cento) da verba prevista no inciso II deste artigo, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 45 desta Lei. (LEI Nº 5.060, DE 20 DE SETEMBRO DE)

Percebemos que a previsão orçamentária da lei do SIEC/MS considerou a PEC 150, o que é um avanço se considerarmos a questão de um ponto de vista amplo, o perigo aqui reside,

na questão de progressividade, pois, não há uma definição na letra da lei, de quanto será essa progressão a cada ano, o que pode deixar em aberto para cada gestão, caso a regulamentação desta lei não o previr.

[Do FIC/MS a partir do PEC/MS] Art. 5º O plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária do Estado e dos Municípios que aderirem às diretrizes e metas do Plano Estadual de Cultura disporão sobre os recursos a serem destinados à execução das ações constantes do Anexo desta Lei. Art. 6º O Fundo de Investimentos Culturais (FIC/MS), sem prejuízo da criação de outros instrumentos de financiamento, será o principal mecanismo de fomento da política estadual de cultura. Art. 7º A alocação de recursos públicos estaduais destinados às ações culturais no Estado e Municípios deverá observar as diretrizes e metas estabelecidas nesta Lei. Parágrafo único. Os recursos estaduais transferidos aos Municípios deverão ser aplicados prioritariamente por meio de Fundo de Cultura, que será acompanhado e fiscalizado pelo Conselho Estadual de Política Cultural, na forma do regulamento. Art. 8º O órgão dirigente máximo da gestão cultural no Estado, na condição de coordenador executivo do Plano Estadual de Cultura, deverá estimular a diversificação dos mecanismos de financiamento para a cultura de forma a atender os objetivos desta Lei e elevar o total de recursos destinados ao setor para garantir o seu cumprimento. (LEI Nº 5.060, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017).

Em relação ao que está previsto no PEC/MS, salientamos que se faz necessário de fato atender o que dispõe sobre a diversificação dos mecanismos de financiamento, isso significa entre outras coisas: (1) continuar e ampliar a prática de Editais de seleção pública para oferecer mais transparências nos processos decisórios de quanto, onde e no que investir; (2) abandonar a prática de dispensa de licitação, apesar de poder se valer dela em questões extremamente necessárias sob os olhos atentos da sociedade; (3) pensar estratégias de distribuição de recursos que se pautem no princípio da equanimidade.

Assim, chegamos as questões do Plano Estadual do Livro e da Leitura (PELL/MS)¹¹⁴ cuja gestação ocorreu a partir da articulação da Gerência de Patrimônio Histórico e Cultural (GPHC) da FCMS em sintonia com a Secretaria de Estado de Educação (SED) e a sociedade sul-mato-grossense.

O objetivo principal do PELL/MS é o de garantir a democratização do acesso, o fomento à leitura e à formação de mediadores, a valorização da leitura e da comunicação e o apoio à criação e ao consumo de bens de leitura. Vinculado ao Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL), o PELL/MS tem sua gestão compartilhada entre gestores públicos estaduais da Educação e da Cultura, ou seja, há de fato uma interface – educação e cultura – que se estabeleceu do ponto de vista formal. Ou seja, Mato Grosso do Sul possui um instrumento legal para o Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas que foi pensado para ser gerido pelas políticas

¹¹⁴ Instituído pelo Decreto n.º 12.954, de 7 de abril de 2010.

culturais e pelas políticas educacionais, cabendo a SED e a FCMS, a responsabilidade colocar em prática as ações nele previstas.

Contudo, o que se nota é a inércia em ambos órgãos públicos em que um, parece achar que o outro, deva solucionar a problemática da não execução do PELL/MS, de modo que, não cabe aqui nos delongarmos sobre esta questão.

O que de fato precisa ser feito é, recolocá-lo na agenda, avaliar o que se foi feito, reorganizando-o para efetiva-lo enquanto política pública de Estado, sob os caminhos da interface entre Educação e Cultura com vistas a atender, as questões do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do trabalho que realizamos, consideramos inicialmente que as políticas públicas é algo relativamente recente se considerarmos o processo histórico do homem enquanto ser social, suas premissas norteiam a ação dos Estados no que tange ao atendimento das necessidades básicas dos seus cidadãos.

As políticas culturais são o terreno em que residem as políticas públicas para o Livro, Leitura e Literatura no Brasil, apesar de também as políticas educacionais abrigá-las em sentido mais específico no contexto escolar. Assim, consideramos que em nível nacional e local, se faz importante que estas duas áreas mantenha uma sintonia a fim de possibilitar melhor e maior alcance da atuação estatal para o setor literário como um todo.

Notamos que no Brasil, a inexistência de políticas culturais foi observada desde o período colonial até o início da segunda república, gerando obscurantismos, elitismos e exclusões sociais de 1500 a década de 1930, o que prejudicou o desenvolvimento nacional no plano cultural.

Percebemos que a partir de década de 1939, surgem as primeiras medidas objetivas do Estado, num contexto de autoritarismos em que, o Estado passou a usar o investimento cultural em ações que favorecessem o pensamento da governança da época que se pautava num nacionalismo que objetivada controlar o pensamento dos cidadãos para que estes servissem aos interesses do poder. Verificamos que entre 1945 a 1964, o Estado apenas deu continuidade às políticas culturais já existentes, ao passo que as manifestações culturais brasileiras cresceram consideravelmente no período.

Notamos que no contexto da ditadura militar entre 1964 e 1985, o país viveu uma nova e tradicional relação da institucionalização políticas culturais e autoritarismo. Neste contexto houve a repressão da liberdade de expressão, a censura de obras e a consequente proibições da publicação de livros. Além disso, o disciplinamento do mercado editorial via Instituto Nacional do Livro, foram algumas faces do quão pernicioso foi esse período para o setor literário naquele período.

Identificamos que nos anos primeiros ares da redemocratização do país, a atuação do Estado se rendeu a lógica do mercado em este abriu se isentou de investir no setor cultural, cabendo ao mercado o poder de decisão de o que e quanto financiar aos artistas brasileiros via dedução fiscal. Percebemos também que essa situação só se agravou com o passar dos anos, de modo, que nenhuma gestão conseguir solucionar esta problemática que se encontra em aberto no país.

Notamos que a lógica Neoliberal e a prática do Estado mínimo entre 1992 e 2002, se traduziu em uma espécie de reificação do setor cultural que rendido ao mercado perdeu o real valor simbólico de suas produções que se tornaram mais uma mercadoria, dentre tantas a disposição no mercado. Em termo de políticas percebemos que não houve grandes avanços nesse período.

Percebemos que entre 2003 e 2016(E MEIO), o país experimentou pela primeira vez uma relação da institucionalização de políticas culturais e democracia. É preciso reconhecer que, adoção do sentido antropológico para a cultura, favoreceu o acesso a bens e serviços culturais grupos de brasileiros que historicamente foram excluídos do alcance da ação do Estado.

Nota-se que ao pensar a cultura a partir da dimensão simbólica, econômica e cidadã, o Estado passou a considerar todas as formas de práticas culturais como um projeto de Nação. Resultado disso, foi a criação de políticas culturais de Estado em conexão com a sociedade, favorecendo o crescimento do setor cultural, nunca antes vivido na história do país.

Ainda em âmbito nacional, identificamos que desde de 2016(E MEIO) a incerteza se mostra como um aviso para que não permitamos que retomemos ao obscurantismos e autoritarismos que julgávamos superado em nosso país. E, isso afeta diretamente o setor cultural, sobretudo, o Livro, a Leitura e a Literatura, já que ultimamente o ator de Ler tem se mostrado subversivo.

No contexto sul-mato-grossense, concluímos que do momento da efetiva instalação do Estado até o final da década de 1990, a atuação do Estado em relação a política pública para a cultura/literatura, se firmou na prática da política de governo. Desse período o destaque foi a criação da FCMS e do Conselho Estadual de Políticas Culturais.

Notamos que partir dos anos 2000, houve uma mudança no quadro de legislações que favoreceram o surgimento de uma política de Estado, contudo, os investimentos no setor cultural, especialmente por meio do FIC/MS, ficaram prejudicados, uma vez que o Edital público que seleciona e financia os projetos advindos de iniciativa da sociedade civil e órgãos públicos do estado, deixou de ser realizado em 6 exercícios (2005, 2006, 2007, 2016, 2017 e 2018), no período de 2002 a 2019. Neste contexto, o setor literário foi apenas o quarto maior segmento (num universo de doze setores) no que diz respeito ao valor investido alcançando 9,30% do montante e terceiro na quantidade de projetos com 67 iniciativas financiadas. Já o segmento de bibliotecas, alcançaram apeans 0,37% do montante investido respectivamente e 6 projetos aprovados.

Identificamos que o sistema de financiamento/investimento do Estado no setor cultural, apesar de ter crescido do ponto de vista do montante de recursos disponibilizados, a prática da política de governo e não de Estado, acabou por gerar o não atendimento das reais necessidades

da sociedade de MS, sendo preciso se pensar em uma diversificação dos mecanismos de financiamento. Isso significa entre outras coisas, ampliar a prática de Editais de seleção pública, abandonar a prática de dispensa de licitação e pensar estratégias de distribuição de recursos que se assente no princípio da equanimidade.

Notamos que entre 2005 e 2017, houve um longo processo de que culminou na criação do SIEC/MS e do PEC/MS em 2017, sendo que podemos considera-los como marcos legais importante, no entanto, há que se pensar em formas de coloca-los em prática enquanto política de Estado. No que tange ao SIEC/MS, consideramos que o mesmo possui do ponto de vista legal, os componentes necessários para uma integração das políticas culturais no Estado, essa integração somente será possível se houver uma vontade política daqueles que conduzem a gestão pública cultural de Mato Grosso do Sul.

Em relação ao PEC/MS, consideramos que a sua não implantação desde sua aprovação em 2017, dificulta a realização dos anseios da sociedade nele expressos, havendo a necessidade de se construir, implantar, e executar as suas metas de forma objetiva, já que em sua lei de criação não se verifica metas objetivas.

Percebemos que no que tange ao setor literário, a atuação do Estado no que tange a produção e circulação de livros tem no Edital do FIC/MS, o seu principal mecanismo investimentos, no entanto, a descontinuidade de sua realização prejudica os escritores locais, que não encontram no Estado o respaldo financeiro para realizar suas publicações e fazer circular suas obras.

Em relação a promoção da leitura, percebemos que a ação do PROLER/CG, aliada as ações realizadas pelo SEBP/MS via Biblioteca pública Estadual Dr. Isaias Paim, são importantes no que se refere a promoção da leitura, o que deve ter continuidade e ampliação.

No que se refere a um contexto mais amplo, notamos que o PELL/MS pode vir a ser a principal política de Estado para o setor literário, no entanto, apesar de ter instituído como vistas a compor um planejamento o Livro, Leitura e Literatura na interface Educação e Cultura, é uma política que matem inerte do ponto de vista de sua efetiva implementação, carecendo de ser esta problemática urgentemente solucionada, a partir de uma agenda positiva que se proponha em reavaliá-lo, reorganizá-lo e efetiva-lo enquanto políticas pública de Estado para atender, as questões do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas.

Por fim, esperamos que nosso trabalho possa auxiliar, todos aqueles que se interessem pelas questões da Política Pública para a Cultura/Literatura no estado, que carece de maiores estudos e averiguações por parte da Academia e assim, preencher as prováveis lacunas desta investigação, dado o seu caráter inaugural no estado. E, desta forma poderemos todos,

contribuirmos para com o desenvolvimento Cultural, no que tange à todas as práticas culturais existentes, no Estado de Mato Grosso DO SUL.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Elder P. Maria; Souza, Carlos A. As políticas econômico-culturais no (do) governo Dilma: o Vale-Cultura e a expressão do mercado editorial. In: **Políticas culturais no governo Dilma** /Antonio Albino Canelas Rubim, Alexandre Barbalho, Lia Calabre, Organizadores. – Salvador: EDUFBA, 2015. 281 p.: il. – (Coleção Cult)
- AMIZO, Isabella Banducci; JÚNIOR, Álvaro Banducci. Impacto das políticas culturais do governo Lula em Mato Grosso do Sul. In: **Federalismo e políticas culturais no Brasil** / Alexandre Barbalho, José Márcio Barros & Lia Calabre (organizadores). - Salvador : edufba, 2013.
- BATTLES, Matthew. **A conturbada história das bibliotecas**. Tradução João Vergílio Gallerani Cuter. – São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.
- BARBALHO, Alexandre. Política cultural. In: **Organização e produção da cultura**/ autores: Linda Rubim (organizadora), Alexandre Barbalho, Antonio Albino Canelas Rubim ... [et al.]. – Salvador: EDUFBA; FACOM/CULT, 2005.
- _____. Políticas culturais no Brasil: primórdios (1500-1930) in: **Anais do V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – ENECULT**, Salvador, 2009.
- _____. Políticas culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença In: **Políticas culturais no Brasil** / organização Antonio Albino Canelas Rubim. —Salvador: edufba, 2007.
- _____. Políticas culturais no Brasil: primórdios (1500 – 1930). In: **Encontro de estudos multidisciplinares em cultura**, 5, 2009, Salvador. Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2009.
- _____. Em tempos de crise o MinC e a politização do campo cultural brasileiro. In: **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 23-46, jan./jun. 2017
- _____. O Vale-Cultura e o mundo do trabalho cultural. In: **Os trabalhadores da cultura no Brasil: criação, práticas e reconhecimento** / Alexandre Barbalho, Elder Patrick Maia Alves, Mariella Pitombo Vieira (organizadores).- Salvador: EDUFBA, 2017. (Coleção Cult).
- BITTAR, Marisa. **Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso**. Multitemas – periódico das comunidades departamentais da UCDB. Campo Gande, n. 15, p. 93-124, out. 1999.
- BOLSÃO MS. Inocência tem lançamento de livro que retrata sua história. Disponível em: <http://www.bolsaoms.com.br/noticias/inocencia/inocencia_tem_lancamento_de_livro_que_retrata_sua_historia> Acessado em 03 de Fevereiro de 2020.
- BOTELHO, Isaura. A atualidade das intervenções de Néstor Garcia Canclini. In:GARCIA CANCLINI, Néstor. **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**/ Néstor García Canclini; organizadores Renata Rocha e Juan Ignacio Brizuela. – Salvador: EDUFBA, 2019.
- _____. **A política cultural e o plano das ideias de Botelho** (2007) disponível em < <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/IsauraBotelho.pdf>> Acessado em agosto de 2018.
- _____. As dimensões da cultura e o lugar das políticas Públicas de Botelho (2001) disponível em Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Editora Fundação SEADE, vol. 15, n. 2, abril/junho 2001.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.**

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em 12 de setembro de 2017.

_____. **Cultura em três dimensões:** as políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010. Disponível em < <http://rubi.casaruiarbosa.gov.br:8080/handle/20.500.11997/6233>> Acessado em 11 de janeiro de 2020.

_____. **Caderno do PNLL.** Edição atualizada e revisada em 2014. Disponível em < http://antigo.cultura.gov.br/documents/10883/1171222/cadernoPNLL_2014ab.pdf/df8f8f20-d613-49aa-94f5-edebf1a7a660> Acessado em: 07 de agosto de 2019.

_____. **Decreto nº 48.902**, de 27 de Agosto de 1960. Institui a Companhia Nacional do Livro. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48902-27-agosto-1960-388305-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 23 de Jul. 2019.

_____. **Decreto nº 51.223**, de 22 de Agosto de 1961. Cria no Ministério da Educação e Cultura, o Serviço Nacional de Bibliotecas. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51223-22-agosto-1961-390882-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 23 de Jul. 2019.

_____. **Decreto do Conselho de Ministros nº 771**, de 23 de março de 1962. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Cultura. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-771-23-marco-1962-353623-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 13 de agosto de 2019.

_____. **DECRETO Nº 59.355**, DE 4 DE OUTUBRO DE 1966. Institui no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) e revoga o Decreto número 58.653-66. Disponível em:< <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59355-4-outubro-1966-400010-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 13 de agosto de 2019.

_____. **Decreto-lei nº 1.077**, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1077-26-janeiro-1970-355732-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 20 de Jul. 2019.

_____. **Decreto nº 92.489**, de 24 de março de 1986. Dispõe sobre a estrutura básica do Ministério da Cultura e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D92489.htm> Acesso em 04 de Agosto de 2019.

_____. **Decreto nº 519**, de 13 de maio de 1992. Institui O Programa Nacional de Incentivo à Leitura PROLER e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/decreto/1990-1994/D0519.htm Acessado em: 10 de Junho de 2019.

_____. **Decreto no 520**, de 13 de maio de 1992. Institui o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/1990-1994/D0520.htm> Acessado em 06 de Agosto de 2019.

_____. **Decreto nº 7.559**, de 1º de setembro de 2011. Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm> Acessado em: 07 de agosto de 2019.

_____. **Lei nº 7.505**, de 2 de julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7505.htm Acesso em 04 de Jul. 2019.

_____. **Lei nº 7.624**, de 5 de novembro de 1987. Autoriza a instituição de fundações, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1980-1988/L7624.htm> Acessado em 04 de Agosto de 2019.

_____. **Lei nº 10.753**, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10753-30-outubro-2003-497306-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 07 de agosto de 2019.

_____. **Lei nº 12.343**, de 21 de dezembro de 2010. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm> Acessado em 07 de agosto de 2019.

_____. Ministério da Cultura. **Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011**. Estabelece as metas do Plano Nacional de Cultura - PNC. Diário Oficial da União nº N° 239, quarta-feira, 14 de dezembro de 2011, Seção 1, p.12-20.

_____. Ministério da Cultura. **Portaria nº 124, de 13 de dezembro de 2011**. Dispõe sobre a implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC - e dá outras providências. Diário Oficial da União nº N° 239, quarta-feira, 14 de dezembro de 2011, Seção 1, p.20.

_____. Ministério da Cultura. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. / Brasil. Ministério da Cultura. Apresentação de Ana de Hollanda e Sérgio Mamberti. – São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012. 216 p.; il.

_____. Ministério da Cultura. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. / Brasil. Ministério da Cultura. Apresentação de Marta Suplicy [Ministra da Cultura] e Sérgio Mamberti [Secretário de Políticas Culturais]. – São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2013.

_____. Ministério da Cultura. Secretaria da Diversidade Cultural. **Análise e avaliação qualitativa das metas e o monitoramento do Plano Nacional de Cultura (PNC)** / Ministério da Cultura. Secretaria da Diversidade Cultural. – Salvador: UFBA, 2018.

_____. Ministério da Cultura. Secretaria-Executiva. Memória de Reunião. **Reunião do Comitê Gestor do SIM Cultura**. Disponível em: < <http://sim.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/31/2018/05/Ata-1%C2%BA-Reuni%C3%A3o-comit%C3%AA-SNIC.pdf>>. Acessado em 07 de Fevereiro de 2020.

_____. Ministério da Cultura (MINC). **Sistema Nacional de Informações e Indicadores culturais SNIIC**. 2009. Disponível em:< <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br:8080/bitstream/20.500.11997/7247/1/604.%20Microsoft%20Word%20-%20Documento%20padr%C3%A3o%20para%20Sistema%20Nacional%20de%20Informa%C3%A7%C3%B5es%20e%20In%20E2%80%A6.pdf>> Acesso em 12 de Janeiro de 2020.

_____. Ministério da Cultura. Lei nº 13.696, de 12 de Julho de 2018. **Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm> Acessado em 08 de Fevereiro de 2020.

_____. Ministério da Cultura. **Plataforma SNIIC**. Disponível em:< <http://sniic.cultura.gov.br/>> Acessado em 16 de janeiro de 2020.

_____. Ministério da Cultura. **Plataforma SIMCULTURA**. Disponível em: <<http://sim.cultura.gov.br/>> Acessado em 20 de janeiro de 2020.

_____. Ministério da Cultura. **Ferramenta Salicnet**. Disponível em: <<http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php>> . Acessado em janeiro de 2020.

_____. Ministério da Cidadania. DECRETO Nº 9.930, DE 23 DE JULHO DE 2019. **Altera o Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011, que dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura**. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-9.930-de-23-de-julho-de-2019-203422244>> Acessado em 07 de Fevereiro de 2020.

_____. Ministério da Educação. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acessado em: 09 de fevereiro de 2020.

_____. **Portaria Interministerial nº 1442**, de 10 agosto de 2006. Institui o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL). Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelinck.php?numlink=1-83-31-2006-08-10-1442>> Acesso em 07 de agosto de 2019.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil do século XXI: cenários e desafios. In: **Política e gestão cultural: perspectivas Brasil e França** / Frederico Lustosa da Costa (organizador). - Salvador: EDUFBA, 2013.

_____. Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas. In: **Políticas culturais no Brasil** / organização Antonio Albino Canelas Rubim. —Salvador : edufba, 2007.

_____. **Políticas culturais no Brasil: dos anos de 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. **Política cultural no Brasil: um histórico**. I ENECULT. Disponível em <<http://www.cult.ufba.br/enecul2005/LiaCalabre.pdf>> Acesso em: Set. de 2017.

CÂNDIDO, Antônio. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 235-263.

CASTANHO, Sérgio Eduardo Montes. **Política cultural: reflexão sobre a separação entre educação e a cultura no Brasil**. Campinas, UNICAMP (Educação), 1987.

CASTRO, César Augusto. **Produção e Circulação dos livros no Brasil: Dos Jesuítas (1550) aos militares (1970)** . Enc. BIBLI: R. eletrônica de Bibl. Ci. Inform., Florianópolis, n. 20, 2º semestre de 2005.

COELHO TEIXEIRA, José Neto. *Dicionário Crítico de Política Cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

CORREA, Línive de Albuquerque. HISTÓRIA, IMPRENSA E POLÍTICA: A DIVISÃO DO ESTADO DO MATO GROSSO NAS PÁGINAS DA FOLHA DE S. PAULO. In: **Anais Eletrônicos do IV Congresso Internacional de História: Cultura, sociedade e poder, realizado entre 23 e 25 de setembro de 2014 – UFG/Jataí**. Disponível em:<[http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(156\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(156).pdf)>. Acessado em 08 de fevereiro de 2020.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf>> Acesso em: 4 de março de 2017.

FURLANETTO, Vera Lucia. **OS DISCURSOS SOBRE A CRIAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL E EVENTOS COMEMORATIVOS**. Disponível em:

<http://www.encontro.ms.anpuh.org/resources/anais/38/1411239886_ARQUIVO_Artigo-Vera.pdf> Acessado em: <21 de Junho de 2017>

DICIONÁRIO ONLINE, FGV. **Revolução de 1930**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>>. Acessado em 12 de agosto de 2019.

DICIONÁRIO Michaelis. **Estatística**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=estat%C3%ADstica>> Acessado em 10 de janeiro de 2020.

DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa. **Mecenas**. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/mecenas>>. Acessado em 04 de janeiro de 2020.

GARCÍA CANCLINI, Nestor. Políticas Culturales y crisis de desarrollo: um balance latino-americano. In: GARCÍA CANCLINI, Nestor (org.). **Políticas culturales en América Latina**. Buenos Aires: Grijalbo, 1987, p.13-61.

GOLASSO, Norberto; IBÁÑEZ, Germán. **La Guerra de la Triple Infamia**. Cuaderno para la Otra Historia – ISSN 1667-1635, @Centro Cultural “Enrique S. Dicépolo”, Buenos Aires, Argentina, 2005. Disponível em: <http://www.elortiba.org/pdf/triple_infamia.pdf> Acessado em: < 30 de Junho de 2017>

GOLDMANN, Lucien. A reificação. In: GOLDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, pp. 105-152. In: **Revista Extraprensa**, 3(3), 702-720. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/77205>> Acesso em 26 de Janeiro de 2020.

GREFFE, Xavier. **A economia artisticamente criativa** / Xavier Greff e ; tradução Ana Goldberger. - 1. ed. - São Paulo : Iluminuras : Itaú Cultural, 2015.

HEIDEMANN, Francisco G. Do sonho do progresso às políticas de desenvolvimento in: **Políticas Públicas e Desenvolvimento – Bases Epistemológicas e modelos de análise**. Francisco G. Heidemann e José Francisco Salm, organizadores, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. **O preço da leitura: Leis e números por detrás das letras**. São Paulo: Editora Ática, 2001.

LEITE. Marli Lucia de Oliveira Barbosa. O Proler e seus parceiros em Campo Grande/MS. In: **Revell, Revista de Estudos Literários da UEMS**. ISSN 2179-4456. v. 1, n. 15 (2017) Leite. Disponível em: <<https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/1439>> Acesso em 10 de fevereiro de 2020.

LEMOS, Ronaldo. Creative Commons, mídia e as transformações recentes do direito da propriedade intelectual. In: **Revista Direito VG**. v. 1, n. 1 (2005). Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/35275/34068>> Acesso em 12 de Janeiro de 2020.

Lima, Eunice Negrís, 1966 - **Representações e práticas de incentivo à leitura no Espírito Santo, no período de 1997 a 2005** / Eunice Negrís Lima. – 2007.

LUKÁČZ, Györg. Introdução aos escritos estéticos de Marx e Engels. In: MARX, Karl, 1818-1833. **Cultura, arte e literatura: textos escolhidos**/ Karl Marx e Friedrich Engels; tradução de José Paulo Netto e Miguel Makoto Cavalcanti Yoshida. 1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MACEDO, Daniel de Almeida. **Mato Grosso: Governo Política e Sociedade (1977-2010)**. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/.../2016_DanielAlmeidaDeMacedo_VCorr.pdf. Acessado em: 03 de Março de 2017.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. In **REVISTA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO**, Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 94-111, 2010. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42307> > Acessado em 02 de Agosto de 2018.

MACHADO, Elisa Campos; Lück, Esther Hermes; SIQUEIRA, Bianca Lopes. O papel do sistema nacional de bibliotecas públicas na construção de políticas públicas. In: **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 2, maio/ago., 2019. Disponível em: < <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1221> > Acessado em 27 de Janeiro de 2020.

MACHADO, Elisa Campos; Lück, Esther Hermes; SIQUEIRA, Bianca Lopes. A trajetória da institucionalização do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do Brasil. In: **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. esp, 45 anos, 2018. 2019. Disponível em: < <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1078> > Acessado em 28 de Janeiro de 2020.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº 17 de janeiro de 1979** – Aprova o Estatuto da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul. D.O 01.01.1979

_____. **DECRETO Nº 9.386, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1999**. Aprova o Estatuto da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Diário Oficial nº 4.962 de 22 de fevereiro de 1999.

_____. **Decreto nº 9.964 de 28/06/2000** . Regulamenta a Lei nº 1.872, de 17 de julho de 1998 alterada pelas Leis nº 1.966, de 28 de junho de 1999; e nº 2.060, de 23 de dezembro de 1999, e dá outras providências. DOE - MS em 29 jun 2000.

_____. **DECRETO n. 12.905, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2009**.

APROVA O ESTATUTO DA FUNDAÇÃO DE CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL - FCMS. PÁGINA 3, 28 DE DEZEMBRO DE 2009. DIÁRIO OFICIAL n. 7.611.

_____. **DECRETO Nº 14.678, DE 17 DE MARÇO DE 2017**. Estabelece as condições de transferências de pessoal, direitos e obrigações dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual, em decorrência da reorganização da estrutura. D.O. Nº 9.372 de 20.03.2017

_____. **DECRETO Nº 14.692 DE 21 DE MARÇO DE 2017** – Reorganiza a estrutura básica da Secretaria de Estado de Cultura e Cidadania (SECC), e dá outras providências. D.O. Nº 9.374 de 22.03.2017

_____. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). **EDITAL nº001/2015 – FIC/MS**. Torna público a relação de projetos aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Diário Oficial nº 9.228 de 15 de Agosto de 2016.

_____. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). **PORTARIA/PRESI/FCMS nº003/08, de 31 de março de 2008**. Torna público a relação de projetos aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Diário Oficial nº 7.184 de 01 de Abril de 2008.

_____. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). **PORTARIA/PRESI/FCMS nº 023/09, de 27 de Abril de 2009**. Torna público a relação de

projetos aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. DIÁRIO OFICIAL nº 7.477 de 28 de Abril de 2009.

_____. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). **PORTARIA/PRESI/FCMS nº. 071/14, de 04 abril de 2014.** Torna público a relação de projetos aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. DIÁRIO OFICIAL n. 8.652 de 07 de Abril de 2014

_____. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). **PORTARIA/PRESI/FCMS nº. 015/10, de 16 abril de 2010.** Torna público a relação de projetos aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. DIÁRIO OFICIAL nº 7.686 de 16 de Abril de 2010.

_____. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). **PORTARIA/PRESI/FCMS nº. 021/11, de 04 abril de 2011.** Torna público a relação de projetos aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. DIÁRIO OFICIAL nº 7.922 de 05 de Abril de 2011.

_____. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). **PORTARIA/PRESI/FCMS nº. 026/12, de 19 março de 2012.** Torna público a relação de projetos aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. DIÁRIO OFICIAL nº 8.155 de 20 de Março de 2012.

_____. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). **PORTARIA/PRESI/FCMS nº. 040/13, de 22 março de 2013.** Torna público a relação de projetos aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. DIÁRIO OFICIAL nº 8.399 de 25 de Março de 2013.

_____. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). **PORTARIA/PRESI/FCMS nº. 041/13, de 15 abril de 2013.** Torna público a relação de projetos aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. DIÁRIO OFICIAL nº 8.413 de 16 de Abril de 2013.

_____. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). **PORTARIA/PRESI/FCMS nº. 042/13, de 19 junho de 2013.** Torna público a relação de projetos aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. DIÁRIO OFICIAL nº 8.455 de 20 de Junho de 2013.

_____. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). **PORTARIA/PRESI/FCMS nº. 066/13, de 30 agosto de 2013.** Torna público a relação de projetos aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. DIÁRIO OFICIAL nº 8.506 de 02 de Setembro de 2013.

_____. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). **PORTARIA/PRESI/FCMS nº. 069/13, de 16 outubro de 2013.** Torna público a relação de projetos aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. DIÁRIO OFICIAL nº 8.538 de 17 de Outubro de 2013.

_____. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). **PORTARIA/PRESI/FCMS nº. 074/14, de 08 agosto de 2014.** Torna público a relação de projetos aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. DIÁRIO OFICIAL n. 8.734 de 11 de Agosto de 2014.

_____. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). **Relatório de Atividades 2007.** Org. Adriane Cação e Sabrina Miranda Areco. Campo Grande, MS, 2007.

_____. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). **Relatório de Atividades 2008.** Campo Grande, MS, 2008.

_____. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). **Relatório de Atividades 2009**. Campo Grande, MS, 2009.

_____. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). **Relatório de Atividades 2010**. Campo Grande, MS, 2010.

_____. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). **Relatório de Atividades 2011**. Campo Grande, MS, 2011.

_____. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). **Relatório de Atividades 2012**. Campo Grande, MS, 2012.

_____. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). **Relatório de Atividades 2013**. Campo Grande, MS, 2013.

_____. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). **Relatório de Atividades 2014**. Campo Grande, MS, 2014.

_____. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). **RESOLUÇÃO Nº 006/SEMACT/MS, de 17 de Junho de 2002**. Torna público a relação de projetos culturais aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura em 16 de Janeiro de 2002. Diário Oficial nº 5.774 de 18 de Junho de 2002.

_____. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). **RESOLUÇÃO nº 013/SCEL, de 29 de Setembro de 2003**. Torna Público a relação de projetos aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura para execução no segundo semestre do ano de 2003 e dá outras providências. Diário Oficial nº 6092 de 30 de Setembro de 2003.

_____. Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul (FCMS). **RESOLUÇÃO/SEC/MS nº 008/2004, de 12 de Maio de 2004**. Torna Público a relação de projetos aprovados pelo Conselho Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Diário Oficial nº 6245 de 14 de Maio de 2004.

_____. **Lei nº 422 de 06 de Dezembro de 1983** – Acrescenta o dispositivo ao art. 9º do Decreto-Lei nº 117, de 30 de Julho de 1979, institui o Conselho Estadual Do Trabalho, autoriza a criação da Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, extinguindo o Fundo de Desenvolvimento de Artesanato-FUNDART e da outras providências, D.OU.

_____. **Lei nº 715 de 02 de Junho de 1987** – Cria o Sistema Estadual de Cultura, e dá outras providências.

_____. **LEI Nº 1.872 DE 17/07/1998**. Institui Incentivo Fiscal a Projetos Culturais no Estado, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=135835>> Acesso em: 19/04/2016

_____. **Lei nº 1.123 de 18 de Dezembro de 1990** - Dispõe sobre as atribuições, composição, estrutura e funcionamento do conselho Estadual de Cultura.

_____. **Lei nº 1.966 de 28/06/1999**. Altera dispositivos da Lei nº 1.872, de 17 de julho de 1998. DOE em 29 jun 1999.

_____. Lei nº 2.060 de 23/12/1999. Altera dispositivo da Lei nº 1.872, de 17 de julho de 1998 e dá outras providências. DOE em 27 dez 1999.

_____. **LEI Nº 2.366, DE 20 DE DEZEMBRO 2001**. Institui o Fundo de Investimentos Culturais de Mato Grosso do Sul – FIC-MS. Disponível em: <<http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/fundo-de-investimentos-culturais-de-mato-grosso-do-sul/>> Acessado em: 16/03/2016.

_____. **LEI Nº 2.645, DE 11 DE JULHO DE 2003**. Reorganiza o Fundo de Investimentos Culturais do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências.

Disponível em: <<http://www.fundacaodecultura.ms.gov.br/fundo-de-investimentos-culturais-de-mato-grosso-do-sul/>> Acessado em: 16/03/2016.

_____. **LEI Nº 4.982, DE 14 DE MARÇO DE 2017.** Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 4.640, de 24 de dezembro de 2014, que reorganiza a Estrutura Básica do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. DO.9369_15_03_2017.

_____. **LEI Nº 5.060, DE 20 DE SETEMBRO DE 2017.** Institui o Sistema Estadual de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul, estabelece diretrizes para a Política Estadual de Cultura, e dá outras providências. (D.O. N. 9498. 21.07.2017).

_____. **LEI Nº 5.148, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017.** Institui o Plano Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul (PEC/MS), e dá outras providências. D.O n. 9.562. 28.12.2017).

_____. **LEI Nº 5.389, DE 6 DE SETEMBRO DE 2019.** Altera a redação e revoga dispositivos da Lei nº 5.060, de 20 de setembro de 2017, que institui o Sistema Estadual de Cultura do Estado de Mato Grosso do Sul, estabelece diretrizes para a Política Estadual de Cultura. Diário Oficial Eletrônico n. 9.982 9 de setembro de 2019 Página 2.

MELLO, Gustavo. Desafios para o setor editorial brasileiro de livros na era digital. In: **BNDS setorial**, 36, p.429-473. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/1486/1/A%20set.36_Desafios%20para%20o%20setor%20editorial%20brasileiro%20de%20livros%20na%20era%20digital_P.pdf> Acesso em 20 de janeiro de 2020.

MICHAELIS. **Estatística.** Disponível em <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/estat%C3%ADstica/>>. Acessado em 07 de fevereiro de 2020.

MINTO, Watanabe Lalo. **Neoliberalismo.** Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_neoliberalismo1.htm> Acessado em 06 de Janeiro de 2020.

_____. **Estado Mínimo.** Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_estado_minimo.htm#_ftn1> Acessado em 06 de Agosto de 2019.

MORAES JR., João V. de. Políticas Culturais do Livro e Leitura no Brasil: contexto, avanços e desafios. In: Rubim, Antonio Albino Canelas. (Org.). **Políticas Culturais no Governo Lula.** Salvador, EDUFBA, 2010. V. 6, p. 179-199.

NAVARRO, Luciana. **FCMS divulga projetos contemplado no FIC 2009.** Disponível em:<http://ensaiogeral.com.br/noticias/oficina/fcms_divulga_projetos_contemplados_para_o_fic_2009>. Acessado em:<09 de agosto de 2017>

NERY, Danilo. A Importância da ferrovia NOB para o desenvolvimento de Campo Grande. In: **Jornal Capital News**, 27 de Agosto de 2014. Disponível em: <<https://www.capitalnews.com.br/reportagem-especial/importancia-da-ferrovia-nob-para-o-desenvolvimento-de-campo-grande/267340>> Acessado em: 08 de Fevereiro de 2020.

NETTO, Ismael Sá. **O Papiro.** Disponível em: <<http://www.fascinioegito.sh06.com/papiros.htm>> .Acessado em: 12 de janeiro de 2020.

NETO, José Castilho Marques. Políticas Públicas de Leitura – O PNLL. In: **Políticas culturais no governo Dilma** / Antonio Albino Canelas Rubim, Alexandre Barbalho, Lia Calabre, Organizadores. – Salvador: EDUFBA, 2015. 281 p. : il. – (Coleção Cult)

NOTÍCIAS.MS. **Governador assina amanhã termo de autorização dos projetos aprovados pelo FIC.** Disponível em: < <http://www.jornalcorreio.ms.com/2011/06/governador-assina-amanha-termo-de.html> > Acessado em: <05 de Agosto de 2017>

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **Bandeirantes e Pioneiros – As fronteiras no Brasil e nos Estados Unidos.** Revista Novos Estudos nº37, novembro 1993 (pg.214-224). Disponível em: http://novosestudios.org.br/v1/files/uploads/contents/71/20080625_bandeirantes_e_pioneiros.pdf Acessado em: <09 de Jul. De 2017>

OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. **Censura de livros durante a ditadura militar: 1964 – 1978.** Recife: A autor, 2003.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Bibliotecas públicas: políticas do Estado brasileiro de 1990 a 2006.** 2008. 140p. Dissertação (Mestrado)– Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2008.

PELLEGRINI, Stella de Moraes. **História e memória do PROLER (1992-1996): uma experiência instituinte de leitura /** Stella de Moraes Pellegrini ; orientadora: Eliana Lúcia Madureira Yunes Garcia. – 2010.

PINTO, Tales dos Santos. O mecenato na história. In: **Brasil Escola.** Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historia/o-mecenato.htm>> . Acesso em 04 de janeiro de 2020.

PINHEIRO, Ricardo Queiroz. **Política pública de leitura e participação social: o processo de construção do PMLLB de São Paulo/** Ricardo Queiroz Pinheiro, - São Paulo: R.Q. Pinheiro, 2016.

PRADO, Clara Cecchini do. ARTE, CULTURA E EDUCAÇÃO: MULTIPLAS POSSIBILIDADES DE ARTICULAÇÃO. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/9886674-Arte-cultura-e-educacao-multiplas-possibilidades-de-articulacao-clar-ecchini-do-prado.html> > Acessado em 09 de fevereiro de 2020.

REY, Diana Marcela. Sistemas de Informação Cultural: aprendizagens e desafios na América Latina. In: **Políticas Culturais em Revista.** v. 8, n. 2, p. 173-187, 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/15369/10919> Acesso em 14 de Janeiro de 2020.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios In: **Políticas culturais no Brasil /** organização Antonio Albino Canelas Rubim. — Salvador : edufba, 2007.

_____. Políticas culturais: estado da arte no Brasil In: **Política e gestão cultural: perspectivas Brasil e França /** Frederico Lustosa da Costa (organizador). - Salvador: EDUFBA, 2013.

_____. Panorama das políticas culturais no mundo. In: RUBIM, Albino; ROCHA, Renata (Org.). **Políticas culturais.** Salvador: EDUFBA, 2012. p. 13-27.

_____. **Políticas públicas de cultura no Brasil e na Bahia.**

Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/Artigos/POL%20C3%84TICAS%20P%20C3%94BLICAS%20DE%20CULTURA%20NO%20BRASIL%20E%20NA%20BAHIA%20-%20I.pdf>> Acessado em: <06 de Outubro de 2016>

_____. Políticas culturais no governo Lula. In: **Políticas culturais no governo Lula /** Antonio Albino Canelas Rubim (Org.). - Salvador : edufba, 2010. 308 p. - (Coleção cult)

_____. Políticas culturais no primeiro governo Dilma: patamar rebaixado. in: **Políticas culturais no governo Dilma** / Antonio Albino Canelas Rubim, Alexandre Barbalho, Lia Calabre, Organizadores. – Salvador: EDUFBA, 2015. 281 p. : il. – (Coleção Cult)

ROCHA, Renata. Políticas culturais na América Latina uma abordagem teórico-conceitual. In: **Política Cultural em Revista**. Salvador, v. 9, n. 2, p. 674-703, jun./dez. 2016.

SANTOS, Vanderlei José dos. AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE INVESTIMENTOS PARA A ARTE NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL In: <<http://eventos.sistemas.uems.br/pagina/p/jornadabrasileira2016>> Acesso em 28/02/2020.

_____. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESTADO PARA A LITERATURA EM MATO GROSSO DO SUL (2002-2017): UM PANORAMA INICIAL.. In: **IX Encontro de Pesquisa na Graduação em Letras (EPGL)/ VIII Congresso de Estudos Linguísticos e Literários de Mato Grosso do Sul (CNELLMS)/ VI Encontro de Pesquisa na Pós-Graduação de Letras (EPPGL) e do I Encontro do ProfLetras. Anais....** Dourados(MS) UEMS, 2018. Disponível em: <[https://www.even3.com.br/anais/cnellms2018/91904-AS-POLITICAS-PUBLICAS-DE-ESTADO-PARA-A-LITERATURA-EM-MATO-GROSSO-DO-SUL-\(2002-2017\)--UM-PANORAMA-INICIAL](https://www.even3.com.br/anais/cnellms2018/91904-AS-POLITICAS-PUBLICAS-DE-ESTADO-PARA-A-LITERATURA-EM-MATO-GROSSO-DO-SUL-(2002-2017)--UM-PANORAMA-INICIAL)> . Acesso em: 28/02/2020 00:30

_____. POLÍTICA PÚBLICA DE ESTADO PARA A LITERATURA EM MATO GROSSO DO SUL. In: **Cadernos de Resumos do II SEDIA - SEMINÁRIO DE DISSERTAÇÕES EM ANDAMENTO**. V. 2, N. 1 (2019). Disponível em: <<https://anaisonline.uems.br/index.php/sedia/issue/view/85>> Acessado em 27 de fevereiro de 2020.

_____; FERNANDES, Enilda. POLÍTICA PÚBLICA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PARA CULTURA E ARTE: OS FINANCIAMENTOS/INVESTIMENTOS NAS DIFERENTES LINGUAGENS. In: **Caminhos da Pesquisa em Artes Cênicas e Dança**: entre a Universidade, a Sala de Aula e o Palco. Vanderlei José dos Santos (Org). Campo Grande, MS: PMCG/Life Editora, 2020.

SARAIVA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: **Políticas públicas**; coletânea / Organizadores: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi. – Brasília: ENAP, 2006.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. Ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SENADO FEDERAL. **SIGABrasil. Painel Cidadão**. Disponível em:<<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrazil>> . Acessado em janeiro de 2020.

_____.**SIGABrasil. Painel Especialista**. Disponível em:<<http://www9.senado.leg.br/QvAJAXZfc/opensoc.htm?document=Senado%2FSigaBrasilPaineIEspecialista.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true&select=LB137,2019>> Acessado em janeiro de 2020.

SERVIÇO Social da Indústria. Departamento Nacional. **Estudos das leis de incentivo à cultura** / SESI. DN. – Brasília: SESI/DN, 2007.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. In: **Políticas culturais no Brasil** / organização Antonio Albino Canelas Rubim. — Salvador: edufba, 2007.

SOUZA, Celina. **Coordenação de políticas públicas**. / Celina Souza. -- Brasília: Enap, 2018.

_____. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

_____. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMANN, Gilberto (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Organizado por Gilberto Hocmann, Maria Arretche e Eduardo Marques. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

SOUZA, Márcio. **Fascínio e repulsa: Estado, cultura e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2000. (Cadernos de Nosso Tempo número 02).

TIPOGRAFOS.NET. **O pergaminho**. Disponível em: <<http://tipografos.net/glossario/pergaminho.html>> . Acessado em: 14 de janeiro de 2020.

_____. **O papel**. Disponível em: <<http://tipografos.net/glossario/papel.html>> Acessado em 14 de janeiro de 2020.

UNESCO. [Brasília Office Representação da UNESCO no Brasil] Convenção **sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. 2005. . Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000149742>>. Acessado em 20 de janeiro de 2020.

WEIERS, Daniela Piergili. **Políticas Públicas de Fomento à Leitura: política nacional, agenda governamental e práticas locais** / Daniela Piergili Weiers de Oliveira. - 2011.

ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

ANEXO I

PROJETOS FINALIZADOS OU EM EXECUÇÃO NO/DE MS ENTRE 2002 E 2020 NA ÁREA DE HUMANIDADES PELO MECANISMO DE MECENATO (LEI ROUANET)¹¹⁵

1 – EXERCÍCIO 2002

Identificação

Nº Projeto 992882	Nome do Projeto Lendo Mais, Sabendo Mais
CNPJ / CPF 15.529.019/0001-05	Proponente Fundação Barbosa Rodrigues

Informações complementares

UF do Projeto	Área Cultural	Segmento	Processo	Mecanismo	Enquadramento
MS	Humanidades	Evento Literário	01400.011021/99-88	Mecenato	Artigo 18 (100%)

Situação do Projeto

Dt.Situação 10/10/2002	Situação Prestação de contas aprovada com ressalva formal e sem prejuízo	Providência Tomada Que o processo seja encaminhado para apreciação do Secretário do Livro e Leitura
----------------------------------	---	--

Síntese do Projeto

Implantação de ações pedagógicas em escolas de Campo Grande visando incentivar a leitura de jornais e livros pelos alunos.

Valores do Projeto em R\$

Solicitado R\$ 191.354,00	Aprovado R\$ 191.354,00	Apoiado R\$ 119.596,14
-------------------------------------	-----------------------------------	----------------------------------

Incentivadores do projeto

CNPJ/CPF	Incentivador	Apoio
1 03.240.967/0001-39	Cobel - Construtora de Obras e Engenharia Ltda	23.919,22
2 03.119.724/0001-47	Radio Jornal Empresa Radiojornalistica Mato-Grossense	47.838,46
3 03.224.045/0001-38	Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão	47.838,46

Observação: este projeto iniciou sua captação de recursos no ano de 2000.

2 – EXERCÍCIO 2003

Identificação

Nº Projeto 994372	Nome do Projeto Pantanal, por Manuel de Barros - Para encontrar o Azul Eu uso Pássaors (O)
CNPJ / CPF 02.703.128/0001-47	Proponente SABER - Sampaio Barros Editora M.E.

¹¹⁵ Dados colhidos no sistema SALICNET -<<http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php>> a partir do caminho: Projetos, Mecenato e Projetos executados por região/uf. Ainda nos utilizamos dos campos de pesquisa: Ano (2002 a 2020), Região (Centro-oeste), Unidade da Federação (MS) e Área Cultural (Humanidades). No que tange ao único projeto em execução nos utilizamos do caminho: Projetos, Mecenato e projetos em execução. Projetos finalizados neste anexo compreendem aqueles com recursos captados podendo ter sido realizados ou não em decorrência dos valores efetivamente captados.

Informações complementares					
UF do Projeto	Área Cultural	Segmento	Processo	Mecanismo	Enquadramento
MS	Humanidades	Edição de Livros	01400.003539/99-11	Mecenato	Artigo 18 (100%)
Situação do Projeto					
Dt.Situação	Situação	Providência Tomada			
02/09/2003	Apresentou prestação de contas	Aguarda análise financeira da PC Final.			
Síntese do Projeto					
Edição de livro de arte, com texto e poesia de Manuel de Barros e com ilustrações fotográficas do Pantanal.					
Valores do Projeto em R\$					
Solicitado R\$	Aprovado R\$		Apoiado R\$		
300.000,00	255.550,00		80.000,00		
Incentivadores do projeto					
CNPJ/CPF	Incentivador			Apoio	
1 33.000.167/0001-01	Petróleo Brasileiro S. A - Petrobrás			80.000,00	

Observação: Observação: este projeto iniciou sua captação de recursos no ano de 2000.

3 – EXERCÍCIO 2004: nenhum projeto finalizado

4 – EXERCÍCIO 2005: nenhum projeto finalizado

5 – EXERCÍCIO 2006

Identificação					
Nº Projeto	Nome do Projeto				
013433	Memória e Referência de Mato Grosso do Sul				
CNPJ / CPF	Proponente				
02.703.128/0001-47	SABER - Sampaio Barros Editora M.E.				
Informações complementares					
UF do Projeto	Área Cultural	Segmento	Processo	Mecanismo	Enquadramento
MS	Humanidades	Edição de Livros	01400.008509/01-40	Mecenato	Artigo 18 (100%)
Situação do Projeto					
Dt.Situação	Situação	Providência Tomada			
18/04/2006	Apresentou prestação de contas	Aguarda análise da PC.			
Síntese do Projeto					
Destacar a importância da participação da região de Mato Grosso do Sul na constituição do modo de vida do Brasil do século 21 através do levantamento, registro e divulgação de dados e informações que permitam melhor conhecimento da formação histórica e cultural de cada cidade do Estado principalmente ao longo do século XX. Iniciar a elaboração de um primeiro painel em texto, fotos e ilustrações sobre as origens dessas cidades, organizando de forma sistematizada e de fácil consulta, objetivando a investigação continuada dos principais elementos constitutivos da gênese cultural dessa importante região brasileira. Tornar essas informações acessíveis a estudantes e pesquisadores através da distribuição a bibliotecas, escolas e outras instituições do livro em questão contendo os resultados desse levantamento.					
Valores do Projeto em R\$					
Solicitado R\$	Aprovado R\$		Apoiado R\$		
714.923,00	546.129,22		355.000,00		

Incentivadores do projeto			
	CNPJ/CPF	Incentivador	Apoio
1	42.150.391/0007-66	Braskem S.A	150.000,00
2	33.795.055/0001-94	Petrobrás Química S.A - Petroquisa	200.000,00
3	01.933.902/0001-43	Pinesso Agro Pastoral Ltda.	5.000,00

Observação: este projeto iniciou sua captação de recursos no ano de 2002.

6 – EXERCÍCIO 2007: nenhum projeto finalizado

7 – EXERCÍCIO 2007: nenhum projeto finalizado

8 – EXERCÍCIO 2008

Identificação	
Nº Projeto 063967	Nome do Projeto Monólogo com a Infelicidade
CNPJ / CPF 998.425.301-59	Proponente Rodrigo Lopes de Barros Oliveira

Informações complementares					
UF do Projeto	Área Cultural	Segmento	Processo	Mecanismo	Enquadramento
MS	Humanidades	Edição de Livros	01400.002846/06-38	Mecenato	Artigo 18 (100%)

Situação do Projeto		
Dt.Situação	Situação	Providência Tomada
28/04/2008	Recolhimento integral dos recursos	Devolução total dos recursos captados. Arquite-se

Síntese do Projeto
O objetivo deste projeto é editar o livro Monólogo com a Infelicidade, o Monólogo é uma coletânea de contos já publicados, e outros tantos inéditos do escritor negro Rodrigo Lopes de Barros Oliveira, e dificilmente, por seu conteúdo incomodo e estilo arrastado, teria lugar na indústria editorial.

Valores do Projeto em R\$		
Solicitado R\$	Aprovado R\$	Apoiado R\$
8.715,28	8.715,28	450,00

Incentivadores do projeto			
	CNPJ/CPF	Incentivador	Apoio
1	798.978.436-04	Milton Francisco da Silva	450,00

Observação: este projeto iniciou sua captação de recursos no ano de 2006, no entanto, não conseguiu captar recursos o suficiente para sua execução tendo devolvido o valor captado conforme legislação vigente.

9 – EXERCÍCIO 2009: nenhum projeto finalizado

10 – EXERCÍCIO 2010: nenhum projeto finalizado

11 – EXERCÍCIO 2011

Identificação	
Nº Projeto 064974	Nome do Projeto Encontro estadual de leitura (VI) - das letras e das artes - 2006
CNPJ / CPF 07.382.034/0001-37	Proponente Instituto Para o Desenvolvimento da Arte e da Cultura - IDAC

Informações complementares

UF do Projeto	Área Cultural	Segmento	Processo	Mecanismo	Enquadramento
MS	Humanidades	Evento Literário	01400.004493/06-19	Mecenato	Artigo 18 (100%)

Situação do Projeto

Dt.Situação	Situação	Providência Tomada
27/10/2011	Prestação de contas aprovada sem certificação de qualidade-gestão	Portaria de Aprovação n°45, de 26 de janeiro de 2012, publicado no Diário Oficial da União n°20, sexta-feira, 27 de janeiro de 2012.

Síntese do Projeto

Visa a realização do VI Encontro Estadual de Leitura - das letras e das artes - Promoverá palestras com personalidades com Ana Maria Machado e Marisa Lajolo, espetáculos teatrais, mesas redondas e mais de 20 oficinas com nomes renomados da leitura, das artes e da educação brasileira.

Valores do Projeto em R\$

Solicitado R\$	Aprovado R\$	Apoiado R\$
112.000,00	109.850,00	30.000,00

Incentivadores do projeto

	CNPJ/CPF	Incentivador	Apoio
1	34.028.316/0001-03	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)	30.000,00

Observação: Este projeto iniciou sua captação de recursos no ano de 2007

12 – EXERCÍCIO 2012: nenhum projeto finalizado

13 – EXERCÍCIO 2013: nenhum projeto finalizado

14 – EXERCÍCIO 2014: 3 projetos finalizados

Identificação

Nº Projeto	Nome do Projeto
108322	Mato Grosso do Sul: identidade, história e cultura
CNPJ / CPF	Proponente
498.962.617-68	Cezar Augusto Carneiro Benevides

Informações complementares

UF do Projeto	Área Cultural	Segmento	Processo	Mecanismo	Enquadramento
MS	Humanidades	Edição de Livros	140001.727620/10-67	Mecenato	Artigo 18 (100%)

Situação do Projeto

Dt.Situação	Situação	Providência Tomada
04/06/2014	Prestação de Contas Aprovada	Portaria de Aprovação n. 340, de 30 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União n. 103, segunda-feira, 02/06/2014. Seção n. 1, páginas 5.

Síntese do Projeto

O presente projeto pretende viabilizar a 3ª edição revisada do livro “Miranda Estância: Ingleses, Peões e Caçadores no Pantanal Mato-grossense”, lançado originalmente em 1999, através da Lei Rouanet de Incentivo à Cultura. O livro relata o papel da Miranda Estância, fundada por ingleses em 1912, e das demais que a sucederam, no processo de colonização dos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul e na formação da cultura e da identidade local.

Valores do Projeto em R\$

Solicitado R\$	Aprovado R\$	Apoiado R\$
55.292,60	46.283,60	46.283,60

Incentivadores do projeto

	CNPJ/CPF	Incentivador	Apoio
1	89.637.490/0001-45	Klabin S.A	46.283,60

Observação: Este projeto iniciou sua captação de recursos no ano de 2012.

Identificação

Nº Projeto	Nome do Projeto
1010236	Formação do Mato Grosso do Sul - da Estância Inglesa às estâncias atuais
CNPJ / CPF	Proponente
498.962.617-68	Cezar Augusto Carneiro Benevides

Informações complementares

UF do Projeto	Área Cultural	Segmento	Processo	Mecanismo	Enquadramento
MS	Humanidades	Edição de Livros	140002.044920/10-24	Mecenato	Artigo 18 (100%)

Situação do Projeto

Dt.Situação	Situação	Providência Tomada
14/11/2014	Prestação de Contas Aprovada	Portaria de Aprovação n.747, de 11 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União n.219, quarta-feira, 12 de novembro de 2014.Seção n.1, página 7.

Síntese do Projeto

O presente projeto pretende viabilizar a publicação do livro fotográfico “Formação do Mato Grosso do Sul - da Estância Inglesa às estâncias atuais”. O livro retrata através de imagem um importante capítulo da formação dos estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul. As imagens mostram o papel da Miranda Estância, fundada por ingleses em 1912, e das demais que a sucederam no processo de colonização e na formação da cultura e da identidade dos dois estados.

Valores do Projeto em R\$

Solicitado R\$	Aprovado R\$	Apoiado R\$
95.409,00	84.479,15	74.479,15

Incentivadores do projeto

	CNPJ/CPF	Incentivador	Apoio
1	89.637.490/0001-45	Klabin S.A	74.479,15

Observação: este projeto iniciou sua captação de recursos no ano de 2011.

Identificação

Nº Projeto	Nome do Projeto
131688	Inocência tem História
CNPJ / CPF	Proponente
182.128.326-00	Maria Helena Molinero de Sousa

Informações complementares

UF do Projeto	Área Cultural	Segmento	Processo	Mecanismo	Enquadramento
MS	Humanidades	Livros ou obras de referência - valor Artístico	140000.464020/13-71	Mecenato	Artigo 18 (100%)

Situação do Projeto

Dt.Situação	Situação	Providência	Tomada
20/05/2014	Apresentou prestação de contas	Recebemos nesta Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação, em 20/05/2014, a Prestação de Contas Final com Material de Divulgação do projeto em tela.	

Síntese do Projeto

Empolgados com a riqueza da cultura de Inocência, quatro professores mobilizaram uma equipe, as entidades constituídas e se dispuseram a criar um programa que começou a ser desenvolvido 50 dias antes do aniversário da cidade. Como foi uma festa marcante, achamos necessário o registro daquilo que foi uma explosão de civismo e de demonstração de amor a esta Terra. O lançamento desse documentário deverá acontecer no dia 26 de julho de 2013, no Centro Cultural "Lázara Lessonier" às 19 horas .

Valores do Projeto em R\$

Solicitado R\$	Aprovado R\$	Apoiado R\$
6.045,00	6.045,00	6.045,00

Incentivadores do projeto

	CNPJ/CPF	Incentivador	Apoio
1	447.593.551-20	Jumárcio Bernardino Alves de Paula	1.000,00
2	06.146.812/0001-26	Luiza Helena de Oliveira - Restaurante Selena	500,00
3	19.508.815/0001-04	M. Y. Molinero de Sousa - EPP	345,00
4	15.725.107/0001-74	Passarela Leilões Rurais Ltda - ME	1.000,00
5	00.877.502/0001-03	Pedro Edson de Sousa - Epp	1.000,00
6	03.342.938/0001-88	Prefeitura Municipal de Inocência - MS	1.000,00
7	14.166.317/0001-07	Restaurante Sabor da Terra	200,00
8	15.409.410/0001-68	Sindicato Rural Patronal de Inocência	1.000,00

Observação: este projeto iniciou sua captação de recursos no ano de 2011.

15 – EXERCÍCIO 2015: nenhum projeto finalizado

16 – EXERCÍCIO 2016: nenhum projeto finalizado

17 – EXERCÍCIO 2017: nenhum projeto finalizado

18 – EXERCÍCIO 2018: nenhum projeto finalizado

19– EXERCÍCIO 2019

Identificação

Nº Projeto	Nome do Projeto
170863	Biblioteca Áurea Alencar Casa de Ensaio
CNPJ / CPF	Proponente
05.076.563/0001-87	CENTRO DE ARTE, EDUCACAO, CULTURA, SOCIAL E MEIO AMBIENTE.

Informações complementares

UF do Projeto	Área Cultural	Segmento	Processo	Mecanismo	Enquadramento
MS	Humanidades	Aquisiç. Equip. p/manuten. de acervos bibliográficos	140000.641020/17-71	Mecenato	Artigo 18 (100%)

Situação do Projeto

Dt.Situação	Situação	Providência	Tomada
13/12/2019	Apresentou prestação de contas	13/12/19 - Nota Técnica n. 138/2019, datada de 13/12/2019, autoriza o proponente a proceder com a transferência de aporte equivocado de R\$ 5.000,00 presente em conta livre para o incentivador a fim de corrigir o equívoco.	

Síntese do Projeto

A Biblioteca Áurea Alencar (BICA) é o local na Casa de Ensaio organizado para o prazer da leitura, especializada em literatura infanto-juvenil e artes, a qual pretende dar oportunidade às crianças e jovens de terem contato com o texto literário e das artes, além de participar de sessões de narração de histórias.

Valores do Projeto em R\$

Solicitado R\$	Aprovado R\$	Apoiado R\$
147.368,00	151.214,00	147.368,00

Incentivadores do projeto

	CNPJ/CPF	Incentivador	Apoio
1	039.690.188-38	CANDIDO BOTELHO BRACHER	57.368,00
2	78.638.061/0001-76	Plaenge Empreendimentos Ltda	90.000,00

Observação: este projeto iniciou sua captação de recursos no ano de 2017.

Identificação

Nº Projeto	Nome do Projeto
182379	Biblioteca Áurea Alencar Casa de Ensaio
CNPJ / CPF	Proponente
<u>05.076.563/0001-87</u>	<u>CENTRO DE ARTE, EDUCACAO, CULTURA, SOCIAL E MEIO AMBIENTE.</u>

Informações complementares

UF do Projeto	Área Cultural	Segmento	Processo	Mecanismo	Enquadramento
MS	Humanidades	Acervo Bibliográfico	140001.313120/18-44	Mecenato	Artigo 18 (100%)

Situação do Projeto

Dt.Situação	Situação	Providência Tomada
09/01/2020	Autorizada a captação residual dos recursos	DILIGÊNCIA RESPONDIDA PELO PROPONENTE, ESPERANDO DECISÃO.

Síntese do Projeto

A Biblioteca Áurea Alencar (BICA) é o local na Casa de Ensaio organizado para o incentivo do prazer da leitura. Especializada em literatura infanto-juvenil e artes, tem como objetivo dar oportunidade às crianças e aos jovens de ter contato com o texto literário. Além disso, busca promover eventos literários gratuitos à população como aulas de literatura, palestras, sessões de narração de histórias, lançamentos de livros, entre outros. Essa proposta tem como finalidade, por meio de um Plano Anual, possibilitar o desenvolvimento e o bom funcionamento da Biblioteca Áurea de Alencar, através da manutenção do espaço físico e cultural, e das despesas operacionais (contratação de colaboradores, divulgação de atividades e materiais de consumo).

Valores do Projeto em R\$

Solicitado R\$	Aprovado R\$	Apoiado R\$
244.157,32	<u>226.863,00</u>	<u>57.000,00</u>

Liberado para movimentar conta bancária em 24/12/2018

Recusos já captados

	CNPJ/CPF	Incentivador	Apoio
1	039.690.188-38	CANDIDO BOTELHO BRACHER	50.000,00
2	006.796.667-53	MARIA LILIAN DE CASTRO MAYA CHATEAUBRIAND	2.000,00
3	218.138.798-26	PATRICIA CHATEAUBRIAND MENDES DE SOUZA	5.000,00

ANEXO II

**FINANCIAMENTO/INVESTIMENTO CULTURAL EM MATO GROSSO DO
SUL POR MEIO DO FIC¹¹⁶**

1 - EXERCÍCIO 2002

Área cultural	Projeto	Proponente	Valor em R\$
	1º Seminário do Fórum Estadual de Cultura	Beatriz Fátima Soares	38.600,00
	26ª Festa Junina de Dourados	FUNCED	30.000,00
	3º Festival de Inverno de Bonito 2002	Associação Cultural Festival de Inverno de Bonito	150.000,00
	3º Festival de Tradições Folclóricas de Camapuã	Prefeitura Municipal de Camapuã	15.000,00
	3º Festival Latino Americano de Cine e Vídeo e TV de Campo Grande	Miguel Santos Horta	40.000,00
	4º Encontro Estadual de Leitura	Mari Noeli Kiehl Lapechino	15.000,00
	4ª Semana de Teatro Jovem de Campo Grande/2002	Samanta Sant'ana Ferreira	15.000,00
	5º Festudo – Festival de Teatro Universitário de Dourados	FAPEMS	20.000,00
	6º Concurso Literário Estudantil de Artes Visuais	Prefeitura Municipapl de Coxim	10.000,00
	6º Concurso Literário “Otávio Gonçalves Gomes	Prefeitura Municipal de Coxim	6.000,00
	7 Espíndolas	Regina Márcia de Queiroz Nunes	70.000,00
	A Cor da Ruas	Ana Luisa Ruas	35.000,00
	A Divisão	Sônia Roseley Bacha	25.000,00
	A Literatura Sul-mato-grossense: Panorama Geral de Autores e Obras no Século XX	Edna Pereira Silva de Menezes	15.000,00
	A Volta do Camaleão Alface	América Cardinal dos Santos	3.000,00
	Acervo Cinematográfico da história MT-MS	Nelly Hugueney Dal Farra	45.000,00
	Acervo da Música Popular Rgional	Cristiano Kotlinski	40.000,00
	A Gemaduomi – Choro para o Grande Público	José Carlos Thimoteo Lobreiro	25.000,00
	Airo e Ruan	Airo Garcia Barcelos	12.000,00
	Alma Guarani	Jonas de Paula	50.000,00
	Américo e Nando	Américo Yule de Oliveira Neto	12.000,00
	Apóie o Ungerground	Angela Júlia Finger	15.000,00
	Arte & Cultura Expoflores	Prefeitura Municipal de Sidrolândia	10.000,00
	Arte e Vida	Prefeitura Municipal de Naviraí	10.000,00
	Arte MS	Romulo Said Monteiro	5.000,00
	As Bodas de Fígaro – Compacto	Suley Freitas de Souza – Suley Espinosa	30.000,00
	Ballet: Arte para todos	Sabrina Silveira de Castro Pereria	10.000,00
	Banda Naip	Leonardo Teixeira Maciel	12.000,00
	Barromania	Maria Helena Altounian Belalian	40.000,00

¹¹⁶ Dados sistematizados a partir de coleta feita no Diário Oficial de Mato Grosso do Sul.

Béko Santanegra	Cristina Suley Rosa Lopes	12.000,00
CD Dois Lados – Vadinho Félix	Kathia Cilene Moreira Mendes	12.000,00
CD Lidiane	Tânia Regina dos Santos	15.000,00
CD Lígia Mourão – Meu Brilho é você	Ligia Regina Mourão	12.000,00
CD Maria Cláudia e Marcos Mendes	Marcos José Mendes	12.000,00
CD Olho do Gato	Fernando Jorge Hidalgo Gomes	12.000,00
CD PT Saudações	Marcello Flávio Raslan Pettengill	12.000,00
CD Rapadura Forró e Coco	José Barbosa dos Santos	12.000,00
CD Villa / Piazzolla	Gilmar Coinete Espíndola	12.000,00
CD, Lançamento e divulgação de Rodrigo Moraes	Natalino José Gonzaga	12.000,00
Centro de Documentação Kaiowá e Guarani	Universidade Católica Dom Bosco	70.000,00
Chamamé Café	Pedro Sérgio Lima Ortale	12.000,00
Circuito Estadual de Cantos da Saudade	Claudia de Medeiros - ME	30.000,00
Circuito Sul-mato-grossense da Orquestra de Câmara do Pantanal	Instituto Enokadi	111.000,00
Circuito Universitário e Teatro	Ramona Rodrigues de Souza	20.000,00
Comitiva Pantaneira	Luiz Ernesto Cáceres Franco	60.000,00
Contar História... Ora!	Rosimeire Oliveira Borges	10.000,00
Cooperativa do Bem	Carlos Eduardo Pettengill	20.000,00
Cor de Rosa de Carmim	Maria de Lourdes Gonçalves de Ibanhes	8.000,00
Cristiano Kotlinski e Rodrigo Sater	Gisele B. Melke Sater	15.000,00
Cristo é o Milagre	Marlon da Costa Ferreira	12.000,00
Dagata e os Aluisios	Graziela da Silva Gómez	15.000,00
Edília Santos – Utopia	Edília dos Santos Santos	12.000,00
El Amor Brujo	Maria Helena Pettengill Fernandes	20.000,00
Em Busca da Terra Sem Mal	Valter Spada Betoni	10.000,00
Erva Mate	Teatral Grupo de Risco	35.000,00
Eu, Entre Nós	Luciano Serafin da Silva	3.000,00
Exercícios de Ser Criança	Ana Carolina da Silva Monterio	25.000,00
Expressão Cultural	Maria da Glória de Souza Ferreira	15.000,00
Expresso Cultura 2002	S. Camy Sonorização Ltda ME	150.000,00
Feliz Cidade	Ronaldo Leite Batista	15.000,00
FEMC – Festival de Música Cristã	Comunidade Católica de Vida e Aliança Novo Amanhecer	5.000,00
FESINTER – Festival Estadual de Interpretação	Ronda da Cidade Promoções e Publicidade Ltda.	10.000,00
FESMATO – Federação Sul-Mato-Grossense de Teatro	Grupo Teatral Unicórnio	94.308,00
Festival das Tradições Pantaneiras	Roger Abrego Oliveira	55.000,00
Flor dos Aguaçais	Rogério Costa Nemir	15.000,00
Formação de Núcleos de Criação Teatral	Maria Alice Garcia Martins	20.000,00
Festras	Carlos Roberto Pereira dos Santos	10.000,00
Fronteiras Guaranis	Instituto Histórico e Geográfico de MS	25.000,00
Geraldo Ribeiro	Geraldo Ribeiro Cunha Filho	12.000,00
Geraldo Roca	Tereza Cristina Barros de Figueiredo	12.000,00
Histórias do Xaraés	Wilson Mota Ishikawa	30.000,00

Imagens da ViolênciaE protagonismo Juvenil	Inter Ativa Projetos & Intervenção	20.000,00
Irineu Rocha e Catelan	Irineu Rodrigues de Rocha	12.000,00
Jardim – Entre Flor e a Cidade	Samuel Xavier Medeiros	7.500,00
Kamba’Race – Lamento Negro	Sioney Ricardo Leão	30.000,00
Laís Pamplona – de MS para a Escola Bolshoi	Moacir Toledo de Andrade	10.500,00
Levitas em Festa	José Edmilson Mota de Oliveira	60.000,00
Livro: Aprendiz de águas – Poemas	Sandra Aparecida Ferreira de Andrade	4.500,00
Luz, Palco e Alma	Jaqueline Costa Macedo Coelho	25.000,00
Maciel Correa 20 Anos de Gravação	Edson Aparecido Crispim	12.000,00
Manoel de Barros – Poesia em Todos os Sentidos	Ana Paula Correa	80.000,00
Manual de Construção de Instrumentos Alternativos	Julio da Costa Feliz	15.000,00
Marcelo Loureiro – CD e DVD	Marcelo Loureiro da Rocha	20.000,00
Meu Pantanal	Idemar Luiz Sprandel	15.000,00
Mosaico da Cidade	Marcia Maria Gomes	15.000,00
MS – Fazendas, uma memória fotográfica	Luiz Alfredo Marques Magalhães	20.000,00
Música e Consciência pelos caminhos do Senhor	Adriana Cristina da Silva	12.000,00
Música Folclórica do Pantanal – Grupo Pantaneiro de Cururu	Francisco Saturnino de Lacerda Filho	12.000,00
Na trilha da Arte	Marcos Moura Ferreria	20.000,00
Nós Também vamos ao Teatro	Rosemeire Santos Vardasca Milan	20.000,00
Novo Olhar: Fotografia para a Cidadania	Elis Regina Cardeal Nogueira	16.000,00
O Aventureiro do Centro Oeste	Gisela Dória Sirimarco Nasser	35.000,00
O Bando do Velho Jack	Fábio Carneiro Leão Terra	15.000,00
O Conto do Jacaré	Eliana Pereira da Silva	10.000,00
Oficina de Teatro	Prefeitura Municipal de Bataguassu	10.000,00
Oficina de Teatro e Apresentação do Auto de Natal	Prefeitura Municipal de Santa Rita do Rio Pardo	10.000,00
Oficinarte	Edson Clair Moreira Junior	20.000,00
Originais da Fronteira	Alvino Gonçalves Rodrigues	12.000,00
Os Impossíveis – Músicas para matar o Tédio	Vagner Farias Gonçalves	12.000,00
Os Lobatianos – Ano II	Curumins Cia Teatral	15.000,00
Pacu Era um peixe que vivia feliz nas águas do rio Paraguai	Darcy Mourão Dai	10.000,00
Pantaneta – A Micareta do Pantanal	Prefeitura Municipal de Aquidauana	100.000,00
Papel Arte	Sociedade Pestalozzi de Campo Grande	10.000,00
Pé no Chão	Assoc. Campo-Grandense de Grupos Teatrais	10.000,00
Pequenos Escritores	Ruth Hellmann Claudino	2.500,00
Pioneiros da Arquitetura e da construção em Campo Grande	Angelo Marcos Vieira de Arruda	25.000,00
Poetas e Cantadores	Aurelino Bispo de Miranda	12.000,00

Projeto de História Social de Corumbá	Augusto Cesar Gomes da Silva	10.000,00
Publicação e Lançamento das Obras Completas de Raquel Naveira – 4 volumes	Raquel Maria de Carvalho Naveira	15.000,00
Quinta Gospel Band 2	Viviane Naila Cavalheiro Barreto	12.000,00
Reciclando o Peixe	Marlene Barbosa Mendonça	40.000,00
Registro da Música Cerimonial Terena	Edineide Dias Oliveira	20.000,00
Resgate da Cultura Local	Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti	20.000,00
Resgate Folclórico	Marlene Carvalho de Moura Oliveira	5.000,00
Resgate Histórico e Cultural da Rota das Monções do Varadouro de Camapuã ao Arraial do Belião	Fundo Municipal de Incentivo ao Turismo	20.000,00
Retirada da Laguna	Arcelino Ricardo Almeida de Oliveira	20.000,00
Retrospectiva de Humberto Espíndola – 30 anos de Bovinocultura	Huberto Augusto Miranda Espíndola	60.000,00
Santana do Paranaíba	Hildebrando Campestrini	35.000,00
Sarau do Zé Geral	José Geraldo Ferreira	30.000,00
Show Isto é Brasil	Mara Sandra Rodrigues Campos Zandona	5.000,00
Silvino Jacques – Documentário	Hamilton Wander Medeiros	40.000,00
Tangará e Zé Viola Tapera	Manoel Lacerda Lima	12.000,00
Teatro Vivo	FUNCED	50.000,00
Teceres	Dercy Mary Pinto Saldanha	40.000,00
Tereza	Blanche Maria Torres	10.000,00
Terra Abençoada	Zenaide Novais Pereira	15.000,00
Todas as Faces	Karina Marques Nogueira	12.000,00
Toniquinho da Viola – Todo Brasil da Samba	Javan de Castro Coimbra	12.000,00
Uma Moca da Cidade	Nola Casai Pompeo	20.000,00
Vem Dançar comigo	Ginga Dança	35.000,00
Viajantes do Pantanal – Século XV	Marco Aurélio Ferreira Rossi	15.000,00
Violão em Concerto	José Roberto Teixeira	50.000,00

QUADRO SINTÉTICO

Área cultural	Quantitativo de Projetos	Valor financiado/investido em R\$
-	133	5.200.908,00

2 - EXERCÍCIO 2003

Área cultural	Projeto	Proponente	Valor em R\$
Musica	A Escola vai ao concerto e o concerto vai a escola	Centro de Arte Viva	30.040,00
	A Primeira Dama da Viola Pantaneira	Sandra de Oliveira Merlotti	18.455,00
	Apoio as Bandas Marciais	Prefeitura Municipal de Miranda	5.000,00
	Aquisição de Equipamentos de Fanfarra	Prefeitura Municipal de Taquarussu	4.655,00
	Banda Musical de Angelica	Prefeitura Municipal de Angélica	5.000,00
	Bêbados, Habilidosos! Envelhecidos 12 anos	Vagner Farias Gonçalves	8.725,30
	Caravana Popular	Aurelino Bispo de Miranda	40.747,42
	CD Cavaquinho	Jaqueline Zarour Torronelli	14.321,00
	CD Kurikaka e Makako e os Dinossauros	Paulo de Carvalho	12.000,00
	CD Polk	Rodrigo Teixeira Gonçalves	5.900,00
	Circuito Sul-mato-grossense de Quarteto de Cordas Mozart	Thalles Monteiro Ovando	12.550,00
	Coletânea Promocional Vendável "Rock Jacaré Vol. I"	Levon Rodrigues de Souza	14.173,00
	Cueio Limão	Camilo Verdasca Quadros	9.677,85
	Cultural Popular Samba e Pagode na Comunidade	Assoc. Beneficente dos descendentes de Tia Eva	8.951,00
	Festival de Primavera em Piraputanga	Jorge Luiz Fraiha	14.926,73
	Festival Rock do Pantanal	Marcelo Victor Barbosa Diogo	20.871,00
	Fundação Cultural de São Gabriel do Oeste	Fundação Cultural de São Gabriel do Oeste	12.181,00
	Intervalo musical	Marcelo Flávio Rasian Pettengill	29.905,00
	Joe 4	Monica Venâncio da Silva Souza	17.140,00
	Link Off – CD Genomabusiness	Marino Pinto da Silva Filho	6.306,88
	Loa a Loa 0 Minha Musica	Carlos Eduardo Medina Nahas	14.345,00
	Marina Dalla	Marina Dalla Pria	15.770,00
	Mercadores de Sonho	José Ramos de Almeida	14.400,73
	Novidade Nativa	Geraldo de Almeida Roca	32.060,00
	Orquestra de Câmara do Pantanal	José Lourenço Parreira	56.025,00
	Prepare o seu coração... pras coisas que eu vou cantar	Fernandes Ferreira De Souza	8.086,26
	Primeiro CD Lucio Vall	Maria de Fátima Canteiro	15.960,00
	Primeiro Festival de Música Universitária de Dourados	Fundação Cultural e de Esportes de Dourados	33.230,00
	Sarau do Zé Geral Itinerante pelos Barrios	Gisele Guedes Colombo	8.940,00
	Simona	Manoel Sotero de Oliviera	14.400,00
	Tião Cesar do Acordeon	Sebastião Cesar da Silva Braga	10.908,00
	Trinta Anos de Gaivota Pantaneira	Ruth Pereira - ME	20.920,00
Trovadores do Tempo "Uma Viagem Através da Música"	Danon Lacerda	24.225, 50	
Violão em Concerto 5º Encontro de Violonistas de MS e 1º Concurso Nacional de Violão de Campo Grande	José Roberto Teixeira	33.799,80	
Artes Cênicas	A Dança da Capoeira	Antonio João Paulo Salor	4.880,00
	A Saga de Mané Boi	Isac Cesar Nunes Zampieri Cardoso	9.160,00

	Apresente e Represente: A Expressão de Talento na Magia Teatral	Rose Aparecida Borges Ferreria	10.993,50
	Arte para Todos – o Teatro No Seu Bairro	Nilvacir José do Amaral	4.722,00
	As Sandálias de Frei Mariano	Bianca Maria Machado de Olivera	15.877,00
	Berimbau	Juarez Moraes Correa	4.794,80
	Bolsão em Cena	Lucia Manoela Jasques	17.634,07
	Circo Escola Itinerante	Tabajara Duarte da Silva	8.670,00
	Cultura em Ação	Prefeitura Municip. de Corguinho-MS	3423,00
	Dança e Teatro na Educação	Rosilaine de Abreu José	28.307,00
	Dança para Todos	Evelyn Denise Felix de Oliveira Tutija	4.825,00
	Desencanto	Grupo Anteato de Arte Cênica	3.700,00
	Festival Estudantil Municipal de Teatro de Ponta Porã	Claudinei Pereira de Azevedo	14.008,00
	Movimento Criativo	Renata Vieira Genoud	5.850,00
	O Pequeno Príncipe no Mar de Xaraés	Érika Luanna da Silva	15.213,69
	Oficiarte no Interior	Elizabeth Cristina Chiesi Terras	11.022,72
	Os Lobatianos	Curumins Cia Teatral	6.000,00
	Os Quatro Amigos	Jair de Oliveira	14.370,00
	Pedro e Lobo	Patrícia Albuquerque de Almeida	21.864,00
	Se Ninguém Mete a Colher ... Quem Sofre é a Mulher	Associação Sul-mato-grossense de Amparo e Apoio a Mulher	14.441,14
	Semana do Teatro Jovem de Campo Grande 2003	Samara Sant'ana Ferreira	15.073,00
	Tributo à Plinio Marcos – Dois Perdidos numa Noite Suja	Zenildo Leandro de Mello	17.300,00
	VI FESTUDO – Festival de Teatro Universitário de Dourados	Fundação ao Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura MS	55.000,00
	XXVI Festival Sul-Mato-grossense de Teatro	Federação Sul-Mato-Grossense de Teatro	117.114,36
Artes Visuais	A Cor das Ruas	Ana Luisa Ruas	13.755,00
	Luz das Carvoarias	Patrícia Paula do Nascimento Souza	11.736,00
	Oficina de Desenho – Da idéia à forma	Adalberto Rothen Dias	7.400,00
	Oficina de Pintura – Percepção Artística	Dagoberto Washington Justino Pedroso	8.955,20
	Poetas do Cerrado	Sergio da Silva Pereira	19.998,26
	Salão de Artes: Itaporã 50 anos de História de Arte	Prefeitura Municipal de Itaporã	16.444,50
	Wokshop: O Processo Criativo	Maria Adélia Menegazzo	12.282,00
Artes Integradas	Arte e Ação	Associação dos Moradores Bairro Nova Lima	26.488,70
	Caravana das Artes	Claudia Medeiros - ME	71.625,00
	Cena Aberta	Samuel Xavier Medeiros	28.353,00
	Circuito Popular de Artes Integradas	Acielu Brum	42.506,00
	Dando Tom à Vida e Regionalizando o Cavaco	Carlos Alberto Conceição JR	8.724,72
	Expresso Cultura 2003	André Luiz Lofti Furquim	131.866,15
	Festival Arte Na Escola	Bianca Maria Machado Oliveira	19.045,09
	Presépio	Emerson Lopes Machado	21.422,50
Resgate da Cultura Local II	Prefeitura Municipal de Dois Irmãos do Buriti	35.716,00	

	Resgate da Cultura Popular	Associação dos Pequenos Produtores Rurais Furnas do Dionísio	30.479,95
	Resgate da Musica, Dança e Literatura infantil	Associação de Pais e Mestres	6.894,00
	Segunda Semana de Arte e Cultura	Moysés Chama de Carvalho	68.367,67
	Transportando Arte	Miriam Tereza do Nascimento Cambará	73.673,19
Artesanato	Arte no Barro	Antônio Sérgio de Arruda	9.166,00
	Artes no Fogo	Seriberto Henrique de Almeida	19.415,81
	Barromania III – Acompanhamento e Manutenção de Multiplicadores em Cerâmica Artesanal	Maria Helena A. Belalia	7.114,00
	Curso de Artesanato em Madeira	Obras Sociais Centro Espírita Jesus Consolador	2.309,42
	Erva Mate Vira Arte	Magno Missiriam	9.222,42
	Estação Ágape de Criatividade	Instituto ágape Centro Evangélico Congregacional	18.719,00
	Feira de Artes e Artesanato	Associação de Artesanato de MS	5.760,00
	Formando Cesteiras	Bianka Calistro Torraca	9.955,00
	Implementação do Núcleo de Produção em Arte e Osso	Maria Antonio Medeiros Mesquita	9.971,80
	Mãos na Massa	Alessandra Cavalheiro Lage	9.705,50
	Núcleo de Capacitação de Profissionais em tecelagem manual	Associação de Moradores da Vila Manoel - Secco Thomé (Núcleo Industrial)	8.857,47
	Núcleo de Produção	Sociedade Pestalozzi de Aquidauana	4.473,50
	Núcleo de Produção em Cerâmica – Bairro Maria Aparecida Pedrossian	Associação Comunitária de Mulheres do Bairro Maria Aparecida Pedrossian	10.000,00
	Oficina de Artesanato Conceição dos Bugres	Mariano Antunes Cabral da Silva	10.122,40
	Oficina de Bonecos	Associação de Moradores da Cila Regina e Zoé	5.200,00
	Pintura em Tecido	Andréia Aparecida Gaspar Costa	6.073,40
	Tapeçaria com Tear Manual	Isabel Doering Muxfeldt	12.402,70
Teceres III – Formação e Acompanhamento de Multiplicadores em Tecelagem	Dercy Mary Pinto Saldanha	6.380,00	
Audiovisual	Aldeia Curumim	Wilson Motta	15.000,00
	Dois Tons	Luis Caetano Gottardi Filho	44.241,23
	Nanquim	Mauricio Copetti de Moura	46.520,00
	Os Dez com Mais Dez do Teatro Sul-mato-grossense	Michelle Melchiades Freesz	47.500,00
	TV de Rua – Arte na Praça	Neusa Miyuki Deai Shiota	38.508,75
	Um Vídeo sobre Campo Grande	Antonio Ferando Ramos	38.995,00
Literatura	C.N.P – básico (Curso de Noção de Poética – Básico)	João Luís Silva Benites	1.077,80
	História em Quadrinhos – Histórico das Cidades	Edson José de Moraes	13.700,00
	Oeste – Roteiro Poético do Pantanal MS	José Roque Gulhen Zanella	12.219,90
	Ontem Choveu no Futuro	Cristina Livramento	24.060,00
	Retratos	Maria Mendes de Queiróz Stateri	4.252,98
	V Encontro Estadual de Leitura	Aurea Rita de Ávila Lima Ferreira	13.697,68

QUADRO SINTÉTICO

Área cultural	Quantitativo de Projetos	Valor financiado/investido em R\$
Artes Cênicas	24	424.243,28
Artes Integradas	13	565.161,97
Artes Visuais	7	90.570,96
Artesanato	18	164.848,76
Audiovisual	6	230.765,98
Literatura	6	69.008,36
Música	34	594.596,69
Total	108	2.139.196,00

3 - EXERCÍCIO 2004

Área cultural	Projeto	Proponente	Valor em R\$
Música – produção de Cd's	A três faces da onça	Lenilde da Silva Ramos	19.845,00
	Carlos Lima – Jacinto e Galvão	Marcos Antonio Carstens Mendonça	19.977,00
	Casa 4	Alecsandra Leite Pereira	14.287,00
	Cd no foco do lampião	Mauricio Barros Almeida	18.090,00
	Cd Toninho Porto	Antonio José Correa Porto	20.000,00
	Choro Pantaneiro	Gabriel Albuquerque Sater	15.000,00
	Miguel Tatton – Instrumental	Jaime Miguel Barrera	20.000,00
	Peão Baguá	Aral de Jesus Cardoso	19.845,00
	Província Pantaneira	Julio Cessar de Oliveira Soares	14.583,45
	Sertanejo de Coração	Luiz Carlos Colman	20.000,00
	Thiago Perez	Carlos Eduardo Bertão	15.000,00
Música – Produção – prensagem de Cd's	Cd Filhos dos Livres	Guilherme Silva Cruz	5.000,00
	Cd CROA Instrumental	Sandro Silveira Moreno	5.000,00
	Prensagem cd – Karina Marques	Karina Marques Nogueira	5.000,00
	Cd Mentira e Ficção	Geraldo Ribeiro Cunha Filho	5.000,00
Música – produção - dvd	DVD Márcio de Camilo	Marcio Rubens de Camilo	29.950,00
Música – Promoção de Eventos – circulação de shows	I Circuito de Chamamé	Ruth Haruko Yshikawa	90.000,00
	Circuito Voz e Violão da Musica Urbana Sul-mato-grossense	ADENILSON DO Santos Assunção	89.695,00
Música – Promoção de Eventos – Apresentação de shows	Festival Domingo no Parque	Alice Pereira Moreira	29.914,11
	III Turifest	Ederval Carbonato	24.993,54
Música – Promoção de Eventos – realização de festivais	Festival Tropical de Musica no Bolsão	Moyses Chama de Carvalho	89.589,15
	Festival Viva Vida	Mauricio Augusto Miranda	15.733,97
	I Festival Canta Segredo	Zuleika da Silva Gonçalves	89.657,50
	I Festival de Musicas inéditas – Polca Chamamé	Mariana Ocampos e Silva	88.992,00

	III Festival Sul-mato-grossense de Bandas de Fanfarra	Federação de Bandas e Fanfarras de Mato Grosso do Sul	34.287,88
	Premio Sul-mato-grossense de Musica Estudantil	Fundação Tuiuiú	75.000,00
Música – Atividade de Formação e Capacitação Oficinas	Circuito Popular de Violão	Acileu Brum	13.204,98
	Coral Infantil Vozes do Pantanal	APM EE Teotônio Vilela	8.066,00
	Despertar	Marisol Carrasco Munhoz	12.633,70
	Música na periferia	Nelson Oliveira da Silva	5.000,00
	Musiculturando	Claudinei Alves da Silva	5.000,00
	Sete Cordas	Naire Costa Cunha	4.922,20
	Sexteto Chamamé	Igor Canazilles Campos	4.981,50
	Tambor I	Jesus Antonio Rosa	14.893,50
	Tocando com as dez	Marllon Moraes da Costa e Silva	15.000,00
	Tocando no Bairro	Eder Ferreira da Silva	5.000,00
	Violão Terena	Carlos Jacobias Neto	9.208,00
Música – Apoio a Bandas de Fanfarra	A música na arte de ensinar	APM EE Delfina Nogueira de Souza	5.000,00
	Aquisição de instrumentos – Guarda Mirim Itaporã	Corporação da Guarda Mirim de Itaporã	5.000,00
	Banda de Percussão Afro Eva	Rodrigo Vila Jabour	4.996,00
	Banda Musical	Associação Subtenente e Sargentos Bombeiros Militares de Mato Grosso do Sul	5.000,00
	Fanfarra Escola Estadual Fátima Gaiotto Sampaio	APM EE Fátima Gaiotto Sampaio	4.936,00
	Fanfarra Renascer	APM EE Profª Ada Teixeira dos Santos Pereira	4.998,00
	Musica na Escola	Edi Carlos Lisboa da Silva	5.000,00
	O mundo evolui através da musica	Paulo Henrique Pereira de Oliveira	5.000,00
	Tocando e aprendendo	Fundação José Silveira Coutinho – Projeto Anjo da Guarda	4.968,00
Artes Cênicas – produção – montagem de peças e espetáculos	Apoio às atividades Cia de Dança ABC	Luiza Helena Bortone	20.000,00
	Bonezinho Vermelho	Joaquim Matheus de Paula	12.500,00
	Colcha de Retalhos	Carolina de Araujo Martins	24.440,00
	Dançarte	Evelyn Denisse Felix de Oliveira Tutija	12.335,00
	Ed & Eu	Moacir Stein Arruda Jr	30.000,00
	La Guerra	Ariane Rigotti	30.000,00
	Lídia e Conceição	Geovana Inácio do Amaral	19.841,60
	Noivo Por encomenda	Marcos Alexandre de Mello	16.157,78
	O circo do pé de árvore	Mauro Alves Guimarães	30.000,00
	Sol e Lua	Wilson Mota Ysikawa	29.600,00
O vôo do guerreiro beija-flor	Isaac Cesar Nunes Zampari Cardoso	30.000,00	
Artes Cênicas – Promoção de Eventos – circulação de espetáculos	Aqui ou em qualquer lugar	Renata Wiwerth Leoni	49.770,00
	Bolsão em cena – teatro no interior – parte II	Lucia Manoela Jaques	28.792,80
	O meio ambiente é seu ambiente	Eduardo Pereira Romero	43.687,35
	Pé no chão	ACGT – Associação Campo-grandense de Grupos Teatrais	49.585,42
	Pelega e porca preinha	Alexandre Bernardes Sanches	50.000,00
	Plateia	Emerson Dias Lima	45.000,00

	Teatro MS – presença e história	Grupo Teatral Amador Campo-grandense	50.000,00
Artes Cênicas – Promoção de Eventos – apresentação de espetáculos	Alegria, alegria	Mariza Lulu Felix	7.623,00
	Circo na cidade	Claudia Aparecida Santana dos Santos	5.314,35
	Na trilha da arte II	José Guilherme de Sousa Almeida	9.872,00
	Nadadinho, um sonhador	Cleber dia Moraes	8.108,50
	Pluft, o fantasmilha	Fernanda Lopes Kunzler	10.000,00
Artes Cênicas – Atividade de Formação e Capacitação - Oficinas	Aprendendo com arte	APM EE Otávio Gonçalves Gomes	9.866,00
	Construindo cidadania	Amália de Araújo	3.356,00
	Fazendo arte em Piraputanga	Paulo Elidio Hardoim	14.947,20
	Vida em cena	Associação de moradores de Nova Alvorada do Sul	5.416,00
	Formação de coreógrafos	Haroldo Dias Garay	20.000,00
	Bonecos gigantes	Nancy Angélica da Costa de Oliveira	20.000,00
	OFIT – encena e ação	Nivaicir José do Amaral	19.965,70
Patrimônio Cultural - Pesquisas e levantamentos	Comitiva do sabor	Cid Barbosa	28.600,00
	História de São Gabriel do Oeste através da Fotografia	Alisolete Antonia dos Santos Weingartner	25.000,00
	Levantamento arquitetônico e re-adequação do Quartel General da Av. Afonso Pena	Ângelo Marcos Vieira Arruda	50.000,00
	Mapeamento cultural do Estado de Mato Grosso do Sul	FADEEMS – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Educacional de Mato Grosso do Sul	298.180,00
	Memoria do sindicalismo de Mato Grosso do Sul no período 1960/1980	Eronildo Barbosa da Silva	19.630,36
	MS Fazendas – livro III	Luiz Alfredo Marques Magalhaes	29.908,50
	Turismo cultural – 1ª etapa: levantamento pós-ocupação do Castelinho de Porto Mutinho	Heloisia Messias Mesquita	30.000,00
	Um Museu-centro de Atividade em Folclore para Mato Grosso do Sul	Marlei Sigrist	29.298,60
Artesanato – Promoção de eventos – feiras e exposições	Feira da Integração – artesanato MS	Gisele dos Santos Venier	19.956,00
	exposição Buriti Brasil	Willian Aparecido Moreira Dias	50.000,00
Artesanato – Criação e fortalecimento de núcleos de produção	A arte de transformar	Paulo Soares da Silva	19.095,00
	Aconchego	Instituto Meio Ambiente, comunidades tradicionais e desenvolvimento sustentável - projeto ANIMA	19.986,45
	Amorpeixe	Wania Alecrim de Lima	15.564,00
	Formando Cesteiras II	Luci Terezinha Silva de Alvarez	19.936,30
	Fortalecendo o núcleo de produção de cerâmica	Nilce Coelho Cardos	11.685,60
	Oficina de bonecos II	Rosemar Maria da Silva	11.000,50
Artesanato – Atividade de Formação e capacitação - oficinas	Reciclando o peixe	Marlene Barbosa Mendoza	19.905,65
	Alquimia de Barro	Silvia da Silva Evangelista	14.838,00
	APAE – Associação de Pais e Amigos Excepcionais	Associação de Pais e Amigos Excepcionais	5.000,00
	Aprendendo com arte	Ione Iris Barbosa dos Anjos	6.917,87
	Arte de Aprender	José do Carmo Custódio Borges	3.267,35

	Arte em cabeça	Tomazia Lopes Bambi	8.154,83
	Arte em papel	Yara Riquetti Rodrigues	4.996,70
	Arte no Parati	Fátima Sirley Freitas Torres	3.2014,75
	Artesanato Jaraguari	Associação Comunitária de Moradores Centrais de Jaraguari	9.992,55
	Artesanato Pantaneiro	Mário Mena Barreto	14.181,59
	Artesanato Terena	Wilson Jacobina	7.672,00
	Bonecas de pano	Zildete Lopes Ramos	7.571,75
	COOMA – Cooperativa das Mães Amigas	Antonieta Alves de Martins	4.994,80
	Escultura em Madeira	João Manoel da Silva	4.268,72
	Mãos do Futuro	Adilson Luiz Beraldo	13.084,22
	Mãos na Massa II	Alessandra Cavalheiro Lage	14.955,41
	Mulheres tecendo a vida	Analice Ferreira Machado	12.715,10
	Oficina de Estamparia Artesanal	Ana Claudia Oiticica Murray	11.889,00
	Tapeçaria em Tear Manual	Isabel Doering Muxfeld	7.791,40
Audiovisual – produção de cd-rom	CD-rom e site jornalístico sobre o pantanal	Marcos Alexandre dos Santos	30.000,00
	Natureza Humana – retratos e memórias de um povo xaraés	Maria Isabela Saldanha Levarda	29.974,77
Audiovisual – produção de documentários e curta-metragem	CAÁ – A força a erva	Teatral grupo de risco	70.000,00
	Documentário: uma família sul-mato-grossense	Regina Márcia de Queiroz Nunes	50.000,00
	No trem do pantanal	Alexandre Basso	69.980,00
	Roteiro e argumento para o longa-metragem Silvano Jacques – a saga de um boiadeiro	Hamilton Wander de Medeiros	50.000,00
	Terra das águas	Rosiney Isabel Bigatão	70.000,00
	Tio e a árvore	Lyo Nakamura	63.000,00
Audiovisual – atividade de formação e capacitação – oficinas	Tela morena	Laura correia da Silva	29.992,00
	II Curso básico de cinema	Carolina Menezes Palhares	30.000,00
Literatura – produção – publicação de obras literárias	Alongamento	Bernarda Acosta	20.000,00
	Cidadão do festim – seleção de crônicas sobre a cidadania de cada dia	João de Campos Corrêa	19.850,00
	Coletânea tuiuiú – literatura infanto-juvenil para sonhar e pensar o pantanal	Sandra Aparecida Ferreira de Andrade	22.500,00
	Ensaio farpados: arte e cultura no pantanal e no cerrado	Letra livre Editora	24.979,30
	Era uma vez e sempre no pantanal ...	Mirian Cristina Camacho	22.500,00
	Flechas – poemas e poesias	Celso Dobes Bacarji	11.425,00
	Jarro e água dele	Luciano Wolf	10.000,00
	O mendigo das estrelas	Carlos Alberto dos Santos	10.000,00
	O reino encantado do cordel – a cultura popular na educação	Rubénio Silverio Marcelo	12.770,00
	Quem faz – coleção arte regional	Rosaria Aparecida Rodrigues	25.000,00

	Revista literária ontem choveu no futuro	Cristina Livramento	25.000,00
	Tiquinho no pantanal	Marcela Lemos Monteiro	9.972,00
Literatura – produção – edição e reedição de obras literárias de registro e memória	A flor do quilombo	Sirlene Silva de Paula	11.280,00
	A fronteira, as cidades e a linha	Maria Lucia Torrecilja	11.634,00
	As mulheres na guerra do Paraguai	Jeri Roberto Marin	11.928,50
	Estrada móvel, fronteiras incertas: os trabalhadores do Rio Paraguai (1917/1926)	Vitor Wagner Neto de Oliveira	10.000,00
	Mato Grosso do Sul – II edição revista e atualizada	Paul Renato Coelho Netto	14.317,50
Literatura – promoção de eventos – roda de leituras e contação de histórias	A poesia é animal na rede estadual	Paulo Robson de Souza	14.975,00
	Contar histórias, ora! 3ª edição	Rosimeire Oliveira Borges	13.900,00
	Entre na roda!	Sonia Fátima Correa de Jesus	11.770,10
	O corpo cria e conta histórias	Celio Adolfo de Macedo	15.000,00
	Viajando com a leitura	Fernanda Reis da Silva	9.777,96
Folclore e manifestações populares – atividades de formação e capacitação – oficinas	A arte da capoeira	Antônio João Paulo Salor	13.354,20
	Avante capoeira	Liga Paranaibense de Capoeira	10.681,00
	Capoeira – nossa cultura	Amauri Oliveira Souza	4.862,50
	Capoeira 2004	Associação Pestalozzi de Campo Grande	12.747,50
	Capoeira pé no chão	Sergio Francisco do Santos	4.928,50
	Capoeira popular	Rubensandre Araújo Cunha	15.000,00
	Capoeira sim violência não!	José Roberto Lopes Candia	11.079,20
	Capoeira Zambi	Izabel Espínola	4.939,00
	Fazendo folia	Associação de moradores das vilas Regina e Zoé	14316,00
	Ilê Camaleão	Allan Monteiro Silva	4.992,00
	Liberdade e expressão	Rafael Amorim Monteiro	5.000,00
	Vida e arte na capoeira Angola	Adriano Leandro Rogue	12.836,50
	Zumbi II	Juarez Moraes Correa	14.970,00
Folclore e Manifestações Populares Promoção de Eventos – Apresentações se Feiras	As Danças folclóricas em MS – tradições portuguesas	Associação Luso-brasileira de Campo Grande	6.000,00
	Capoeira show	Eder Pereira de Lima	6.000,00
	Feira do folclores de MS	Manuela Nicodemus Bailosa	6.000,00
	Festa de São Cosme e São Damião	Clara Gladis Rodrigres	6.000,00
	Festa do folclore	Celso Kawano de Souza	5.995,50
	Festa Julina	Maria Aparecida Vieira Cardoso	5.766,80
	Festa Junina das entidades de Bandeirantes	Cerrado Clubes Tênis Bandeirantes	5.977,80
	Folia nas ruas	Annellsy Faria Cunha Barbosa Ferreira	5.935,00
	I Encontro dos descendentes de Tia Eva	Sergio Antonio da Silva	5.901,80
	I Festa Junina do Serradinho	Marco Aureli Miranda	5.935,50
	Maculelê	Alex Davalos Barros	5.901,80
	Regionalizando a dança e folclore pantaneiro	Juliana Weiss Leite	5.995,50
	São João no Estrela do Sul	Denise Cristina do Santos	5.936,00

Artes Visuais – promoção de eventos – salões de arte	VII Salão de Arte	Fundação de Cultura e de Esportes de Dourados	21.631,86
Artes Visuais – produção de obras de arte e promoção de eventos – exposição coletiva	Arvores do MS	Dagoberto Whashington Justino Pedroso	12.000,00
	Ave “Nossas senhoras” cheia de arte...	Andréa Maria Franklin de Queiroz Alvez	9.004,00
	Cores do chão	Marcelo Lima do Nascimento	12.000,00
	Cunhataís	Cilso Aparecido Tiburcio	11.997,60
	Exposição coletiva – artes plásticas (10 artistas)	Fernando Marson	12.000,00
	Exposição coletiva – artes plásticas Carlos Vera	José Carlos Vera	12.000,00
	Exposição coletiva - Esculturas de Maria Helena Belailan	Maria Helena Altounian Belailan	12.000,00
	Produção de Obra de Arte e exposição coletiva	Ieda Lucia Oiveira Souza	12.000,00
	Viagem	Cleio ávila Ferreira Jr – ME	11.722,60
Artes Visuais – Atividade de formação e capacitação – Oficinas	Visões urbana	Katrina Asunta Escalante Ribeiro	12.000,00
	Arte com reciclagem	Fernanda Maria de Figueiredo	14.958,18
	Arte e natureza quilombola	Rosalia Aparecida da Silva	14.970,82
	Arte solidária do pantanal	Crstiany Antunes Callepso	13.424,97
	Escultura em pedra	José Nantes de Oliveira	5.247,00
	Projeto Cabeça Dura – PCD	Rovilson César de Oliveira	15.000,00
Biblioteca – Aquisição de Acervo	Recriar – Reciclando com arte	Fernando Ferreira Borges	13.867,20
	Além das palavras	Deidis Mara Gonçalves Rondon	4.991,80
	Brincando de Ler	Ângela Coelho Costa	4.675,30
	Leitura para Juventude	Lucimeire Camargo Souza	4.973,50
Estudo Concessão de bolsa de estudo	Lendo e aprendendo	Márcia Cristina França dos Santos	4.993,50
	Fernando Ferreira Borges	APM EE Profª Izaura Higa	4.982,00
	Aperfeiçoamento Musical	Edison Valério Verbisck	5.000,00
	Especialização gestão e organização de eventos	Maria Iolanda Guerra	4.124,00
Formação – Realização de Seminários	Formação musical	Thiago Lopes Quevedo	5.000,00
	Laís Pamplona – MS no Balé Bolshoi	Moacir Toledo de Andrade	5.000,00
	Inclusão das mulheres artesãs na cadeia produtiva	CEDAMPO – Centro de Documentação e Apoio aos Movimentos Populares	2.106,50
	Seminário itinerante do Fórum Estadual de Cultura – FESC	Adriana Stadella de oliveira	15.000,00

QUADRO SINTÉTICO

Área cultural	Quantitativo de Projetos	Valor financiado/investido em R\$
Música	45	1.013.248,48
Artes Cênicas	35	1.075.898,70
Patrimônio Cultural	08	510.617,46
Artesanato	27	342.624,54
Audiovisual	10	492.946,77
Literatura	22	338.561,36

Folclore e manifestações populares	26	207.206,30
Artes Visuais	17	215.824,23
Biblioteca	05	24.616,30
Estudo	04	19.124,00
Formação	02	27.106,50
Total	201	4.267.774,64

4 - EXERCÍCIO 2008

Área cultural	Projeto	Proponente	Valor em R\$
	CD Balaio Jazz	Alexander de Andrade Cavalheri	13.650,00
	Aurélio Miranda 35 anos de Viola	Aurelino Bispo de Miranda	21.000,00
	Apoio a Banda Municipal de Rio Brilhante	Fundação de Cultura, Esporte e Lazer de Rio Brilhante - FUNCERB	5.133,70
	10º Concurso Nacional de Fanfarras e Bandas	Fundação Municipal de Cultura - FUNDAC	55.000,00
	CD Paixão Pantaneira - Banda Velho do Rio	Paulo Cesar Bergonzi	15.690,00
	Banda de Música 11 de Outubro	Associação de Pais de Mestres Escola Estadual 1º Grau 11 de Outubro	6.596,00
	CD Anderson Rocha	Anderson Martins da Rocha	3.700,00
	Ciclo de Concertos: Coral da UFMS e Orquestra Sinfônica Municipal de Campo Grande	Manoel Câmara Rasslan	43.308,00
	Curso de Produção Musical	Demétrius de Oliveira Hernandes	14.888,00
	CD Giselle Sater	Giselle Beatriz Melke Sater	22.700,00
	DVD Impossíveis 15 Anos	Rodrigo Reis Lobo de Rezende	20.427,00
	Os Pioneiros - A Origem da Música Sertaneja de MS	Rodrigo Teixeira Gonçalves	27.200,00
	Música em Mato Grosso do Sul	Maria da Glória Sá Rosa	69.400,00
	Quinteto Haendel, 14 Anos de Música e História	Paulo Cesar Silva	19.905,00
	Viva a Música em Aquidauana	Associação Cultural Santa Clara	20.000,00
	Orquestra Barroca de Mato Grosso do Sul	Ernesto Carvalho de Queiroz	13.713,00
	2º Festcamp/MS – Festival Nacional de Teatro de Campo Grande	Associação Artística Cultural Palco de Artes Cênicas, Esporte, Lazer e Promoção Social	82.900,00
	Teatro Popular em Circuito - MS	Maria Cristina Moreira de Oliveira	33.000,00
	Tributo a Plínio Marcos - Dois Perdidos Numa Noite Suja	Emmanuel Maier Rotilli	26.938,00
	MS Street Dance Festival - 2º edição	Edson Clair Moreira Junior	25.390,00
	Releitura de Obras de Arte	Ana Luísa Ruas	13.534,55
	Obras Completas de Hélio Serejo	Instituto Histórico e Geográfico de MS	66.660,00
	Circuito Universitário de Poesia	Christina Hebe Scardini	28.600,00
	Expedição Fluvial Folgado das Monções e Festa das Monções	Consórcio Intermunicipal para o desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Taquari - COINTA	87.414,50

19º FEGAMS	Centro de Tradições Gaúchas Nova Querência	38.516,80
Festa Agostina 2008	Prefeitura Municipal de Douradina	30.000,00
Coperart - Capoeira, Educação e Arte	Nilmar Bogue Recalde	6.533,67
Estruturação de Oficinas de “Dança, Música e Declamação” e Palestras sobre as culturas gaúcha e sul-mato-grossense, para manter os trabalhos artísticos do CTG “Querência da Saudade”, Ponta Porã-MS	Márcio Benites Flor	15.280,00
Solo para Palavras e Sanfona de Brinquedo	Julyana Moreira da Silva	22.000,00
A Arte dos Índios Kaiowá da Reserva Indígena de Dourados-MS: Transformações e permanências uma expressão de identidade e afirmação étnica.	Lelian Chalub Amin Paschoalick	7.000,00
Memória Digital da Coleção Cia. Mate Laranjeira	Fernando Pissuto Trevisan	15.399,00
Capoeira Show – Arte Popular Brasileira	Maira Alice Martins Meireles	10.488,22
Artesanato em Cerâmica - Geoparque Serra da Bodoquena.	Gilson Rodolfo Martins	29.497,00
Artesanato em Fibra	Associação dos Artesãos e Trabalhadores Manuais de Bonito	3.857,83
Cerrado Pantaneiro	Deive Dener Cespede	17.955,00
Falange da Rima	Claudinei da Silva Souza	11.392,50
João Augusto Lopes	João Augusto Lopes	4.400,00
O Argonauta	Evelyn Bendo Lechuga	20.000,00
Correspondências	Everton Roberto de Oliveira	4.000,00
Panis Angelicus	Alcenir Maria Barbosa de Luz	20.000,00
A Questão Agrária no Mato Grosso do Sul: Uma Visão Multidisciplinar	Rosemeire Aparecida de Almeida	9.060,00
Retratos da memória e cultura dos 78 municípios de Mato Grosso do Sul	Alisolete Antonia dos Santos Weingartner	35.970,93
Troncos pantaneiros – Beto e Betina	Luís Manoel de Andrade	56.690,00
Projeto Nabatida	Olympio Luiz de Azambuja Neto	28.518,00

QUADRO SINTÉTICO

Área cultural	Quantitativo de Projetos	Valor financiado/investido em R\$
-	44	1.126.306,70

5 - EXERCÍCIO 2009

Área cultural	Projeto	Proponente	Valor em R\$
---------------	---------	------------	--------------

3ª FESTCAMP - Festa Nacional do Teatro de Campo Grande/MS	AACP - Associação Artística Cultural Palco de Artes Cênicas, Esporte, Lazer e Promoção Social	79.189,00
Encruzilhada	Mauro Alves Guimarães	34.846,40
Dança MS	Blanche Maria Torres	30.500,00
Ópera Cavalleria Rusticana	Edineide Dias de Oliveira	47.658,00
Espetáculo Urbanóides	Marcos Flávio de Mattos Bezerra	15.376,92
Catálogo Artístico	José Roberto Amin	10.500,00
Ginga Documenta	Ginga Companhia de Dança	38.000,00
Ciclo de Formação em Cultura Audiovisual	Lúcia Monte Serrat Alves Bueno	47.592,00
Planície Revisitada	Maurício Copetti de Moura	53.520,00
Capoeira como instrumento de formação e transformação	Rubersandre Araújo Cunha	10.755,25
Ilê Camaleão	Antonio Marcos Lacerda de Lima	12.390,00
Oficina de cenografia para teatro - uma nova textura - módulo I	Cleison Nantes Sandim	24.741,48
História do Município de Amambai	Almiro Pinto Sobrinho	21.220,00
Publicação do Livro Arqueologia e paleoambiente do Rio Paraná em Mato Grosso do Sul	Emília Mariko Kashimoto	21.000,00
Rodeio a céu aberto	Augusto Cesar Gomes da Silva	19.448,00
Amorosidades Outonais para Concertos de Sabiás na Primavera	Sandra Aparecida Ferreira Andrade	24.230,00
Mato Grosso do Sul: A construção de um Estado	Marisa Bittar	61.710,00
Horizontes D'Versos - Poesia Reunida e Inéditos	Rubenio Silverio Marcelo	12.998,00
Livro Manoel de Barros, O brejo e o solfejo	Marcelo Marinho	21.680,00
Conhecendo a minha rua	Patrícia Luciana Paulino Acunha	5.510,00
Revista da UBE-MS	Samuel Xavier Medeiros	10.237,00
Dimitri Pellz / Agitatsiia Propaganda	Heitor Chaves Teixeira	13.005,15
CD Elânio	Elanio Rodrigues da Silva	18.000,00
Deletrônica	Leonardo Copetti de Moura	16.609,90
Zé Corrêa - Rei do Chamamé	Márcio Guimarães Barbosa	50.000,00
Som Pantaneiro	Benedito Rodrigues de Freitas	15.200,00
Delay	Fábio Adames Coimbra	19.300,00
Aquisição de Instrumentos musicais	Prefeitura Municipal de Caarapó	18.619,00
Facas Voadoras	Leonardo da Motta Schmidt	9.735,00
Música Viva	Ana Maria da Conceição	27.817,00
Educando com música	Associação Cultural Manoel Bonifácio	31.780,00
Tangará e Zé Viola - A queimada	José Francisco Pereira da Silva	22.000,00
Corporação Marcial Instituto Mirim de Campo Grande	Instituto Mirim de Campo Grande	18.880,00
Lutano Intro	Eduardo Lopes Fontes	11.180,00
Aquisição de Instrumentos - Banda de Música Municipal Profº Isaac Borges Capilé	Fundação de Cultura e Esporte de Ponta Porã - FUNCESPP	11.939,40
Constituição dos sujeitos que vivem na região do Pantanal Sul-mato-grossense: Relação Homem/Cultura/Educação	Marly Teixeira Morettini	14.200,00
Salas dos Sonhos - Volume II - Memórias dos cinemas de Mato Grosso do Sul	Marinete da Costa Gomes Pinheiro	28.632,50
Cozinha Regional Pantaneira	Paulo Coelho Machado Neto	50.000,00

	Romaria do Sinhozinho - devoção e fé em Bonito/MS	Álvaro Banducci Júnior	20.000,00
--	---	------------------------	-----------

QUADRO SINTÉTICO

Área cultural	Quantitativo de Projetos	Valor financiado/investido em R\$
Música	14	-
Artes Cênicas	05	-
Pesquisa Cultural	04	-
Literatura	09	-
Folclore e manifestações populares	02	-
Artes Visuais	01	-
Audiovisual	03	-
Formação	01	-
Total	39	1.000.000,00

6 - EXERCÍCIO 2010

Área cultural	Projeto	Proponente	Valor em R\$
	A (RE) Territorialização do Patrimônio Cultural Tombado do Porto Geral de Corumbá(MS) no contexto do desenvolvimento local	Hélènemarie Dias Fernandes	30.000,00
	Série Memória Sul-Mato-grossense - vls. I a IX	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul	69.600,00
	Escravidão_O sistema em Verso e Prosa	Raquel Maria de Souza Correia	10.000,00
	Palavras em Êxtase	Aida Machado Domingos	10.560,00
	21º FEGAMS	Centro de Tradições Gaúcha (CTG) Tropeiro Velho	51.956,00
	1º Salão de Artes Plásticas de Aquidauana	Prefeitura Municipal de Aquidauana	25.080,00
	Inclusão produtiva - Artesanato de Ivinhema	Prefeitura Municipal de Ivinhema	26.579,38
	5º Festival do Sobá	Associação da Feira Central e Turística de Campo Grande MS (AFECETUR)	42.800,00
	Nossa Musica	Bruno Moser Canhete	26.900,00
	Projeto Opus	Associação Cultural Manoel Bonifácio	71.720,00
	“Animais Mais Mais- Poesia e muito mais	Paulo Robson de Souza	37.000,00
	Dança MS	Blanche Maria Torres	35.000,00
	Revista da UBE-MS - nº 2	União Brasileira de Escritores de Mato Grosso do Sul	9.955,00
	Casa de Capoeira Pé no Chão	Sergio Francisco dos Santos	17.750,00
	Intervenções Urbanas	Ana Luisa Ruas	25.000,00
	Etnias de MS	Araci Marques Vendramini	24.800,00
	1º CD solo Guga Borba – Apnéia	Eduardo Silva Escrivano	18.470,00
	Música em Pauta	Associação Cultural Shekinah	36.179,00
	4º Festival Sul-Mato-Grossense de Bandas e Fanfarras	Federação de Bandas e Fanfarras de MS-FEBAFAMS	63.491,70

A Literatura Sul-Mato-Grossense na Ótica de seus Construtores	Maria da Glória Sá Rosa	65.000,00
Balada de Amor no Sertão	Maria Cristina Moreira de Oliveira	31.115,00
2ª Edição da Coletânea Tuiuiú (5 volumes) com reforma ortográfica	Sandra Aparecida Ferreira Andrade	25.000,00
Universo Rodriuguiano	Nivalcir José do Amaral	30.430,00
4º FESTCAMP – Festival Nacional de Teatro de Campo Grande/MS	Associação Artística Cultural Palco de Artes Cênicas, Esportes, Lazer e Promoção Social.	75.000,00
Mato Grosso do Sul EnDança	Neide Fátima Bittencourt dos Santos	70.000,00
Cena do Mato – Bienal de teatro do MS	Associação de Desenvolvimento Artístico-cultural e Mercado Cênico	50.073,92
CD Barulho Zen	Fernando Pacheco Mendes	18.000,00

QUADRO SINTÉTICO

Área cultural	Quantitativo de Projetos	Valor financiado/investido em R\$
-	27	1.000.000,00

7- EXERCÍCIO 2011

Área cultural	Projeto	Proponente	Valor em R\$
Literatura	Clivagens - Literatura Sul-Mato-Grossense abrindo fronteiras	Maria Helena Sarti	13.572,00
	Grandezas da literatura sul-mato-grossense	Antonio Alves Guimarães	12.800,00
	Livro O Território ofaié pelos caminhos da historia	Carlos Alberto dos Santos Dutra	19.925,00
	Um Caminho Poético	Oswaldo de Sandre	6.662,70
	11000 anos: a antiguidade do povoamento humano pré-histórico em MS	Gilson Rodolfo Martins	32.000,00
	Serie Memória Sul-Mato-Grossense/2011	Instituto Historico e Geográfico de MS	69.600,00
	As estrelas brilham a noite - com reforma ortográfica	Nildes Maria das Graças Tristão Prieto	16.000,00
	Lipoaspirados	Elias Borges de Campos	10.314,80
	Publicação do livro Estrada de Ferro Noroeste do Brasil: dinâmica sócio-espacial e territorialidade em MS	Rodrigo Pedroso Fernandes	20.000,00
Mulheres na quadra: um resgate histórico do futsal feminino em Campo Grande-MS	Isabela Ferreira de Oliveira	18.984,48	

	Fábulas sul-mato-grossenses	Vera Tylde de Castro Pinto	17.500,00
	Senhorinha Barbosa Lopes	Samuel Xavier Medeiros	13.970,00
	Nishihara-n-chu - memórias de vida dos imigrantes de Nishihara - Okinawa	Edna Yoshiko Ide Kohatsu	27.641,70
Pesquisa cultural	Fazenda Barra Mansa e a história e cultura do Pantanal do Rio Negro	Polliana Thomé	18.312,00
	Cinema de horror: ensaios críticos	Carolina Barbosa Lima e Santos	10.264,00
Folclore	Folguedo das Monções	Ariel Albrecht	30.000,00
Artes Cênicas	5º FESTCAMP	AACP-Assoc. Artística Cultural Palco de Artes Cênicas, Esporte Lazer e Promoção Social	70.000,00
	O Circo Chegou	Tabajara Duarte da Silva	25.013,10
	Semana Cultural - MS em cena - 5ª representação	Leandro Panzonato Cazula	30.500,00
	Em Companhia Artes	Cia das Artes	35.000,00
	Sólo(não só)	Izaura Patricia de Andrade Martinez	20.000,00
	Da criação à Cena	Jair Balieiro Damasceno	20.000,00
Música	Associação Cultural Santa Clara	ÓPUS	87.800,00
	Criança Feliz	Edison Oliveira do Nascimento	18.000,00
	Som da Fronteira	Funespp - Fundação de Cultura e Esporte de Ponta Porã	27.000,00
	4º Fogo no Serrado - festival de cultura independente de MS	Leticia de Almeida Spindola	30.000,00
	Banda Marcial Satiro de Arruda	Prefeitura Municipal de Bodoquena	20.000,00
	Gravação do CD Guilherme Rondon - 40 anos de carreira	Guilherme Rondon de Barros	23.500,00
	5º Festival Sul-Mato-Grossense de Bandas e Fanfarras	Federação de Bandas e Fanfarras de MS	50.000,00
	Live and let lynks	Alexandre Nadeu Bijos	9.700,00
	DVD Orquestra jovem da Fundação Barbosa Rodrigues	Fundação Barbosa Rodrigues	30.000,00
	CD Eu, a viola e eles	Marcos Borges dos Santos	19.300,00
	Papo de Rua	João Roberto Rodrigues Oliveira	32.393,22
	Quarteto de violões toccata	Rafael Pedrosa Salgado	14.000,00
	Audiovisual	Frontera	José David Cardoso
Patrimônio cultural	Museu de arte Pantaneira "Manoel Antonio Paes de Barros" - intervenção em imóvel tombado	Prefeitura Municipal de Aquidauana	100.000,00
	Deus te salve João Batista! Uma contribuição sobre o	Helenemarie Dias Fernandes	31.687,00

	banho de São João de Corumbá -MS		
Formação	Adágio	Carlos Alberto Alexandre da Silva	28.560,00
	Projeto Kalyvono	Associação Cultural Manoel Bonifácio	30.000,00
Arquivo	Memória pública da companhia Matte Laranjeira	Fabiane Medina da Cruz	40.000,00

QUADRO SINTÉTICO

Área cultural	Quantitativo de Projetos	Valor financiado/investido em R\$
Literatura	14	278.970,68
Pesquisa Cultural	02	28.576,00
Folclore	01	30.000,00
Artes Cênicas	06	200.513,10
Música	14	361.693,22
Audiovisual	01	70.000,00
Patrimônio Cultural	02	131.687,00
Formação	02	58.560,00
Arquivo	01	40.000,00
Total	43	1.200.000,00

8 - EXERCÍCIO 2012

Área cultural	Projeto	Proponente	Valor em R\$
	Implementação do Museu José Alves Cavalheiro	Associação de Pesquisa e Promoção Cultural de Amambai	12.385,00
	Antologia de Textos da Literatura Sul-mato-grossense	Maria Adélia Menegazzo	40.000,00
	No Banco da Praça – As Histórias da Praça Ary Coelho	Adriana Oliveira dos Santos de Queiroz	10.350,00
	Revista da UBE-MS nº 03	União Brasileira de Escritores de Mato Grosso do Sul – UBEMS	11.604,50
	Campo Grande – Personalidades Históricas	Arnaldo Rodrigues Menecozi	35.520,00
	Guga Borba e Guilherme Cruz: Filhos dos Livres Pensamentos	Gustavo Adolfo Amorim de Deus	20.395,00
	Serie Memória Sul-mato-Grossense /2012	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul	68.800,00
	Brasil em Cédulas e Moedas na Visão de um Colecionador	José Rodrigues Pinto	25.000,00
	Guarani na Literatura Infantil	Paula Hellmann Claudino	8.800,00
	Ciclos Econômicos e a Produção Arquitetônica em Porto Murtinho	Maria Margareth Escobar Ribas Lim	53.000,00
	Antologia do Inédito	Rubens Moraes da Costa Marques	24.500,00
	O Estado de Mato Grosso do Sul, Em Frente e Verso, Em Prosa e Poesia	Sandra Aparecida Ferreira de Andrade	20.480,00
	As Crianças e a Renovação da Terra	Rosemari Gindri	11.345,00
	Surpresas para Regina	Elza Salles Fernandes Silva Torres	10.000,00

O Museu das Culturas Dom Bosco: Historia, Identidade e Potencialidades de Desenvolvimento Local na Educação	Maria Augusta de Castilho	12.000,00
Metades de Mim – Thereza Hilcar	Letra Livre Editora Ltda	16.010,00
Bagagem Contada	Lais Possani Camargo	16.290,00
Os Contadores de Causos e a Poética dos Pantaneais	Ricardo Pieretti Câmara	16.740,00
Cancioneiro Popular – Crônicas de um Lugarêjo	Marly Teixeira Morettini	18.090,00
Arte de Dizer	Nildes Maria das Graças Tristão Prieto	16.430,00
As Amenas Sim	Vera Tylde de Castro Pinto	8.800,00
Oficina de Musica para Banda Municipal Jose Pacco	Prefeitura Municipal de Itaporã	20.350,00
VIVACE	Angelita dos Santos Barbosa	23.000,00
Stereo Camalote & MPP – Musica Popular Pantaneira	Adriana Garcia Rodrigues	20.330,00
Sampri – Um bom Samba faz bem	Luciana de Lima Thomaz	21.300,00
Festival de Inverno de Musica Erudita Cidade das Águas	Ricardo Brasil Mariano Antero	35.000,00
Gustavo Vargas – Era Pra Ser...	Gustavo Vargas de Toledo	20.400,00
Jerry Espindola & Pétalas de Pixe	Marcos Jerônimo Miranda Espindola	25.000,00
Itinerancia da Orquestra Jovem da Fundação Barbosa Rodrigues	Fundação Barbosa Rodrigues	30.000,00
VIII Festival Canta Caarapó	Prefeitura Municipal de Caarapó	25.000,00
Comunicação no Rap	Ariovaldo Theodoro dos Santos	20.000,00
ÓPUS	Associação Cultural Shekinah	87.800,00
Carlão e Cleonir – Duo Pantaneiro	Benedito Carlos Rodrigues	21.400,00
Safra Boa	Gideão Correa Dias	21.159,50
Por Toda Minha Vida	Marcelo Cigerza	20.000,00
Novic – Recital de Violão e Ciclo de Apresentações	Carmem Galadinovic de Oliveira	25.000,00
Orquestra Municipal de Sidrolândia	Carlos Alberto Alexandre da Silva	19.650,00
Violeiros do MS	Marcos Borges dos Santos	23.000,00
Igor Canazilles – Homenagem ao Mato Grosso do Sul	Igor Canazilles Campos	19.300,00
Espressione	Emerson Moura da Silva	22.650,00
Resgate da Capoeira Angola	Antonio Marcos Lacerda de Lima	11.176,00
INDIA	Anor Pereira Mendes Filho	30.000,00
Frontera MS – Rajiv Sax	Evando Jorge da Silva	21.000,00
23º FEGAMS	Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Cultivando a Tradição	50.000,00
Arraiá da Bucaina	Prefeitura Municipal de Inocência	23.445,00
Orquestra Leggiero	Rodrigo Araújo Parducci	21.000,00
Descobrimo Talentos	Silvoney Cesário da Silva	22.550,00
Kalivono	Instituto Manoel Bonifácio	23.000,00
Orquestra Indígena Paraguaçu	Jorge Ibrahim D'avalos Correa	22.950,000
Estrelas do Amanhã	Associação dos Produtores Rurais Nova Estrela	23.000,00
Revivendo Nossa Historia – Documentário de Historia Viva Oral do Município de Nioaque – MS	Prefeitura Municipal de Nioaque	30.000,00
Frágil ou o Sentido da Ruptura - Circulação	Moreira e Miyahira Ltda - ME	35.000,00
IV Festival Internacional de Teatro de Dourados	Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão da	50.000,00

		Universidade Federal da Grande Dourados - FUNAEPE	
	3ª Mostra de Teatro Infantil	Ramona Rodrigues de Souza	35.000,00
	Contos da Biboca	Emmanuel Maier Rotilli	30.000,00
	Semana Cultural – MS em Cena – 6ª Representação	Leandro Pansonato Cazu	40.000,00
	II Bienal de Teatro	Associação de Desenvolvimento Artístico-Cultural e Mercado Cênico	50.000,00
	Palhaços na Fronteira – Uma Identidade em Formação	Mauro Alves Guimarães	25.000,00

QUADRO SINTÉTICO

Área cultural	Quantitativo de Projetos	Valor financiado/investido em R\$
-	58	1.500.000,00

9 - EXERCÍCIO 2013 – ETAPA 1

Área cultural	Projeto	Proponente	Valor em R\$
	Memória Fonográfica Mato Grosso do Sul	Evando Jorge da Silva	26.000,00
	Coleção Todo dia é dia de ler – o divertido mundo dos trava-linguas	Altair Ferreira de Souza	16.400,00
	Guloseimas para a garotada	Neuly Ferreira da Silva	13.990,00
	Asas de Jiz	Janete Izabel Zimmermann Teixeira	15.000,00
	Só o amor é capaz	Nailo Soares Vilela	13.810,00
	1º Encontro Estadual de Literatura em MS	Samuel Xavier Medeiros	25.000,00
	Catálogo de Artefatos Líticos Arqueológicos de Mato Grosso do Sul	Gilson Rodolfo Martins	38.170,00
	Punhos Brancos – mergulhando no caos da adolescência	João Samper Del Horno	11.700,00
	Águas Atávicas	Marcos Francisco Faustino Dias	12.720,00
	Guarani, letras e sonhos	Ruth Hellmann Claudino	18.000,00
	Arte de dizer e contextualização poética	Elizabeth Nogueira Fonseca da Costa	7.500,00
	Arte de dizer II	Nildes Maria das Graças Tristão Prieto	15.000,00
	Cantares do vento	Maria Gorete de Moura	8.000,00
	Bazar dos poetas	Ileides Joana Muller	10.500,00
	Imagens de fluidos	Luzia Câmara Ozarias	6.000,00
	Pensamentos de um carteiro	Alci Massaranduba	8.050,00
	Série Memória Sul-matogrossense-2013-volumes XXV a XXXI	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul	62.160,00
	Virtudes	Antonio Alves Guimarães	18.000,00
	Monumento aos Artesãos	Associação dos Artesãos da Praça dos Imigrantes	43.994,00
	Ação Multicultural T'ikay – anos da Feira na Praça Bolívia	Ingra Lidia Flores Padilha	30.000,00

Monumento Guerreiro Guaicuru	Anor Pereira Mendes Filho	20.000,00
Instrumentalização de Grupos Artísticos da AOCG	Associação Okinawa de Campo Grande	44.000,00
Expedição Fluvial Rota das Monções da Vila dos Diamantes ao Arraial do Beliago	Ariel Albrecht	29.481,00
24º FEGAMS	Centro de Tradições Gauchas – CTG Chama Crioula	50.000,00
Fest. Cine-Video América do Sul – Edição 1 – Falas da Imaginação	ACV –MS Associação de Cinema e Vídeo de Mato Grosso do Sul	150.000,00
A Academia	Daniele Girelli	35.000,00
Desafio da Viola	Fábio Lemes Gomes	50.000,00
Educando o olhar – ciclo de oficinas e palestras	Ana Luisa Ruas	29.486,30
Embrujos de Espanha 25 anos	Cibele Pedroso Rodrigues de Carvalho	40.000,00
OFIT – Cena Contemporânea	Cultural Oficina de Interpretação Teatral - OFIT	40.000,00
Dancidades : dança e cidadania	Ginga Companhia de Dança	30.000,00
4ª Mostra de Teatro Infantil	Ramona Rodrigues de Souza	37.000,00
Espectáculo “Soma 11” Circulação	Marcos Flavio de Matos Bezerra	30.000,00
MS Street Dance Fest 2013	Edson Clair Moreira junior	30.000,00
Nada a declarar a não ser que chove “...e o meu cabelo arrepiou”	Gil de Medeiros Esper	30.000,00
Corpomancia em circulação	Bianca Maria Machado de Oliveira	30.000,00
O Adivinho	Franciella de Andrade Cavalheri	40.000,00
4ª Temporada do Chapéu	Ricardo Gonçalves Thibau de Almeida	25.000,00
4ª Temporada do Chapéu	Fernando Oliveira Cruz	40.000,00
Dialeto Manoelês	Blanche Maria Torres	35.000,00
Dança Três	Ana Maria Almeida Rosa	70.000,00
I Festival da Comedia	Marcos Alexandre de Melo	33.000,00
Semana Cultural – MS em Cena – 7ª Representação	Leandro Pansonato Cazula	40.000,00
Bibi do Cavaco	Vladimir Benedito de Carvalho	24.000,00
Camerata Violeira	Marcos Borges dos Santos	30.700,00
“Não somos daqui” - IUCATAN	Rony Peterson Rodrigues da Silva	23.000,00
Orquestra Sinfônica de Rio Brillhante	Angelita dos Santos Barbosa	23.650,00
Miguelito Instrumental 2	Jaime Miguel Barrera	12.386,90
Som de Metais	Luiz Carlos Reliquias da Silva	25.000,00
Musicarte	Grupo Espírita Francisco Candido Xavier	35.000,00
O Pássaro do Pântano	Geraldo Cristovão Miranda Espindola	25.800,00
Orquestra Municipal de Gloria de Dourados	Emerson Moura da Silva	22.350,00
Opus	Associação Cultural Shekinah	67.950,00
Los Divinos – Polca Y Chamamé	Ricardo Lauro Pereira	27.000,00
Forró Zen	José Bruno dos Santos Neto	9.050,00
Muchileiros na estrada	Carlos Antonio Soria Cáceres	23.000,00
Unidos pelo prazer de cantar Chamamé	Antonio Rodrigues de Queiroz	31.400,00
Ciranda em Arte	Prefeitura Municipal de Navirai	20.000,00
Giani Torres “Canta coisas simples”	Giani Cristina Torres de Souza	29.068,00
Canções Simplesmente Canções	Karla Aragão Viégas	50.000,00

	Festival da Canção – Raizes de Corguinho	Raul Patrick dos Santos	25.000,00
	Ecos Urbanos	Alexandre de Andrade Cavalheri	18.700,00
	Chocolate	Zenaide Novais Pereira	23.000,00
	Talentos	Associação Comunitária e Cultural Shalon	22.750,00
	Laguna	Associação Cultural de Pais e Amigos Domingos Romero Neto	24.968,00
	Toque	Instituto Manoel Bonifacio	24.692,00
	Alegro Vivacce	Gean Carlos Euzebio da Silva	23.573,80

ANEXO 17

PROJETOS SUBSTITUTOS¹¹⁷

Área cultural	Projeto	Proponente	Valor em R\$
	Conversando com o Escrito	Rosemari Gindri	15.980,00
	A eterna magia das fabulas	Marlin Balbuena Bremm	9.710,00

QUADRO SINTÉTICO

Área cultural	Quantitativo de projetos	Valor investido/financiado em R\$
-	67	2.000.000,00

10 - EXERCÍCIO 2013 – ETAPA 2

Área cultural	Projeto	Proponente	Valor em R\$
	Premio Onça Pintada 2ª mostra clássica de dança do MS	Neide Fatima Bittencourt dos Santos	50.000,00
	Novos Trilhos	Cassia Helena Mazzei de Campos	30.000,00
	Dançar é Arte	Dayane Teles da Conceição	22.700,00
	V Pantalhaços – mostra de palhaços do Pantanal	Mauro Alves Guimarães	40.000,00
	O Diario de Madalena	Espedito Pedro da Silva	30.000,00
	Guardiões do Pantanal	Teatral Grupo de Risco	40.000,00
	Dramaturgia como ponto de partida – introdução a historia do teatro brasileiro	Zenildo Leandro de Melo	19.655,00

¹¹⁷[...] em razão de não atender em tempo hábil a exigência contida no art. 32 do Decreto nº 11.299 de 16/07/03, o projeto “Punhos Brancos - mergulhando no caos da adolescência” tendo como proponente e executor João Samper Del Horno, valor de R\$ 11.700,00 e por constar vinculo com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, o projeto Guloseimas para a garotada tendo como proponente e executora Neuly Ferreira da Silva, no valor de R\$ 13.990,00, que fizeram parte da relação dos projetos aprovados publicada no Diário Oficial de MS nº 8.399 do dia 25/03/2013, após Reunião Plenária Extraordinária do Conselho Estadual de Cultura foi declarado como substituídos [...] (D.O, nº 8.413, p.18)

Projeto Xaraés	Isis Beatriz Anunciato	25.000,00
Matem...os outros	Reynaldo Paes de Barros	40.00,00
O mito paralelo	Rose Aparecida Borges Ferreira	29.850,00
A Dama do Rasqueado	Marinete da Costa Gomes Pinheiro	55.000,00
Enterro	Tania Mara Sozza Gomes	40.000,00
D o c u m e n t a n d o Corguinho	Antonio Lopes Santana	29.500,00
Influencia do Paraguai e Bolívia no MS	Araci marques Vendramini	31.000,00
I Mostra Cultural da Fotografia Coxinense	Hernandes Pereira dos Santos Junior	9.986,00
Arte Monçoeira	Wagner Rondora da Silva	9.796,40
10º Festival de Cinema do Vale do Ivinhema	Fundação Nelito Câmara	27.200,60
Orquestra Infantil Grupo Zahran	Fundação Ueze Zahran	27.991,00
Naip – o disco	Hudson da Rocha Bonfim Junior	21.000,00
Violão e Diversão	Prefeitura Municipal de Sidrolândia	21.375,00
Minha terra tem cultura	Maria da Gloria Souza Ferreira	30.000,00
Bonito Jazz & Blues Festival	Thiago Santin Caetano	60.000,00
Um violão entre amigos	Jardel Vinicius Tartari	22.430,00
Fabrica de sons – construindo e musicalizando sons alternativos	Fundação Barbosa Rodrigues	20.000,00
Estórias e canções da nossa terra	Jorge de Barros Oliveira	27.200,00
CD Jennifer Magnetica – o nascimento dos planetas	Jean Augusto de Souza Stringheta	21.000,00
Surfistas de trem – moderna musica da fronteira	Renan Phillipi Dorta	20.691,00
Festival da canção – Primeiro canta Costa Rica	Rosangela Marçal Paes	27.000,00
Oficina Tuiuiú de artesanato temático em Terracota do Pantanal	Lucinei Santos da Silva	20.000,00
Papel de Presente	Vera Tylde de Castro Pinto	10.320,00
Capoeira Inclusiva	Josimar Flor de Araujo	31.600,00
Vida Nova	Jander Naltazar Rodrigues	7.829,00
A Historia Esquecida da Guerra do Paraguai: fomes, doenças e penalidades	Maria Tereza Garritano Dourado	18.753,00
Rio Paraguai, o Mar Inteiro Brasileiro	Maria do Carmo Brasil	21.421,00
Desertos e outras infinitudes	Lucilene Machado Garcia Arf	13.914,00
Primeiro	Rangel Aparecido Arguilheira Castilho	14.220,00
Revista da UBE N. 04	União Brasileira de Escritores – UBE-MS	11.388,00
Coletânea de Ditados Populares	Jeronimo de Melo Horta	7.180,00
Vivencias e tradições da capoeira para remanescentes Quilombo do Quintino	Marcos Oliveira da Silva	15.000,00

PROJETOS SUBSTITUTOS¹¹⁸

Área cultural	Projeto	Proponente	Valor em R\$
	Mistura Porã	Dami Glades Maidana Baz	22.000,00
	Santa Clara	Associação Santa Clara	18.000,00

¹¹⁸ Devido a desistência do O projeto “V Pantalhões – mostra de palhaços do Pantanal” proposto por Mauro Alves Guimarães no valor de 40.000,00 (quarenta mil reais).

Deste modo e por não ter sido divulgado oficialmente a qual área cultural cada projeto pertence, podemos traçar o seguinte quadro de apoio em relação à segunda etapa do FIC 2013:

Área cultural	Quantitativo de projetos	Valor investido/financiado em R\$
-	40	1.000.000,00

QUADRO SINTÉTICO

Área cultural	Quantitativo de projetos	Valor investido/financiado em R\$
-	87	3.000.000,00

11 - EXERCÍCIO 2014 – ETAPA 1

Projeto	Proponente	Valor
Arte e Madeira	Maria Célia Maciel	23.286,38
Monumento Guampa de Tereré	Anor Pereira Mendes Filho	20.000,00
Argento	Mariana Sena Madureira Figueiró	27.155,00
Fest. Cine América do Sul 2014	ACV-MS Associação de Cinema e Vídeo de Mato Grosso do Sul	200.000,00
Não me lembro	Bruno Moser Canhete	42.000,00
Aqui ó	Fábio Lemes Gomes	41.000,00
Minha cidade diz adeus	Essi Rafael Mongenot Leal	43.000,00
Fortalecimento da criação do Núcleo de Arquivo e Memória Pública de Corumbá	Fundação de Cultura de Corumbá	31.945,49
Museu Dom Jaime Aníbal Barrera	Prefeitura Municipal de Porto Murtinho	50.091,34
MHAB – Museu Histórico Américo Brigatti	Prefeitura Municipal de Glória de Dourados	32.004,90
Formando Novos Leitores	Rosemari Gindri	12.042,12
Gostosuras da Terra do Pé de Cedro	Shirley Perpetua da Costa	15.000,00
Contos quase causos	Samuel Xavier Medeiros	14.786,00
Receitas marcantes marcadas no tempo	Sagramor da Silva Farias	10.386,00
Betânia	Luís Carlos Luciano	11.728,00
Coletânea “Historias para boi dormir”	Sandra Aparecida Ferreira Andrade	26.660,00
Vencendo obstáculos na Cidade do Pé de Cedro	Rosimeire Augusto Patussi	12.000,00
Sobre Corujas e outras espécies	Oswaldo Barbosa de Almeida	16.000,00
Crônicas dos Quatros	Maria Adélia Menegazzo	25.000,00

Amor.com – uma historia real em tempo virtual	Maria Gorete de Moura	6.753,00
A Arte de ler e escrever	Antônio Alves Guimarães	22.000,00
Retratos da Comunidade São Benedito	Silvio da Costa Pereira	15.667,50
Obras Completas de Raul Silveira de Melo	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul	99.220,00
Sinfonia	Instituto Manoel Bonifácio	27.000,00
Maestoso	Instituto Domingos Romero Neto	26.000,00
Dando Cordas - Taboco	Raul Patrick dos Santos	24.000,00
Orquestra Nova Geração	Gean Carlos Euzébio da Silva	24.925,00
Estrelas Musicais	Lucia Agostinho de Oliveira	26.000,00
MS Ponto a Ponto	Claudia de Medeiros	25.000,00
Banda Municipal de Nova Andradina Getúlio Vargas	Prefeitura Municipal de Nova Andradina	45.000,00
Forró Zen	José Bruno dos Santos Neto	27.500,00
Intermezzo	Associação Cultural Santa Clara	86.520,00
Estórias e canções da nossa terra	Jorge de Barros Oliveira	30.000,00
Sou Mato Grosso do Sul	Carlos Fabio Selhorst dos Santos	30.000,00
Banda Municipal Frei Eucario Schimitt de Rio Brilhante	Fundação de Cultura, Esporte e Lazer de Rio Brilhante	34.600,00
Festival Raízes de Corguinho	Fabiana Vieira de Melo	29.300,00
Som da Fronteira	Eder Rubens da Silva	30.249,00
Vozes da Terra	Maria da Gloria Souza Ferreira	30.000,00
Ivan Cruz	Ivan Cruz	17.000,00
CD Crianceiras 2 – Poesia de Mario Quintana musicadas por Marcio de Camillo	Marcio Rogerio Pereira de Camillo	26.100,00
Criação da Banda de Musica Municipal de São Gabriel do Oeste	Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste	35.404,17
CD Jacqueline Costa	Jacqueline Francisco da Silva	22.000,00
Los Mensajeros Latinos	Ricardo Lauro Pereira	27.000,00
Fanfarrã	Prefeitura Municipal de Paranaíba	25.000,00
Concerto Orquestra Jovem Viver bem	Grupo de Incentivo a Cidadania e Qualidade de Vida – Viver Bem	35.000,00
Show Musical Palavras na Boca	Gabriel Fernandes Castilho	24.000,00
Camerata Viroleira	Marcos Borges dos Santos	32.752,30
1º Festival de Musica Vozes de Bodoquena	Valdir Pereira da Silva	29.800,00
III Encontro de Comitivas em Pedro Gomes	Fabio Alves Pereira	45.490,00
1º Festival Estadual de Contadores de Historias de MS	Instituto Sócio Cultural Curumins	50.000,00
25º FEGAMS	Centro de Tradições Gaúchas Querência da Saudade	55.000,00
Arraíá da Bucaina	Prefeitura Municipal de Inocência	24.931,80
Publicação Mestres do Sagrado	Marlei Sigrist	31.620,00
Festival Essência da Capoeira	Leandro Busanelo de Araújo	20.000,00
Semana Cultural - MS em Cena – 8ª Representação	Leandro Pansonato Cazula	100.000,00
FIC com dança	Ginga Companhia de Dança	47.830,00
Campo Grande Urban Champ 3º Edição	Marcio Oliveira da Silva	45.000,00
Mosaico Urbano em Transito	Edson Clair Moreira Junior	50.000,00
Espectáculo Prosa e Segredo	Michelly Dominiq Neves de Araújo	31.560,00

25 X Dança	Rilvan Daniel Barbosa	20.000,00
Comodato	Irineu de Castro Queiroz Junior	30.000,00
Maria, Madalena e jogo de damas - intercambio	Franciella de Andrade Cavalheri	40.000,00
Verdades Inversas	Associação Flor e Espinho	40.000,00
Teatro para todos	Cia das Artes	42.000,00
Tem um pé de circo no Pantanal	Mauro Alves Guimaraes	40.560,00
Cultura em movimento	Paulo Henrique Porto	25.585,00
Dialeto Manoelês	Blanche Maria Torres	40.000,00
I Mostra Cênica do Vale do Ivinhema	Fabio Carvalho Arruda	43.120,00
Corpos Farpados	Debora Rosa Higa	40.000,00
Ficar: amor até segundo aviso	Priscila Roberta Alves Lemos	35.000,00
Trupe Bobos da Plebe estrelando Contos de Magia Pura	Tamara Pranti Mangieri Figueiredo Ribeiro	22.960,00
O Ator em Camadas	Jair Balieiro Damasceno	14.115,00
O Circo Chegou	Tabajara Duarte da Silva	24.700,00
Macaquices	Carla Lucia Alves Soares	40.000,00
Festival Dança Três – 2ª Edição	Ana Maria Almeida Rosa	140.000,00
Até o fim	Emmanuel Maier Rotilli	37.652,00
Teatro de Cristina Mato Grosso – Obras Inéditas	Abigail Moreira de Oliveira	35.000,00
40º Espetáculo de Dança do Ballet Isadora Duncan	Neide Fátima Bittencourt dos Santos	60.000,00
A Vida de Jesus	Edilton Pereira Ramos	60.000,00
III Bienal de Teatro	Mercado Cênico	100.000,00

QUADRO SINTÉTICO

Área	Quantidade de Projetos	Valor financiado/investido
Literatura	13	287.242,62
Musica	19	617.225,47
Folclore	06	227.041,80
Formação Cultural	06	152.925,00
Artes Cênicas	26	1.205.082,00
Audiovisual	05	353.155,00
Museu e Arquivo	03	114.041,73
Artesanato	02	43.286,38
Total	80	3.000.000,00

13 - EXERCÍCIO 2014 – ETAPA 2

Projeto	Proponente	R\$ Valor Aprovado
Estórias e Canções da Nossa Terra	Jorge de Barros Oliveira	30.000,00
Som de Metais	Luiz Carlos Relíquias da Silva	30.000,00
Talentos	Associação Comunitária e Cultural Shalon	24.990,00
Cantabile	Instituto Domingos Romero Neto	30.000,00
Canta Maracaju Festival	Onozor Gonçalves Ferreira	38.000,00
Retratos e Paisagens de Coxim	Gildo Antônio Rodrigues	10.000,00
Dançurbana em Circulação	Associação Cultural Dançurbana	30.000,00
Historias do meu quintal	Amélia Rocha Moreira de Oliveira	30.000,00

Um Poeta no Distrito	June Angela Amaral Torres Oliveira	37.325,00
6º Festival Internacional de Teatro de Dourados	Gil de Medeiros Esper	50.000,00
Entre//Artes	Alysson Felipe do Nascimento	30.000,00
Majestic	Instituto Manoel Bonifácio	50.000,00
1º Circuito de Cordas Pantaneiras	Wanderley Caetano Ferreira	19.280,00
Vozes da Terra	Maria da Gloria Souza Ferreira	47.800,00
Festival da Canção de Rio Negro	Diego Roberto Lelis Santos	38.000,00
Gravação de CD Bruno Carrera	Hideo Matsunaga	30.000,00
Ternario	Luciana David de Oliveira	33.800,00
Kombi do Choro	Eduardo Martinelli Danzi	30.000,00
Monumentos	Anor Pereira Mendes Filho	69.930,00
Bocaiuva Moda Criativa e Design Artesanal	Caroline Garcia de Souza	30.000,00
Educarte	Antonio Marcos Lacerda de Lima	25.000,00
Mãos que fazem a historia do MS – Oficina de Artesanato	Indiana Antunes Marques de Araujo	77.566,00
II Expedição Fluvial Rota das Monções da Vila dos Diamantes ao Arraial do Beliago	Adriano David Bukowski	15.000,00
Monumento aos Artesãos	Associação dos Artesãos da Praça dos Imigrantes	31.000,00
Comitivas Pantanal	Fabiana Vieira de Melo	66.130,00
Festa das Nações – 2ª Edição	Associação do Centro Comunitário de Eventos Culturais do Córrego de Ouro	90.319,00
Coletânea – Lendas Pantaneiras	Fabio Lemes Gomes	22.850,00
11º Festival de Cinema do Vale do Ivinhema	Fundação Nelito Câmara	40.000,00
Lá vai uma chalana	Ariel Albrechit	25.000,00
Integrando Cultura	Maria Helena Sarti	72.850,00
Artes Visuais em MS – Processos Compartilhados	Ana Luisa Ruas	120.000,00
I Mostra da Cultura Pantaneira na Terra do Pé de Cedro	Fundação Professora Clarice Rondon de Cultura Desporto e Lazer - FUNRONDON	45.000,00
Conhecendo meu Jaraguari	Ciro Soares da Gama	34.449,63
Contos e Cantigas do Povo	Waldiney Clarisvan Alves Scudler	30.000,00
V Pantalhaços – Mostra de Palhaços do Pantanal	Mauro Alves Guimarães	100.000,00
Casa da Memória e Biblioteca Municipal Christóvão Ferreira	Maila Pracucci	48.708,81
Implementação da Biblioteca Municipal de São Gabriel do Oeste	Prefeitura Municipal de São Gabriel do Oeste	29.079,56
Rock Festival	José Leonel Ribeiro	100.000,00
(RE)Territorialização do Espaço Cinematográfico de Campo Grande –MS: Historia e Cultura na Perspectiva do Desenvolvimento Local	Maria Augusta de Castilho	13.500,00
Intermezzo	Associação Cultural Santa Clara	97.420,00
Viagem a bordo das comitivas	Débora Alves Pereira Cabrita	28.200,00
Brincando com as vogais	Paula Hellmann Claudino	15.000,00
A Artes de Ler e Escrever	Antônio Alves Guimarães	24.000,00

Os Japoneses no Brasil mais outras reflexões mil	Antônio Brandão	13.455,00
Encontros: literatura e musica	União Brasileira de Escritores de MS	21.485,50
Túnica da Alma	Marise Fátima Andreatta	12.000,00
Poemas de uma vida	Sonia Mascarenhas Veiga de Barros	7.000,00
Oficina de declamação	Altair Ferreira de Souza	9.477,50
Historias de D. Menina	Albana Xavier Nogueira	13.000,00
Folclore ou folclore?	Odila Schwingel Lange	13.374,00
Corumbá – ruas, moradas e historia	Instituto Histórico e Geográfico de MS	30.000,00
Inventario do acervo documental. Bibliográfico e memorias do bandoleiro Silvino Jaques	Maria Margareth Escobar Ribas Lima	40.000,00

QUADRO SINTÉTICO

Área cultural	Quantitativo de projetos	Valor investido/financiado em R\$
-	52	2.000.000,00

14 - EXERCÍCIO 2015/16

Área cultural	Projeto	Proponente	Valor
Musica	Trajetória da música do MS	Marcello Flávio Raslam Pettengil	56.860,00
	Circuito Aguasom	Cintia Vizarro Leite	74.910,00
	Gravação do CD Quarteto Toccata	Jardel Vinicius Tartari	41.250,00
	Begéte de Lucena-Cigano	Albério Alves de Araújo Lucena	44.600,00
	Marcelo Loureiro-Cordas e Contos	Marcelo Loureiro da Rocha	84.899,60
	Projeto Educarte	Grupo Espírita Francisco Cândido Xavier	99.875,00
	A música brasileira em seis cordas: Uma homenagem a Dilermando Reis	Daniel Silva Escrivano	78.500,00
	Histórias e Músicas da Fronteira	Thiago Coutinho Benites Pina	66.250,00
	6º Festival Internacional do Chamamé de Rio Brilhante	Centro Cultural do Chamamé de Rio Brilhante	137.785,00
	Ampliar e divulgar o projeto: “A flauta doce como instrumento de formação musical e humanização”	Vera Lúcia Gonsales Rodrigues	72.550,00
	Escolas afinadas	Manoela Bernardy Moreno	53.400,00
	Escola viva-orquestra de viola Vozes do Pantanal	Jonas da Costa Feliz	56.351,70
	3º Festival Douradense de Música	Thais Fernandes Costa	121.900,00
	Mborahéi rapére-Pelas trilhas do canto	Cândida Graciela Chamorro Argüello	99.920,00

	MS Música 2020 preparando cenário musical do Mato Grosso do Sul para próxima década	Demetrius de Oliveira Hernandes	48.355,00
	Grupo Vozes Especiais	Sandra Helena Lombardi de Mello	60.000,00
Artes Cênicas	2X2 Movimento em Rede	Renata Wilwerth Leoni	82.730,00
	Manutenção Dançurbana	Associação Cultural Dançurbana	127.000,00
	Festival dança 3ª edição	Associação Arado Cultural	156.180,00
	5ª Mostra de Teatro infantil de Mato Grosso do Sul	Ramona Rodrigues de Sousa	131.327,00
	Mitos em Risco	Teatral Grupo de Risco	85.000,00
	Curso de iluminação cênica: Iniciação, criação e tendências no Brasil	Camila Gabriela Abreu da Silva	52.921,20
	VII Temporada do ChapéuMostra Nacional de Teatro de Rua	Associação de Desenvolvimento Cultural Artístico Sócio Ambiental Teatro Imaginário Maracangalha	96.620,00
	“Sinônimo de Prospecção”	Bianca Maria Machado de Oliveira	90.000,00
Artes Visuais	Artes Visuais em MSCampo Aberto-Seminário, intervenções e ações educativas	Ana Luisa Ruas	99.481,50
	Imersões MS	Carlos Eduardo Bertão	73.510,00
	MS Detona	Brunno de Paula Tambani	75.810,00
Folclore	Ação Multicultural Praça Bolívia-T'ikay	Ingra Lidia Flores Padilha	95.900,00
	Casa de capoeira Pé no chão-3ª etapa	Sérgio Francisco dos Santos	28.340,00
	2º Festival Sul-Americano de Folclore	Comissão Sul-Mato-Grossense de Folclore-CSMFL	129.000,00
	II Festival de rua do “Toro Candil” de Porto Murtinho	Mara Lucia Freitas Silvestre	125.360,00
Artesanato	Oficinas de Confecção de Galinhas de Patchwork	Jane Clara Arguello	34.618,00
	Oficinas Tuiuiú	Lucinei Santos da Silva	25.994,00
Audiovisual	Dona Arara quer Casar	Maristela Yule Queiroz	129.300,00
	13º Festival de Cinema do Vale do Ivinhema	Fundação Nelito Câmara	74.499,00
	De tanto olhar o Céu gastei meus olhos	Filipi Diniz Silveira	60.000,00
	T'amo na rodoviária	Mariana Sena Madureira Figueiró	37.855,00
	Visões de Taunay-O documentário	Valdec Ferreira de Souza	67.980,00
	O índio e o cinema em Mato Grosso do Sul	Miguel Angelo Corrêa	34.766,50
	Cozinha, lugar de saberes e sabores	Elis Regina Cardeal Nogueira	48.145,00
Literatura	Conte pra elas-Lídiadistintas formas de tornarse mulher	Tatiana Sangalli	22.972,00
	Catálogo de artefatos cerâmicos arqueológicos de Mato Grosso do Sul	Emília Mariko Kashimoto	53.670,00
	Hotel Gaspar: Identidade e memória no contexto do desenvolvimento local	Maria Augusta de Castilho	12.700,00
	Poética dos Bugres: Uma incursão sobre Arte, Identidade e o Outro	Isabella Banducci Amizo	24.067,00

	Série Memória Sul-MatoGrossense/2016-Volumes XXXII a XXXIX	Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul	78.400,00
	Festival Literário Internacional de Dourados	Academia Douradense de Letras	32.472,00
	“Para fazer chorar as pedras”: Guarânicas e rasqueados em um Brasil fronteiriço	Evandro Rodrigues Higa	24.800,00
	Prosa de criança	Michelly Dominiq Neves de Araújo	56.910,00
	Grandezas da Literatura SulMato-Grossense	Antônio Alves Guimarães	26.760,00
	Franzino Amarelo	Valter Jeronyno	17.000,00
	Livro “Vias do infinito ser”	Rubênio Silverio Marcelo	15.905,00
	A bruxa da Sapolândia	André Luiz Pereira Alves	29.180,00
Biblioteca	Livro: Abrace essa ideia	Instituto Mirim de Campo Grande	30.600,00
Arquivo	Memória fonográfica MS	Yohana Barbosa Luz	27.150,00
Formação	Projeto “Filma Ae” MS	Thales Albano de Sousa Pimenta	43.275,00
	Uniarte	Acanav-Associação Cultural e artística de Naviraí	29.173,00
	Rede Hip Hop:Arte no entorno	Ralfer Sandim Campagna	73.558,00
	História da Arte	Dalila Maria Pinto Saldanha	62.657,00
Museu	Mato Grosso do Sul em imagens: O olhar de Roberto Higa	Sueli Higa	68.862,80
	iMuseuMS	Rodrigo Perez Swinerd	45.870,00
Patrimônio	Itúkeovo Tênoe	Instituto de Pesquisa da Diversidade Intercultural	46.274,34
	Obras de Henrique Spengler em imãs e postais	Dolores Puga Alves de Sousa	9.734,40
	Projeto Zumbi	Juarez Morais Corrêa	54.600,00
Pesquisa	A vida e a Obra de Ignez Correa da Costa	Bruno Damus	49.492,02
Municípios	Banda Marcial Municipal de Nova Andradina Getúlio Vargas	Prefeitura Municipal de Nova Andradina	90.600,00
	Vem dançar	Fundação Municipal de Cultura de Sidrolândia (FMCS)	26.658,00
	Arraiá da Bucaina	Prefeitura Municipal de Inocência	29.246,55
	Projeto Música e Arte	Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul	119.753,80
	Festival da canção de Rio Negro	Prefeitura Municipal Rio Negro	70.498,55
	“Implementação da Banda Municipal Tom Jobim”	Prefeitura Municipal de Naviraí	53.594,00
	Escola de dança Paineira Rosa	Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso	30.031,34
	Cinema Itinerante Itaquiraense	Fundação de Cultura de Itaquiraí	42.514,02
	Iniciação ao Teatro. “Arte em movimento”	Prefeitura Municipal de Nova Alvorada do Sul	39.515,00
	Fest’JAR-(1º Festival da Circulação Musical de Jaraguari)	Prefeitura Municipal de Jaraguari	118.346,25
	II Mostra da Cultura Pantaneira na terra do Pé de Cedro	Fundação Professora Clarice Rondon de Cultura Desporto e Lazer-FUNRONDON	46.671,60

	Criação e Institucionalização do Museu Municipal da cidade de Bataguassu MS	Prefeitura de Bataguassu	101.850,00
	Orquestra Sinfônica Municipal de Rio Brillhante in concert "Meu MS viajando pelo mundo da música"	Prefeitura Municipal de Rio Brillhante	51.410,00
	Festival de Inverno 2016	Prefeitura Municipal de Caarapó	83.275,00

QUADRO SINTÉTICO

Área	Quantidade de Projetos	Valor financiado/investido
Musica	16	1.197.406,30
Artes Cênicas	08	821.778,20
Artes Visuais	03	248.801,50
Folclore	04	378.600,00
Artesanato	02	60.612,00
Audiovisual	07	452.545,50
Literatura	12	394.836,00
Biblioteca	01	30.600,00
Arquivo	01	27.150,00
Formação	04	208.663,00
Museu	02	114.732,80
Patrimônio	03	110.608,74
Pesquisa	01	49.492,02
Prefeituras	14	903.964,11
Total	78	4.999.790,17

QUADRO SINTÉTICO GERAL

Ano	Quantitativo de projetos	Investimento/financiamento em R\$
2002	133	5.200.908,00
2003	108	2.139.196,00
2004	201	4.267.774,64
2008	44	1.126.306,70
2009	39	1.000.000,00
2010	27	1.000.000,00
2011	43	1.200.000,00
2012	58	1.500.000,00
2013	87	3.000.000,00
2014	132	5.000.000,00
2015/16	78	4.999.790,17
Total	950	30.433.975,51

QUADRO SINTÉTICO POR ÁREA DE INVESTIMENTO/FINANCIAMENTO ¹¹⁹

Área Cultural	Quantitativo de Projetos	Investimento/financiamento em R\$
---------------	--------------------------	-----------------------------------

¹¹⁹ Se refere aos investimentos/financiamentos por área cultural nos de 2003, 2004, 2011, 2014 (primeira etapa) e 2015/2016.

Artes Cênicas	99	3.732.494,78
Artes Integradas	13	565.161,97
Artes Visuais	27	555.196,69
Artesanato	49	611.371,68
Audiovisual	29	1.599.413,25
Literatura	67	1.368.619,02
Música	128	3.784.169,68
Patrimônio Cultural	13	752.913,20
Folclore e manifestações populares	37	842.848,10
Biblioteca	06	55.216,30
Estudo, Pesquisa e formação	21	544.446,52
Museu e arquivo	7	295.924,53